



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

VANESSA YIDA

**O CAMPO SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA NO
ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL
– ALIB –
UM ESTUDO LEXICAL NAS CAPITALIS**

LONDRINA
2011

VANESSA YIDA

**O CAMPO SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA NO
ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL
– ALIB –
UM ESTUDO LEXICAL NAS CAPITALS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Vanderci de Andrade Aguilera

LONDRINA
2011

VANESSA YIDA

**O CAMPO SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA NO ATLAS
LINGUÍSTICO DO BRASIL
– ALIB –
UM ESTUDO LEXICAL NAS CAPITALIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Vanderci de Andrade Aguilera
Universidade Estadual de Londrina

Profª Drª Jacyra Andrade Mota
Universidade Federal da Bahia

Profª Drª Aparecida Negri Isquardo
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profª Drª Fabiane Cristina Altino
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 25 de fevereiro de 2011.

Ao ser supremo que rege o universo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da minha existência e por todas as pessoas que Ele colocou em meu caminho, trilhando minha evolução enquanto ser humano.

À professora Vanderci de Andrade Aguilera, uma grande orientadora, um exemplo de força enquanto mulher e pesquisadora, pelo norteamento na minha pesquisa, bem como, de maior parte de minha formação acadêmica.

Às professoras Aparecida Negri Isquerdo e Fabiane Cristina Altino pelas sugestões fornecidas por ocasião do Exame de Qualificação, bem como à professora Jacyra Andrade Mota pelas sugestões oferecidas no SEDATA.

Às professoras Jacyra Andrade Mota e Aparecida Negri Isquerdo, pelas recomendações oferecidas na banca final.

Aos meus familiares, pelo alicerce que mesmo à distância, convergirá sempre em amor.

À querida amiga Juliana Franco Alves, por ser minha alma gêmea e meu apoio em todos os sentidos.

Aos amigos Greize Alves da Silva Poreli, Valter Romano, Arianne Cardoso Ikeuchi e Hélen Cristina da Silva pelo companheirismo, tanto pessoal quanto acadêmico.

Aos amigos que sempre me apoiaram, com carinho e acompanharam minha pesquisa: Amanda Zacarkim de Oliveira, Mayra Zorzeto Ferreira, Gislene Bongiovani, Ivã Apolonio Munhoz, Sueme Machado Muniz, dentre todas.

Ao amigo geógrafo Maurício Polidoro, pelo auxílio na pesquisa e confecção das cartas.

Às queridas amigas de graduação que encontram-se ausentes aos olhos, mas presentes no coração: Sabrina Alves Martins, Wérica Dias Micheletti, Vanessa Martins Santiago.

À Andreza Truber, pelas sugestões dadas que contribuíram no estabelecimento de um novo viés para meu trabalho.

À CAPES, pela concessão da bolsa para efetivação e divulgação da pesquisa realizada.

Aos membros das equipes do Projeto ALiB, pelo árduo trabalho enquanto pesquisadores, e pela concessão dos dados para efetivação do estudo.

Aos informantes, pois sem sua cooperação, este trabalho seria inviabilizado.

“Se procurar bem você acaba encontrando.
Não a explicação (duvidosa) da vida,
Mas a poesia (inexplicável) da vida.”

Carlos Drummond de Andrade

YIDA, Vanessa. **O campo semântico da Alimentação e Cozinha no Atlas Linguístico do Brasil (ALiB):** um estudo lexical nas capitais. 2011. 191p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo a descrição linguística da realidade do português no Brasil, com base em *corpus* elaborado sobre o campo semântico da *Alimentação e Cozinha*, a partir dos dados das vinte e cinco capitais do projeto Atlas Linguístico do Brasil-ALiB, identificando as possíveis diferenças diatópicas, diagenéricas e diageracionais, como forma de fotografar e registrar aspectos da influência da cultura e da vivência do falante na composição e diversificação do léxico. Para tanto, buscamos, nos pressupostos teóricos da Sociolinguística, da Geolinguística e da Etnolinguística, a relação entre cultura, sociedade e fala, por meio de: i) análise dos dados coletados mediante entrevistas para verificar a frequência e a distribuição das variantes no campo pesquisado; ii) elaboração de quadros para comparação da produtividade das diversas variantes e sua distribuição nas 25 capitais brasileiras; (iii) registro das variantes em 12 cartas pluridimensionais, levando em conta a idade, o sexo e a escolaridade dos informantes, para verificar as diferenças diastráticas; iv) elaboração de 11 cartas fenotípicas, a partir da análise das cartas pluridimensionais a fim de compará-las aos estudos de Nascentes (1953) sobre a divisão dialetal brasileira; (v) verificação das variantes lexicais nos dicionários de Moraes Silva (1945), Houaiss (2001) e Ferreira (2004), dentre outros, buscando compará-las quanto à aceção e à etimologia; (vi) análise semântico-lexical das formas mais frequentes, com a finalidade de apurar possíveis influências diatópicas e/ou sociais. A pesquisa revelou que: i) 41% das 200 variantes encontradas não estão dicionarizadas, indicando a necessidade de uma atualização dos dicionários tendo como fonte de dados pesquisas geolinguísticas; ii) as não-respostas a algumas questões (177, 179, 180) constitui fator indicativo da cultura regional, bem como da nacional; iii) os empréstimos linguísticos configuram-se como indicativos da etnicidade e da cultura, presentes nas capitais; iv) o informante cria e recria expressões para denominar referentes que não fazem parte de seu universo cognitivo; v) as capitais Salvador, Vitória e Porto Alegre possuem uma identidade linguística diversa à das outras capitais analisadas; vi) a proposta de Nascentes (1953) acerca da divisão dialetal brasileira apresenta-se, em alguns aspectos, condizente com a pesquisa empreendida, embora haja a dificuldade em delimitar limites precisos das áreas dialetais.

Palavras-chave: Alimentação e Cozinha. Atlas Linguístico do Brasil. Geolinguística Pluridimensional. Capitais.

YIDA, Vanessa. **The semantic field of Food and Cooking in the Atlas Linguístico do Brasil (ALiB):** a lexical study on capitals. 2011. 191p. Dissertation (Master in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

This work aims to describe the linguistic reality of the Portuguese in Brazil, based on corpus elaborated on the semantic field of Food and Cooking, from the data of twenty-five capitals of the project Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), identifying diatopical, diagenetic and diageracional differences as a way of photographing aspects of the culture's influence and the speaker's experience in the composition and diversification of the lexicon. For that, we follow the theoretical principles of Sociolinguistic, Geolinguistic and Ethnolinguistic, the relationship between culture, society and speaks through: i) analysis of data collected in interviews to verify the frequency and distribution of variants in the research's field; ii) development of frameworks for comparing the different variants' productivity of and their distribution on 25 Brazilian capitals; iii) register of the variations in 12 pluridimensional letters, taking into account age, sex, and education of the informants to verify the diastatic differences; iv) development of 11 phenotypic letters from the multi-dimensional analysis of the letters in order to compare them to Nascentes' (1953) studies of Brazilian dialectal division; v) verification of lexical variants in Moraes Silva (1945) , Houaiss (2001) and Ferreira (2004) and others dictionaries, seeking to compare them as to the meaning and etymology; vi) lexical-semantic analysis of the most frequency, with the aim of investigating possible influences diatopical and / or social. The research revealed that: i) 41% of 200 variants found are not on that dictionaries, indicating the need to update the dictionary with a source of geolinguistic research; ii) the non-answers to some questions (177, 179, 180) are indicative of the culture regional factor, and the national too; iii) the lexical borrowing are characterized as a indicative of ethnicity and culture, present on the capitals; iv) the informant creates expressions to refer something that is not part of his cognitive universe; v) The Salvador, Vitoria and Porto Alegre capitals have a linguistic identity different from the other capitals analyzed; vi) Nascentes' (1953) proposed about the Brazilian dialectal division is presented, in some ways, consistent with the research, although it exist the difficulty to define precise limits of dialectal areas.

Key words: Food and Cooking. Atlas Linguístico do Brasil. Pluridimensional Geolinguistics. Capitals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Carta fonética.....	77
Figura 2 –	Carta fonética mista	78
Figura 3 –	Carta fonética analítica	79
Figura 4 –	Proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953)	89
Figura 5 –	Carta 1- <i>café da manhã</i>	93
Figura 6 –	Carta I – <i>café da manhã</i> (fenotípica).....	95
Figura 7 –	Carta 2 – <i>geléia</i>	102
Figura 8 –	Carta II: <i>geléia</i> (fenotípica).	104
Figura 9 –	Carta 3 - <i>carne moída</i>	110
Figura 10 –	Carta III: <i>carne moída</i> (fenotípica).....	112
Figura 11 –	Carta 4: <i>canjica</i>	118
Figura 12 –	Carta IV: <i>canjica</i> (fenotípica)	119
Figura 13 –	Carta 5: <i>curau</i>	122
Figura 14 –	Carta V: <i>curau</i> (fenotípica)	124
Figura 15 –	Carta 6: <i>mugunzá/ canjica</i>	128
Figura 16 –	Carta VI: <i>mugunzá/ canjica</i> (fenotípica)	129
Figura 17 –	Carta 7: <i>cachaça</i>	138
Figura 18 –	Carta VII: <i>cachaça</i> (fenotípica).....	139
Figura 19 –	Carta 8: <i>empanturrado</i>	145
Figura 20 –	Carta VIII: <i>empanturrado</i> (fenotípica).....	146
Figura 21 –	Carta 9 – <i>glutão</i>	153
Figura 22 –	Carta 10: <i>bala</i>	158
Figura 23 –	Carta IX: <i>bala</i> (fenotípica)	159
Figura 24 –	Carta 11: <i>pão francês</i>	164
Figura 25 –	Carta X: <i>pão francês</i> (fenotípica)	165
Figura 26 –	Carta 12: <i>pão bengala</i>	172
Figura 27 –	Carta XI: <i>pão bengala</i> (fenotípica)	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Perfil dos informantes das capitais do Projeto ALiB.....	22
Quadro 2	–	Variantes para a pergunta 176 (café da manhã).....	90
Quadro 4	–	Variantes para a pergunta 178 <i>carne moída</i>	108
Quadro 5	–	Variantes para a pergunta 179 curau	114
Gráfico 6	–	Porcentagem variantes para questão 179 – <i>curau/canjica</i>	115
Quadro 6	–	Variantes para a pergunta 180 <i>curau</i>	120
Quadro 7	–	Variantes para a questão 181 <i>canjica</i>	126
Quadro 8	–	Variantes para a pergunta 182 <i>pinga</i>	135
Quadro 9	–	Variantes para a pergunta 183 <i>empanturrado</i>	143
Quadro 10	–	Variantes para a pergunta 184 <i>glutão</i>	151
Quadro 11	–	Variantes para a pergunta 185 <i>bala</i>	156
Quadro 12	–	Variantes para a pergunta 186 <i>pão francês</i>	162
Quadro 13	–	Variantes para a pergunta 187 <i>pão bengala</i>	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Porcentagem variantes para questão 176 – <i>café da manhã</i>	96
Gráfico 2	– Porcentagem das variantes registradas por informantes do ensino fundamental para a questão 177 do QSL.....	100
Gráfico 3	– Porcentagem das variantes registradas por informantes do ensino superior para a questão 177 do QSL.....	101
Gráfico 4	– Porcentagem de variantes para a questão 177 – <i>geléia</i>	101
Gráfico 5	– Porcentagem variantes para questão 178 – <i>carne moída</i>	109
Gráfico 6	– Porcentagem variantes para questão 179 – <i>curau/canjica</i>	115
Gráfico 7	– Porcentagem das variantes para a questão 180 – <i>curau</i>	121
Gráfico 8	– Porcentagem variantes para questão 181 – <i>mugunzá/ canjica</i>	127
Gráfico 9	– Porcentagem das variantes para questão 182 – <i>cachaça</i>	137
Gráfico 10	– Porcentagem das variantes para a questão 183 – <i>empanturrado</i>	144
Gráfico 11	– Porcentagem variantes para questão 184 – <i>glutão</i>	152
Gráfico 12	– Porcentagem variantes para questão 185 – <i>bala</i>	160
Gráfico 13	– Porcentagem variantes para questão 186 – <i>pão francês</i>	163
Gráfico 14	– Porcentagem variantes para questão 187 – <i>pão bengala</i>	171
Gráfico 15	– Porcentagem das variantes dicionarizadas.....	178
Gráfico 16	– Porcentagem das classes de distribuição lexical	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADDU	Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay
AC	Acre
AL	Alagoas
ALAC	Atlas Etnográfico do Acre
ALE	Atlas Linguarum Europae
ALEA	Atlas Lingüístico e Etnográfico de Andaluzia
ALEANR	Atlas Lingüístico e Etnográfico de Aragón, Navarra e Rioja
ALECE	Atlas Lingüístico do Ceará
ALEICan	Atlas Lingüístico e Etnográfico das Ilhas Canárias
ALEP	Atlas Lingüístico de Espanha e Portugal
ALERS	Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil
ALESan	Atlas Lingüístico e Etnográfico de Santander
ALH	Atlas Lingüístico de Hispanoamérica
ALiB	Atlas Lingüístico do Brasil
ALIPA	Atlas Geo-sociolingüístico do Pará
AM	Amazonas
ALMP	Atlas Léxico dos Marinheiros Peninsulares
AP	Amapá
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
ALISPA	Atlas Lingüístico sonoro do Pará
ALMS	Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul
ALPB	Atlas Lingüístico da Paraíba
ALPR	Atlas Lingüístico do Paraná
ALSE	Atlas Lingüístico de Sergipe
ALSE II	Atlas Lingüístico de Sergipe II
BA	Bahia
CE	Ceará
EALMG	Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais
ES	Espírito Santo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GO	Goiás
QSL	Questionário Semântico Lexical
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PA	Pará
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SP	São Paulo
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 METODOLOGIA.....	19
2.1 NATUREZA DA PESQUISA	19
2.2 CONTEXTO, INFORMANTES	20
2.2.1 Contexto	20
2.2.2 Informantes	22
2.3 COLETA DE DADOS	23
2.4 ETAPAS DA PESQUISA	23
2.5 ÉTICA	24
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
3.1 DA LÍNGUA À FALA – MUDANÇA E HISTORICIDADE	26
3.1.1 A Linguagem Enquanto Componente Individual e Social.....	31
3.2 A FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, CULTURA E ALIMENTAÇÃO	34
3.2.1 A Base da Formação da Língua Portuguesa e do Português Brasileiro.....	34
3.2.2 A Formação da Base Etnolinguística: a Expansão do Português no Brasil.....	36
3.2.3 A Formação da Base Etnolinguística: o Indígena na Construção da Família Brasileira.....	41
3.2.4 A Formação da Base Etnolinguística: o Negro na Constituição da Família Brasileira	45
3.2.5 A Formação da Base Etnolinguística: Correntes Imigratórias	48
3.2.6 A Alimentação e Cultura no Brasil: Encontro de Etnias.....	50
3.3 O LÉXICO EM AMBIENTE SOCIAL	56
3.3.1 O Campo Léxico.....	62
3.4 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA SOB A ÓTICA DA SOCIOLINGUÍSTICA, GEOLINGUÍSTICA E ETNOLINGUÍSTICA	64
3.4.1 Os Estudos da Variação Linguística – Sociolinguística, Dialetoлогия e o Método da Geolinguística e sua Vertente Pluridimensional	64
3.4.2 Os Atlas Linguísticos: o Resultado de Estudos Geossociolinguísticos	76
3.4.3 A Etnolinguística.....	83

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS	88
4.1 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 176 – CAFÉ DA MANHÃ - COMO SE CHAMA A PRIMEIRA REFEIÇÃO DO DIA, FEITA PELA MANHÃ?	90
4.2 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 177 – GELEIA - COMO CHAMAM AQUI A PASTA FEITA DE FRUTAS PARA PASSAR NO PÃO, BISCOITO?	98
4.3 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 178: CARNE MOÍDA – COMO CHAMAM AQUI. A CARNE DEPOIS DE TRITURADA NA MÁQUINA?.....	107
4.4- ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 179: CURAU/CANJICA - COMO SE CHAMA UMA PAPA CREMOSA FEITA COM COCO E MILHO VERDE RALADO, POLVILHADA COM CANELA?	113
4.5 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 180 – CURAU/ CANJICA COMO SE CHAMA ESSA MESMA PAPA, COM MILHO VERDE RALADO, SEM COCO?	120
4.6-ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 181: MUNGUNZÁ/CANJICA - COMO SE CHAMA AQUELE ALIMENTO FEITO COM GRÃOS DE MILHO BRANCO, COCO E CANELA?	126
4.7 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 182: AGUARDENTE - COMO SE CHAMA A BEBIDA ALCOÓLICA FEITA DE CANA-DE-AÇÚCAR?.....	133
4.8 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 183: EMPANTURRADO - QUANDO UMA PESSOA ACHA QUE COMEU DEMAIS, ELA DIZ: COMI TANTO QUE ESTOU ___?	142
4.9 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 184: GLUTÃO - COMO SE CHAMA UMA PESSOA QUE NORMALMENTE COME DEMAIS?.....	150
4.10 NÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 185 – BALA - COMO SE CHAMA AQUILO EMBRULHADO EM PAPEL COLORIDO QUE SE CHUPA?.....	156
4. 11 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 186: PÃO FRANCÊS - COMO SE CHAMA ISTO? MOSTRAR	162
4.12ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 187– PÃO BENGALA - COMO SE CHAMA ISTO? MOSTRAR.	168
 CONCLUSÃO.	 177
 REFERÊNCIAS.....	 186

1 INTRODUÇÃO

Desde a gênese do universo, a palavra constitui o meio de afirmação da existência do mundo na maioria dos livros sagrados, pois, quando Deus disse: faça-se a luz, a luz foi feita por ação da palavra. A nomeação contribui na afirmação da essência, da classificação e da categorização dos seres. Os povos utilizam-se da palavra para descrever os fatos cotidianos e facilitar a intercomunicação entre os membros falantes da mesma língua. Conforme atesta Biderman (1998, p. 92), “podemos afirmar que o homem desenvolveu uma estratégia engenhosa ao associar palavras a conceitos que simbolizam os referentes”. A linguagem é, pois, um meio de expressão do homem, refletindo sua visão de mundo e suas experiências; sendo assim, apresenta-se multifacetada, pois é influenciada por vários fatores, como o tempo, o lugar, a circunstância, entre outros.

O processo de associação das palavras aos conceitos configura-se um artifício natural do homem e, sobre o assunto, Biderman (1998, p. 90) esclarece:

Como as palavras permanecem através do tempo entesouradas por uma cultura e transmitidas de geração a geração, o processo de conceptualização parece mais estático do que efetivamente é. Nesse ponto é preciso distinguir o processo individual de formação de conceitos transmitidos materialmente através de gerações por meio do vocábulo herdado e transmitido, sobretudo nas sociedades dotadas de uma tradição escrita. Na dimensão individual, o léxico é conceptualizado como um conjunto de representações, isto é, de objetos mentais que se consubstanciam nas palavras que esse indivíduo domina e das quais ele se serve.

Cada indivíduo utiliza a fala como meio de expor a sua individualidade, expressada por meio dos termos herdados de seus antepassados e das relações sociais. O meio social e o domínio que o falante possui dos diversos estilos linguísticos influenciam no momento de utilização de seu universo lexical, com a adequação da fala como processo de comunicação e interação. Neste sentido, a palavra atua, no estabelecimento da identidade do universo lexical do falante e encaixa-se em um estado de evolução da língua, como se discute ao longo deste trabalho.

Nascentes aponta para a importância dos estudos da língua em uso, ao afirmar que “uma língua não se espalha através de uma região sem alterar-se aqui e ali” (NASCENTES, 1960, p. 253), e salienta a necessidade do estudo dialetológico em nosso País, dada a grande

extensão territorial e a variada composição étnico-cultural brasileira que atuam na diversificação lexical.

No caso da motivação para esta pesquisa, a interação inicial nasceu com os estudos da variação linguística na graduação, em 2004, durante as aulas de Gramática Histórica, disciplina ministrada pela professora Doutora Vanderci de Andrade Aguilera, que apresentou a pesquisa que desenvolvia na Universidade Estadual de Londrina, o Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, explanado no capítulo a seguir.

Durante o curso de Especialização em Língua Portuguesa, no ano 2005, ingressamos na equipe de transcritores e de revisores do referido projeto e desenvolvemos a monografia *Um estudo lexical sobre o campo semântico da Alimentação e Cozinha no Brasil*, com base no *corpus* disponível nas Regionais do ALiB Paraná e Mato Grosso do Sul¹ que, até então, haviam coletado os dados em onze capitais, a saber: Manaus – AM, Rio Branco – AC, Porto Velho – RO, Macapá – AP, Boa Vista – RR, na região Norte; São Paulo – SP, na região Sudeste; Campo Grande – MS, Cuiabá – MT e Goiânia – GO, que compõem a região Centro-Oeste; Florianópolis – SC, Curitiba – PR, que integram a região Sul. Este material colhido mediante gravação já estava transcrito e revisado pelas equipes de transcritores, bolsistas de Iniciação Científica e voluntários do curso de graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina.

O ingresso no projeto e interação com os trabalhos de transcrição e revisão das entrevistas do Projeto ALiB possibilitaram uma reflexão acerca da importância do estudo da variação linguística no Brasil, para conhecimento do português brasileiro, bem como possibilitou a escolha do campo semântico da *Alimentação e Cozinha* como objeto de estudo nas pesquisas acadêmicas. Diante disso, propusemo-nos verificar se há variantes lexicais referentes a esse campo, entre os falantes das capitais brasileiras e, caso isso se confirmasse, como se processava a distribuição das variantes lexicais.

Após o estudo dos dados das onze capitais, na monografia do curso de Especialização e tendo verificado a influência de variadas culturas no léxico nacional, para esta dissertação, estendemos a pesquisa acerca deste campo semântico para as vinte e cinco capitais investigadas pelo Projeto ALiB, buscando atingir os seguintes objetivos:

Geral: Descrever a realidade linguística do português no Brasil, com base no *corpus* elaborado sobre o campo semântico da *Alimentação e Cozinha*, a partir dos dados das vinte e

¹ Na época a Dr^a Aparecida Negri Isquerdo, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, atuava junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem como professora visitante do CNPq e coordenava, ao lado da Dr^a Vanderci de Andrade Aguilera, os trabalhos do ALiB relativos à região Centro-Oeste e parte das regiões Sul, Sudeste e Norte.

cinco capitais do Projeto ALiB identificando as possíveis diferenças diatópicas (diferenças/semelhanças entre os falares de acordo com áreas geográficas distintas), diagenéricas (diferenças/semelhanças entre os falares dos gêneros masculino e feminino) e diageracionais (diferenças/semelhanças entre os falares das gerações – crianças, jovens, adultos e idosos); como forma de fotografar e registrar aspectos da influência da cultura e da vivência do falante na composição e diversificação do léxico. Como mecanismo de compreensão do processo de criação lexical, e da renovação/manutenção do léxico, buscamos nos pressupostos teóricos da Sociolinguística e da Etnolinguística a relação entre cultura, sociedade e fala.

Objetivos Específicos: (i) Descrever o acervo lexical coletado pelo Projeto ALiB no campo da *Alimentação e Cozinha* com base na unidade e na diversidade da Língua Portuguesa no Brasil; (ii) Discutir, à luz da Geografia Linguística, a distribuição espacial de variantes léxico-semânticas; (iii) Averiguar a possível influência de fatores diastráticos no uso/surgimento de determinadas formas linguísticas; (iv) Comparar as 11 cartas fenotípicas (sintéticas), resultantes do estudo das cartas pluridimensionais com a pesquisa de Nascentes (1953) sobre a divisão dialetal brasileira; (v) Verificar o processo de criação de palavras/etimologia como forma de atuação do falante na renovação lexical, aliando Sócio e Etnolinguística; (vi) Confrontar as acepções trazidas nos dicionários com a forma corrente em uso registrada pelos informantes.

2 METODOLOGIA

Apresentamos neste capítulo a natureza da pesquisa, seu contexto, procedimentos e instrumentos utilizados nas várias etapas do trabalho.

2.1 NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa insere-se nos modelos qualitativo e quantitativo. No primeiro, pela interpretação subjetiva como forma de estudo do homem em suas relações sociais, analisando-se a variação e a constituição lexical, segundo as variáveis diagenérica, diageracional e diatópica. Tal modelo segue os pressupostos teórico-metodológicos da Dialetoologia Pluridimensional, que agrega ao método Geolinguístico as variáveis estudadas pela Sociolinguística, e, neste estudo, somando-os a princípios da Etnolinguística (com a verificação da influência da cultura na fala do homem). No segundo modelo, por representar os dados em tabelas, gráficos, porcentagens e discuti-los com base na frequência de uso representada numericamente.

Por meio da aliança entre método qualitativo e quantitativo de pesquisa, buscamos uma base de contexto mais confiável na interpretação e validação dos resultados alcançados.

A consistência da pesquisa qualitativa baseia-se na comparação de obras e resultados obtidos em pesquisas similares, para atingir a confiabilidade dos resultados. Nesta pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, a variação linguística enquanto fenômeno social revela-se por meio da fala dos entrevistados. A pesquisa etnográfica, como explica Telles (2002, p. 102-103):

...É frequentemente utilizada para tentar compreender vários comportamentos e relações de/entre grupos de pessoas [...] dentro de um contexto social específico (escola, comunidade, família, etc.). Seu propósito é descrever e interpretar a cultura e o comportamento cultural dessas pessoas e grupos.

A análise dos dados foi alcançada de modo interpretativista, momento em que o pesquisador constrói os significados da pesquisa. O trabalho foi segmentado em tópicos segundo os temas e o resultado busca uma explicação dos fenômenos linguísticos, e sua

possível vinculação a um grupo social, cultural ou regional. Dentro do paradigma sócio-construtivista² e interpretativista de pesquisa, a concepção de verdade constitui algo construído em parceria com os agentes da pesquisa. Pesquisador e pesquisados cooperam na exploração e interpretação dos dados sociais em que transparece o componente étnico-cultural da comunidade linguística. Christians (2006, p. 166), deste modo, expõe:

A pesquisa em estudos culturais é historicamente auto-reflexiva, crítica, interdisciplinar, familiarizada com teorias influentes e concentrada no global e no local, levando em consideração discursos históricos, políticos, econômicos, culturais e cotidianos. [...] dentro da tradição etnográfica existe uma preocupação pós-moderna com o texto social e sua produção.

Salienta o autor que a pesquisa etnográfica vincula-se à realidade cultural, social e histórica, associando as disciplinas de estudo linguístico na elaboração do trabalho, preocupando-se com o contexto de produção dos dados.

2.2 CONTEXTO, INFORMANTES

2.2.1 Contexto

A pesquisa foi desenvolvida a partir dos dados do Projeto ALiB - Atlas Linguístico do Brasil, que possui amplitude nacional, objetivando a realização do Atlas geral do Brasil concernente à língua portuguesa. A sede do projeto encontra-se na Universidade Federal da Bahia - UFBA, envolvendo mais instituições, a saber: Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Santa Catarina. Após novembro de 2008 integraram-se ao projeto: União Metropolitana de Educação e Cultura, Universidade Potiguar, Universidade do Estado do Rio

² Segundo Vygotsky, a aquisição de conhecimentos dá-se da interação do sujeito com o meio, por intermédio de um mediador; sociedades e culturas diferentes produzem estruturas diferenciadas.

Grande do Norte, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro Federal Tecnológico da Paraíba e Universidade Estadual de Campinas³.

A rede de pontos abarcada pelo Projeto ALiB compõe-se de 250 localidades, seguindo critérios demográficos, históricos e culturais, alguns deles partiram da obra *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, de Antenor Nascentes (1958). As entrevistas são realizadas *in loco*, por uma equipe composta de cerca de trinta inquiridores, selecionados pelo Comitê do Projeto. Os questionários linguísticos foram utilizados como instrumento de coleta de dados por membros do Comitê Nacional, levando-se em conta os Atlas regionais já publicados, bem como o Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e Galiza. Apresenta-se composto pelo Questionário Fonético-Fonológico (QFF), Questionário Semântico-Lexical (QSL) e Questionário Morfossintático (QMS), acrescentando-se questões referentes à pragmática, temas para discursos semidirigidos, questões metalinguísticas, e texto para leitura. Um dos objetivos do Projeto ALiB é o de apurar a variação diatópica do português brasileiro, de modo a estabelecer e caracterizar áreas dialetais.

O trabalho desenvolvido trata da distribuição diatópica e possíveis influências diastráticas na criação lexical e uso de determinadas variantes e a verificação da dicionarização das formas coletadas nas entrevistas realizadas pelas Equipes Regionais⁴ do Projeto ALiB, coordenadas pela prof^a Dr^a Suzana Cardoso, da UFBA, em 25 capitais brasileiras: Macapá – AP, Boa Vista – RR, Manaus – AM, Rio Branco – AC, Porto Velho – RO, Belém – PA; São Luís – MA, Teresina – PI, Fortaleza – CE, Natal – RN, João Pessoa – PB, Recife – PE, Maceió – AL, Aracaju – SE, Salvador – BA, Cuiabá – MT, Campo Grande – MS, Goiânia – GO, São Paulo – SP, Belo Horizonte – MG, Vitória – ES, Rio de Janeiro – RJ, Curitiba – PR, Florianópolis – SC e Porto Alegre – RS⁵.

As questões cujas respostas foram utilizadas na pesquisa foram as de número 176 a 187 do Questionário Semântico Lexical - QSL (doze questões), que constam da página 36 dos *Questionários do ALiB 2001* (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001):

³(fonte: Projeto Atlas Linguístico do Brasil – **Instituições**. Disponível em: <http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/AlibInstituicoes> - Acesso em 08 dez. 2010).

⁴ As entrevistas foram realizadas pelas equipes de entrevistadores coordenadas por Aguilera: Macapá, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Curitiba e Florianópolis; Aguilera e Isquendo: Boa Vista, Manaus, Cuiabá, Campo Grande e Goiânia; Isquendo: Rio Branco, Porto Velho; Razky: Belém; Aragão: São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal e João Pessoa; Mota e Cardoso: Recife, Maceió, Aracaju, Salvador e Rio de Janeiro; Cléo Altenhofen: Porto Alegre – RS.

⁵ As capitais Palmas e Brasília não foram contempladas pelo Projeto ALiB e nesta pesquisa por serem capitais de formação recente.

- 176 – CAFÉ DA MANHÃ – Como se chama a primeira refeição do dia, feita pela manhã?
- 177 – GELÉIA- Como se chama a pasta feita de frutas para passar no pão, biscoito?
- 178 – CARNE MOÍDA - Como se chama a carne depois de triturada na máquina?
- 179 – CURAU/CANJICA - Como se chama uma papa cremosa feita com coco e milho verde ralado, polvilhada com canela?
- 180 – CURAU - Como se chama essa mesma papa, com milho verde ralado, sem coco, como é que chama?
- 181 – MUNGUNZÁ/CANJICA - Como se chama aquele alimento feito com grãos de milho branco, coco e canela?
- 182 – AGUARDENTE - Como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar?
- 183 – EMPANTURRADO - Quando uma pessoa acha que comeu demais, ela diz: Comi tanto que estou___?
- 184 – GLUTÃO - Como se chama uma pessoa que normalmente come demais?
- 185 – BALA/CONFITO/BOMBOM - Como se chama aquilo embrulhado em papel colorido que se chupa?
- 186 - PÃO FRANCÊS - Como se chama isto? Mostrar.
- 187 – PÃO BENGALA - Como se chama isto? Mostrar.

A escolha desse campo do questionário deu-se pelo reconhecimento da riqueza de componente cultural e social que o uso de determinada variante no contexto lexical da alimentação e cozinha pode representar.

2.2.2 Informantes

São 200 os inquéritos das capitais que já estão transcritos e revisados. Foram entrevistados oito informantes por capital, distribuídos pelas variáveis sexo, idade e escolaridade. O seguinte quadro permite a visualização do perfil dos informantes das capitais:

Quadro 1 - Perfil dos informantes das capitais do Projeto ALiB

Informante	Sexo	Idade	Escolaridade
1	Masculino	Jovem	Fundamental
2	Feminino	Jovem	Fundamental
3	Masculino	Idoso	Fundamental

4	Feminino	Idosa	Fundamental
5	Masculino	Jovem	Superior
6	Feminino	Jovem	Superior
7	Masculino	Idoso	Superior
8	Feminino	Idosa	Superior

Fonte: Projeto ALiB (2001)

Os informantes são representados por meio de numeração, com o código da cidade, utilizado pelo Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001), para identificação da rede de pontos, mais os números apresentados no quadro, que revelam o perfil social de cada entrevistado. Exemplo: Informante jovem do sexo masculino, de nível fundamental (código 1) nascido em Macapá (código 002) – identificação do informante - 002-1. Os nomes são apresentados nas fichas de controle no projeto por meio das iniciais, para manutenção da privacidade das identidades.

2.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada pela equipe de documentadores (entrevistadores) do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil. A transcrição e revisão dos dados foram realizadas por membros das equipes do Projeto, e seus resultados compartilhados entre as regionais. As gravações aqui utilizadas encontram-se na sala 169 do IRCH, sede do Projeto ALiB Regional Paraná, na Universidade Estadual de Londrina. As entrevistas foram gravadas em MDs e copiadas para o banco de dados sonoro para realização da transcrição e revisão por meio do programa Adobe Audition. As gravações, transcrições e primeiras revisões compõem o banco de dados informatizado, das quais foram feitas cópias de segurança em CDs e DVDs enviadas para o Comitê Nacional, com sede na Universidade Federal da Bahia.

2.4 ETAPAS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta dissertação, foram seguidos os seguintes passos:

- (i) pesquisa bibliográfica para a formulação da base teórica da pesquisa;

(ii) análise das entrevistas para verificar a frequência e a distribuição das variantes no campo pesquisado;

(iii) elaboração de quadros para comparação da produtividade das diversas variantes e sua distribuição nas 25 capitais brasileiras;

(iv) registro das variantes em cartas linguísticas: após a análise das entrevistas e levantamento de variantes, foram confeccionadas as cartas linguísticas a fim de demonstrar a distribuição diatópica das formas lexicais encontradas, para uma delimitação de possíveis isoglossas. Elaboramos 12 cartas pluridimensionais, levando em conta a idade, o sexo e escolaridade dos informantes;

(v) elaboração de 11 cartas fenotípicas (sintéticas), a partir da análise das cartas pluridimensionais a fim de compará-las aos estudos de Nascentes (1953) da divisão dialetal brasileira;

(vi) verificação da dicionarização ou não das variantes lexicais encontradas na pesquisa, por meio de consulta aos dicionários gerais: Moraes Silva (1945), Houaiss (2001) e Ferreira (2004); e outros léxicos: Nunes; Nunes (1996), Cascudo (2001), Lopes (2004), Martins (2001), Ortêncio (1983) buscando compará-las quanto à acepção e à etimologia;

(vii) análise semântico-lexical das formas mais frequentes, com a finalidade de apurar possíveis influências diatópicas e/ou diastráticas;

(viii) relação entre o perfil dos informantes e observações sobre os itens citados: foram levadas em conta também as afirmações e comentários dos entrevistados sobre formas lexicais mais antigas ou de outras regiões, ou ainda as usadas por falantes rurais.

2.5 ÉTICA

Por ética subentende-se o respeito às regras, princípios morais, valores e normas da sociedade. A coleta de dados efetuada para a pesquisa segue os códigos de ética. Conforme já explicado no item 2.2.2 Informantes, os entrevistados possuem sua privacidade assegurada e sua identidade mantida sob sigilo com a identificação por meio de numeração. Christians (2006, p. 147) argumenta que “os códigos de ética insistem nas salvaguardas para proteger as identidades das pessoas e dos locais de pesquisa”. O asseguramento da privacidade dos

informantes é gravado no final da entrevista, bem como o consentimento do uso para a pesquisa.

O termo de consentimento livre e esclarecido é realizado no final na entrevista, na forma de gravação, no qual o inquiridor do Projeto ALiB explica os objetivos da pesquisa e enfatiza o sigilo da identidade do entrevistado. Continua Christians (2006, p. 146):

Em conformidade com seu compromisso em relação à autonomia individual, a ciência social que segue a tradição de Mill e de Weber insiste que os sujeitos da pesquisa têm o direito de serem informados a respeito da natureza e das conseqüências dos experimentos dos quais participam.

A concordância na participação da pesquisa surge de maneira voluntária, por meio de consentimento gravado. Os resultados das pesquisas deverão ser publicados por meio de artigos científicos, monografias, livros, entre outros. Tais trabalhos serão abertos à comunidade, assegurando o retorno da análise à sociedade como forma de aprimoramento da pesquisa e aplicação de práticas de ensino adequadas à realidade linguística do falante.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a averiguação do fenômeno da variação linguística e do processo de criação e instauração do léxico da cozinha e alimentação nas capitais brasileiras, foi necessário proceder a uma retomada dos principais conceitos, como linguagem, língua, fala, cultura, variação, mudança, léxico, entre outros. Para isto, buscamos também entender o processo de formação do Português Brasileiro.

Assim sendo, para embasar a análise e discussão dos dados, apresentamos, sinteticamente, neste capítulo: (i) alguns conceitos de linguagem, língua, fala, variação e mudança linguística; (ii) uma visão panorâmica da história da formação da língua portuguesa desde sua gênese lusitana até a transposição para a colônia sul-americana; bem como um estudo da formação social da nação brasileira com a contribuição autóctone (indígena), africana e portuguesa, no primeiro momento, e a posterior contribuição de outros imigrantes europeus e asiáticos; (iii) uma exposição sobre o encontro de diferentes etnias (africana, indígena, asiática, dentre outras) e a contribuição de cada uma para a culinária brasileira. Para fechar a discussão teórica, retomamos as noções de léxico e os princípios da Sociolinguística, Dialetoлогия/Geolinguística, os estudos dos Atlas Linguísticos e pesquisas de natureza Etnolinguística.

3.1 DA LÍNGUA À FALA – MUDANÇA E HISTORICIDADE

Para efetivação dos estudos desenvolvidos nesta pesquisa, delimitamos um panorama da vinculação dos estudos da língua, linguagem e léxico à investigação da variação linguística.

O falar é uma atividade universal que se realiza por indivíduos particulares e membros de comunidades históricas. A fala é atividade livre e necessariamente infinita, por isso nunca completamente realizada, como mecanismo criador de signos:

Todo acto de hablar, siendo al mismo tiempo histórico y libre, tiene una extremidad anclada en su necesidad histórica, en su condición

históricamente necessária – que es la lengua -, y otra extremidad que apunta a una finalidad significativa inédita y que, por lo tanto, va más allá de la lengua ya establecida⁶ (COSERIU, 1988, p. 48).

Coseriu (1988) explica que os atos de fala possuem sua condição histórica (fixada na e pela língua) e ao mesmo tempo a liberdade oferecida pela necessidade de comunicação e transmissão do pensamento, que atuam como mecanismos de metamorfose.

Na mesma linha de pensamento, Lucchesi (2004) explica que a fala constitui atividade linguística concreta e a língua, um sistema linguístico objetivo, um produto, fato social. A fala possui um lado individual enquanto a língua existe na comunidade de modo completo; consiste na parte social da linguagem exterior ao indivíduo que não pode criá-la e nem modificá-la.

Segundo o autor, a língua classifica-se como sistema heterogêneo, abarcando o fenômeno da mudança linguística. Tal mutação que ocorre com o acúmulo de experiências e através dos tempos, é enfatizada por Sapir (1971, p. 216):

...nada menos do que uma forma completa de expressão para toda a experiência comunicável. Essa forma pode ser variada de inúmeras maneiras pelo indivíduo, sem perder com isso os seus contornos distintivos; e está constantemente remodelando-se, como sucede com toda arte. A língua é a arte mais ampla e maciça que se nos depara, cúmulo anônimo do trabalho inconsciente das gerações.

A língua remodela-se a cada geração, em cada ato de fala, como meio de melhor expressar a realidade das experiências de comunicação. Diversifica-se nas áreas geográficas em que se encontra inserida, ligando-se a uma raça⁷, a uma cultura, à história de um povo:

Toda língua tem uma sede. O povo que a fala, pertence a uma raça (ou a certo número de raças), isto é, a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. Por outro lado, a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas (SAPIR, 1971, p. 205).

⁶ “Todo ato de fala, sendo ao mesmo tempo histórico e livre, tem uma extremidade ancorada em sua necessidade histórica, na sua condição historicamente necessária – que é a língua – e outra extremidade que aponta a uma finalidade significativa inédita, e que, portanto, além da língua estabelecida”. [tradução nossa]

⁷ Mantivemos a denominação ‘raça’ tal como se apresenta em Sapir (1971).

Segundo o autor, as raças, línguas e culturas possuem cada uma seu curso. As raças mesclam-se mais do que as línguas, e estas podem propagar-se por outros territórios, outras raças e culturas; a história pode remodelar áreas culturais sem modificar divisões linguísticas. Sob esse prisma, podemos caracterizar que o Brasil é formado por um amálgama de várias raças e culturas, unidas pela mesma língua portuguesa brasileira, que recebeu influências dessa multiplicidade étnico-cultural.

Em relação à diferenciação entre as línguas e culturas, Sapir (1971, p. 213) argumenta:

... o isolamento geográfico e histórico que determinou as diferenciações raciais era naturalmente favorável também a variações intensas de língua e cultura. A própria circunstância de que raças e culturas, postas em contato histórico, tendem a se assimilar no correr do tempo, ao passo que as línguas contíguas só se assimilam fortuitamente e a certos respeitos superficiais, indica não haver nenhuma relação profunda de causa e efeito entre o desenvolvimento lingüístico e o desenvolvimento específico da raça e da cultura.

O autor enfatiza que há maior disparidade de assimilação entre línguas em contato do que entre raças e culturas, que a seu ver, constitui-se de modo mais natural. O isolamento das áreas e a história de cada povo também auxilia na instauração da variação linguística e cultural, atestando a dinamicidade da língua com a finalidade comunicativa em cada localidade. A comunicação é essencial ao ser humano e esta se realiza por meio de uma língua histórica, conforme explica Coseriu (1978):

Esta (a língua) não se impõe ao falante, e sim, o falante a assume como própria, assumindo ao mesmo tempo a sua própria historicidade, o seu ser histórico; não é “obrigatória” como imposição externa, e sim, como “compromisso”, como “obrigação livremente assumida e consentida”[...] Por outro lado, o falante a cria continuamente como tradição pelo fato mesmo de que a realiza no falar em circunstâncias particulares (COSERIU, 1978, p. 10).

Por meio da tradição, a língua apresenta continuidade histórica e o falante é livre para assumi-la, ao mesmo tempo em que a recria.

Inserida em uma língua histórica, a variação se faz presente com a constante renovação da língua que atua nos termos de maior uso e nas expressões que são utilizadas, mas que em dado período entram em desuso e depois voltam à fala, adquirindo nova carga semântica, conforme Silva Neto (1970, p. 15) demonstra: “as línguas estão, pois, em perpétua

mudança, embora só o repouso seja facilmente perceptível. A evolução explica-se, principalmente, pela descontinuidade da transmissão e pela própria constância de uso”.

A variedade da língua apresenta-se em toda língua histórica e possui três tipos de unidades idiomáticas (sistemas linguísticos mais ou menos homogêneos), segundo Coseriu (1978, p. 15):

...diferença no espaço geográfico ou diatópicas, diferenças entre os estratos sociais (ou, em nossas comunidades, sócio-culturais) ou diferenças diastráticas, e diferenças entre os tipos de modalidade expressiva segundo os tipos de circunstâncias do falar (falante – ouvinte – assunto – ocasião do falar, em cada caso como circunstancia típica) ou diferenças diafásicas e unidades sintópicas (ou “dialetos”), unidades sinstráticas (ou “níveis de língua”) e unidades sinfásicas (ou “estilos de língua”).

As diferenças dentro de uma língua apontadas na citação pelo autor encontram-se nos eixos diatópico, diastrático e diafásico. O pesquisador explica que nas comunidades linguísticas européias as diferenças mais marcantes são as diatópicas.

Câmara Jr (1985, p. 07-08), por sua vez, expõe a dificuldade do linguista de estabelecer conceito de língua devido à diversificação geográfica em espaço ou horizontal e à vertical, de ordem social entre as classes da sociedade e interferência entre elas. Para estabelecer uma língua, segundo o autor, fixa-se uma “invariabilidade relativa”.

Silva Neto (1970) corrobora a argumentação de Câmara Jr (1985) ao enunciar que a língua não se apresenta estática, embora para seu estudo seja preciso fixar certa estabilidade para comparar as mudanças:

As línguas são resultados de complexa evolução histórica e se caracterizam, no tempo e no espaço, por um feixe de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além. O acúmulo e a integral realização delas depende de condições sociológicas, pois, como é sabido, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão das mudanças (SILVA NETO, 1970, p. 13)

A sociedade atua deste modo configurando e moldando a língua às suas necessidades, de acordo com a evolução e surgimento de novas realidades a serem nomeadas. E o léxico, seu constituinte, apresenta-se de modo mais livre às mudanças impressas pelo uso.

A língua que não se modifica, ela é abstrata. Esta, quando real, pode ser concebida como uma instituição em equilíbrio não estático, mas dinâmico, e para seu estudo é imaginada como fixa, estável. O estado de língua é sempre resultado de outro anterior e produto de fatores históricos, e tal estado pode ser comprovado pelos arcaísmos. Em relação à consciência que os falantes têm sobre os vários níveis de linguagem, em particular sobre os arcaísmos, Coseriu (1988, p. 19) pondera que os falantes têm consciência de formas mais

arcaicas e neológicas nos usos e, deste modo, acabam atuando como linguistas. Nas palavras do autor:

... es indudable que hasta los hablantes tienen la consciencia de que ciertos elementos son “más viejos” o “más nuevos”, pero no manifiestan esta conciencia al hablar con esos elementos, en el *lenguaje primario*, sino al hablar sobre ellos, en el *metalenguaje*, es decir, en cuanto, dejando de ser simplemente hablantes, se vuelven de algún modo lingüistas y adoptan un punto de vista histórico⁸.

Dentre as estruturas que constituem a língua é importante distinguir a norma (o comum) do sistema (funcional). A norma de uma língua representa o equilíbrio externo (social, regional) e as realizações permitidas pelo sistema. Segundo Coseriu (1988, p. 55), o sistema constitui o: “sistema de posibilidades, de coordenadas que indican los caminos abiertos y los caminos cerrados de un hablar comprensible en una comunidad”⁹, enquanto a norma: “en cambio es un sistema de realizaciones obligadas consagradas social y culturalmente: no corresponde a lo que puede decirse sino a lo que ya se ha dicho y tradicionalmente se dice en la comunidad considerada”¹⁰. (COSERIU, 1988, p. 55)

Coseriu (1988, p. 65) explica que não se deve confundir língua funcional com língua histórica ou idioma, pois a língua histórica abarca várias normas e sistemas. A língua constitui um arquissistema dentro da qual se compreendem vários sistemas funcionais. O equilíbrio entre os sistemas abarcados pelo arquissistema chama-se norma histórica.

O falante tem consciência das normas históricas da língua que fala; os inventores de palavras inventam sempre formas possíveis no sistema. O saber linguístico de saber falar e entender a fala constitui-se na prática e se apresenta teorizado com os estudos sobre a língua.

O saber linguístico enquanto saber transmissível é cultura. A língua faz parte da cultura, pois, para Coseriu (1988, p. 89), o homem possui conhecimento das coisas via linguagem e conhecimento da linguagem. O aspecto cultural da língua é ela própria, que, enquanto saber linguístico atua como ciência comum de vários falantes, por isso é interindividual ou social e, enquanto conhecimento tradicional, compreende um saber histórico.

⁸ “Não há dúvida de que os falantes têm consciência de que certos elementos são “mais velhos” ou “mais novos”, mas não manifestam esta consciência na fala explicitamente na linguagem primária, mas ao falar sobre eles, na metalinguagem, deixam de ser simplesmente falantes e se tornam de algum modo linguistas adotando um ponto de vista histórico”. [tradução nossa]

⁹ “Sistemas de posibilidades, de coordenadas que indican los caminos abiertos e los caminos fechados de un hablar comprensível em uma comunidade”. [tradução nossa].

¹⁰ “... na mudança é um sistema de realizações necessárias consagradas social e culturalmente: não corresponde ao que se pode dizer senão ao que já foi dito e tradicionalmente se diz na comunidade considerada”. [tradução nossa].

A língua real dispõe de um modo sistemático, cultural, social e histórico. Inserido em uma tradição linguística geral, coexistem várias tradições de menor extensão. O saber linguístico não ocorre apenas na comunidade, mas também no falante que, como indivíduo histórico, conhece várias tradições e pode fazer uso delas dependendo das circunstâncias de fala.

O estudioso salienta que a mudança configura algo inerente ao modo de existir da língua. Mudanças na estrutura da sociedade não se refletem na estrutura interna da língua, por serem paralelas. A estratificação social e a estrutura da sociedade correspondem à estrutura externa da língua, e esta constitui fato cultural. Conforme Coseriu (1988, p. 115) “lo social es sin duda, un importante factor indirecto en la “evolución” lingüística, pero solo en la medida en que implica variedad y jerarquización del saber lingüístico, es decir, como factor cultural”¹¹. Ou seja, o aspecto social atua indiretamente na evolução da língua com a impressão da hierarquização e variedade, fatores culturais.

Com relação às mudanças linguísticas, Coseriu (1987, p. 95) pondera que as “inovações se difundem ao longo das grandes vias de comunicação, seguindo, por exemplo, o vale dos rios e amiúde passam duma cidade a outra sem conquistar as zonas intermediárias. Algumas comunidades fixam-se ao redor da margem dos rios, favorecendo o intercâmbio.

As formas linguísticas avançam por meio da ação dos indivíduos falantes e a magnitude de difusão depende do prestígio dos indivíduos, centros inovadores e intensidade e amplitude de das relações sociais e culturais. As inovações podem ser interrompidas por obstáculos que impedem a intercomunicação.

A inovação, portanto, parte da criação individual, como ato individual atuando na formação da heterogeneidade. A conservação, por sua vez, arquiva a tradição estabelecida pela norma social, caracterizando a homogeneidade. Com relação à inovação e à atuação do indivíduo, Silva Neto (1960, p. 32) atesta que: “a inovação só chega a ser câmbio quando é adotada pela consciência linguística da coletividade, isto é, quando se torna um fato de língua”. Ou seja, a língua modifica-se quando a comunidade linguística adota determinada inovação e passa a utilizá-la.

3.1.1 A Linguagem Enquanto Componente Individual e Social

¹¹ “O social é, sem dúvida, um importante fator indireto na evolução linguística, mas apenas na medida em que implica a variedade e hierarquização do saber linguístico, enquanto fato cultural”. [tradução nossa].

Sobre a questão acima, Coseriu (1988) destaca que a linguagem tem um lado individual e um lado social e um não pode ser concebido sem o outro. A língua é um fato social e tais fatos sociais são interindividuais e transcendem ao homem, sendo criados continuamente. O processo de aquisição da linguagem não é biológico, mas desenvolve-se inserido em uma sociedade direcionado pelas tradições; falar é uma função “não instintiva, uma função adquirida, cultural” (SAPIR, 1971, p. 18). Portanto, a linguagem “é um método puramente humano e não-instintivo de comunicação de idéias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos voluntariamente produzidos” (SAPIR, 1971, p. 22).

Segundo Sapir (1971), a língua é variável entre todos os falantes. Mesmo ao comparar dois indivíduos falantes de mesmos dialetos e círculos sociais, haverá diferenças na fala de cada um, na entoação, escolha vocabular, uso de expressões, etc. A linguagem, por sua vez, “existe apenas dentro de sua aplicação – falada e ouvida, escrita e lida. Toda mudança significativa que nela se verifique tem de existir inicialmente como variação individual” (SAPIR, 1971, p. 155). Segundo o autor, existe uma declividade na língua, e suas mudanças são prefiguradas por tendências do presente como continuação de outras mudanças de outrora.

A linguagem possui dimensão objetiva (sujeito-objeto – expressão do ser das coisas) e dimensão intersubjetiva com a alteridade do sujeito (homem falante pressupõe outros sujeitos em uma consciência criadora de linguagem e aberta às diferenças de linguagem).

Como fenômeno cultural, a linguagem apresenta-se, na medida em que constitui produto da atividade criadora do homem, fundamentada em seu conhecimento de mundo. Tanto a linguagem quanto a cultura são atividades imateriais, conforme evidencia Coseriu (1977, p. 27):

El lenguaje, como actividad libre del hombre, y también como producto de esa actividad, constituye un fenómeno cultural. Todo acto lingüístico es un acto creador, que se funda en un saber. En cuanto acto creador, el lenguaje posee todas las características de aquellas actividades creadoras del espíritu cuyos resultados no son materiales, o en que lo material no es lo determinante, y que se llaman conjuntamente cultura.¹²

Conforme esclarece o autor, a linguagem sofre a ação livre do falante, recriada em atos linguísticos sob o peso imaterial da cultura refletido na materialidade da língua.

¹² “A linguagem, como atividade livre do homem e também como produto dessa atividade, constitui um fenômeno cultural. Todo ato linguístico é um ato criador, que se funda em um saber. Enquanto ato criador, a linguagem possui todas as características daquelas atividades criadoras do espírito, cujos resultados não são materiais, ou que o material não é o determinante, mas em conjunto com a cultura”. [tradução nossa].

Casado-Velarde (1991) vincula a interpretação cultural de linguagem a Vico e Humboldt, para quem a atividade linguística representa uma objetivação do sujeito que atua e recebe o produto de sua atuação moldado em novos atos expressivos.

Os objetos culturais na mudança pertencem ao mundo da liberdade – como criações livres, cujos produtos da criação são constituídos não por causas, mas com determinadas finalidades.

A linguagem também constitui saber transmitido, portanto cultura, realizada pela tradição, estrutura e normas. Para que esta seja efetivada, faz-se necessária a formação de comunidade idiomática. A linguagem possui as características universais: semanticidade, criatividade, alteridade, materialidade e historicidade.

Para ser linguagem, o fato material deve associar-se a conteúdo significativo, apresentando-se como logos semântico. A alteridade dos sujeitos na interação linguística determina que a linguagem é para os outros e por isso sua essência realiza-se no diálogo: fala-se para o outro em uma língua comum situada em um ato linguístico, na dimensão intersubjetiva da linguagem. A sua materialidade é fato físico, observável e realiza-se em formas historicamente determinadas (em uma língua histórica concreta).

A materialidade ocorre entre falante e ouvinte, sendo mediado por algo material. A criatividade é a faculdade individual - a criação deve introduzir-se em sistema de possibilidades na comunidade.

O ato de falar significa falar em uma linguagem. “El lenguaje [...] es la fijación y objetivación del conocimiento que el hombre tiene del mundo y de sí mismo”¹³ (CASADO-VELARDE, 1991, p. 32). Segundo o autor, esta transparece o conhecimento do homem acerca do mundo e de si mesmo. Outro fator apontado pelo estudioso como fator universal da linguagem é a semanticidade. Nas línguas históricas, as palavras não nomeiam de modo imediato as coisas, mas sim instituições, essências intuitivamente concebidas.

Reportando-se a Aristóteles, o linguista cita três grandes tipos de usos da linguagem: i) uso lógico (*logos apofanticos*); ii) uso poético (*logos poieticos*) e iii) uso prático (*logos pragmaticos*), dos quais originaram os tratados *De interpretatione*, *Poética* e *Retórica*.

Os significados linguísticos relacionam-se com o conhecimento intuitivo do homem sobre o mundo e de si mesmo. A constituição dos significados na linguagem enquanto logos semântico possui caráter histórico. Estes se vinculam às necessidades, interesses e cultura de

¹³ “A linguagem é a fixação e objetivação do conhecimento que o homem tem do mundo e de si mesmo”. [tradução nossa].

cada comunidade, em dado espaço e tempo e as línguas refletem o patrimônio cognoscitivo-linguístico de cada grupo.

Diacronicamente, a investigação do léxico pode servir para o conhecimento da gênese e da formação do patrimônio cultural do signo linguístico. As palavras usuais da língua estão em contínuo processo de formação, possuindo caráter histórico. A cada ato linguístico, o homem instaura a mudança nas línguas vivas. A formação dos significados produzidos na linguagem encontra-se, pois, em constante ação. Casado-Velarde (1991) argumenta que os significados linguísticos não são apenas fruto do pensamento reflexivo do falante, mas sim manifestação de nossa contemplação do mundo e de nós mesmos.

Ao estudar a mudança linguística é preciso abarcar a pesquisa sobre as mudanças que as línguas vivas instauram no léxico, pois este constitui o elemento mais aberto às transformações motivadas tanto linguística, quanto extralinguisticamente. Sendo assim, no item a seguir, discorreremos sobre a formação histórico étnico cultural da língua portuguesa falada no Brasil e sua vinculação ao contexto da alimentação para posterior adentramento nos estudos lexicais e variacionistas.

3.2 A FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, CULTURA E ALIMENTAÇÃO

A fim de procedermos ao estudo da realidade linguística brasileira, foram traçados os primórdios da língua portuguesa lusitana até a transposição às terras brasileiras, local em que se estabeleceram os contatos entre os povos, miscigenando etnias, culturas e hábitos alimentares.

3.2.1 A Base da Formação da Língua Portuguesa e do Português Brasileiro

O primeiro grupo a dominar a região da Península Ibérica foram os celtas, segundo Serafim da Silva Neto (1970, p. 58), “nos começos do século VII a. C. surge, na Península, outro povo de origem indo-européia. Trata-se dos celtas, que vieram através dos Pirineus e que, dois séculos mais tarde, voltariam em levadas mais expressivas e significantes”.

Com a vinda dos romanos, no século III a C, os invasores procuraram modificar o menos possível as unidades territoriais que encontravam para não gerar protestos, e, pelo fato de encontrarem uma população desunida, organizada em tribos, conseguiram transpor sua cultura da civilização helênica, por meio dos soldados e comerciantes, que atuaram propagando o latim. As estradas construídas por eles facilitaram o domínio e, com o cristianismo, a romanização penetrou mais fundo, incutindo nos autóctones da Península o ideal de alma de novo mundo, de acordo com Silva Neto (1970). A igreja, por sua vez, tinha interesse em conservar as unidades das demarcações territoriais atuando como administradora romana.

Silva Neto (1970) ainda classifica as línguas românicas como provindas da língua popular dos romanos, mais flexível e menos cuidada. Na expansão linguística desde o século XV com os Descobrimentos, temos os mesmos fenômenos da difusão do latim no Império Romano. As línguas emigradas possuem dois aspectos – unidade e nivelamento provocados pela mistura na colonização, e particularidades arcaizantes com a ruptura da tradição, quebra da evolução e isolamento de grandes centros.

Como elemento de coerção, a língua traduz também a superioridade de uma nação frente a outras, como no caso do latim, que deu origem às línguas românicas, fruto de invasões e conquistas e consequente dominação pela língua romana. No século V, o território que mais tarde se tornaria Portugal foi conquistado por bárbaros germânicos que não foram capazes de suplantar o latim, embora tenham se fundido a ele, por tratar-se de uma língua indo-européia. Em 711 com a conquista da Península pelos árabes, a cultura árabe une-se com o romance peninsular. “O romance se repetia de outiva, tradicionalmente era um falar estagnado, não escrito, sem relação com uma língua escrita que lhe servisse de base” (SILVA NETO, 1970, p. 337). Embora os árabes tivessem uma “cultura mais desenvolvida”, sua língua não foi capaz de fundir-se ao latim, por ser de família semítica (NASCENTES, 1960, p. 246).

Os povoados na Península nasciam ao redor dos mosteiros, entre os séculos VIII e XI e, com o movimento de Reconquista¹⁴, três grupos linguísticos se formaram: galego-português, castelhano, catalão.

A expansão da língua de acordo com as configurações geográficas recebeu novos retoques, conforme avalia Silva Neto (1970, p. 378):

¹⁴ Reconquista: Segundo Houaiss (2001) – “movimento de anexação dos territórios ocupados pelos mouros aos domínios portugueses [A Reconquista fez parte da política administrativa dos reis de toda ou quase toda a primeira dinastia portuguesa]”.

Relativamente ao léxico sucede que muitas palavras – por serem empréstimos e não terem bases profundas na consciência linguística – se desfiguram foneticamente, cedendo a falsas percepções auditivas ou associando-se a outras, parecidas quer na forma, quer no significado.

As formas lexicais emprestadas de outras línguas acabaram por auxiliar na criação de neologismos, pela falta de base de consciência linguística, da fala de outros povos, pois o falante que utiliza um empréstimo linguístico nem sempre possui o mesmo referencial que o falante da língua materna, da qual a expressão provém, utiliza. Segundo o autor, a norma tende a propagar-se sobre os regionalismos e o norte de Portugal possuía uma formação linguística mais diversificada do que a do sul.

O primeiro campo de expansão real portuguesa foi para as ilhas dos Açores e da Madeira mais ou menos em 1430, e logo depois os açorianos instalaram-se no Brasil, conforme identifica Silva Neto (1970, p. 429):

Era antiga, por exemplo, a idéia de incrementar o povoamento do Brasil com gente açoriana. Desde 1550 pelo menos se incentivou a vinda dos ilhéus preferindo-se aqueles que fossem casados. Posteriormente cresceu muito a emigração açoriana para o Brasil, a ponto de se formarem verdadeiras colônias.

O incentivo da vinda dos açorianos casados traduz a mentalidade lusitana da conquista efetiva da colônia sul-americana. Os portugueses, que foram os primeiros a frequentar as costas da África e a entrar em contato com tribos negras, possuíam uma visão de dominação marítima, que os impulsionou às conquistas territoriais no início do século XV.

Com relação ao domínio e à formação da sociedade brasileira, delimitam-se a seguir as bases linguísticas com a expansão do Português no Brasil.

3.2.2 A Formação da Base Etnolinguística¹⁵: a Expansão do Português no Brasil

Silva Neto (1970) explica que, para compreender a natureza e a estrutura do português no Brasil, é preciso estabelecer a base demográfica, pois a variação linguística vincula-se à formação étnica da comunidade de fala, à diversidade de termos provenientes de

¹⁵ A Etnolinguística foi discutida no capítulo 3.4.3 do trabalho.

povos de culturas diferentes. Seguindo essa prerrogativa na formação da língua portuguesa no Brasil, temos a base linguística constituída pelos colonizadores portugueses que entraram em contato com aloglotas (populações que abandonaram a língua materna para adotar o português – uns nativos do Brasil, outros da África) e, a partir do século XIX, a contribuição linguística dos imigrantes italianos, alemães e japoneses, dentre outros.

Sobre o estudo dos grupos étnicos formadores do Brasil, recorremos a Diégues Jr (1980) que confirma o seu sincretismo:

o mongolóide, o caucasóide, e o negróide. Indígenas, portugueses e africanos representaram essa presença, que podemos dizer universal, do homem no Brasil; homem de várias origens que aqui se encontraram, aqui se juntaram e aqui se mesclaram, criando o brasileiro como povo fisicamente marcado por sua diversidade (DIÉGUES JR., 1980, p. 8).

Tais povos formaram o alicerce do panorama cultural brasileiro atual, somado à contribuição de outros povos europeus e asiáticos, evidenciando o pluralismo observado em cada região, adaptado e recriado à cultura brasileira.

A base social variou segundo o grau de contato e interação de forças demográficas, organizações de sociedades, como escola, jornais e publicações; a base literária era o português literário trazido ao Brasil pelos jesuítas, disseminado pela instrução colonial. Essas bases humanas estabeleceram a base linguística.

A língua tupi, que influenciou o alicerce da formação da língua portuguesa falada no Brasil, era utilizada pelo povo tupinambá, dando origem à língua geral e ao *nheengatu* (falado na Amazônia). Como inicialmente era aprendida de ouvinte, não se elevou à categoria de língua escrita literária, pois era associada à classe humilde da sociedade colonial. Teyssier (1997) informa que, embora falada em quase todo o território nacional, a língua geral foi proibida a partir de 1757, por um Diretório criado pelo Marquês de Pombal.

De acordo com Freyre (2008), a organização da sociedade contribuiu na formação linguística - as mulheres brancas casadas, chamadas iaiás do século XVI, contribuíram com a permanência do homem na terra e para estabilização da economia. Predominam os padrões europeus de cultura em pontos de colonização realizados por homens casados pela sua fixação em território em busca de sustento familiar; e menor manutenção da base cultural pelos homens solteiros, por sua característica migratória.

Com relação à origem dos colonizadores que adentraram o País, salienta-se a contribuição dos açorianos no Sul do Brasil, cuja vinda foi incentivada pela Coroa, disserta

Silva Neto (1970). A imigração espontânea diferenciava-se da oficialmente estimulada pelo fato de a última ser constituída por famílias e destinar-se à agricultura, incentivada para ocupar territórios pouco habitados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul: “é em meados do século XVII que se começa a colonização destas duas unidades, o que foi feito com Açorianos, os quais constituem, assim, o fundo principal da sua população” (SILVA NETO, 1970, p. 586). A origem social dos colonos de classes humildes apresenta interesse do ponto de vista linguístico por ser conservadora, pois a vida tranquila e tradicional constitui aspecto estagnante de traços culturais, pela busca da conservação da cultura original.

Além do traçado da origem dos povos, é preciso delinear a sua distribuição pelo espaço geográfico. Desse modo, verificamos que a ocupação do território brasileiro deu-se do litoral para o interior, partindo do Maranhão e Pará no extremo Norte; de Pernambuco, gerando os núcleos da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas; da Bahia, gerando Sergipe. A penetração de São Paulo para o Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) ocorreu a partir do século XVII. Essa região possuía grande contingente de açorianos, e, nos séculos seguintes, acorrem outros imigrantes europeus (italianos, alemães, entre outros).

Em relação à vinda de europeus para colonizar o Brasil, Freyre (2008¹⁶ p. 276) explica:

Iniciada a colonização do Brasil pelo esforço dos portugueses, ao sangue do colonizador oficial logo se misturou livremente o de europeus das mais variadas procedências: ingleses, franceses, florentinos, genoveses, alemães, flamengos, espanhóis.

Alguns termos advindos do moçárabe que constitui o substrato português persistiu na vida do brasileiro em tempos coloniais. O mouro foi a grande força operária em Portugal, com implementos como moinho de água, técnicas da lavoura – trouxeram a laranja, o algodão e o bicho da seda; desenvolveram a cultura de cana transportada da Ilha Madeira para o Brasil; a utilização de técnicas de cultivo elaboradas pelos mouros trouxe também suas nomenclaturas.

Silva Neto (1970), por sua vez, traça o panorama linguístico do início da colonização desde 1532 até o século XVII, da seguinte forma:

- i) O português é falado na costa por portugueses que ascenderam socialmente. Havia no Brasil uma notável unidade com portugueses oriundos de vários pontos de Portugal.

¹⁶ A primeira edição de *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, de Gilberto Freyre data de 1933.

- ii) A língua geral era usada pelos índios e como língua de contato e comércio com os portugueses (séculos XVI e XVII) – o tupi adstrato¹⁷ para o português e o português substrato¹⁸ para o índio.

A base linguística era fundamentalmente composta, até então, pelo português, africano e indígena.

A economia vincula-se à permanência do homem na terra e, deste modo, podemos traçar os agrupamentos étnico-culturais ligados às condições econômicas, como por exemplo, no século XVII, quando os negros passaram a se organizar em espécies de cooperativas, com os Quilombos. A região do açúcar foi afetada pelas minas (ciclo do ouro – séc. XVII e XVIII) e posteriormente pelo surto do café (século XIX - 1920). Com a eliminação do tráfico negreiro e abolição da escravatura (em 1888), ocorreu a escassez de escravos que culminou no tráfico interno destes trabalhadores do norte para o sul do Brasil.

No século XVIII, as famílias passaram a se instalar em vilas móveis em busca de ouro, com as bandeiras, interagindo mais intensamente com os indígenas. Nas cidades faltavam alimentos, sobretudo a carne para consumo, pois o Brasil se urbanizava e sua população se expandia, enquanto os governantes não desenvolveram as bases da alimentação. A falta de alimentos ocorreu principalmente em regiões de monocultura mais profunda como a área de Pernambuco a Bahia, na qual o produto principal que movia a economia era o açúcar, e na zona do Rio de Janeiro e São Paulo, cuja produção principal era o café. As zonas de abastecimento de alimentos rurais dessas localidades eram localizadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Piauí.

Quando D. João VI e a família real chegaram ao Rio de Janeiro, em 1808, acentuou-se o desprestígio da aristocracia rural. O período do século XVIII à primeira metade do XIX foi um tempo de diferenciação – menor patriarcalismo, menos absorção da mulher pelo homem, do indivíduo pela família, do escravo pelo proprietário, e maior urbanização, salienta Freyre (2008).

Em meados de 1850 a força econômica do Império voltava às mãos dos portugueses:

De portugueses, muitas tavernas e padarias – novidade, as padarias no Brasil, do século XIX, certo como é que durante a era colonial forma raros entre nós os padeiros públicos, amassando-se quase sempre em casa o pão de trigo feito para os raros europeus intolerantes do beiju ou da farinha de

¹⁷ Adstrato: segundo Houaiss (2001) – “língua ou dialeto falado numa região contígua àquela em que se fala outra língua e que pode influenciar esta última, na fonética, na sintaxe e, sobretudo, no léxico”.

¹⁸ Substrato: de acordo com Ferreira (2004) – “língua de determinada área que foi substituída por uma outra, geralmente a de um povo invasor, mas que deixou traços nesta”.

mandioca ou da broa ou do cuscuz de milho; e quase todas as tabernas, padarias, e lojas situadas nas “principais ruas”, ao contrário das de brasileiros, colocadas em “becos tampados”, travessas, cambões e instaladas em casebres (FREYRE, 2003, p. 386).

De acordo com Freyre (2003), os portugueses acreditavam que teriam na colônia muitas oportunidades: “porque o Brasil é agrícola e oferece grandes vantagens a quem vem esfaimado procurar o pão” (FREYRE, 2003, p. 387). Os brasileiros, por sua vez, tinham o temor da contínua vinda de portugueses tomando conta do comércio brasileiro, uma lusofobia.

Segundo Mattos e Silva (2004, p. 21), o nascimento da língua portuguesa brasileira surgiu da diversidade regional e social e alguns fatores, demarcados principalmente no século XIX, favoreceram a diversificação regional, como a entrada de imigrantes (de variadas línguas), localizando-se principalmente no sudeste e sul, e imigrantes portugueses açorianos (não mais colonizadores) no litoral catarinense. Os fatores que alicerçaram a tendência para o uso do português europeu elencados pela autora, por sua vez, foram a presença da corte portuguesa no Rio a partir de 1808, juntamente com outro: portugueses que abandonaram Portugal, e a independência que tinha como proposta tornar o ensino universal e obrigatório, trazido na primeira Constituição brasileira, de 1823.

Ainda de acordo com Mattos e Silva (2004, p. 82), os afrodescendentes e africanos que vieram ao Brasil auxiliaram na difusão do português geral brasileiro. Os “actantes” principais do “multilinguismo e multidialeto” no Brasil colônia conforme elenca a autora, foram:

- i) O português europeu na sua dialeção diatópica, diastrática e diacrônica, que teria ao longo do período colonial um contingente médio de 30% da população brasileira; seria esse português europeu a base histórica do português culto brasileiro que começaria a elaborar-se a partir da segunda metade do século XVIII;
- ii) As línguas gerais indígenas, que, plurais e dialetizadas, poderiam até confundir-se com o português geral brasileiro nas áreas geográficas delimitáveis em que se difundiram;
- iii) O português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro que, adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita, é difundido pelo geral do Brasil, sobretudo pela maciça presença da população africana e dos afro-descendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial (MATTOS e SILVA, 2004, p. 90).

Além das influências de culturas européia, indígena e africana, realizadas de forma diferente ao longo do território brasileiro, e do tempo, somadas a fatores sociais, a grande extensão territorial também contribuiu (e contribui) para a intensa dialeção que ocorre no País.

A grande extensão territorial e a consequente dificuldade de intercomunicação favoreceram, segundo Nascentes (1953, p. 16), a diferenciação da fala regional: “[...] a enorme extensão territorial sem fáceis comunicações interiores quebrou a unidade do falar, fragmentando-o em subfalares [...]. Para isso contribuiu também o modo diferente de povoamento das diversas regiões”.

Após a contextualização da contribuição expansionista do português, apresentamos o cenário da contribuição indígena na gênese da sociedade brasileira.

3.2.3 A Formação da Base Etnolinguística: o Indígena na Construção da Família Brasileira.

Pero Vaz de Caminha é retratado por Diégues Jr (1980, p. 12-13) como o primeiro etnógrafo que registrou a organização econômica dos indígenas, na “alimentação baseada no cará ou na mandioca”. Registrou também a ausência de criação e agricultura, em privilégio da atividade coletora realizada pelos indígenas, justamente pela característica migratória da população.

Os índios eram considerados maus trabalhadores, não se fixavam e não se adaptavam à lavoura, segundo Marroquim (1934, p 28-29):

Em quanto ao resto, os índios não alugavam jamais os seus braços por tempo ilimitado, porém, sim, por vinte dias, por exemplo... Antes mesmo de expirar seu contrato, exigiam os selvagens os seus salários, temendo não receberem coisa alguma, e quando eram pagos antes, deixavam não poucas vezes o trabalho sem o terminarem. Muitas vezes, tomavam a fuga para se subtraírem a toda espécie de jugo.

Devido ao perfil de trabalhador dos indígenas no Brasil, os lusitanos recorreram à escravidão negra da África. – extrema importância no norte como mão de obra nos engenhos.

Contudo, o indígena no Brasil não apresentou reação radical contra o domínio português, como ocorreu no México e Peru. Pela mulher “gentia” enriqueceu-se a vida no Brasil com alimentos até hoje em uso: “Da cunhã é que nos veio o melhor da cultura indígena. O asseio pessoal. A higiene do corpo. O milho. O caju. O mingau” (FREYRE, 2008, p. 163).

Com relação à influência exercida pela língua tupi na língua portuguesa falada no Brasil, Melo (1981, p. 41) afirma:

Das línguas indígenas do Brasil, natural é que tenha sido o tupi aquela que maior influxo exerceu no português, porque era a mais importante, era a mais falada e funcionava mesmo com espécie de língua segunda de certos grupos de aborígenes não tupis. Acresce a isso que as duas línguas conviveram por largo tempo, sendo que, até o século XVIII, o tupi sobrepujou o português, tanto é verdade que, no primeiro quartel deste século, consoante a afirmação dos entendidos, o tupi era três vezes mais usado que o português.

O tupi era a língua mais usada para comunicação entre indígenas e colonos, pois, como expõe Melo (1981), além da grande região ocupada por falantes nativos da língua tupi, os portugueses e os padres da catequese encarregaram-se de espalhá-la. Era também uma das línguas dos bandeirantes, que a utilizavam para a denominação toponímica, promovendo a sua expansão para as regiões do Planalto Central.

Os jesuítas classificavam os indígenas em tupi e tapuia: os primeiros utilizavam a língua geral da costa e os últimos uma língua diferente, afirma Diégues Jr (1980, p. 16). Ainda com relação às subdivisões da língua tupi, o autor continua:

A língua de maior expansão era o tupi-guarani, dividido em três grupos fundamentais: o amazônico ou “nheehgatu”, o “tupi”, usado na costa e conhecido como “língua geral” e o guarani ou “abaneenga”, falado na área meridional (DIÉGUES JR, 1980, p. 66-67).

A civilização dos indígenas foi realizada por meio da Companhia de Jesus com a cristianização. Pela pressão dos jesuítas, o tupi favoreceu a aproximação entre tribos e entre essas e o colonizador português, contribuindo para uniformizar “valores morais” entre os índios. A organização jesuítica teve fim com a política do Marquês de Pombal, em 1757, com o temor ideológico da disseminação da língua geral sobre a língua portuguesa.

Inicialmente, nos primeiros séculos da colonização, a educação não segregava brancos e índios, daí advêm o amalgamento de tradições indígenas e européias, mas com o tempo e o desenvolvimento do ideal comercial, os padres começaram a escravizar os índios.

O índio auxiliou o bandeirante mameluco no manejo com relação à alimentação e à exploração da terra, como por exemplo, as tribos indígenas do Nordeste, que cultivavam milho e ensinaram os lusitanos a cultivá-lo. A população encontrada pelos portugueses era

simples, sem grandes monumentos ou artifícios de cultivo e exploração. Os indígenas da “terra de pau de tinta”, conforme classifica Freyre (2008), sofreram o amalgamento de raça e cultura “ameríndias” com os portugueses. A escassez de mulheres brancas fez com que o português entrasse em contato com as índias, pois sem a gentia não se poderia colonizar a extensa costa.

Pelo fato de a cultura indígena ser nômade, o cultivo (de mandioca, cará, milho, jerimum, amendoim, mamão) era praticado apenas por algumas tribos mais desenvolvidas. Dessa forma, o caráter de mobilidade dos indígenas fez com que as índias desenvolvessem menos dotes culinários do que as negras, pois as índias participavam dos trabalhos desenvolvidos pelos homens, como a pesca. Algumas tribos do Nordeste utilizavam a caça, a pesca, a cultura da mandioca, do tabaco e da coca e em menor extensão do milho, inhame ou cará, jerimum e pimenta. Entre os colonos era frequente o uso de aguardente de cana, como bebida.

Segundo Freyre (2008), ainda hoje a mandioca é alimento fundamental do brasileiro e a técnica de fabricação é quase a mesma dos indígenas. A Amazônia constitui área de cultura brasileira mais impregnada de influência cabocla:

A culinária nacional – seja dito de passagem – ficaria empobrecida, e sua individualidade profundamente afetada, se se acabasse com os quitutes de origem indígena: eles dão gosto à alimentação brasileira que nem os pratos de origem lusitana e nem os manjares africanos jamais substituiriam. Mas deve-se salientar que foi nas cozinhas das casas-grandes que muitos desses quitutes perderam o ranço regional, o exclusivismo caboclo, para se abasileirarem (FREYRE, 2008, p. 192-193).

O autor enaltece a importância dos quitutes indígenas na gênese da culinária nacional e a participação das casas-grandes na elaboração de pratos essencialmente brasileiros. O estudioso ainda disserta sobre o uso generalizado em todo Brasil do mingau, da canjica de milho, e da muqueca:

Do milho preparavam as cunhãs, além da farinha (abatiú), hoje usada no preparo de vários bolos, a *acanjic*, que sob o nome de canjica tornou-se um dos grandes pratos nacionais do Brasil, a pamuna – hoje pamonha – envolvida, depois de pronta, na própria palha do milho, a pipoca, que, segundo Teodoro Sampaio, quer dizer “epiderme estalada”; e ainda uma bebida fermentada, o *abatí-i* (FREYRE, 2008, p. 193-194).

Nessa citação, o autor expõe a importância do milho na cozinha colonial brasileira, bem como a etimologia dos quitutes provindos da cultura indígena. Ainda salienta ter sido o milho o único cereal encontrado pelos portugueses no Brasil.

Silva Neto (1960), por sua vez, ressalta que alguns topônimos utilizados foram inspirados no falar indígena, assim como referentes de linguagem familiar. O estudioso cita alguns destes referentes:

...é o caso, por exemplo, de mingau (papa feita de várias féculas, grãos e outras substâncias), de peteca, de pipoca (grão de milho arrebetado ao fogo, e, figuradamente afecção cutânea, como espinhas) (SILVA NETO, 1960, p. 270).

Segundo Rodrigues (1999), atualmente existe a diferenciação das línguas indígenas de natureza tipológica e genética. Em relação à tipologia, há línguas de gramática analítica ou outras polissintéticas, características encontradas nas Américas; línguas de variado inventário fonológico e outras com poucas vogais e consoantes e também há línguas tonais (com sílabas de variados tons – do baixo ao alto) e outras línguas que utilizam o tom só para caracterizar o tipo da sentença, mais utilizada em línguas européias. Em relação ao ponto de vista genético, classificando as línguas de quanto à origem mais próxima, as 180 línguas indígenas brasileiras distribuem-se por 40 conjuntos, as chamadas famílias linguísticas. Dez destes constam de uma única língua, denominada língua isolada. As línguas em cada família variam de 2 a 30, o que é o caso do tupi guarani, a mais difundida, com falantes no Amapá, norte do Pará, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, outras no litoral, em Rondônia, nos afluentes meridionais do Rio Amazonas, no Madeira, no Tapajós, no Xingu, no Tocantins e Araguaia. A Jê constitui outra grande família, com línguas desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul, a Aruak no leste o oeste da Amazônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, entre outras.

Para o autor, o isolamento da América do Sul, ligada por apenas um istmo e cercada por dois dos maiores oceanos, contribui com a diferenciação de inovações linguísticas que não chegam até a região bem como de fenômenos peculiares aos povos indígenas deste local. Segundo o autor, existem hoje 180 línguas indígenas que são apenas 15% das milhares de línguas indígenas que calculam já ter existido no Brasil colônia e por isso, o estudioso ressalta a necessidade de estudos filogenéticos das línguas indígenas sobreviventes, a fim de compreender a capacidade humana de criar línguas.

A incorporação da cultura, culinária e linguagem indígenas à nacional, atesta a importância do estudo do índio na constituição da língua portuguesa do Brasil, além de outros

povos. Para delineamento de tal empreitada, trazemos, a seguir, considerações acerca da contribuição do negro na formação linguístico-cultural.

3.2.4 A Formação da Base Etnolinguística: o Negro na Constituição da Família Brasileira.

Os grandes focos de entrada de escravos no Brasil foram a Bahia e Pernambuco, trazidos para o trabalho na economia açucareira; no Maranhão, desenvolvendo a lavoura do algodão; em Minas Gerais, com o advento da mineração e no Rio de Janeiro, com a cultura de cana de açúcar e depois do café. Os negros distribuíram-se pelas fazendas e se espalharam por todo o território.

Diégues Jr (1980) afirma que a condição de escravo no Brasil não permitiu que mantivessem integralmente sua cultura de origem, devido ao contato com vários povos diferentes, além de outros fatores, como a separação de famílias e contato com membros de outras tribos, algumas até rivais, o que favoreceu o enfraquecimento de manutenção de sua cultura, assujeitando-os a um senhor de engenho. Com menção a esse fato, Mattos e Silva (2004), por sua vez, observa que a quantidade de falantes banto no Brasil era superior às outras etnias no período de tráfico negreiro. Os negros eram selecionados negativamente, ou seja, a escolha era realizada de modo que não se acumulassem nos pontos de chegada no Brasil, grupos etnicamente, cultural e linguisticamente semelhantes. Somente no século XIX a importação de escravos deixou de ser organizada com a seleção negativa. Segundo a autora, as línguas africanas não se estabeleceram no Brasil devido à política do tráfico que separava colíngues, expediente usado para não haver reação contra a dominação escravocrata, além do fato de não ter existido a formação plena de famílias de escravos para a fixação da cultura e das línguas africanas.

Dentre as culturas negras puras (ioruba, nagô, quimbundo, banto), a mais adiantada era a ioruba, assevera Diégues Jr (1980). O nagô foi considerado língua geral dos negros e, por meio desta, se realizavam cerimônias de cultos e atos litúrgicos, entre os povos originários da nação africana. Mas o quimbundo e o banto foram mais influentes no ponto de vista linguístico, pois trouxeram muitas de suas expressões para a língua portuguesa.

Melo (1981) discute a importância de estremar a influência africana no português do Brasil, com a contribuição direta da escravidão no Brasil e a indireta, com a escravidão em

Portugal, e que, devido a esse último fato, alguns africanismos foram “importados” diretamente de Portugal.

Estabelecida no Brasil a população escrava, constituíram-se duas “línguas gerais” dos negros, de acordo com a procedência deste: foi o “nagô” ou “ioruba” na Bahia e o “quimbundo” nas outras regiões. O “quimbundo” é mais importante não só linguisticamente – porque tem maior poder expressivo, bem como vocabulário mais rico, - senão também e principalmente porque foi muito mais empregado, por maior número de indivíduos e numa área geográfica muito mais considerável (MELO, 1981, p. 76).

Segundo Melo (1981), a contribuição negra foi menor do que a tupi em relação ao léxico da língua portuguesa falada no Brasil, fixando raízes mais profundas na fonética e sintaxe.

De acordo com Marroquim (1934) em relação ao falar de Alagoas e Pernambuco, a variedade dialetal do Nordeste tem três origens: o português arcaico, a derivação e a composição dialetais, e a contribuição estrangeira aliadas ao tupi e as línguas africanas, em vários campos semânticos. Segundo o autor, a tematologia (parte da morfologia em que se estuda a constituição das formas específicas ou temas de cada uma das classes gramaticais que entram no discurso e que foram classificadas pela lexicologia) encontra nessas línguas sua grande fonte, uma vez que o elemento indígena brasileiro e o elemento escravo, este vindo em grandes massas da África, tenham deixado na região pedaços de seu vocabulário. “É a afirmação eterna de sua passagem. A lembrança da espoliação de uns e do sacrifício de outros” (MARROQUIM, 1934, p. 113). A contribuição do negro na língua do Nordeste deu-se na toponímia após o desejo de liberdade, pois antes estes indivíduos não podiam locomover-se livremente e por isso surgiu na república do Palmares tal desejo com forma de demonstração de posse, denominando montes, aldeias, entre outros.

Marroquim (1934) traz uma listagem numerosa dos substantivos comuns, e alguns próprios, (110 lexias), classificando-os como termos frequentes no Nordeste, recebidos dos negros. Nomes da culinária e alimentação (aluá, fubá, angu, dendê, quiabo, quibebe, inhame, manguzá – mugunzá, denominação utilizada no Nordeste do Brasil, segundo Houaiss (2001), e outros campos semânticos, como música e manifestações culturais (bataque, berimbau, carimbó, ginga, marimba, maxixe), manifestações religiosas (Nagô, Ogum, capeta), convívio e comportamento social (banzé, cafuné, fuzuê, muxoxo, mulambo), fauna (calango, camundongo, gongá, gorila, orangotango), entre outros.

No artigo de Puzzinatto e Aguilera (2006, p. 20), existe a hipótese de que a influência negra na língua portuguesa foi mais significativa no Nordeste do que no interior de São Paulo, com a comparação dos estudos de Amaral (1920) e Marroquim (1934), que será atestada com a finalização do Projeto do Atlas Linguístico do Brasil.

Yeda Pessoa de Castro, autora de *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro* (2001) que é considerado o livro mais completo já escrito sobre as influências das línguas africanas no português do Brasil divulga o resultado de 40 anos de estudos na Bahia, na República Democrática do Congo (ex-Zaire) e na Nigéria. A autora (2002, p. 39) relata que os povos africanos, trazidos para o Brasil ao longo de quatro séculos, provieram de duas regiões subsaarianas: (i) o domínio banto (Camarões, Gabão, Congo, Angola, Namíbia, África do Sul, Botsuana, Uganda, Moçambique, Tanzânia, Zimbábue); (ii) a África Ocidental – da região do Senegal até a Nigéria.

Em seu trabalho de 2001, a autora apresentou um vocabulário proveniente da África afro-brasileiro palavras oriundas em idiomas bantos como kikongo, quimbundo, umbundo. A autora pesquisou os termos provenientes de manifestações folclóricas na região, desde a época colonial até os mais recentes. A pesquisadora relaciona termos antigos, relacionados à escravidão e recentes, baseados em elementos novos como, na área de alimentação: mungunzá, moqueca, aluá e cachaça. As expressões contemporâneas relacionam-se ao candomblé.

A presença do banto, segundo a autora, configura-se como a principal fonte de africanismos que atuaram remodelando a língua portuguesa. *Mugunzá, moqueca, aluá e cachaça* são termos que segundo Castro (2001), tiveram um aporte lexical mais recente.

Com relação aos estudos da presença do africanismo no Brasil, empreendidos por Puzzinatto e Aguilera (2006), constatou-se que a influencia africana é maior nos falares nordestinos do que no carioca e paulista, de acordo com os dados das obras pesquisadas Amaral (1920), Nascentes (1922), Marroquim (1934). O termo africanismo é tratado por esses estudiosos sem referência ao grupo da qual provém. Na leitura das cartas do APFB e ALSE verificou-se a grande produtividade de termos provindos do quimbundo, banto e quicongo. A etimologia dos termos africanos possui uma classificação genérica, dada por Ferreira. A obra de Castro (2001) revelou ser fonte segura para estudo para palavras procedentes das línguas africanas.

Em relação à cozinha negra, Diégues Jr (1980, p. 107) esclarece: “Da cultura material, podemos lembrar de origem ioruba numerosos pratos da culinária afro-brasileira; aí predominou, em particular na área baiana, a influência enorme da cozinha nagô”.

Freyre (2003), por sua vez, afirma que o regime alimentar dos escravos era bem mais nutritivo do que o da sociedade patriarcal brasileira. Em Salvador a população africana era superior à do Rio de Janeiro e com maior produção de vegetais. A introdução de verduras na alimentação do brasileiro deve-se aos escravos africanos:

... são “matos” cuja introdução na cozinha brasileiras – em geral indiferente ou hostil à verdura – se deve ao africano: como quituteiro ou cozinheiro contribuiu ele – principalmente através da chamada “cozinha baiana” - para o enriquecimento da alimentação brasileira no sentido do maior uso de óleos, de vegetais, de “folhas verdes” (FREYRE, 2003, p. 402).

Além do lusitano, indígena e africano, outros povos imigraram para o Brasil e colaboraram para compor a imensa e variada feição etnolinguística do falar brasileiro, cuja contribuição vem exposta a seguir.

3.2.5 A Formação da Base Etnolinguística: Correntes Imigratórias

Freyre (2003) salienta que, no Recife do século XVII, ocorreu a influência holandesa no ensino aos indígenas por missionários calvinistas; no Maranhão desenvolveram-se estudos do francês e no Norte do Brasil instaurou-se a influência da cultura sefárdica e do comércio judeu¹⁹; Minas Gerais estabeleceu contato com a Europa, adquirindo uma variedade de culturas criada pelo comércio de diamantes. Embora a estagnação geográfica se instalasse, o comércio atuou como fator dinamicamente cultural, pelo contato exercido pelo interesse capitalista europeu.

Para Diégues Jr (1980), no século XVIII ocorreu a fase de maior entrecruzamento étnico e cultural no Brasil, período em que se desenvolveu a extração de ouro e, posteriormente, de diamantes em Minas Gerais; época em que surgiram novas correntes judaicas, espanholas e até mesmo portuguesas, caracterizando-se como uma fase de ostentação de luxo e riquezas. Nesse século verificou-se ainda a integração territorial com a

¹⁹ Os judeus sefárdicos portugueses emigraram também para os Açores, Madeira, Cabo Verde, Guiné e Brasil, envolvendo-se no comércio do açúcar.

política de Alexandre Gusmão para povoamento de áreas na Amazônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com os açorianos.

A abertura dos portos para as “Nações amigas”, em 1808, empreendida por D. João VI, favoreceu a entrada e a miscigenação com outros povos europeus e orientais (alemães, italianos, poloneses, austríacos, belgas, suíços, ingleses, franceses, japoneses). Os surtos imigratórios relacionam-se com o regime de trabalho e, com o fim da escravidão, intensificou-se a entrada de imigrantes no País, e, posteriormente, a entrada de imigrantes liga-se à cultura cafeeira.

Segundo o mesmo autor, em outras regiões como o Nordeste, o regime escravocrata e da grande propriedade impedia a colonização estrangeira e, por isso, as colônias fixaram-se mais no Sul, onde havia distribuição de lotes, pela inexistência de locais habitados.

Os primeiros colonos italianos instalaram-se no Rio Grande do Sul e em São Paulo, a partir de 1880, mas a ocupação estendeu-se ao Espírito Santo e Santa Catarina (Vale do Tubarão). A contribuição dos italianos e alemães deve-se ao regime da policultura diversificando a agricultura; os últimos localizaram-se principalmente no Espírito Santo e na região Sul, formando colônias germânicas. Os japoneses são de presença mais recente no Brasil (com levadas mais significativas no início do século XX) e concentram-se principalmente em São Paulo, norte do Paraná, sul do então Mato Grosso, Pará e Amazonas; os poloneses espalharam-se pelo Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. Os judeus vieram desde a colonização, principalmente judeus sefardins (da própria Península Ibérica), participando do comércio, e várias profissões liberais.

Nas décadas de 1920 e 1930, os imigrantes judeus vieram da Europa Oriental e de todas as regiões, com a intenção de ascender economicamente no Brasil e retornar ao país de origem. Mas com o crescimento do antissemitismo na Europa, resolveram permanecer no país. Na década de 30, com a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha, houve um grande êxodo de judeus para terras brasileiras, mas em 1936, uma medida elaborada pelo Estado Novo proibiu a concessão de vistos a pessoas de origem semita, devido ao temor da represália nazista, o que ocasionou a diminuição de 75% da imigração judia²⁰. Uma grande corrente imigratória dos árabes de sírios e libaneses para o Brasil deu-se no último quarto do século XIX. A maior parte dos imigrantes árabes dirigiu-se para São Paulo, em menor número para Rio de Janeiro e Minas Gerais e poucos foram para a Bahia e Rio Grande do Sul. Até 1920,

²⁰(IBGE: **500 anos: Regiões de origem dos imigrantes judeus:** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/judeus/regorigem.html>. Acesso em 10 fev. 2011).

mais de 58000 imigrantes árabes entraram no Brasil, e o estado de São Paulo recebeu 40% desse total, de acordo com o site do IBGE.

Ainda segundo site do IBGE (2010), nas últimas décadas, a contribuição cultural dos árabes é mais efetiva na culinária, embora esteja presente em outros campos. Com o aumento da cadeia de *fast-foods*²¹ em grandes centros, a população brasileira entrou em contato com o *quibe*, *esfiha*, *tabule*, *coalhada*, receitas que antes eram restritas a restaurantes típicos. Com a popularização de *quibe* e *esfiha*, tais quitutes foram incorporados a outros locais na alimentação, como as pastelarias chinesas, bares e padarias²².

Segundo Rodrigues (1999), o Brasil é um país multilíngue. O português é majoritário e existem mais 200 outras línguas – tais línguas minoritárias somam 0,5% da população (750000 falantes). Deste contingente, 60% a segunda língua mais falada é o japonês, demograficamente. Os 40% restantes falam outras línguas asiáticas como (chinês, coreano, árabe, armênio, etc) e européias (alemão, italiano, polonês, húngaro, grego moderno, ídiche, lituano, etc).

Após o traçado da constituição do povo brasileiro, apresentamos um panorama da alimentação e formação cultural a fim de buscar alguma implicação na linguagem do falante do ALiB.

3.2.6 A Alimentação e Cultura no Brasil: Encontro de Etnias

O homem fixa sua residência de acordo com o ambiente que o circunda, adaptando-o à sua necessidade de subsistência e alimentação. Conforme Diégues Jr (1980, p. 27) assinala: “o ambiente condiciona a vida humana, em primeiro lugar através do clima e do solo, e depois, pela vegetação, pelo relevo e pelos demais elementos que o constituem”. Assim, os grupos humanos procuram uma adaptação às condições ambientais, com a adequação cultural estabelecendo relações entre homem-habitat para aprimoramento do desenvolvimento da vida humana.

Assim, o português, ao instalar-se no território brasileiro durante a colonização,

²¹ “Gênero de comida (ger. sanduíches, batatas fritas etc.), preparada e servida com rapidez; comida de lanchonetes e similares”(HOUAISS, 2001).

²²(IBGE: **500 anos: Árabes – contribuição cultural e política.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/arabes/contribcultural.html>. Acesso em 10 de fev. 2011).

deparou-se com um clima diferente do europeu, que se caracteriza pelas quatro estações bem definidas, o que o levou a adaptar o seu sistema de alimentação baseado primariamente no trigo, para a mandioca, tipicamente brasileira, pois as condições físico-químicas do solo, temperatura, clima eram todas diferenciadas de sua terra de origem. O lusitano teve que readaptar-se à nova condição física, diferentemente do inglês nos Estados Unidos que encontrou condições climáticas e nutricionais próximas às européias.

Freyre (2008) também discorre sobre a diferença de recursos e de condições físicas com que o português se deparou ao adentrar o Brasil:

A falta desses recursos como a diferença nas condições meteorológicas e geológicas em que teve de processar-se o trabalho agrícola realizado pelo negro, mas dirigido pelo europeu dá à obra de colonização dos portugueses um caráter de obra criadora, original, a que não pode aspirar nem a dos ingleses na América do Norte nem a dos espanhóis na Argentina (FREYRE, 2008, p. 76-77).

O estudioso ressalta o caráter diferenciado do processo de colonização dos portugueses no Brasil, em relação a outras colônias. Segundo o autor, os solos, excetuando-se algumas regiões de terra roxa e preta, eram pobres e os rios intermitentes. Como o conquistador não se deparou prontamente com as riquezas minerais e vegetais, passou a cultivar, fato que tornou o Brasil colônia de exploração por meio do plantio, auxiliando na dominação da terra, com a permanência do pioneiro. A sociedade naquela época, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, tornou-se patriarcal e aristocrata, por meio do cultivo da cana de açúcar e, com a exploração particular, foi promovida a mistura de etnias, latifúndios e a escravidão.

O indígena no Brasil, ao contrário da América Andina, não possuía riquezas para oferecer, pois se encontrava na idade da pedra polida, por isso, com o objetivo de exploração, o colonizador, no fim do século XVI adentra o território brasileiro com os bandeirantes que fundaram subcolônias. Devido à mobilidade desde o século XVI e a intercomunicação colonial, os fluminenses e paulistas combateram em Pernambuco e Bahia os holandeses que lá se instalaram.

O deslocamento da base econômica do cultivo de cana, para a extração de ouro e depois para a cultura do café, não alterou o trabalho escravo instaurado na colônia. O Nordeste constituiu a região mais escravocrata do País. Devido à monocultura, a alimentação dos brasileiros era pobre nos séculos iniciais da colonização, e o caboclo inferior, física e intelectualmente, segundo Freyre (2008). Com relação à formação de hábitos alimentares do

brasileiro, o autor explica:

Para as necessidades de alimentação foram-se cultivando de norte a sul, através dos primeiros séculos coloniais, quase que as mesmas plantas indígenas ou importadas. Na farinha de mandioca fixou-se a base do nosso sistema de alimentação. Além da farinha cultivou-se o milho; e por toda parte tornou-se quase a mesma a mesa colonial. Com especializações regionais apenas de frutas e verduras; dando-lhe mais cor ou sabor local em certos pontos a maior influência indígena; em outros, um vivo colorido exótico a maior proximidade da África; e em Pernambuco, por ser o ponto mais perto da Europa, conservando-se como um equilíbrio entre as três influências: a indígena, a africana e a portuguesa (FREYRE, 2008, p. 94).

Os alimentos tipicamente brasileiros eram, pois, a mandioca e o milho, base da alimentação, que, por sua vez, refletiam a influência das culturas indígena, africana e portuguesa. As plantas alimentares características da África, segundo Freyre (2008), foram feijão, banana e quiabo. Como elementos naturais das “ilhas portuguesas” tivemos o boi, o carneiro, a cabra e a cana de açúcar.

Assim como a língua, a culinária brasileira diversifica-se em razão da grande extensão territorial e da influência estrangeira, condimentada pela cozinha indígena. Câmara Cascudo (1967) já apontava que as bases da cozinha brasileira vieram principalmente da África Ocidental, da colonização portuguesa no século XVI e do cardápio indígena. A influência africana deu-se principalmente por bantos e sudaneses, desde o início da colonização brasileira até a fundação dos engenhos de açúcar, na primeira metade do séc. XVII até o séc. XVIII, estendendo-se à atualidade, com a permanência do negro no país. A participação indígena na culinária nacional, também permanece até a contemporaneidade.

No período da colonização, as escravas africanas tinham a função principal de cozinheiras dos senhores de engenho:

A cozinheira negra seria a defensora inicial e poderosa da culinária africana, avançando insensivelmente na divulgação dos seus quitutes agora modificados pelos elementos surpreendentes da flora indígena e o formulário da tradição portuguesa (CASCUDO, 1968a, p. 475).

Além das bases negra, indígena e portuguesa na alimentação do brasileiro, houve a influência de outros povos que imigraram para o Brasil. Alemães, poloneses, italianos, espanhóis, dentre outros, trouxeram para o País suas receitas, que foram adaptadas aos temperos e ingredientes nacionais. Em se tratando da região Sul do Brasil, segundo Furlan

(1989), entre 1748 e 1880, houve três grandes correntes imigratórias para o litoral catarinense: açoriana, germânica e italiana. Assim como a alimentação, a denominação dos pratos sofreram adaptações à fala do brasileiro, como é o caso de *schmier*, do alemão, que no Brasil sofreu adaptação fonética, gerando a forma *chimia*, variante de *geleia*, registrada pelo Projeto ALiB em Florianópolis e em Porto Alegre. Por meio da língua reconhecemos o mosaico que compõe a fala do brasileiro, formada por uma mistura de várias etnias, que se amoldaram à cultura nacional.

De modo geral, onde vingou a agricultura, permaneceu o domínio do sistema latifundiário e escravocrata, que privava a população de suprimento de alimentação rica e sadia; os mais bem alimentados eram os brancos das casas-grandes e negros das senzalas que faziam trabalhos mais pesados. Com a monocultura, o regime de trabalho escravo e a má conservação dos alimentos, o caboclo desenvolveu-se com inferioridade física e intelectual, fruto da má alimentação: “má nos engenhos e péssima nas cidades: tal a alimentação da sociedade brasileira nos séculos XVI, XVII e XVIII” (FREYRE, 2008, p. 102).

O desenvolvimento da agricultura ao longo da faixa marítima favorecia a exportação de produtos para a Europa, tais como o açúcar em Pernambuco; e devido a essa proximidade maior, ocorreu a passagem da produção econômica de São Vicente para o Nordeste.

A Serra do Mar representou uma barreira para penetração para o sul, que foi realizada via litoral para depois seguir em direção ao Planalto. Ao alcançar a porção meridional, os lusitanos se depararam com os espanhóis e somente no século XVIII a região integrou-se efetivamente ao território brasileiro.

O povoamento surge da exploração econômica, conforme esclarece Diégues Jr (1980, p. 30):

Os verdadeiros focos de povoamento, onde se tornaram possíveis, em bases estáveis, as relações demográficas e as de cultura, bem como a estruturação da sociedade brasileira, foram aqueles que resultaram do agrupamento humano para uma exploração econômica.

Nesses agrupamentos organizava-se a base de organização social e suas esferas, com o desenvolvimento e fixação alicerçados na base econômica. No interior desenvolveu-se a criação agropecuária, resultando no povoamento, e no litoral, a produção açucareira. Deste modo surgiram a agro extração na Amazônia, a mineração no centro e a criação de gado por meio das instâncias, no sul. A exploração econômica criou ambiente para inter-relação dos grupos étnicos e culturais.

A partir dos estabelecimentos rurais denominados “fazendas”, de base rural, surgiram as vilas, povoados e cidades. Com a estabilização do povoamento, começam a surgir estudos regionais:

A partir de 1930 é que rigorosamente começamos a sentir o problema de uma classificação regional do Brasil. Surgem algumas classificações. Ora com base em um aspecto cultural – a culinária, a linguagem, por exemplo, ora com aspectos mais gerais, procurando encarar a cultura em seu conjunto (DIÉGUES JR, 1980, p. 35).

A classificação regional apresentada por Diégues Jr (1980, p. 36-44) divide o Brasil em 9 regiões culturais:

- 1) Nordeste agrário do litoral – local em que se iniciou a ocupação humana do Brasil, de economia açucareira e características patriarcais de organização familiar. Do ponto de vista étnico havia maior mestiçagem entre brancos e negros (mulatos); do ponto de vista social, a Casa Grande torna-se símbolo do engenho de açúcar. Passou à exploração das minas no século XVIII e depois do café (século XIX) entrando em declínio enquanto a industrialização do açúcar acentuou-se no fim da Primeira Guerra (1918).
- 2) Mediterrâneo pastoril – o vaqueiro constitui o tipo humano característico e a mestiçagem desenvolveu-se entre brancos e índios (mameluco), brancos e negros e negros e índios. Era uma região característica do cangaceirismo, que tinha como centro social os currais e fazendas de criação.
- 3) Amazônia – A floresta e a água condicionaram a ocupação e o modo de vida na região e o tipo humano característico é o indígena e o mestiço com branco. O extrativismo do seringueiro marca sua economia; enquanto o isolamento contribuiu para o atraso dessa região em termos de sociedade.
- 4) Mineração no Planalto – O desenvolvimento da ocupação iniciou-se com a exploração de minérios de ouro e diamantes. A região foi formada por mulatos, mamelucos, judeus reinóis, paulistas e nordestinos. O desenvolvimento da metalurgia e novos valores e implementos técnicos têm influenciado a vida regional.
- 5) Centro-Oeste – A ocupação humana teve início com a mineração e sua decadência levou ao processo de cultivo de erva-mate, gado e pequena agricultura. Possuía a sociedade característica formada pelo lusitano e indígena, miscigenados, com a influência cultural (na atualidade) de origem espanhola (paraguaios e bolivianos

na fronteira). O local passa por transformações pelo surgimento de Brasília, atraindo novos grupos humanos; os grupos japoneses têm contribuído na modificação de hábitos alimentares.

- 6) Extremo sul pastoril – possui formação social oriunda de correntes paulistas, nordestinas, fluminenses e de ilhéus no século XVIII. A pecuária consiste na atividade econômica regional. A linguagem é enriquecida de espanholismos provindos da Argentina e do Uruguai, possuindo grande influência de colonos portugueses das ilhas, principalmente de açorianos. O núcleo social é a estância, formada pelos gaúchos, tipo humano característico com hábitos e cultura que marcam a região. A criação de gado e a agricultura marcam a economia, sendo as charqueadas o local em que se desenvolveu a presença do negro escravo, embora com uma pequena parcela da população, retratado por lendas como a do Negrinho do Pastoreio.
- 7) Colonização estrangeira – começa a surgir no século XIX, em territórios não ocupados por brasileiros ou lusitanos. A ocupação deu-se por alemães, italianos e depois poloneses, russos, árabes, e seguida de suábios, holandeses e japoneses. São áreas marcadas por costumes não lusitanos, que mantêm tradições italianas e alemãs. Baseia-se na atividade agrária, de pequena propriedade, e artesanato que se desenvolveu até a industrialização, em regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- 8) Café – no século XIX, os cafezais auxiliaram a expansão de ocupação humana, no Rio de Janeiro, vale do Paraíba, alcançando Minas Gerais e São Paulo, expandindo-se até o Paraná. Constituiu-se de dois momentos: exploração cafeeira pelo trabalho escravo (Rio de Janeiro, Minas Gerais e parte de São Paulo) e pelo trabalho livre do imigrante (Sul de Minas e parte de São Paulo). Passa a irradiar influência política pela figura do Barão do Café. Foi uma fase de transformações com a introdução da criação de gado em decadentes cafezais e surgimento da industrialização, gerando grande desenvolvimento econômico para a região.
- 9) Faixa Urbano-Industrial – surgiu em zonas cafeeiras de ocupação antiga, formada pela região dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e por Minas Gerais. Há a transformação da agricultura em indústrias, com simples processamento de matéria prima até a geração de indústrias de base, e a participação do imigrante e a utilização de capital público no desenvolvimento industrial.

Segundo o referido autor, outras regiões econômicas com características culturais peculiares poderiam ser mencionadas tais como a região do sal no Nordeste e no estado do Rio de Janeiro, em áreas litorâneas; a do cacau no Nordeste agrário; e a da pesca, espalhada no litoral, de norte a sul.

A delimitação das regiões culturais, segundo estabelece Diégues Jr (1980), não possui, contudo, caráter estático, sendo profundamente dinâmico. O caráter físico do complexo das regiões brasileiras suscita a diversidade dos aspectos sociais, culturais e até linguísticos.

Uma vez caracterizada a contribuição multiétnica na formação da cultura brasileira e, por extensão, da alimentação, voltamos o foco de nossos estudos para o estabelecimento de alguns princípios teóricos sobre o léxico, a Dialetologia, a Sociolinguística e a Etnolinguística.

3.3 O LÉXICO EM AMBIENTE SOCIAL

O constituinte do estudo lexical é a lexia “unidade lexical memorizada [...] que pertence a uma categoria (forma do significado) ou a classes superiores” e a palavra é denominada como lexia simples e pode ser estudada nas relações paradigmáticas e sintagmáticas. No eixo paradigmático (das substituições) são realizadas as comutações possíveis no mesmo segmento do enunciado (intrafrástico). No eixo sintagmático (das combinações), são efetivadas as possibilidades de combinação, com suas variáveis de significação e efeitos de sentido. (POTTIER, 1978)

Segundo Barbosa (1986, p. 111), as lexias são distribuídas em três classes semânticas:

- a) Designação
- b) Relação
- c) Formulação

As lexias da classe de designação constituem representação linguística do mundo dos objetos biofísicos e socioculturais, como geradoras e reflexo da realidade sócio-linguístico-cultural (mundo construído da comunidade humana).

As lexias de classes semânticas de formulação e relação não são indiferentes à visão do mundo, mas possuem função de articular relações entre as lexias de classe da designação

em enunciados frásticos e, em algumas, relação interfrásticas; as lexias de classe de formulação ainda têm papel importante na enunciação.

Barbosa (1986) reitera que, nos estudos linguísticos é preciso considerar o léxico em contextos intra e extralinguísticos, bem como, a análise de suas estruturas mecanismos de produção e atualização.

A autora completa que os estudos sobre o léxico podem ser conduzidos seguindo bases empíricas de modelos de pesquisa quantitativas e qualitativas; ou por meio de hipóteses sobre o universo lexical em procedimento teórico dedutivo. Na investigação estatística lexical, o lexicólogo atua como lexicógrafo também, aliando a prática da investigação científica indutivo-dedutiva à técnica lexicográfica.

Segundo a estudiosa, existe a distinção entre léxico e vocabulário, conforme explica:

“... entende-se por léxico o conjunto das unidades lexicais realizadas e realizáveis, isto é, efetivas e virtuais; e, por vocabulário, o conjunto de unidades lexicais já realizadas, isto é, efetivamente atualizadas em discurso. Por conseguinte, o primeiro contém o segundo (sistema e normas)” (BARBOSA, 1986, p. 88).

O universo léxico compõe-se do conjunto efetivo (de lexias já atualizadas - vocabulário) e lexias virtuais – neologismos criados segundo modelos de estruturas lexicais existentes.

Barbosa (1986) discute, ainda, a distinção do léxico (língua) e vocabulário (discurso), segundo Muller. Dentre os níveis de atualização:

- a) Língua – unidade é a lexia (Pottier) ou lexema (Muller) – Léxico (lexia)
- b) Discurso – unidade é o vocábulo - vocabulário;
- c) Texto – unidade é a palavra.

De modo diverso à fonética, à sintaxe e à morfologia, o léxico configura-se como testemunho de uma época, possuindo um sistema aberto²³, mais livre para a variação. A necessidade do homem em designar os seus referentes no dia-a-dia contribui na produção oral e incorporação de novos vocábulos (neologismos) ou arcaização de termos em desuso. Por meio desses termos, podem-se averiguar as influências sofridas na linguagem que se espelham no modo de expressão do ser humano. A dimensão cognitiva do léxico atua na nomeação da

²³ Segundo Biderman (2001, p. 18), o indivíduo é capaz de dominar a gramática da língua, mas em relação ao léxico, “jamais será competente em plenitude já que o léxico de qualquer língua constitui um universo sem limites, permanentemente passível de expansão [...] em suma, a gramática é um sistema fechado e o léxico, um sistema aberto”.

realidade alicerçada em fatores étnico-sócio-culturais que atestam a riqueza linguística da comunidade de fala. De acordo com Câmara Jr (1985, p. 25), o “léxico é a parte mais característica dos dialetos sociais; parte da língua onde mais se refletem as experiências peculiares a um dado ambiente bio-social”.

Com relação a sua função na língua, Biderman (1998, p. 91) atesta:

O léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo.

Como já vimos, a sociedade apresenta-se em constante processo de modificação devido a influências regionais, culturais, de migrações, dentre outros e tal mudança pode refletir-se na língua.

Segundo Sapir (1969, p. 43-44) o ambiente atua sobre o indivíduo – não se deve considerar elemento de cultura nas mudanças sociais unicamente a influência do ambiente. Este é composto por fatores físicos e sociais, os físicos são os aspectos geográficos, clima e chuvas e a base econômica, se levada em conta fauna, flora e recursos minerais; os fatores sociais são os pensamentos da sociedade em comum que modelam a ideologia de cada indivíduo (religião, política, padrões éticos). De acordo com Sapir (1969, p. 45), o ambiente físico reflete-se na língua com a ação de forças sociais. Nas palavras do autor:

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses, e ocupações que açambram a atenção da comunidade; e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado.

Quanto mais determinada cultura necessitar denominar elementos ambientais, acarretará em maior ou menor presença de termos genéricos, pois,

...o estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam; e, ainda mais, que o aspecto relativamente transparente ou não-transparente do próprio léxico nos permite deduzir o grau de familiaridade que se tem adquirido com os vários elementos do ambiente (SAPIR, 1969, p. 49).

Ou seja, o léxico reflete o grau de contato entre o homem e o ambiente, em nível social e econômico. Alguns termos utilizados pelo falante para denominar a realidade local podem especializar-se por meio de uma interação mais íntima entre o indivíduo e seu espaço. Quanto maior a complexidade cultural, a integração do ser humano com o ambiente social, maior a variação lexical:

Tal variabilidade de léxico, refletindo o ambiente social, tem alcance no tempo e espaço; em outros termos, a massa de conceitos culturais, e também, portanto, do léxico a eles referente, vai se tornando cada vez mais rica e ramificada como aumento, no grupo, da complexidade cultural. Que o léxico reflita em alto grau a complexidade da cultura é praticamente um fato de evidência imediata, pois o léxico, ou seja, o assunto de uma língua destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo (SAPIR, 1969, p. 51)

O autor afirma que o ambiente encontra-se refletido sobre o léxico, mas os outros fatores linguísticos, como morfologia e fonética não; a mudança cultural e a mudança linguística não possuem relação causal íntima.

Com relação à nossa pesquisa, para demonstrar a variabilidade da Língua Portuguesa no Brasil, sobretudo nas capitais, considera-se importante investigar o nível do léxico, pois este reflete as mudanças sociais de uma comunidade, por constituir a parte menos conservadora de uma língua. Alguns vocábulos surgem (neologismos) e desaparecem (arcaísmos), em um processo contínuo e natural, caracterizando o caráter evolutivo das línguas. As maiores forças que atuam no léxico, segundo Vilela (1994), são as necessidades que o falante possui de se comunicar e de se expressar, a fim de manter a sistematicidade da língua. Daí advém a importância do estudo da fala, pois o léxico encontra-se em constante renovação e algumas lexias podem desaparecer sem serem registradas em dicionários.

De acordo com Mário Vilela (1994, p. 6),

[...] o léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade linguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade [...] o léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade.

O sistema lexical de uma região reflete a soma das relações da sociedade e da cultura através dos tempos. O usuário da língua transfere para seu léxico as influências que recebeu

da sociedade, da cultura regional, e outras culturas e comunidades linguísticas com as quais teve contato, conforme afiança Isquierdo (1998, p. 228):

Assim, como agente no processo de criação e de perpetuação lexical, o usuário da língua, num processo contínuo, vai contribuindo para a recriação, a conservação e a conseqüente perpetuação do léxico de sua língua. Esse processo de expansão lexical é, por sua vez, motivado por fatores sócio-culturais. Em vista disso, analisar o nível lexical nessa perspectiva implica, também, retomar a questão do perpetuar a tradição cultural [...].

O processo de formação de palavras configura-se como um importante fator de renovação do léxico, revelando as diferenças regionais e culturais por meio da linguagem. Tal processo, segundo Vilela (1994), envolve múltiplos valores, como os de natureza referencial e afetivo dados às palavras e a seus objetos nomeados, as marcas diatópicas, diafásicas e diastráticas, juízos de valor, representando adesão ou repulsa, desvalorização ou valorização, carga emocional que vem e volta com o passar do tempo.

Na Teoria da difusão lexical, estudada por Cristófar-Silva (2001), a mudança de ocorrência de determinadas formas lexicais encontra-se vinculada à estrutura sonora. Segundo a autora, os Neogramáticos, explicam que a mudança sonora possui leis fixas sem exceções e o som pode mudar a forma da palavra. Por meio desta prerrogativa, a mudança sonora apresenta-se foneticamente gradual e lexicalmente abrupta. Os difusionistas explicam que a mudança sonora opera em algumas palavras e pode ou não atingir o léxico. A palavra muda em relação aos sons; a mudança sonora é foneticamente abrupta e lexicalmente gradual. Portanto, de acordo com a proposta neogramática, os sons mudam e para a difusionista, a palavra é que muda. De fato, som e léxico encontram-se intimamente vinculados, mas nem toda mudança sonora resulta em modificação instaurada no sistema lexical.

Já a relação entre léxico e cultura é discutida por Isquierdo (1998), ao pontuar que a manutenção da cultura popular, no sentido da preservação da tradição do homem de sua região de origem, também contribui com o deparar-se diante de formas linguísticas diversificadas, em contraposição às “marcas” urbanas. A penetração do rural no urbano e vice-versa auxilia na variedade lexical, assegura a pesquisadora. A imitação de referências, como pais, professores ou amigos (comunidade social com quem se estabelece contato) e a influência midiática constituem outros mecanismos para renovação ou conservação das variantes linguísticas pelos falantes. De fato, o homem atua como um espelho e mira-se em

outro com o qual possui admiração e respeito, e em quem se baseia para sua formação enquanto ser humano.

Acreditamos que o léxico reflete a vivência de mundo do falante e o universo exterior modifica constantemente sua realidade referencial. A humanidade categoriza denominando suas experiências, pois, o que não possui “nome” não possui existência. Para a intercompreensão e a própria compreensão de si mesmo, o homem elabora e rotula seu conhecimento de mundo por meio de palavras.

Câmara Jr (1985, p. 211) pontua que as línguas possuem mecanismos para ampliação e renovação lexical por meio de palavras preexistentes, como os processos de composição que contribuem para a renovação do léxico.

As palavras constituem elementos para formar enunciados. Segundo Basílio (1987), algumas palavras e construções não são viáveis porque já existem outras consagradas pelo uso, enquanto outras são formadas e adquiridas sem que haja atenção do falante e podem ser usadas para formação de novas classes gramaticais, de acordo com o uso do falante.

Formamos palavras para utilizar uma idéia de um termo em outra classe gramatical e pela necessidade de acréscimo semântico na significação lexical básica; devido à dificuldade do ser humano de memorização de palavras e formas diferentes para cada necessidade de comunicação, fato este que contribui com a flexibilidade de termos de expressão.

O problema do estudo da formação de palavras advém das formações regulares ao lado de formações cristalizadas, irregulares. Exemplo – *impressão* (noção vaga), é diferente de *impressão* (ato de imprimir). Devido à diversidade de situações de regularidade de formações derivadas torna-se difícil estabelecer generalizações. Para Basílio (1987), outro obstáculo para a definição da formação lexical são os diversos resultados semânticos que ocorrem devido às metáforas e à extensão de sentido, uma vez que:

... o léxico é um depósito de signos, uma lista de entradas lexicais, além de um conjunto de regras que definem a classe das palavras possíveis na língua, então é teoricamente possível (e ocorrente na prática) a situação em que encontramos na lista uma construção que não é prevista como possível no componente de regras” (BASÍLIO, 1987, p. 25).

Diariamente na prática usual, verificam-se, pois, construções lexicais de variada natureza. Devido a essa virtude recriadora elaborada pelo falante, o presente estudo intenta demonstrar, pelo acervo lexical do campo semântico da Alimentação e Cozinha (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001), o processo de criação lexical e indagar sobre seus possíveis mecanismos de elaboração.

A fim de situar o processo de organização do léxico, é oportuno buscar os fundamentos da teoria dos campos léxicos.

3.3.1 O Campo Léxico

Vale reiterar que o léxico geral da língua mantém-se em constante renovação, sendo formado por vários conjuntos de lexias que estabelecem relações entre si. Inserida em cada conjunto, as lexias inserem uma relação semântica de oposição direta, buscando classes homogêneas e hierarquizadas. Tal estrutura paradigmática, denominada campo léxico, possui itens de significação comum e que se opõem a outros.

Geckeler (1976) salienta que a noção de campo encontra-se em estudo de Humboldt, desde o século XIX, que considerava a articulação característica geral e profunda de todas as línguas. O mesmo autor refere outros estudiosos como Ipsen (1924), Jolles (1934) Porzig (1934) e Trier (1931), considerando como mais importantes os estudos deste último.

A Semântica estrutural ou lexemática busca determinar e descrever a estrutura do significado léxico da língua. Tem como objeto de estudo estruturas léxicas de conteúdo, fixadas em campos conceituais. Tal estrutura estabelece as oposições distintivas léxicas de conteúdo, que constituem seu objeto de pesquisa.

As estruturas lexemáticas são as estruturas de conteúdo ou significação e para identificação é necessário pontuar as relações de significação e designação. Nas relações de significação são estudadas as relações entre significados dos signos ou palavras e nas de designação, as relações entre signos e objetos. Faz-se vital a identificação de significação e designação para estudar a teoria do campo léxico, segundo Geckeler (1976), ao estabelecer que a significação implica um conceito relacional definido nas relações do plano do conteúdo, entre as significações, pois os lexemas inserem-se em campos léxicos. A relação entre signos linguísticos e objetos da realidade extralinguística refere-se à designação.

Dentre as diferenças entre significação e designação elencadas por Geckeler (1976) temos: i) as relações de significações são estruturáveis; ii) a designação de um objeto é fato do discurso e a significação constitui ato da língua; iii) sincronicamente, as relações de significação são invariáveis e as de designação concreta são variáveis; iv) a designação pode ser metafórica e a significação sincrônica e distintivamente, não.

Geckeler (1976) baseou tais distinções em fundamentos apontados por Coseriu (1981), para quem a designação constitui algo secundário na língua e possibilita-se por meio da significação, sendo a última considerada virtualidade da designação. A significação é conceitual e a designação é material, portanto possuem funções linguísticas diferentes. O autor explana que, por meio das relações designativas, chega-se às relações significativas das estruturas léxicas.

A estrutura das relações de significação constitui objeto da semântica estrutural do léxico. Nas relações entre significados léxicos do léxico da língua, coexistem duas relações estruturais: as relações paradigmáticas (opositivas) e as relações sintagmáticas (combinatórias).

Trier (apud GECKELER, 1976) desenvolveu a teoria do campo léxico para tratar do significado lexical, com a língua considerada enquanto sistema e com a sua articulação característica. O vocabulário de um estado sincrônico da língua compõe-se de modo semanticamente articulado em campos léxicos, que podem estabelecer relações de coordenação ou de hierarquia entre si, representando um todo articulado. Em cada campo léxico as palavras compartilham suas determinações conceituais por meio da estrutura do todo, estabelecendo relações de significância com as palavras circunvizinhas. Os itens lexicais existem segundo o campo, constituído por campos articulados e os elementos ligam-se com relação ao todo sob sistema de superposição de escala de sistemas.

Coseriu (1981) utiliza três termos como conceitos fundamentais na concentração do campo léxico que, segundo o autor compõem-se de: *arquilexema*, *lexema* e *sema*. O *arquilexema* constitui a unidade correspondente a todo conteúdo de campo léxico que pode ou não estar expresso com uma unidade léxica. Trata-se de um item lexical que reúne em si o conjunto de semas pertinentes a diversos itens lexicais. Sob o ponto de vista do conteúdo, o *lexema* traduz-se como a unidade na língua como palavra simples. Os *semas* são traços semânticos distintivos. Desta forma, define:

El campo léxico es una estructura paradigmática primaria del léxico; más aún: es, en este dominio, la estructura paradigmática por excelência. Puede definir-se como ‘paradigma constituído por unidades léxicas de contenido (lexemas) que se reparten una zona de significación continua común y se encuentran en oposición inmediata unas com otras’. Pero hay que precisar que la oposición “inmediata” puede establecerse también entre una archiunidad (“archilexema”) – expresada o no – y una unidad, o bien entre archiunidades. Es decir que un campo puede estar incluido em outro campo: puede constituir una sección de un campo de orden superior. En un microcampo, las oposiciones se estebelecen entre unidades léxicas simplemente (“lexemas”); en un macrocampo, un microcampo entero puede

oponerse, como archilexema, a un lexema o a otros archilexemas²⁴ (COSERIU, 1981, p. 210).

De acordo com o estudioso, o campo léxico é a própria estrutura paradigmática do léxico que, por sua vez, é formado por unidades léxicas de conteúdo, os lexemas, que possuem uma significação primária comum, opondo-se umas às outras. E cada campo pode estar inserido em outros campos; nos microcampos existe oposição entre lexemas (unidades léxicas) e nos macrocampos, as oposições podem dar-se entre os microcampos representados por arquilexemas, aos lexemas e outros arquilexemas.

Para efetivação dos estudos acerca da variação linguística, apresentamos a seguir uma contextualização da pesquisa do componente social na fala, a Sociolinguística.

3.4 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA SOB A ÓTICA DA SOCIOLINGUÍSTICA, GEOLINGUÍSTICA E ETNOLINGUÍSTICA

Neste item, são elencados os estudos variacionistas da Sociolinguística e Geolinguística, e logo após, as pesquisas dos Atlas Linguísticos e a Etnolinguística, a fim de situar a teoria aplicada na pesquisa.

3.4.1 Os Estudos da Variação Linguística – Sociolinguística, Dialetoлогия e o Método da Geolinguística e sua Vertente Pluridimensional

A Sociolinguística caracteriza-se como uma disciplina desenvolvida nos Estados Unidos e Canadá nos anos 60 que, em definição mais estrita, disserta Silva-Corvalán (1989, p.

²⁴ “O campo léxico é uma estrutura paradigmática primária do léxico; mas ainda: é, neste domínio, a estrutura paradigmática por excelência. Pode definir-se como ‘paradigma constituído por unidades léxicas de conteúdo (lexemas) que se repartem em uma zona de significação contínua comum e se encontram em oposição imediata com outras’. Mas deve-se notar que a oposição imediata pode estabelecer-se também entre uma arquiuinidade (arquilexema) – expressada ou não – e uma unidade, ou bem, entre arquiuinidades. Ou seja, que um campo pode estar incluído em outro campo: pode constituir uma seção de um campo de ordem superior. Em um microcampo. As oposições se estabelecem entre unidades léxicas simplesmente (lexemas); em um macrocampo, um microcampo inteiro pode opor-se, como arquilexema a um lexema ou a outros arquilexemas”. [tradução nossa].

1): "estudia la lengua en su contexto social y se preocupa esencialmente de explicar la variabilidad lingüística, de su interrelación con factores sociales y del papel que esta variabilidad desempeña en los procesos de cambio lingüístico".²⁵

Segundo Labov (2008²⁶), na mudança linguística em tempo real verifica-se a comunidade de fala depois de um período de tempo para repetir o mesmo estudo, enquanto na mudança em tempo aparente pesquisa-se a distribuição das variáveis linguísticas em faixas etárias diferentes. Seguindo a metodologia do Projeto ALiB, este trabalho busca estudar as mudanças em tempo aparente, entre a fala de pessoas da primeira faixa (18 a 30 anos) e da segunda faixa (meia idade 50 a 65), inquiridos em cada uma das localidades da rede de pontos estabelecida pelo Projeto.

De acordo com Silva-Corvalán (1989), tanto a Sociolinguística quanto a Dialectologia ocupam-se do estudo da língua falada, usos linguísticos e estabelecem relações entre as características linguísticas e alguns grupos de indivíduos, reconhecendo-lhes a heterogeneidade. Por meio deste reconhecimento, adotam conceitos de diassistema (coexistência de sistemas na língua): i) diatopia - diferenciação dialetal horizontal, (dimensão geográfica ou espacial); ii) diastratia - diferenciação dialetal vertical (fatores socioculturais); iii) diafasia - diferenciação segundo o tipo de relação entre interlocutores, situação de fala, etc. A pesquisa desenvolvida busca os elementos diferenciadores atuantes resultantes da diatopia e da diastratia.

A autora explica que alguns termos são utilizados para denominar a Sociolinguística em face da Dialectologia, dada sua familiaridade: Dialectologia social ou Dialectologia urbana. A estudiosa aponta como fator de diferenciação das duas disciplinas linguísticas o estudo do meio rural x urbano. A Dialectologia tradicional, em um conceito mais antigo, procura estabelecer fronteiras geográficas dos usos linguísticos, principalmente nos meios rurais: "pues en ellos se ha esperado encontrar variedades "más puras" de lengua, es decir, formas vernáculos más antiguas y tradicionales, no contaminadas por el contato con otras variedades"²⁷ (SILVA-CORVALÁN, 1989, p. 9). A Sociolinguística busca identificar processos de mudança linguística em andamento, estabelecidas pelas diferenças sociais do uso

²⁵ "Estuda a língua em seu contexto social e se preocupa essencialmente em explicar a variabilidade linguística, sua interrelação com fatores sociais e do papel que esta variabilidade desempenha nos processos de mudança linguística". [tradução nossa].

²⁶ LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. Para esta pesquisa, utilizamos a edição de 2008.

²⁷ "...pois neles tem se esperado encontrar variedades mais "puras" de língua, ou seja, formas vernáculos mais antigas e tradicionais, não contaminadas pelo contato com outras variedades". [tradução nossa].

na fala, investigando meios urbanos, onde se encontram, com mais frequência, a heterogeneidade linguística e a social.

Com relação à concepção da língua como sistema heterogêneo, desenvolvida pela Sociolinguística, Lucchesi (2004, p. 198) reafirma:

A concepção de língua como sistema heterogêneo constitui o momento crucial da ruptura epistemológica que a sociolinguística opera em relação ao modelo estruturalista. Ao integrar, na concepção de língua como sistema heterogêneo, estrutura e mudança, a sociolinguística busca constituir uma representação teórica do fenômeno lingüístico que articule as suas dimensões estrutural e histórica. Na possibilidade de dar conta dessas duas dimensões antagônicas e fundamentais do fenômeno lingüístico através da sua concepção de língua, apóiam-se as pretensões da sociolinguística de suceder o estruturalismo, como modelo teórico condutor da pesquisa lingüística.

William Labov (2008) considera uma autonegação dos estudos linguísticos a não inserção em pesquisas sobre a língua, do componente social, do contexto de uso, a fala. A língua é concebida como heterogênea, condicionada por fatores extralinguísticos e em contínuo processo de mutação. O autor ainda pondera que, por meio da interação social, o pesquisador pode levantar e justificar o uso das variantes linguísticas que operam na linguagem.

Em "Padrões Sociolinguísticos" (2008), Labov manifesta a preocupação com a relação entre língua e sociedade. Sua pesquisa busca traçar uma sistemática da variação na língua falada, condicionada por fatores extralinguísticos (classe social, idade, sexo, escolaridade, dentre outros indicativos do meio social dos falantes).

O estudo apresentado pelo linguista foi realizado em 1963, na Ilha de Martha's Vineyard, nos Estados Unidos, utilizando a Teoria da Variação e uma metodologia de estudos estatísticos de fenômenos linguísticos em contexto social. Tal método de estudo, denominado Sociolinguística quantitativa, deu um novo enfoque para os estudos linguísticos com a quantificação dos dados obtidos.

A proposta do autor era comparar a influência das mudanças sociais na Ilha com a variação linguística, por meio de fatores extralinguísticos ou político-sociais. Por meio de entrevistas gravadas em conversas ou leituras, o pesquisador procurou obter respostas com julgamentos de valor e contexto social, com relação ao uso de ditongos (ay) e (aw). Labov (2008) concluiu que as posturas que os falantes (inconscientemente) assumiam marcavam sua identidade cultural, com a sua reafirmação enquanto nativos em contraposição às outras

culturas ou sua insatisfação com relação à Ilha e a vontade de equiparação às outras comunidades de fala.

Desta forma, os indivíduos de mesmo ambiente geográfico não utilizam as mesmas formas de expressão, conforme define Camacho (1988). O grau de intercâmbio entre os falantes aproxima a fala. A capacidade verbal é adquirida em meio social mais restrito (familiar), composta de determinados padrões culturais específicos. O autor expõe que o nível social não é o único fator determinante de diferenciação linguística, mas também o grau de educação, idade, sexo, dentre outros.

Camacho (1988) ainda apresenta a gíria como modo de linguagem diferenciada na faixa etária, utilizada por jovens, como afastamento do padrão adulto. O pesquisador afirma que a divisão em setores sociais não dificulta a compreensão como entre comunidades regionais. O uso de determinadas variantes indica nível sócio-econômico e cultural dos membros, bem como seu grau de prestígio, embora o autor enfatize que esse fato não determina que um indivíduo de nível socioeconômico menos favorecido não se adapte ao padrão de prestígio.

De acordo com a inserção de estudo no eixo vertical aliado ao estudo no eixo horizontal, ensina-nos Brandão (1991) que a Dialektologia encontra-se com a Sociolinguística ao buscar o conhecimento “dos mecanismos com que opera uma língua e dos fatores que determinam sua evolução” (BRANDÃO, 1991, p. 12). Os princípios sociolinguísticos auxiliaram na elucidação dos fenômenos descritos nas cartas linguísticas.

Para a efetivação do estudo geolinguístico é necessário associar o eixo horizontal ao vertical, conforme argumenta Coseriu (1987),

A variedade “horizontal” que a Geografia Lingüística comprova esquematicamente não constitui toda a variedade da linguagem: existe também uma variedade “vertical”, entre estratos sociais e culturais, e no falar do mesmo indivíduo, segundo as diferentes situações e os diferentes momentos expressivos (COSERIU, 1987, p.112).

Cada expressão inserida em contexto social, em cada situação de fala possui sua particularidade que, conforme foi revelado, deve ser considerada para que os estudos linguísticos se aproximem cada vez mais da realidade linguística do falante.

O Projeto ALiB, ao inserir parâmetros ou fatores sociais nos critérios do perfil dos informantes, dá um passo à frente nos estudos geolinguísticos do Brasil. Assim, por estarmos analisando os dados desse Projeto, este estudo segue os princípios da Geolinguística

Pluridimensional, que agrega estudos da Sociolinguística à Dialetologia tradicional. Da mesma forma, buscamos na Etnolinguística a relação da cultura na diversificação da fala, de modo a apresentar uma parcela da realidade linguística no contexto atual de uma sociedade tão diversificada etnicamente como a brasileira.

Como ciência humana, a Linguística não deve ser desvinculada da cultura e sociedade, nichos do ser humano, por possuir uma inteligibilidade que lhe confere o dom de gerar novos fatos linguísticos, que não podem tornar-se mecanizados e enclausurados em uma sistematização fechada. Ensina Silva Neto (1960) acerca dos estudos linguísticos:

A Linguística é, pois, uma ciência “humana” por excelência: o lingüista deve sintetizar em si próprio toda a complexa rede da cultura e da civilização. O lingüista tem de estender seu interesse a tudo aquilo que é humano [...] precisa, a todo preço, fugir continuamente da tentação de mecanizar e materializar os fatos espirituais que constituem a herança lingüística” (SILVA NETO, 1960, p. 21).

A Linguística é, pois, humana e não mecânica, dura e fechada. O autor salienta que certos linguistas procuram uma ciência puramente linguística, independente da Sociologia, Psicologia, História e Etnografia, mas a língua constitui traço da cultura e, por isso, seu estudo, não deve ser considerado à parte dos outros elementos que compõem a “complexa teia da vida”.

Tal humanidade da Linguística, com a essência recriadora dos fatos linguísticos, revela que é preciso estabelecer o homem no contexto de estudo, com seu ambiente social, suas tradições e experiências. As diferenciações ou semelhanças que cada formação histórico-social pode embutir na formação linguística do falante – a variação linguística – é caracterizada geograficamente por meio dos dialetos.

De acordo com Coseriu (1987), o dialeto é uma língua menor dentro de uma língua maior, ou língua histórica. Ferreira e Cardoso (1994), por sua vez, classificam-no como um conjunto de isoglossas que revelam relativa homogeneidade em uma comunidade linguística, quando comparada a outras. Nesta pesquisa, a variante dialetal caracteriza-se como a variedade linguística de determinada região, que possui uma homogeneidade interna e diferencia-se de outras regiões linguísticas circunvizinhas e que pode assemelhar-se ao de outras localidades mais distantes; reflete a heterogeneidade e riqueza da língua, resultado de influências sociais, em nível lexical.

A Dialetologia, ciência que estuda os dialetos, é definida por Cardoso (2010, p. 15) como o: “... ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os

diferentes usos que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica”.

A noção de dialeto é bem antiga, de tal sorte que Montes-Giraldo (1987) entende que Dante Alighieri foi o primeiro a esboçar a classificação dialetal de uma língua moderna (na língua italiana, na obra *De vulgari eloquentia* (1304-1307).

Brandão (1991) pontua que a formalização dos estudos da variação, sobretudo os de natureza geográfica, ocorreu no século XIX, com as investigações de campo baseadas em idéias positivistas e métodos histórico-comparatistas, os quais buscavam reconstruir a protolíngua, ou o indo-europeu, estabelecendo famílias e subfamílias de línguas.

Segundo Brandão (1991), no final século XIX, os neogramáticos difundiram o princípio que as leis fonéticas, à semelhança das leis naturais, obedeciam a leis rígidas. As teorias propagaram-se com maior vigor na Alemanha, Itália e França. Na França, a Dialectologia ganha vulto, e em 1881 passa a ser parte do currículo da *École Pratique des Hautes Études*, de Paris, devido à valorização de culturas populares na França e interesse pela evolução das formas linguísticas. Assim, as pesquisas geolinguísticas surgiram em oposição à noção de uniformidade e regularidade de alterações fonéticas na língua, defendidas pelos neogramáticos. Devido a essa regularidade de formas não condizente com a realidade da língua, os estudos neogramáticos acabaram por gerar polêmicas, motivando as pesquisas dialetais.

Em 1888, Gaston Paris, em “Os falares da França”, conferência que impulsionou os estudos dialetológicos, evidenciou a importância de estudar os *patois* franceses, em via de descaracterização pelo nivelamento cultural. O autor chamava atenção para a necessidade das descrições dialetais por meio de monografias e atlas, os quais deveriam obedecer a uma metodologia específica. Deste modo, caracterizava o método de Jules Gilliéron, fundador da Geolinguística e autor do Atlas Linguístico da França (ALF), como ideal da investigação linguística.

O Atlas Linguístico da França é resultado da preocupação de Gilliéron com as questões dialetais. Por 15 anos o estudioso amadureceu a idéia com pesquisas realizadas nas localidades francesas. Em 1897 começou a recolha de dados, com o auxílio do Ministério de Instrução Pública e do amigo Edmond Edmont, inquiridor escolhido pelo estudioso: um comerciante, que já havia feito um trabalho sobre o léxico de Saint-Pol-sul Ternoise. Gilliéron o escolheu por não ser especialista no assunto, porque queria um leigo, que poderia retratar fielmente a realidade linguística, não se traindo por preconceitos, expectativas ou conhecimentos linguísticos. O ALF foi composto por 1920 cartas; com este estudo, a

Dialetologia inaugura um método de cartografia dos fenômenos linguísticos – a metodologia da Geolinguística.

Silva Neto (1960) também cita o trabalho de Jules Gilliéron como início da metodologia da Geografia Linguística. Os resultados expostos de tal empreendimento no desta área de estudo foram:

- i) Fornecimento de um instantâneo do panorama linguístico de dado território;
- ii) Possibilidade de reconstruir em base firme e dados concretos a história da língua;
- iii) Com o registro das formas provinciais, de regiões mais afastadas dos grandes centros e dos meios de comunicação; a carta acaba oferecendo não apenas um corte sincrônico, mas vários cortes sincrônicos;
- iv) A distribuição geográfica proporciona a reconstituição de áreas que antes eram vivas e hoje estão desaparecidas, submersas por outras camadas, quer por empréstimos, quer por novas formações;
- v) O Atlas nos mostra que as palavras viajam e indicam centros de inovação e expansão, cruzamentos, regressões e falsas regressões, colisões e atrações homonímicas, pressão da língua comum sobre os falares;
- vi) No caso do latim, a distribuição geográfica evidencia que os falares não representam ininterrupta tradição latina, mas que sofreram há séculos pressão da língua comum.

Os filólogos, segundo o supracitado autor, instituíram o estudo das línguas reconstituídas no primeiro quartel do século XIX, e Frederico Diez²⁸ fundou a Filologia Românica, ocupando-se do romeno, italiano, francês, espanhol e português.

Gilliéron (1902), ainda segundo Silva Neto (1960), impulsionou o estudo dos falares e Krüger, Jaberg e Jud²⁹ aperfeiçoaram o método de pesquisa integrando à língua os fatos de

²⁸ Em 1836, Frederico Diez publica o primeiro tomo da *Grammatik der Romanischen Sprachen* (fonética), organizando a Filologia Românica. O segundo tomo (morfologia) saiu em 1838.

²⁹ Fritz Krüger, um dos mais famosos representantes do método de “palavras e coisas”, foi diretor do Seminário Românico da Universidade de Hamburgo, e autor de artigos sobre a cultura material dos povos românicos. Karl Jaberg (1877-1958) – investigou, por meio do método da Geolinguística, materiais oferecidos pelo Atlas Linguístico da França, da Itália e da Suíça meridional, elementos históricos comparativos que Gilliéron desconsiderou. Utilizou-se do método das “palavras e coisas” para averiguar a história cultural e estudou também o fator psicológico, de como o estado de alma conduz a modificações linguísticas, fatores apresentados no artigo *Spil und Scherz in der Sprache*.

Jakob Jud (1882-1952) – auxiliou Karl Jaberg na realização do Atlas linguístico da Itália e da Suíça meridional, evidenciou a complementação entre o trabalho histórico e geográfico, no estudo dos fenômenos linguísticos. Em

cultura. Desse modo uniu-se a língua antes isolada às ciências do homem como instrumento de intercomunicação social e humana.

Manuel Alvar, na Espanha, segundo Montes-Giraldo (1987), é citado como estudioso da geografia linguística hispânica tendo colaborado com o *Atlas Lingüístico e Etnográfico de Andaluzia* (ALEA), o *Atlas Lingüístico e Etnográfico das Ilhas Canárias* (ALEICan), o *Atlas Lingüístico e Etnográfico de Aragón, Navarra e Rioja* (ALEANR) e o *Atlas Léxico dos Marinheiros Peninsulares* (ALMP). Também, o *Atlas Lingüístico e Etnográfico de Santander* (ALESan), o *Atlas Lingüístico de Espanha e Portugal* (ALEP), *Atlas Linguarum Europae* (ALE), o *Atlas lingüístico de Castilla e León* e o grande *Atlas Lingüístico de Hispanoamérica* (ALH).

Dentre as circunstâncias externas que auxiliaram no desenvolvimento de estudo da Geografia Linguística, Montes-Giraldo (1987) arrola: a integração capitalista impondo o idioma dominante como língua nacional marginalizando outras formas linguísticas; inclinação romântica por formas de vida populares e tradicionais, e reação às formas de nivelamento capitalistas com surgimento da necessidade de estudo das falas populares antes que pereçam.

Por Geografia Linguística e seu registro em cartas linguísticas, segundo Coseriu (1987, p. 79), entende-se:

O método dialetológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas lingüísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados.

Conforme ensina Coseriu (1987), a metodologia da Geolinguística consiste, portanto, no retrato da fala pesquisada em uma rede de pontos, das formas linguísticas, com a elaboração de mapas fonéticos, lexicais ou gramaticais. Aperfeiçoando-se o método, os atlas buscaram retratar realidade etnográfica, variações diastráticas, pois a Dialetologia passou a voltar-se à fala dos centros urbanos.

Alguns aspectos da Geografia Linguística interessam às investigações etnológicas e folclóricas. Gilliéron considerava as palavras com relação à vida material dos falantes, as coisas que eles designam, como, por exemplo, o movimento linguístico *Wörten und Sachen*

1936 fundou a revista *Vox Romanica*, com a publicação de variados artigos. (IORDAN, Iorgu. *Introdução à Linguística Românica*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962).

(palavras e coisas). Com relação ao método geográfico, Casado-Velarde (1991, p. 26) estabelece:

El método geográfico ha supuesto una importante aportación a la ciencia del lenguaje de nuestro siglo. Ha contribuido a demostrar con toda evidencia que los cambios lingüísticos se difunden por razones sociales y culturales; que las palabras son formas de cultura que acompañan en su difusión los conceptos y los objetos de civilización.³⁰

A Geolinguística demonstra a mudança linguística em razões sócio-culturais; os conceitos ligados às palavras difundem-se por meio da delegação e expansão do universo cultural do falante.

Com relação ao desenvolvimento dos estudos dialetais no Brasil, Ferreira e Cardoso (1994, p. 37-62) estabelecem as fases (1ª, 2ª, 3ª fases estabelecidas por Ferreira e Cardoso; a 4ª fase baseia-se em Mota e Cardoso (2006)):

- 1ª fase: de 1826 a 1920 – Publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral. Estudos lexicais, elaboração de dicionários. Primeiro estudo gramatical: *O idioma hodierno de Portugal comparado com o Brasil*, em 1879, de José Jorge Paranhos da Silva.

- 2ª fase: Iniciado em 1920, apresentou estudos gramaticais e lexicográficos. *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral e *O linguajar carioca em 1922* de Antenor Nascentes são os maiores nomes. Amaral, cuja obra representa um marco da descrição dos falares do Brasil, chama a atenção para uma sistematização do estudo dialetal, da realização da pesquisa *in loco*, do estabelecimento de uma metodologia. *O linguajar carioca em 1922*, por sua vez, apresenta o entendimento do falar brasileiro e encaixa o linguajar carioca nesse conjunto, justificando o estudo da língua do povo, que é mais espontânea. Trata da Fonética, Morfologia, Sintaxe e Léxico do carioca, e apresenta um glossário. Além disso, na edição de 1953, propõe uma divisão revista dos falares no Brasil. Em 1957, Serafim da Silva Neto lança as *Bases para os estudos dialetológicos no Brasil*.

Segundo Mota (2006b), o interesse na delimitação de áreas dialetais sempre esteve presente em trabalhos de cunho dialetológico, citando Amadeu Amaral como primeiro dialetólogo, com *O dialeto caipira* de 1920. As primeiras tentativas de divisão dialetal brasileira datam de fins do século XIX e, dentre elas, encontra-se a de Júlio Ribeiro (1891), criticada por Nascentes (1953, p. 20- 21), que a considera toda imperfeita. Júlio Ribeiro segue

³⁰ “O método geográfico trouxe uma importante contribuição para a ciência da linguagem do nosso século. Tem contribuído demonstrando que as mudanças linguísticas se difundem por razões sociais e culturais; que as palavras são formas de cultura que acompanham na sua difusão os conceitos e objetos de civilização”. [tradução nossa].

o critério geográfico, subdividindo o País em quatro áreas: Norte: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Leste: Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; Centro: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, e Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dentre os defeitos da proposta de Júlio Ribeiro, citados por Nascentes (1953), encontram-se a junção do Norte e Nordeste e a inclusão de São Paulo como área linguística aliada a Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe e Maceió. Outra sugestão de divisão dialetal, comentada por Nascentes, é a de Rodolfo Garcia (1913), que combina o geográfico e histórico, e é mais bem aceita pelo dialetólogo.

No *Linguajar Carioca*, Nascentes (1922) corrige a proposta de Garcia, embora só conhecesse pessoalmente alguns pontos. Em 1953, tendo percorrido o Brasil de norte a sul e de leste a oeste, modifica a divisão dialetal com base nas ponderações de Lindolfo Gomes e propõe seis subfalares inseridos nos falares do Norte e Sul: dois do Norte – amazônico e o nordestino; e quatro do Sul: baiano, mineiro, fluminense e sulista, além do território que o autor denomina de incaracterístico, envolvendo parte de Goiás e do atual território de Tocantins, parte do Mato Grosso e de Rondônia.

- 3ª fase: Trabalhos com base em *corpus* sistematizado: início da preocupação com a Geografia Linguística. Proposta de um atlas linguístico do Brasil, pelo Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, art. 3º, como atribuição da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa. Em 1957, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha concluem que é impraticável a elaboração de um Atlas nacional único e então passam à proposta de elaboração de Atlas regionais. O primeiro a ser publicado no Brasil é o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963), idealizado por Nelson Rossi.

Mota (2006b) discorre sobre a ampliação dos estudos dialetais a partir da década de 60 com os onze atlas publicados: *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (EALMG), em 1977, de Ribeiro *et alii*; *Atlas Lingüístico da Paraíba* (ALPB), 1984, de Aragão e Menezes; *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALSE), de Ferreira *et alii*, 1987; *Atlas Lingüístico do Paraná* (ALPR), em 1994, por Aguilera; *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS), publicado em 2002, coordenado pelo Professor Walter Koch; *Atlas Lingüístico de Sergipe II* (ALSE II), de 2008, elaborado por Cardoso, como segundo volume do *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALSE); *Atlas Lingüístico sonoro do Pará* (ALISPA), 2005, de Razky; *Atlas Lingüístico do Amazonas*, de Cruz, tese defendida em 2005; *Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul* (ALMS), 2008, coordenado por Oliveira e *Atlas Lingüístico do Ceará* (ALECE), 2010. Estão em andamento:

o *Atlas Geo-sociolingüístico do Pará* (ALIPA), por Razky; *Atlas Lingüístico do Espírito Santo*, por Rodrigues; *Atlas Lingüístico do Maranhão*, por Conceição Ramos, *Atlas Lingüístico de Rondônia*, por Telles.

Segundo Mota (2006b), os dados disponíveis quanto à classificação em seis subfalares ainda são insuficientes, pois os atlas foram publicados com diferença temporal de quase 50 anos APFB (1963) e ALERS (2010) e possuem distinção nos questionários, variáveis e dados cartografados.

Sobre a divisão dialetal do Brasil, a autora reafirma a necessidade de maior conhecimento das áreas dialetais brasileiras principalmente as que ainda não dispõem de atlas regionais, assim como uma amostra atualizada, simultânea e de mesma metodologia como o Projeto ALiB. Somente após a sua publicação será possível fazer um estudo científico das áreas dialetais no País. O mesmo já havia exposto Amaral (1982³¹, p. 43), com relação aos estudos dialetais vinculados às regiões:

Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões.

- 4ª fase: Com a retomada de um projeto de atlas linguístico do Brasil, em 1996, alguns estudiosos, como Mota e Cardoso (2006, p. 19), entendem este evento como uma nova fase na periodização da história da Dialectologia. O Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil) surge pela iniciativa de pesquisadores em Dialectologia da Universidade Federal da Bahia, durante o *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil*, quando foi criado um Comitê nacional para a coordenação do projeto, sediado na Bahia, com a participação de autores de outros atlas linguísticos e dos atlas em andamento.

A mentalidade da Dialectologia começou a figurar-se no Brasil com relação às variedades orais em pesquisas empreendidas no século XX. Uma falha inicial, apontada por Silva Neto (1960), nos estudos linguísticos é a de considerar o português do Brasil como “bloco uniforme”, e apresenta o exemplo do estudo de Santa Catarina desenvolvido por Castro Faria (1942) que distinguiu duas zonas linguísticas; litorânea (povoamento açoriano – agrícola) e a serra (povoamento paulista – pastoril). O autor adverte que é preciso ter uma

³¹ AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipira*. 1ª ed. São Paulo: Casa Editora- O Livro, 1920. Para este trabalho, usamos a 4ª edição de 1982.

noção prévia da área em estudo para efeito de delimitação estilístico-social das formas encontradas.

Ainda segundo Silva Neto (1960), a distinção da linguagem urbana e da linguagem rural também deve ser considerada numa pesquisa dialetológica ou geolinguística, pela complexidade da estrutura social das grandes cidades. As falas regionais, por sua vez, possuem contato humano variado, entre brancos, índios, negros, imigrantes configurando-se como verdadeiro um laboratório linguístico.

Já no final da década de 50, Silva Neto (1960) preconizava que, para desenvolver os estudos dialetológicos com eficiência, seria preciso determinar a natureza da origem da população estudada, investigar profundamente o fenômeno linguístico (se se trata de evolução contida no sistema), estabelecer a base de articulação de cada falar; criar um Centro de Estudos Filológicos e concluir o Atlas Linguístico-Etnográfico do Brasil. Por fim, Silva Neto (1960, p. 273) enumera os frutos da constituição da pesquisa:

O Atlas linguístico-etnográfico do Brasil que custará imensos labores e inúmeros trabalhos preliminares, trará contudo, pelo menos, os frutos seguintes: a) a possibilidade de fazer-se uma divisão dos nossos falares; b) a indicação dos focos de irradiação; c) a possibilidade de se fazer o inventário da cultura cabocla; d) a indicação das influências extra-portuguesas; e) a visão de conjunto dos nosso falares; f) oferecerá, em suma, elementos para completar a história da língua.

Segundo as palavras de Silva Neto, a pesquisa e constituição do Atlas Linguístico-etnográfico do Brasil é base insubstituível para delinear e nortear a pesquisa sobre a história da língua falada no País.

Decorrido quase meio século, as palavras de Silva Neto continuaram atuais, de tal sorte que o ALiB absorveu muito dos princípios contidos no *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico* (1958) na elaboração do Projeto.

Como resultado do estudo da geografia linguística, associado aos estudos sociolinguísticos, iniciou-se o processo de análise de dados e de confecção de mapas ou cartas linguísticas, registrando as variantes atuantes na fala em Atlas Linguísticos, conforme a explanação a seguir.

3.4. 2 Os Atlas Linguísticos: o Resultado de Estudos Geossociolinguísticos

As relações destacadas pela geografia linguística, elencadas por Coseriu (1987) são: a não correlação direta entre ambiente natural (geográfico) e a linguagem, mas ambiente geográfico e a difusão espacial dos fatos linguísticos. Como relações determinantes da metodologia, temos: as condicionadas política, social e culturalmente. Portanto, as zonas de irradiação são os centros políticos, administrativos, culturais e religiosos. Os obstáculos naturais, tais como os rios, montanhas podem tanto facilitar a comunicação, como, por exemplo, o Rio Paraguai, Amazonas, São Francisco, como impedir a interação. Nem sempre as zonas linguisticamente isoladas também são naturalmente isoladas, se não são isoladas política e economicamente.

As comunidades linguísticas, conforme Coseriu (1987), realizam concretamente o falar em entidades de língua que possuem limites no espaço terrestre e podem ser registradas em mapas. Expõe Coseriu (1987, p. 84):

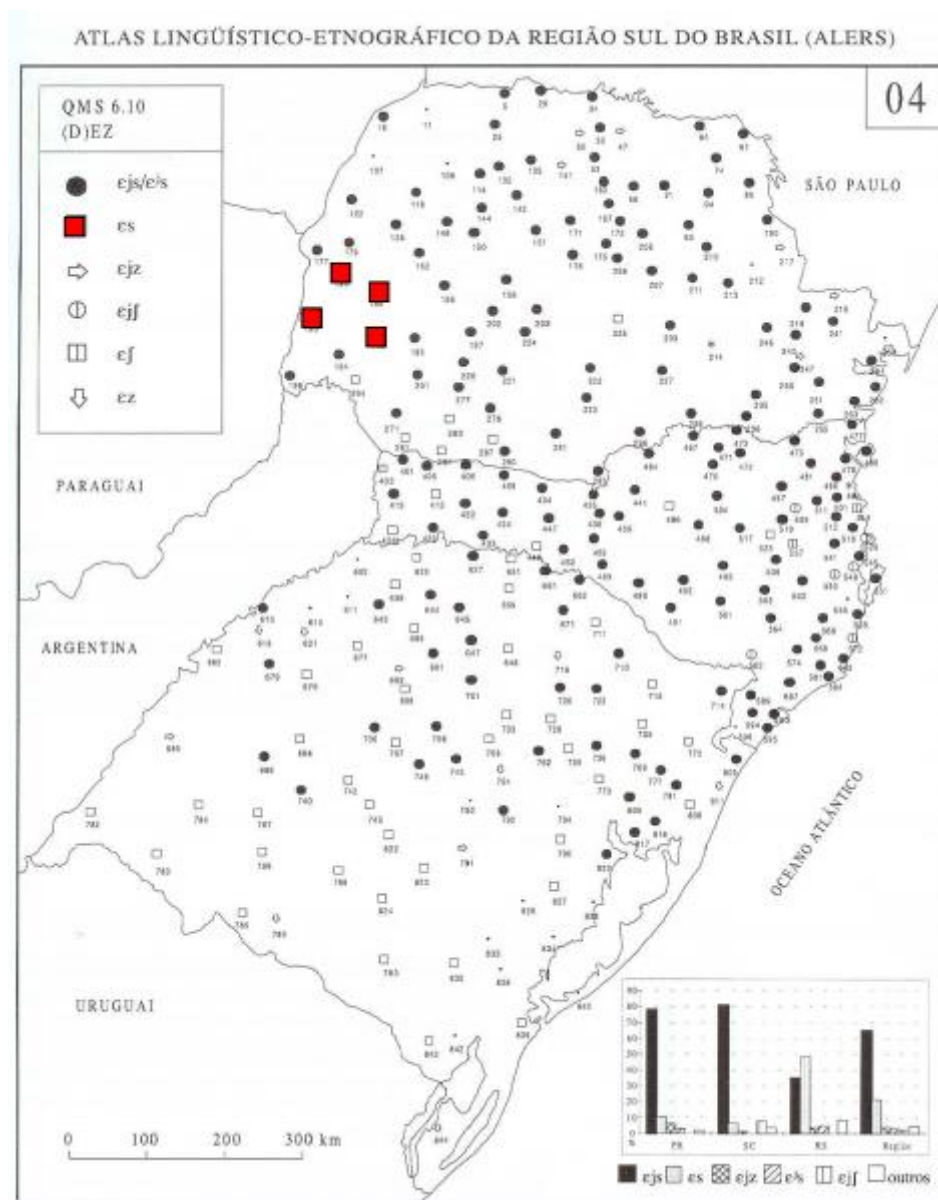
Os mapas lingüísticos, além de permitirem observações de caráter geral sobre o funcionamento da linguagem como meio de intercomunicação social, revelam a conexão entre a história lingüística e os fatores geográficos ou geopolíticos: permitem comprovar que as inovações nas “línguas” procedem de determinados centros e que a sua difusão se detém em certos limites constituídos por rios, montanhas, fronteiras políticas, administrativas ou eclesiásticas (assim as zonas “isoladas” e “laterais”, distantes dos centros de inovação, costumam conservar formas lingüísticas mais antigas).

O autor ressalta o fator observável nos mapas linguísticos da difusão das inovações e sua relação com fronteiras geográficas e políticas.

Sobre a natureza e formas de apresentação das cartas nos Atlas linguísticos, Coseriu (1987) classifica-as em:

- (i) mapas fonéticos- nos quais se registram variantes de um fonema. Exemplo:

Figura 1 – Carta fonética



Carta Linguística 04 – Dez

Fonte: Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil/ALERS (KOCH; KLASSMAN; ALTENHOFEN, 2002, p. 39)

- (ii) mapas lexicais – que trazem os registros de palavras empregadas para expressar o mesmo conceito;
- (iii) mapas propriamente linguísticos (morfossintáticos) – que registram em sua integridade fônica e morfológica as expressões concretamente comprovadas em cada ponto investigado.

Quanto à apresentação do material linguístico, os mapas podem ser:

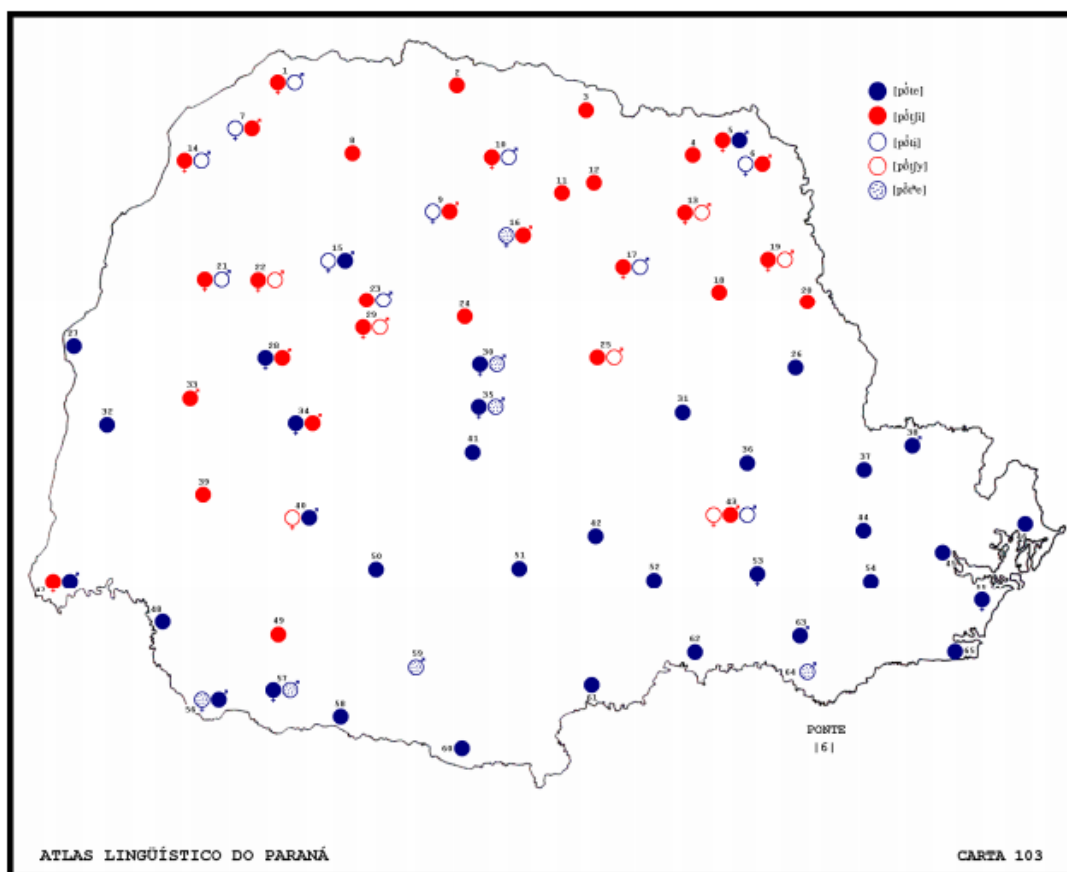
- (i) sintéticos – estabelecem limites das áreas correspondentes às formas típicas comprovadas;

- (ii) pontuais – não estabelecem tais limites e registram as formas comprovadas em todos e em cada um dos pontos investigados.
- (iii) analíticos – segundo Montes-Giraldo (1987) “quando em cada punto se transcriben las respuestas tal como se recogieron sin outra elaboración que algunas notas necesarias o útiles para la mejor comprensión de los fenómenos, la correspondencia del concepto em otros idiomas, etc”³², (MONTES-GIRALDO, 1987, p. 106).
- (iv) mistos - analítico e sintético.

Mapas fonéticos podem ser dos dois tipos (mistos ou analíticos); os lexicais são mistos e com base em material recolhido.

Exemplo de mapa fonético misto e mapa fonético analítico:

Figura 2 – Carta fonética mista

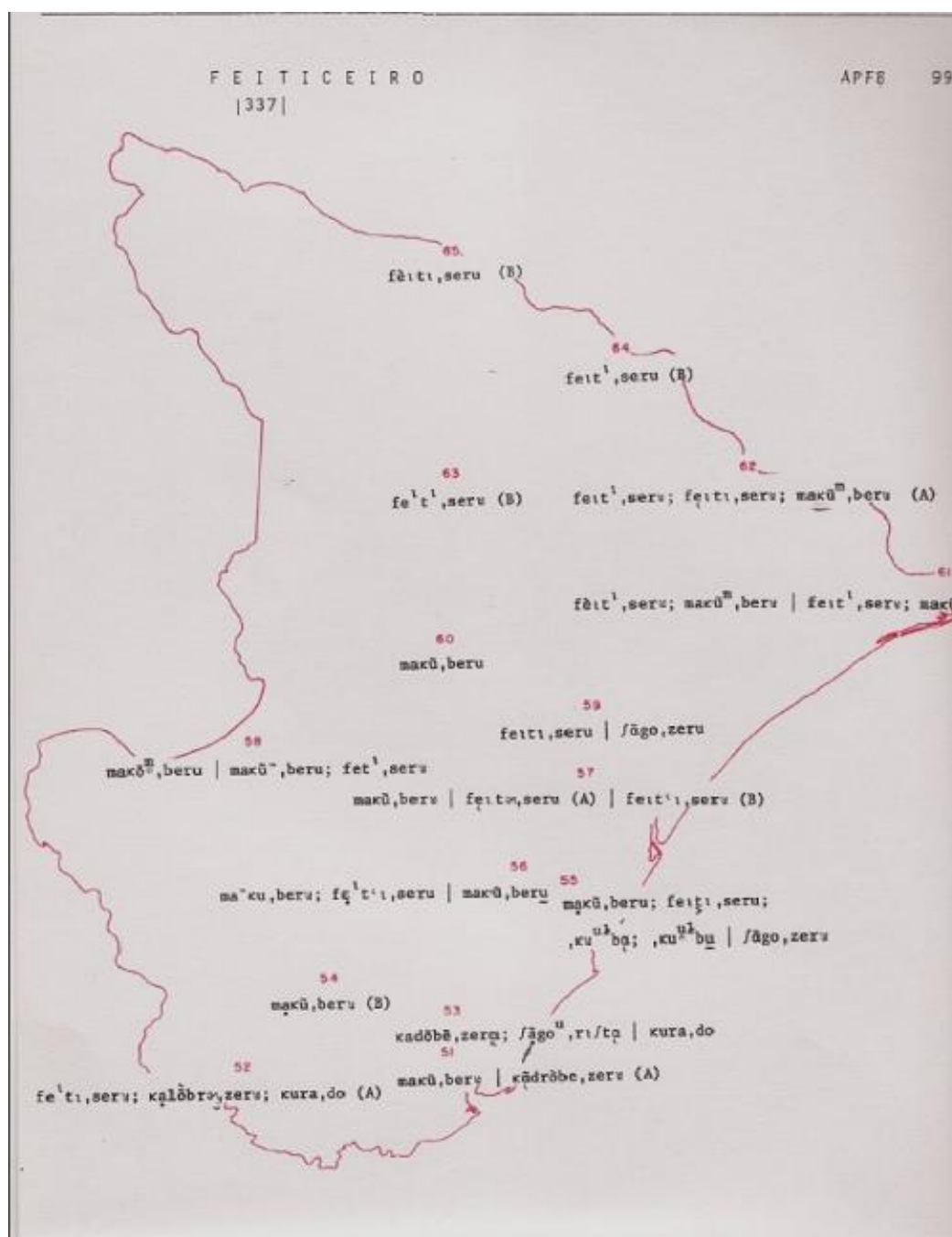


Carta Linguística 103 – *Ponte*

Fonte: Atlas Lingüístico do Paraná/ALPR (AGUILERA, 1994, p. 229)

³² “Quando em cada ponto se transcrevem as respostas tal como foram coletadas sem outra elaboração que algumas notas necessárias ou úteis para uma melhor compreensão dos fenômenos, a correspondência entre o conceito em outros idiomas, etc” [tradução nossa].

Figura 3 – Carta fonética analítica



Carta 106 Feiticeiro

Fonte: Atlas Lingüístico de Sergipe/ ALSE – 1987.

A pesquisa baseada em pressupostos da geografia linguística possui três etapas principais, além dos da definição dos pontos, questionário, metodologia, a saber:

- (i) coleta do material, pesquisa, questionário e pontos;
- (ii) registro do material em mapas;
- (iii) estudo e interpretação do material dos mapas.

Os atlas linguísticos, portanto, reúnem o material de pesquisa geolinguística e atuam como “inventário de formas”, apresentando formas inovadoras ao lado de formas conservadoras, permitindo induções de caráter histórico e, de modo geral, conclusões, como as elencadas por Coseriu (1987, p. 94) em relação à conservação linguística em áreas mais remotas: “formas ou fases mais antigas se conservam com mais frequência em zonas isoladas, longe das grandes vias de comunicação”.

Os dialetos são delineados por isoglossas³³, linhas imaginárias que demarcam os diversos meios de expressão, os regionalismos e diferenças étnico-culturais de cada ponto do país. A Dialetoлогия, por meio do estudo cartográfico da Geolinguística, visa mapear essa diversidade linguística e estabelecer pontos em comum ou diferenças entre as variadas formas de linguagem. Como revela Silva Neto (1957, p. 37), as cartas, ou os atlas linguísticos, apresentam o material linguístico distribuído topograficamente, “cada carta apresenta um instantâneo dialetal da área explorada: nelas podemos observar, sincronicamente, todas as maneiras de dizer, pronunciar, construir frases, enfim, todos os meios de expressão de que dispõe o grupo humano estudado”.

Os atlas linguísticos proporcionam uma visão dinâmica dos fatos descritos, pela possibilidade de comparação simultânea de casos da língua, auxiliando em conclusões históricas; apresentam regiões conservadoras e inovadoras, irradiadoras de cultura, que possuem traços linguísticos comuns, de isoglossas, limite entre os falares. Sendo assim, o fenômeno da variação, descrito no espaço geográfico percorrido pelo homem traz, segundo Brandão (1991, p. 11): “uma visão dinâmica de cada fato descrito, pela comparação simultânea com outros neles expostos, ensejando conclusões também de natureza histórica”.

As isoglossas nem sempre coincidem com a divisão de territórios linguísticos na dialeção em áreas bem delimitadas, mas sim em um “*continuum* de fragmentos sutilmente subdivididos”, conforme explica Weinreich *et al.* (2006, p. 89). A rede de isoglossas apresenta sincronicamente a transição, da trilha que a mudança linguística percorre. Para compreender a relação destas com a mudança linguística é preciso fazer um encaixamento dos sistemas linguísticos comparado com a história das comunidades de fala. Pode representar mudança se a localização não puder ser explicada por contexto histórico ou linguístico.

A relação com a comparação temporal, a interdependência entre sincronia e diacronia, nos atlas, é esclarecida por Silva Neto (1960, p. 28):

³³ Ferreira e Cardoso (1994) classificam as isoglossas como: isoglossas diatópicas (em espaço geográfico), isoglossas diastráticas (linguísticas sócio-culturais) e isoglossas diafásicas (de estilo). Quanto à natureza dos fatos linguísticos, a isoglossa pode ser: isoléxica, isofônica, isomórfica e sintática.

Os Atlas, mostrando-nos formas modernas e formas muito conservadoras, usadas nos falares periféricos, apresentam-nos uma visão linguística ao mesmo tempo *sincrônica* e *diacrônica*: *pã-crônica* em suma. Uma carta é, a esse respeito, como vários relógios a bater, ao mesmo tempo, horas diferentes.

A pesquisa geolinguística e a elaboração dos atlas auxiliam, desta forma, na visão global do pesquisador, tanto *sincrônica* quanto *diacrônica* da realidade linguística. Oferecem assistência ao estudo da língua ao embutir nas cartas uma possibilidade de visualização da multiplicidade temporal.

A Geolinguística Pluridimensional surgiu por meio do reconhecimento da necessidade de inserção dos componentes sociais nos estudos geolinguísticos, dada a própria natureza intrínseca da contribuição da sociedade nas ciências humanas da linguagem. Com isso, foram aprimorados os trabalhos da Geolinguística, aliando fatores sociais aos estudos da distribuição geográfica de fatos linguísticos.

Devido ao reconhecimento da língua enquanto fato social, outros fatores extralinguísticos (idade, gênero, escolaridade, dentre outros), além do diatópico (espacial), têm se inserido no estudo da Geolinguística com a aliança entre Dialetoлогия e Sociolinguística. Cardoso (2002) afirma que, na segunda metade do século XIX, a delimitação de áreas dialetais era intuitiva, e, no fim do século, com o desenvolvimento da metodologia Geolinguística, o estudo das áreas dialetais tornou-se sistematizado na prática de pesquisa direta. A autora acredita que a expansão dos estudos das diferenças espaciais tem ganhado terreno devido ao fato de as diferenças diatópicas serem bem evidentes na percepção da fala.

As implicações sociais na fala são evidentes na interação diária e o controle das variáveis sociais incorpora-se aos estudos de natureza geolinguística com a sistematização proposta por Labov (1983), de acordo com Cardoso (2002). Com isso, as cartas linguísticas passam a registrar, além de dados diatópicos, os dados sociais, porque os dialetólogos acreditam que a diversificação linguística que ocorre no plano horizontal ou diatópico pode ser influenciada por fatores sociais, tais como: i) gênero/sexo (variação diagenérica ou diassexual), ii) idade (variação diageracional), iii) escolaridade (variação diastrática), além do fator espacial geográfico (variação diatópica).

A inserção dos dados sociais na cartografia das variantes surge com o advento da Geolinguística Pluridimensional. Cardoso (2002) correlaciona as mudanças nos estudos com a mudança social, da passagem da ruralidade para o urbano, da difusão dos meios de comunicação, que contribuiu com a maior intercomunicação entre meios sociais. A autora

exemplifica com o Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU), coordenado por Thun (2000), que demonstra que o caráter de mobilidade ou estabilidade espacial dos indivíduos também pode influenciar na fala. Assim, os métodos de recolha de dados, como a seleção de informantes e os questionários, também vão sendo readequados à nova metodologia. As cartas pluridimensionais permitem o entrecruzamento de informações e a seleção de informantes passa a ser mais variada, buscando abranger o maior número de esferas sociais.

Thun (2005, p. 63-68) apresenta as finalidades da Geolinguística Pluridimensional e relacional do Projeto Atlas Lingüístico do Contato do Rio da Prata: i) combinação da Dialectologia areal (estudo tradicional monodimensional) com a Sociolinguística (estudo pluridimensional da variação); ii) a Geolinguística do espaço deve responder questões tais como: “até que nível social se estende um fenômeno lingüístico identificado em uma área, entre locutores do mesmo grupo social?” ou “até que zona chega um fenômeno constatado em uma ou várias camadas sociais que convivem num mesmo lugar?”. A pesquisa da dupla arealização, busca estudar o eixo social até a superfície aprimorando a comparação de duas ou mais cidades; iii) a Geolinguística Pluridimensional também é relacional, estudando vínculos entre pontos de uma superfície e análogos de outra, e relação entre pontos diagonais; iv) a Geolinguística Pluridimensional metodologicamente parte do mesocosmo (fatos da linguagem acessíveis aos falantes), passam pelo microcosmo (analisando sentido das palavras, conscientemente), chegando ao macrocosmo. A macroestrutura e sua visualização no espaço das variantes são fundamentais no estudo da língua.

A relação da pluridimensionalidade, segundo Thun (2005, p. 71), é apresentada em um quadro entre as dimensões e os parâmetros:

- i) Dimensão Dialingual: línguas em contato;
- ii) Dimensão Diatópica: topostática;
- iii) Dimensão Diatópica Cinética: topostático e topodinâmico;
- iv) Dimensão Diastrática: classe alta e classe baixa;
- v) Dimensão Diageracional: geração I e II;
- vi) Dimensão Diassexual: feminino e masculino;
- vii) Dimensão Diafásica: leitura, conversa livre, resposta;
- viii) Dimensão Diarreferencial: objetividade e metalinguagem.

Para facilitar a visão das macroestruturas, os mapas do ADDU possuem linhas isoglóssicas. O atlas pluridimensional aponta para novo conceito de espaço linguístico com estudos abrangendo o eixo horizontal (contrastivo), o vertical e o diagonal da fala.

Segundo Busse (2009), reportando-se aos estudos de Thun, o Atlas topodinâmico pluridimensional registra as formas de grupos com história de migração (grupo com mobilidade horizontal identificável). Os movimentos de migração devem ser seguidos de fase de sedimentação residencial, contrastando a fala do grupo de origem com a fala da zona de chegada. Tal estudo auxilia na verificação de fenômenos estáveis, fenômenos em curso e mudanças finalizadas.

Ao inserir a comparação diagonal da variação linguística, a Geolinguística Pluridimensional apresenta o contexto da mudança linguística promovida pela movimentação de região etno-linguístico-cultural realizada pelo falante, em busca de novos meios de subsistência, processo este em voga na sociedade vigente.

Outro ramo dos estudos Linguísticos abarcado pelo trabalho constitui a Etnolinguística, que se preocupa com a visão da cultura no uso na língua.

3.4.3 A Etnolinguística

Casado-Velarde (1991) argumenta que, no estudo da Etnolinguística, geralmente é considerada a visão cultural do uso em uma língua, inclusive o aspecto antropológico. O autor versa sobre a problemática da terminologia empregada, ora como antropologia linguística, denominada por Hymes “etnografia da fala” ou da Sociolinguística ou Sociologia da linguagem.

A Etnolinguística é interdisciplinar e estuda “as relações entre idioma e grupo humano caracterizado pela sua comunidade cultural: a etnia”. (CASADO-VELARDE, 1991, p. 40). Por etnia o autor define como conjunto de indivíduos com a mesma cultura (coesão social, unidade de formas de vida, vocação histórica e compartilhamento de concepção de mundo – cosmovisão). A cultura, por sua vez, constitui um conjunto coerente de elementos materiais e espirituais, um conjunto sistemático que tende à satisfação das necessidades psicossomáticas do homem em sua vida social e individual.

Para Casado-Velarde (1991), Guíllermó de Humboldt é o precursor dos estudos etnolinguísticos com a obra: “Sobre a diversidade da estrutura da linguagem humana e sua

influência na evolução espiritual da humanidade” e Coseriu (1978), seu continuador com “as tarefas da Sócio e Etnolinguística” e os estudos de Geografia Linguística nos quais relaciona a linguagem (léxico) com a cultura popular material.

Em Casado-Velarde (1991, p. 41), encontramos ainda a separação da Sociolinguística - como disciplina linguística caracterizada pelo “estudo da variedade e variação da linguagem em relação com a estrutura social das comunidades falantes” - da Etnolinguística (enquanto disciplina linguística) como “estudo da variedade e variação da linguagem em relação com a civilização e cultura”.

Para Casado-Velarde (1991, p. 41), no estudo da vinculação entre linguagem e cultura, é importante distinguir se o ponto de partida da pesquisa é a linguagem ou a cultura, apresentando a seguinte divisão:

Etnolinguística - a) Linguística Etnográfica - (a Etnolinguística propriamente dita) - estuda os fatos linguísticos como determinados pelos saberes acerca das coisas (cultura).

b) Etnografia Linguística – estuda a cultura (saberes acerca das coisas) enquanto manifestada pela linguagem.

Ainda segundo Casado-Velarde (1991, p. 41), para o estudo é preciso distinguir os três planos da estrutura geral da linguagem – i) plano universal do falar em geral, ii) plano histórico das línguas e iii) plano individual do discurso ou texto. Cada disciplina possui a ramificação:

Etnolinguística	i) do falar
	ii) das línguas
	ii) do discurso

Etnografia Linguística	i) do falar
	ii) das línguas
	ii) do discurso

Reportando-se a Coseriu (1978), o autor explica que a relação entre linguagem e cultura pode ter três sentidos diferentes:

- i) A linguagem é uma forma primária e fundamental da cultura;
- ii) A linguagem reflete a cultura não linguística;

iii) Não se fala só com linguagem como tal, com a competência linguística, mas também com a competência extralinguística, quer dizer, com os saberes, idéias e crenças acerca das coisas e esses saberes, idéias e crenças influem na expressão linguística e a determinam de alguma maneira (CASADO-VELARDE, 1991, p. 47).

Coseriu (1978), ao propor as tarefas da Sócio e da Etnolinguística, critica as teorias e introduções da Sociolinguística por não especificar e clarificar seu objeto de estudo e fundamentos.

A partir de três princípios, os estudos da Sociolinguística foram desenvolvidos: i) estudo da variedade linguística não considerada do domínio da Dialectologia; ii) estudo do *status* de diferentes tradições linguísticas na comunidade; iii) estudo do conhecimento e emprego da língua nos diferentes estratos socioculturais da comunidade.

O interesse sociolinguístico de estudo não recai sobre toda atividade de falar, mas sobre traços típicos de estruturas e tradições, como explica Coseriu (1978, p. 5): “por exemplo, não o que disse x em tais ou quais circunstâncias, mas sim o que se costuma dizer em tal tipo de circunstância e como se costuma dizê-lo”

O autor procura limitar a Sociolinguística como “estudo da linguagem, como disciplina linguística e não sociológica ao estudo da variedade e variação da linguagem em relação com a estrutura social das comunidades falantes” (COSERIU, 1978, p. 5), enquanto a Etnolinguística define-se como “disciplina linguística, não etnológica ou etnográfica, ao estudo da variedade e variação da linguagem em relação com a civilização e cultura” (COSERIU, 1978, p. 5).

Ao fixar em seu estudo o termo Etnolinguística, Coseriu (1978, p. 6) assim o explica: “linguística [...] que estuda toda contribuição do “conhecimento das coisas” à configuração e ao funcionamento da linguagem”.

As tarefas da Sociolinguística, segundo o autor, partem da correlação linguagem e contexto social (relações sociais). No estudo sociolinguístico propriamente dito, interessam a linguagem e as diferenças linguísticas em relação à estratificação social. A definição de Etnolinguística é obtida partindo da correlação linguagem – cultura, com o objeto de estudo: a linguagem e fatores linguísticos determinados por saberes acerca das coisas.

A Sócio e a Etnolinguística também apresentam as três distinções, segundo Casado-Velarde (1991, p. 41):

Sociolinguística e Etnolinguística do falar geral;

Sociolinguística e Etnolinguística das línguas;

Sociolinguística e Etnolinguística do discurso

No plano do falar em geral estabelecem-se os fundamentos da Sócio e da Etnolinguística que são dados pela linguagem e pelo caráter social desta e a ligação linguagem e cultura.

A alteridade pode ser, por sua vez, positiva, quando os membros da mesma comunidade se reconhecem, ou negativa, quando há reconhecimento de outras comunidades. A alteridade positiva e negativa refere-se também às várias comunidades sociais dentro da comunidade nacional e justificam o estudo e orientações sociolinguísticas.

No que concerne à linguagem relacionada à cultura, tem-se a linguagem como fonte primária da cultura, a objetivação da criatividade humana. A justificação da Etnolinguística, da ligação entre linguagem-cultura não linguística e linguagem e competência linguística e extralinguística é exposta por Coseriu (1978, p. 12):

A linguagem reflete a cultura não lingüística; é a “atualidade da cultura” (Hegel), quer dizer que manifesta os “saberes”, as idéias e crenças acerca da “realidade” conhecida (também acerca das realidades “sociais” e da própria linguagem enquanto parte da realidade). Além disso, não se fala somente com a linguagem como tal com a “competência lingüística”, mas também com a “competência extralingüística” com o “conhecimento do mundo”, ou seja, com os saberes, idéias e crenças acerca das “coisas”, e o “conhecimento do mundo” influi sobre a expressão lingüística e a determinam em alguma medida.

A cultura e instrução contribuem para o desenvolvimento do saber elocucional, bem como o talento natural (habilidade no falar).

Segundo o autor, a Etnolinguística do falar deveria estudar a linguagem de acordo com o conhecimento de mundo e saberes universais extralinguísticos. Exemplo: “sol” no plano empírico já possui identificador em todas as línguas. Existe uma relação do “que se diz” à interpretação “do que se diz”.

A Etnolinguística tem como objeto de estudo as estruturas sociais refletidas nas línguas (léxico, por exemplo).

À etnolinguística da língua corresponde, precisamente, o estudo dos fatos de uma língua enquanto motivados pelos “saberes” (idéias, crenças, concepções, ideologias) acerca das “coisas”, portanto, também acerca da estratificação social das comunidades e acerca da linguagem mesma enquanto fato “real”. (COSERIU, 1978, p. 19).

Os exemplos lançados pelo estudioso são – organização léxica corresponde a um tipo determinado de experiência e conhecimento intuitivo do real? (no caso da linguagem: que palavras têm uma língua para nomear fatos de linguagem e qual é a organização léxica de tais palavras? No caso da estratificação social: que palavras têm uma língua para nomear condições sociais e em que relações semânticas se encontram essas palavras umas com as outras? Em que domínios da experiência há concentração (ou ao contrário, escassez) de distinções semânticas?

Expressões ou palavras podem evocar em certas comunidades uma idéia e motivações diferentes, que se referem às experiências das comunidades com o objeto em questão na vida real, os chamados fatos idiomáticos. Tais fatos idiomáticos pertencem na maioria aos discursos repetidos (expressões fixas que se repetem tradicionalmente).

A Sociolinguística do discurso estuda diferenças diastráticas nos tipos de discursos e relações com estratos sociais ou sócio-culturais. A Etnolinguística do discurso estuda tipos de discursos motivados pela cultura da comunidade.

No ponto de vista diacrônico – a Sociolinguística diacrônica estuda “as mudanças na configuração diastrática das línguas e na estrutura dos níveis da língua” e a Etnolinguística diacrônica “as mudanças na linguagem enquanto motivadas por mudanças na civilização e culturas”. (COSERIU, 1978, p. 22).

A história das línguas estuda a “mudança linguística” e a “contínua criação das línguas mediante o falar, a contínua objetivação do falar em tradições históricas”. (COSERIU, 1978, p. 23).

Devido a essa realidade das línguas, com a mudança em contraface às tradições da história, o trabalho de análise apresentado a seguir busca demonstrar um retrato desse mágico processo de evolução linguística, como forma de registrar e investigar a fala no contexto atual e sua relação cultural.

Após o traçado da gênese social e da alimentação brasileira, bem como dos estudos vinculados à variação linguística, procedemos ao estudo linguístico dos dados referentes ao campo *Alimentação e cozinha*, coletados para o Projeto ALiB nas 25 capitais.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

Uma vez apresentado o referencial teórico, procedemos à descrição e análise dos dados e, para tal, realizamos a tabulação das variantes de cada uma das respostas dadas pelos 200 informantes. Neste capítulo, apresentamos os dados por meio de 12 quadros, de 12 cartas pluridimensionais e 11³⁴ cartas sintéticas (fenotípicas), elaboradas especialmente para esta Dissertação³⁵, além de gráficos com o percentual das ocorrências e da análise léxico-semântica de cada variante registrada.

A carta experimental no modelo pluridimensional permite a visualização das variantes distribuídas pelas variáveis sociais (sexo, faixa etária e escolaridade) e pelo espaço geográfico. Para tanto, foram utilizados os seguintes símbolos nas cartas:



O primeiro quadrante representa os informantes de nível fundamental de escolaridade e o segundo quadrante, os de nível superior³⁶. As linhas superiores, na horizontal, trazem os registros dos jovens e as inferiores, o registro dos idosos. Os quadrados representam os homens e os círculos, as mulheres. Caso haja mais de uma variante citada, esta é colocada logo ao lado da primeira forma registrada, fora do quadrante. Se houver abstenções, o símbolo ficará apagado dentro do quadrante.

Apresentamos as seguintes configurações nas cartas:

- i) No título, a carta está identificada por meio do conceito da variante mais produtiva elencada como resposta à questão;
- ii) Na legenda, situada no canto inferior direito, as variantes estão dispostas de acordo com a ordem de produtividade, da mais produtiva para a de menor produtividade em todas as cartas – nas cartas 4 a 12 no último item da legenda foram agrupadas as de produtividade mais baixa como “outros”;

³⁴ Dada a diversidade de formas adjetivas para “a pessoa que come demais” (questão 184 do QSL) não foi possível traçar possíveis isoléxicas.

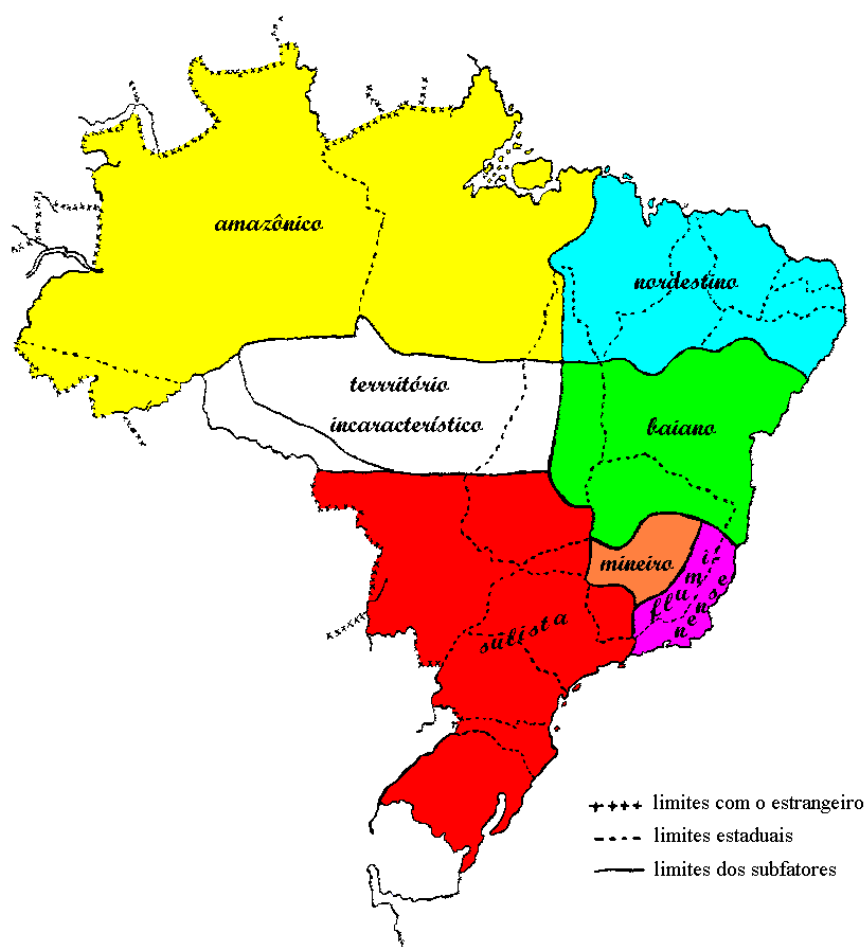
³⁵ Trata-se de cartas experimentais realizadas *ad-hoc*, isto é, não são as cartas do ALiB, as quais terão uma configuração própria elaborada pela equipe especializada em cartografia sob o aval do Comitê Nacional.

³⁶ Os informantes do ALiB são identificados por n°s, conforme consta da pág. 22: de 1 a 4, são os de nível fundamental e os de n° 5 a 8 são os de nível superior. Os homens recebem os números ímpares e as mulheres os pares. Os jovens são os de n° 1, 2, 5 e 6 e os demais os da segunda faixa etária.

- iii) A simbologia adotada possui quadrados representando a fala dos informantes do sexo masculino, e círculos, representando do sexo feminino. As cores seguem um padrão indicado na legenda;
- iv) No canto inferior esquerdo, apresentamos os dados cartográficos elaborados por um profissional da área da Geografia;
- v) Após as cartas pluridimensionais, apresentamos as cartas fenotípicas, numeradas por algarismos romanos.

Como fator de comparação das zonas de isoglossas, utilizamo-nos dos estudos de Nascentes (1953), pois, como indica Câmara Jr (1985, p. 10): “No Brasil, a classificação dialetal mais coerente é a de Antenor Nascentes embora essencialmente organizada na base de impressões de viagens”.

Figura 4 - Proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953)



Montagem: Kika Milani (kikamilani@uol.com.br)

Fonte: Antenor Nascentes, *O Linguajar carioca*, 2. ed., 1953

As possíveis zonas de isoglossas que se revelaram no estudo foram comparadas com as indicadas por Nascentes (1953).

Iniciamos pela análise das variantes obtidas a partir da questão 176, do QSL-ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001).

4.1 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 176 – CAFÉ DA MANHÃ - COMO SE CHAMA A PRIMEIRA REFEIÇÃO DO DIA, FEITA PELA MANHÃ?

A questão registrou baixo nível de abstenção, provavelmente pela familiaridade popular com o ato de alimentar-se durante a manhã. O quadro 2 permite a visualização das variantes para a questão 176:

Quadro 2 - Variantes para a pergunta 176: “ Como chama a primeira refeição do dia, feita pela manhã?”

Regiões	Variantes/ Capitais	Café/ café da manhã/ café matinal	Desje- jum	Segura peito	Quebra torto	Tira/Que- bra jejum	Lanche	Chá/chá da manhã
N	Macapá	7						
N	Boa Vista	8		6	1			
N	Manaus	8	1					
N	Rio Branco	8				1		
N	Porto Velho	8	1			1		
N	Belém	8						
NE	São Luís	8	1					
NE	Teresina	8	1					
NE	Fortaleza	8					1	
NE	Natal	7	2					
NE	João Pessoa	7						
NE	Recife	8	1					
NE	Maceió	8						
NE	Aracaju	8	1					
NE	Salvador	8	1					
CO	Cuiabá	5			3			3
CO	Campo Grande	8	1		1	3		
CO	Goiânia	8	1				2	
SE	Belo Horizonte	8	1				1	
SE	Vitória	8						
SE	Rio de Janeiro	7	2					
SE	São Paulo	8	2					
S	Curitiba	8	1					
S	Florianópolis	8						
S	Porto	8						

	Alegre							
	Subtotal	193	17	6	5	5	4	3
Total							234	
Obs: Em Macapá foi citada a variante <i>merenda</i>								

Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

O Quadro 2 indica a hegemonia da variante *café da manhã*, presente em todas as capitais, para a primeira refeição do dia, feita pela manhã, com 193 ocorrências sobre o total de 234 respostas, seguida de longe por outras sete variantes obtidas. Com 17 respostas, a variante *desjejum* foi mencionada por informantes de capitais de todas as regiões brasileiras. A variante *segura peito* circunscreveu-se a Boa Vista, com seis ocorrências. A variante lexical *quebra-torto* foi registrada na fala de informantes de Boa Vista, Cuiabá e Campo Grande. *Lanche* com quatro ocorrências surgiu em Fortaleza, Goiânia e Belo Horizonte e a expressão *chá da manhã*, apenas em Cuiabá, citada por três informantes. Da tabela excluimos *merenda*, com apenas uma ocorrência, caracterizando-se como *hapax legomenon*, citada pelo informante jovem, masculino, de nível fundamental de escolaridade, macapaense (003/1).

Embora pouco produtiva, a multiplicidade de formas, isto é, de variantes lexicais, relaciona-se à heterogeneidade da língua, principalmente quando se considera a grande extensão territorial brasileira e a história do povoamento de cada região ou estado. Os próprios informantes têm suas hipóteses para explicar o uso da variante não-padrão, as suas abonações. Por exemplo, em Cuiabá, os homens, independentemente do grau de escolaridade, revelaram que a forma *quebra-torto* é mais utilizada no interior, pelos trabalhadores rurais. Pode-se, dessa forma, prever uma possível isoglossa diatópica da variante *quebra torto*, com a diferenciação no uso regional, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mais precisamente, no interior desses estados, contrastado com a variante nacional mais difundida, *café-da-manhã*. A mesma observação pode ser feita com relação à *segura peito*, citada por seis informantes, todos de Boa Vista (ponto 003), caracterizada como uma variante regional rural, conforme indica a fala dos informantes:

INF.- No interior o pessoal chama: "Bora, segurá o peito"! (risos) É o café da manhã./

INQ.- Isso. É só no interior?/

INF.- Só! Aqui na cidade você não ouve isso. (003/2)

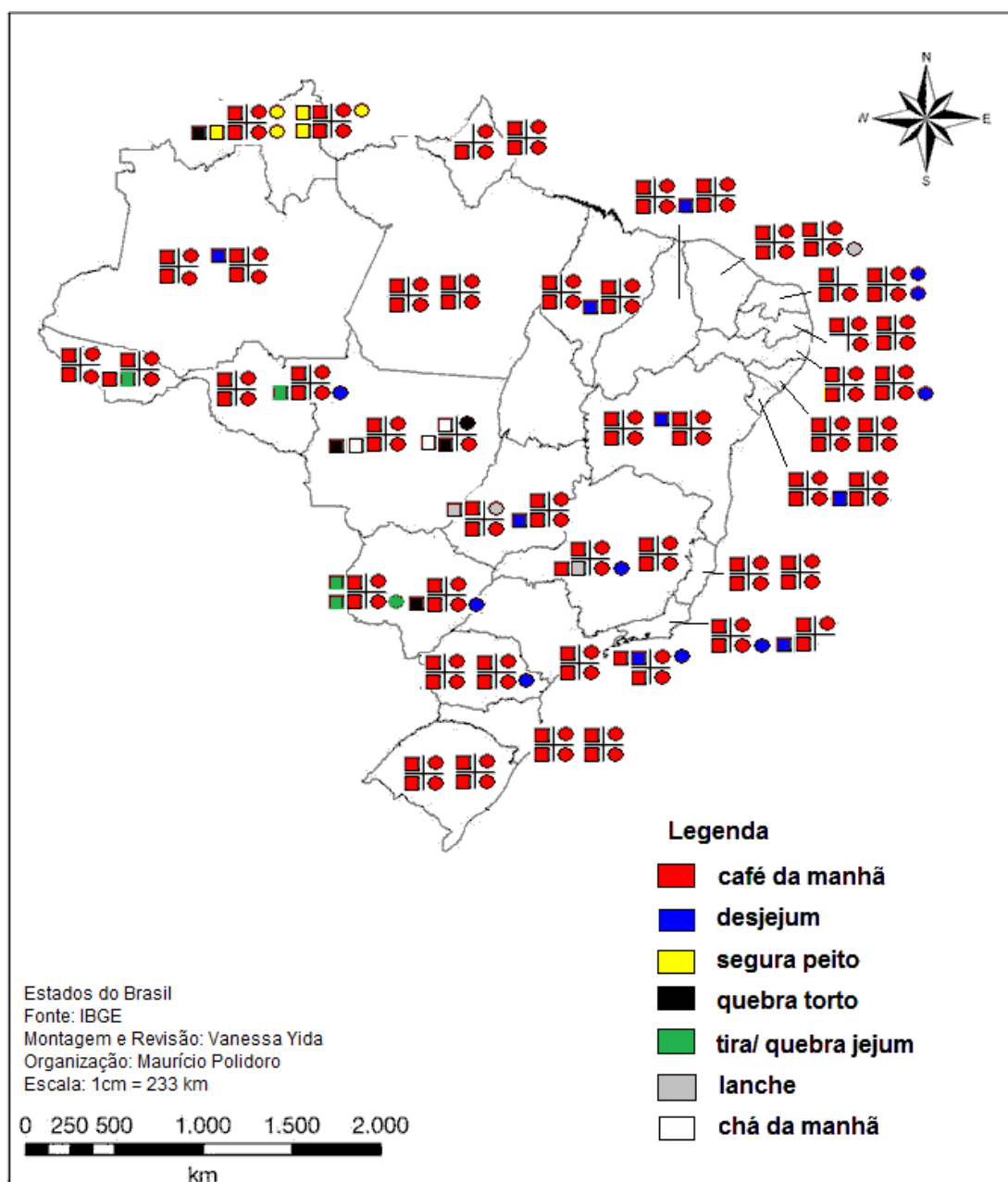
INF.- (Uns chama) segura-peito, no interior chamavam muito. (003/4)

INF.- *Na fazenda tem que é no interior, que é o segura peito [...]* INF.- *Que eles vão... precisa ser reforçada né, que geralmente vão pr'o... pra roça né, pr'o pasto, vão... enfim. Então é o segura peito, só.* (003/6)

A segunda hipótese da variante *quebra-torto* e *segura-peito* relaciona-se ao eixo vertical, social. As formas *quebra-torto* e *segura-peito*, ao mesmo tempo em que representam variantes regionais rurais do pantanal matogrossense, podem ser associadas a formas não aceitas ou pouco usadas por falantes escolarizados e urbanos, dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Uma informante de Porto Velho, ao registrar que *quebra-torto* é uma expressão típica do pantanal, ratifica a seguinte afirmação de Oliveira (1994) em seu artigo sobre o léxico do homem pantaneiro: *Carne de Varal com Mandioca: "alimento usado no almocinho ou quebra-torto. Prato feito com carne seca cortada em pedaços grandes, frita em óleo e cebola. Acompanha a mandioca cozida."* Os vocábulos *almocinho* ou *quebra-torto*, no Pantanal, referem-se à refeição matinal. Esta citação permite avaliar a importância da cultura popular rural no léxico de uma região, pois tanto a variante *quebra-torto* quanto *segura-peito* são retratos da linguagem do homem rural, que levanta cedo e trabalha arduamente no campo e que, por isso, precisa estar muito bem alimentado. O informante masculino idoso de nível superior de Cuiabá (108/7) arrisca uma explicação para a origem do termo: *Porque é o seguinte: quando você estuda anatomia, o traçado digestivo é todo cheio de curva num é isso? (...) Então, você come a comida pra quebrá esse torto.*

Na Carta 1 – *café da manhã*, apresentamos uma carta experimental pluridimensional, feita *ad-hoc*, das variantes levantadas.

Figura 5 - Carta 1: *café da manhã*³⁷



Café da manhã pode ser visualizada com a cor vermelha, como a expressão mais produtiva. A segunda variante de maior produtividade, *desjejum*, que está representada no mapa pela cor azul, foi citada por informantes residentes nas capitais das várias regiões do Brasil. Caso seja analisada a forma lexical *desjejum* em nível diastrático, pode-se inferir a relevância da incidência de respostas dos informantes de nível superior, pois, dentre as 17 ocorrências, 15 foram mencionadas por informantes de nível superior de escolaridade

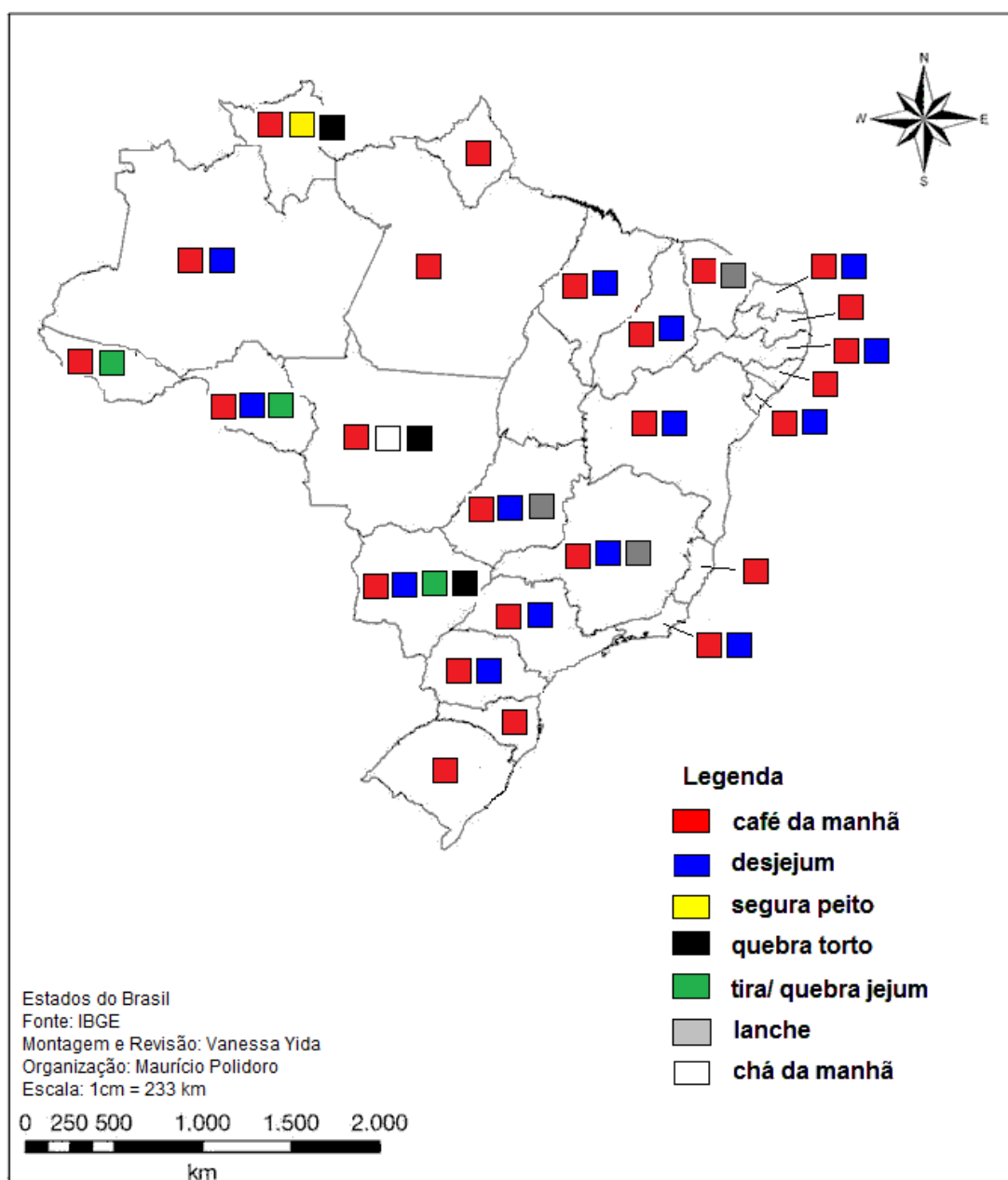
³⁷ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

enquanto apenas 2 informantes de nível fundamental utilizaram a variante em suas respostas. *Segura peito* foi registrada pelos informantes de Boa Vista independentemente da faixa etária, sexo ou nível de escolaridade. Em relação ao uso da variante *desjejum* por informantes de nível de escolaridade (diestrático) mais elevado, podemos nos reportar às palavras de Silva Neto (1970), que explica que a imitação constitui o cimento das relações inter-humanas. Coexistem a dualidade individual e a social, pois cada um fala a sua maneira, há várias linguagens assim como vários indivíduos. Os círculos sociais, segundo o autor, não são compartimentos estanques, estão em constante interpenetração e, por isso, a sociedade tende a imitar as classes acima devido ao prestígio e evitar características das classes inferiores.

A expressão *tira/quebra jejum* foi registrada em Rio Branco (020), Porto Velho (021) e Campo Grande (115). A informante feminina, de baixa escolaridade, natural de Boa Vista, afirmou tratar-se de expressão própria do Pantanal. Verificando os registros de informantes de Cuiabá e em Campo Grande, *quebra-torto* está na fala de quatro informantes: uma mulher jovem de nível superior e três homens, idosos, sendo um de baixa escolaridade e dois de nível superior. A variante *chá da manhã* foi citada por homens dos dois níveis de escolarização em Cuiabá e *lanche* apareceu em Goiânia e Belo Horizonte.

Na Carta I – *café da manhã* (fenotípica), apresentamos uma carta experimental, feita *ad-hoc*, das variantes levantadas.

Figura 6 - Carta I – *café da manhã*³⁸(fenotípica)



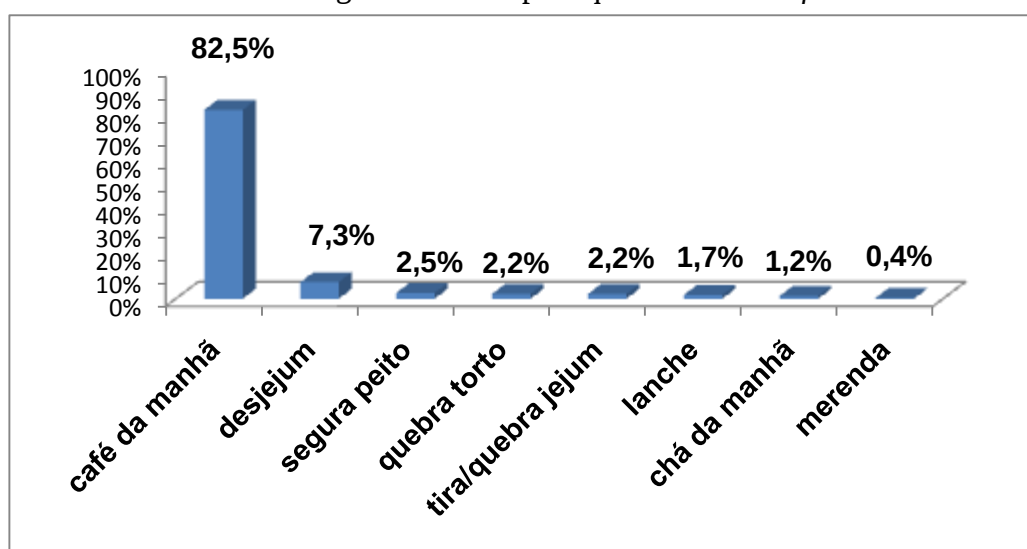
Por meio da Carta I – *café da manhã* (fenotípica), podemos verificar a disseminação por todo o território da variante *café da manhã*; a forma *desjejum* foi registrada nas capitais São Luís, Teresina, Natal, Recife, Aracaju e Salvador (Nordeste), em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba (Sudeste- Sul), e ainda em Goiânia e Campo Grande (Centro-Oeste) formando uma possível isoléxica, apresentando formas ainda registradas fora da área contínua em Porto Velho e Manaus, no Norte. *Segura peito* foi registrada em Boa Vista; *tira/quebra jejum* foi registrado nas capitais fronteiriças, formando outra presumível isoléxica:

³⁸ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

em Campo Grande, Porto Velho e Rio Branco; a variante *chá da manhã* surgiu somente em Cuiabá; *merenda* em Macapá e *quebra torto* foi registrada como variante da região pantaneira.

O gráfico 1 demonstra as porcentagens das 234 ocorrências de variantes: *café da manhã* obteve aproximadamente 82,5% de produtividade, enquanto a segunda forma de maior ocorrência, *desjejum* surgiu com apenas 7,3%; *segura peito* 2,5%; *quebra torto* e *tira/quebra jejum* obtiveram cada um, 2,2% de menções, *lanche* apresentou 1,7%; a variante *chá da manhã* 1,2% e *merenda* apresentou 0,4% da porcentagem das ocorrências.

Gráfico 1 - Porcentagem variantes para questão 176 – *café da manhã*³⁹



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

O gráfico mostra, em porcentagens, a alta produtividade da variante *café da manhã*, disseminada por todas as regiões, em comparação com as demais formas lexicais.

Café e *chá* configuram-se como lexias de sentido amplo – estão especificadas em sentido restrito relacionadas ao “ato de alimentar pela manhã” pela locução adjetiva - *da manhã*. Já as lexias *desjejum*, *segura peito*, *quebra torto*, *tira/quebra jejum*, *lanche* e *merenda* possuem o mesmo sentido, ligado ao ato da alimentação em si. *Desjejum* e *tira/quebra jejum*, por sua vez, são lexias com mesmo sentido, sendo *desjejum* uma lexia simples, formada por uma única unidade lexical e *tira/quebra jejum* formada por duas – uma lexia composta, de acordo com Pottier (1972, p. 26-27).

A análise léxico-semântica indica que *café* não se encontra na acepção de refeição matinal em Antonio Moraes Silva (1945), mas em Ferreira (2004), obtivemos a acepção de “...

³⁹ Os valores de porcentagem foram aproximados para uma casa decimal.

a primeira refeição do dia...”, na subentrada de *desjejum*. Houaiss (2001) menciona a entrada *café* – Derivação: por extensão de sentido – “refeição, geralmente rápida ou leve, em que se toma essa bebida. Obs.: cf. *café da manhã*. Na entrada *café da manhã*, o dicionarista explica que se trata de substantivo masculino, regionalismo do Brasil e de Cabo Verde “refeição que se toma ao acordar; *café, desjejum*”. Houaiss (2001) analisa a etimologia da expressão *café* – “árabe *qahwa* 'vinho', nome também aplicado ao café, pelo turco *qahvé* 'café', pelo italiano *caffè* (1615) e, mais tarde, pelo francês *café* (1665) e daí às demais línguas européias, no século XVII”.

A variante *desjejum* encontra-se na acepção de ‘*desjejua*’ como “primeira refeição do dia”, segundo Antonio Morais Silva (1945), e está dicionarizada em Ferreira (2004) – [De *des* + *jejum*] “a primeira refeição do dia; *dejua, dejejua, dejejuadouro, dejejum, dejuação, desjejua, café da manhã, pequeno almoço, brequefeste*”. Houaiss (2001) demonstra na entrada de *desjejum* “alimento que se ingere pela manhã para quebrar o jejum”. Na entrada *jejum*, Houaiss descreve como “estado de quem não come desde o dia anterior”, derivação por extensão de sentido. Como etimologia, Houaiss (2001) elenca - substantivo do antigo adjetivo português *jejum* (ainda existente como tal no século XIV) < lat. *jejunus*, *a, um* 'que está em jejum; esfomeado, faminto; magro, seco, pobre'. A lexia apresenta-se semanticamente formada por prefixo de negação *des-* + substantivo *jejum* – uma formação por prefixação. Segundo Basílio (1987), a adição de prefixos não muda a classe de palavras-base, e o uso do prefixo *des-* remonta a um caso de função semântica.

Segura-peito e *quebra-torto* não se encontram dicionarizados nas três obras lexicográficas pesquisadas. As duas variantes possuem formação sintagmática, segundo Alves (2001), com uso de dois elementos que formam uma unidade complexa, uma composição⁴⁰ por formas livres - verbo + substantivo (*segura-peito*) e verbo + adjetivo (*quebra-torto*). Ao pesquisarmos no dicionário de Martins (2001), encontramos a expressão *quebra torto* classificada como regionalismo: “refeição da manhã”, e um trecho da obra de Guimarães

⁴⁰ Em relação ao mecanismo de renovação do léxico, Câmara Jr (1985, p. 211-216), esclarece que no português, os mecanismos gramaticais para ampliação e renovação do léxico provieram do latim: composição e derivação. Com a composição dá-se uma associação significativa formal entre duas palavras que resultam em uma nova, combinando a significação das duas anteriores. A derivação a parte final das palavras aplica-se a outras, gerando novas estruturas léxicas, mantendo a significação da palavra da qual derivam.

Fonologicamente pode haver justaposição ou aglutinação dos elementos combinados. Na aglutinação cria-se novo vocábulo fonológico, na justaposição os elementos constituintes apresentam-se como dois vocábulos fonológicos.

Rosa em que aparece: “Dona Rosalinda e Lélío já tinham comido o *quebra-torto*, de café com farinha” (MARTINS, 2001, p. 405).

Tira-jejum está dicionarizado em Ferreira (2004) – [De *tirar* + *jejum*] e com a remissiva a *desjejum*. Em Houaiss (2001), por sua vez, possui como entrada apenas *quebra-jejum* classificada como regionalismo brasileiro - “a primeira refeição do dia”. No *Dicionário do Brasil Central*, de Bariani Ortêncio (1983), deparamo-nos com a entrada para *quebra-jejum* = A primeira refeição matinal: “Despejada na cuia de leite, serve de substancial *quebra-jejum* para os vaqueiros que se aprontam, de manhã cedo, para as vaquejadas.” J.M. Audrin, 55, SQC. *Tira jejum* também é uma expressão realizada por composição de verbo (*tira*) mais substantivo (*jejum*).

Lanche – segundo Moraes Silva (1945) - [Do ingl. *lunch*] – “Refeição leve, que de ordinário se toma entre o almoço e o jantar; merenda”. Houaiss (2001) elenca o mesmo significado, mas com uma derivação por extensão de sentido “qualquer refeição ligeira”. Aurélio (2004) traz “merenda e por extensão de significado “refeição pequena”. Os dois últimos classificam a variante etimologicamente como do inglês *lunch* (1812). Houaiss (2001) ainda oferece as informações etimológicas - 'refeição leve, tomada especialmente por volta do meio-dia, almoço'; note-se, contudo, que o português *almoço* difere semanticamente do inglês *lunch* e que o vocábulo *lanche* conservou no empréstimo apenas o traço 'refeição leve, ligeira'; fase histórica 1858 *lúunch*, 1875 *lanche*. Trata-se de um empréstimo linguístico.

Chá-da-manhã – não se encontra dicionarizado nos três dicionários como sinônimo para a questão; conforme explica Houaiss (2001), trata-se de uma derivação por metonímia “refeição leve, geralmente à tarde, tendo o chá (infusão) como pretexto ou componente principal”. *Chá* etimologicamente provém do chinês (dialeto mandarino) *ch'a*. A formação com função neológica pode estar vinculada ao costume regional de consumo de chá em vez de café ao amanhecer.

Merenda, segundo Moraes Silva (1945), provém do latim *merenda* – “Ligeira refeição, que se toma geralmente entre o almoço e o jantar”, assim como expõem Ferreira (2004) e Houaiss (2001). Sua vinculação ao referente em questão pode estar atrelada como extensão de sentido oferecida pelo informante, caracterizando-se por “refeição leve”.

4.2 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 177 – GELEIA - COMO CHAMAM AQUI A PASTA FEITA DE FRUTAS PARA PASSAR NO PÃO, BISCOITO?

As respostas oferecidas pelos informantes revelam a predominância da variante *geleia*, nas 25 capitais contempladas pela pesquisa:

Quadro 3: Variantes para a pergunta 177 - “Como chamam aqui a pasta feita de frutas para passar no pão, biscoito?”

paço, desconto?

Regiões	Variantes/Capitais	Geleia	Doce	Chimia	Musse	Creme	Melado
N	Macapá	4				2	
N	Boa Vista	6					
N	Manaus	5	1				
N	Rio Branco	6	2			1	
N	Porto Velho	6	1				
N	Belém	8					
NE	São Luís	5					
NE	Teresina	5					
NE	Fortaleza	7					
NE	Natal	6					
NE	João Pessoa	6					
NE	Recife	5					
NE	Maceió	4				1	
NE	Aracaju	5					
NE	Salvador	6					
CO	Cuiabá	4					
CO	Campo Grande	7					
CO	Goiânia	7	1				
SE	Belo Horizonte	8					
SE	Vitória	5	1				
SE	Rio de Janeiro	5					
SE	São Paulo	8					
S	Curitiba	5	3				2
S	Florianópolis	4	2	1	6		
S	Porto Alegre	3		8			
	Subtotal	140	11	9	6	4	2
Total		173					
Obs: Em São Paulo ocorreu a variante <i>patê de frutas</i>							

Fonte: Base de dados do Projeto ALiB

Sobre o tema, foram coletados ao todo 173 registros correspondentes a sete variantes: *geleia* (140 ocorrências), *doce* (11), *chimia* (9), *musse* (6), *creme* (4), *melado* (2) e *patê de frutas*⁴¹ (1).

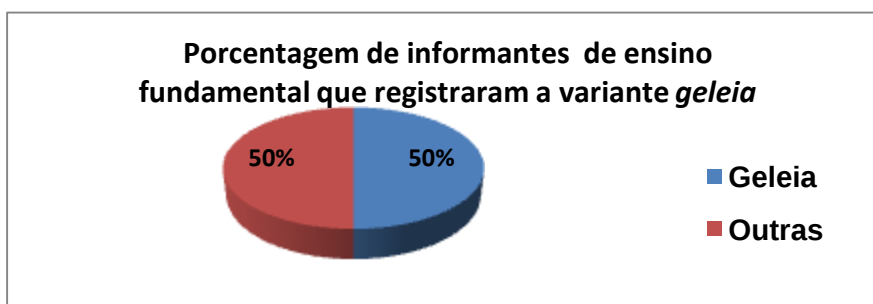
Esta questão foi pouco produtiva entre os falantes de Cuiabá, além de ter representado para o informante e o entrevistador um nível de dificuldade maior que em relação a outras questões. Sobre as dificuldades de obtenção de determinadas respostas, Mota (2006a, p. 251) comenta:

⁴¹ Do Quadro 3 excluiu-se a variante *patê de frutas* que apresentou apenas um registro (*hapax legomena*) em São Paulo.

Deve-se lembrar, no entanto, que, apesar dos esforços para tornar os questionários lingüísticos eficientes e adequados ao levantamento dos dados, persistem algumas dificuldades inerentes a esse tipo de pesquisa, principalmente pelo seu caráter nacional, como, por exemplo, a ausência, em determinadas áreas, do referente ao qual se reporta a questão, como é o caso, de *geléia* (QSL, perg. 177), em algumas localidades da Bahia, de Sergipe e Alagoas...

A esta observação de Mota (2006a), incluímos Cuiabá, em que tal iguaria não faz parte do cardápio trivial das famílias. Dessa forma, ao contrário da “primeira refeição do dia”, o uso de *geleia* à mesa não parece ser um hábito comum a todas as camadas sociais ou uma prática tradicional na alimentação dos brasileiros. A ausência de resposta indica essa direção, bem como a denominação genérica *doce* parece comprovar essa ausência ou pouca frequência da iguaria entre os brasileiros, sobretudo nas camadas mais humildes da sociedade. A informante 4 de Boa Vista, ao registrar a variante *geleia*, comentou que apenas a filha médica é que às vezes comprava e consumia esse doce. Os informantes manauaras masculinos explicaram que não é costume comer geleia na região, mas sim, no Sul, e os informantes jovens, do sexo masculino e de baixa escolaridade de Rio Branco e Campo Grande mencionaram que não têm costume de comer *geleia*. Dentre os 100 informantes de ensino fundamental, metade (50%) relatou como variante para a questão *geleia* e o restante relatou outras variantes ou absteve-se. Pode-se visualizar a porcentagem aproximada de informantes que registraram a variante *geleia* de acordo com o nível de escolaridade, por meio dos seguintes gráficos:

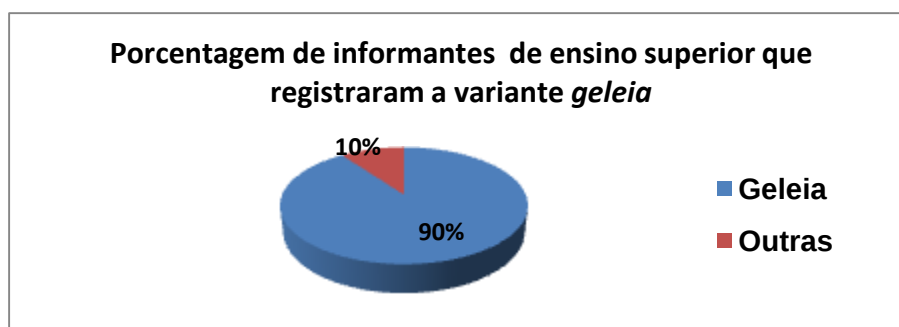
Gráfico 2 - Porcentagem das variantes registradas por informantes do ensino fundamental para a questão 177 do QSL



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

Dentre os 100 informantes de nível superior, 90 mencionaram a variante *geleia*, ou seja, 90%.

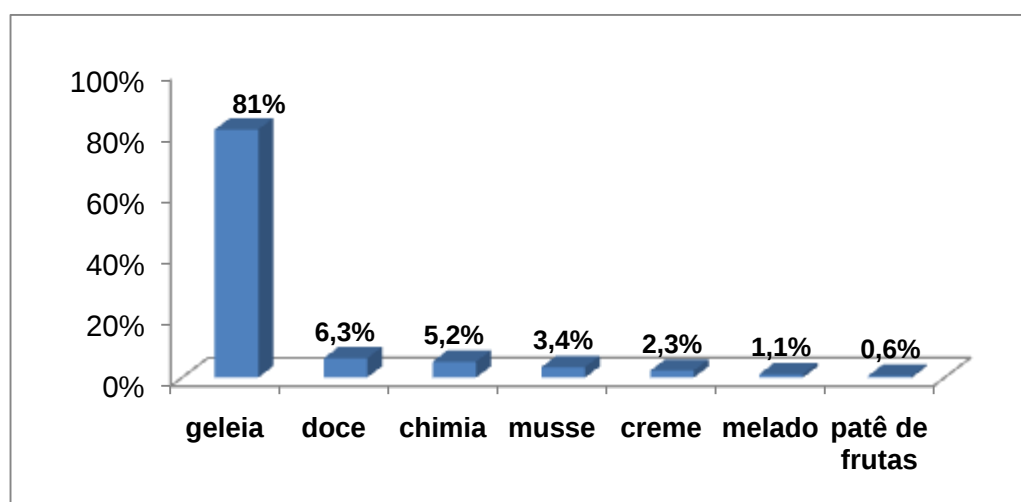
Gráfico 3 - Porcentagem das variantes registradas por informantes do ensino superior para a questão 177 do QSL



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

A partir da análise dos gráficos 2 e 3, podemos inferir a fixação da variante *geleia* no contexto vocabular dos informantes de nível superior, enquanto os informantes de nível fundamental a alternam com outras formas. O gráfico 4 demonstra dados das porcentagens totais das 173 ocorrências:

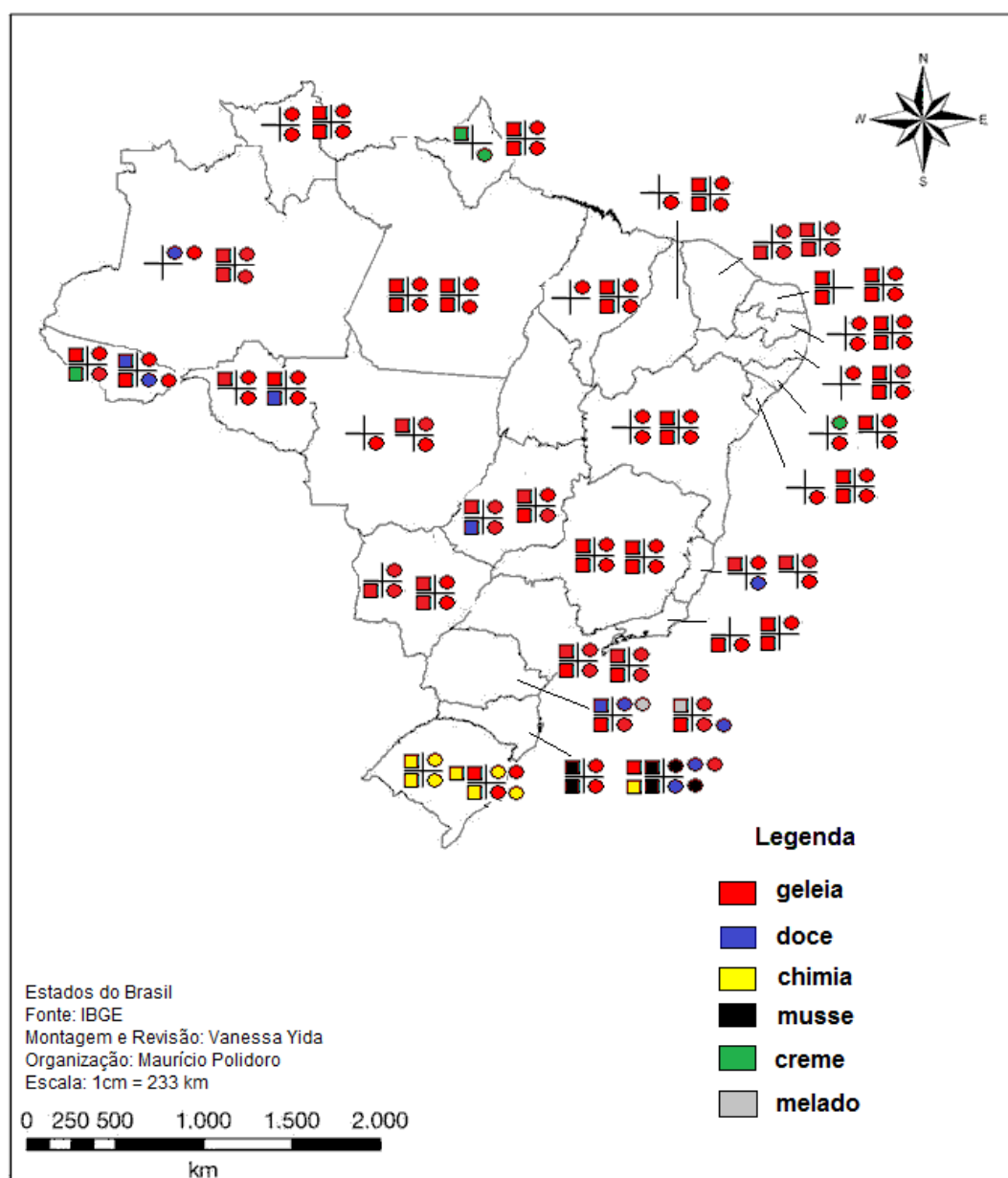
Gráfico 4 – Porcentagem de variantes para a questão 177 - *geleia*:



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

Ao considerar as respostas dos 200 informantes, na sua totalidade, verificamos que a variante *geleia* obteve mais da metade das ocorrências - 81%, aproximadamente, seguida da variante *doce*, com 6,3%; *chimia* com 5,2%; *musse* 3,4%, *creme* 2,3%; *melado* 1,1%; *patê de frutas* com 0,6% de porcentagem das ocorrências. Somaram 39 abstenções a esta questão, totalizando 18,4% de não-respostas.

Analisando a distribuição das variantes pelas capitais, elaboramos a seguinte carta lexical:

Figura 7 - Carta 2 – *geleia*⁴²

Pode-se verificar, nesta carta das variantes para a questão 177 do QSL, que a forma mais produtiva é a variante *geleia*, disseminada por todo país, alternando-se com outras expressões nos estados da região Sul. A segunda forma mais produtiva é a forma genérica *doce*, que pode levar a algumas hipóteses que só se confirmariam com o retorno à localidade para indagar sobre o costume ou a sua ausência de consumir tal iguaria. Uma das hipóteses seria a distinção entre *geleia* (industrializada, comprada) e *doce* (caseiro, artesanal). Outra seria a ausência desta iguaria na mesa dos brasileiros ou a falta de costume de ingerir o doce

⁴² Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

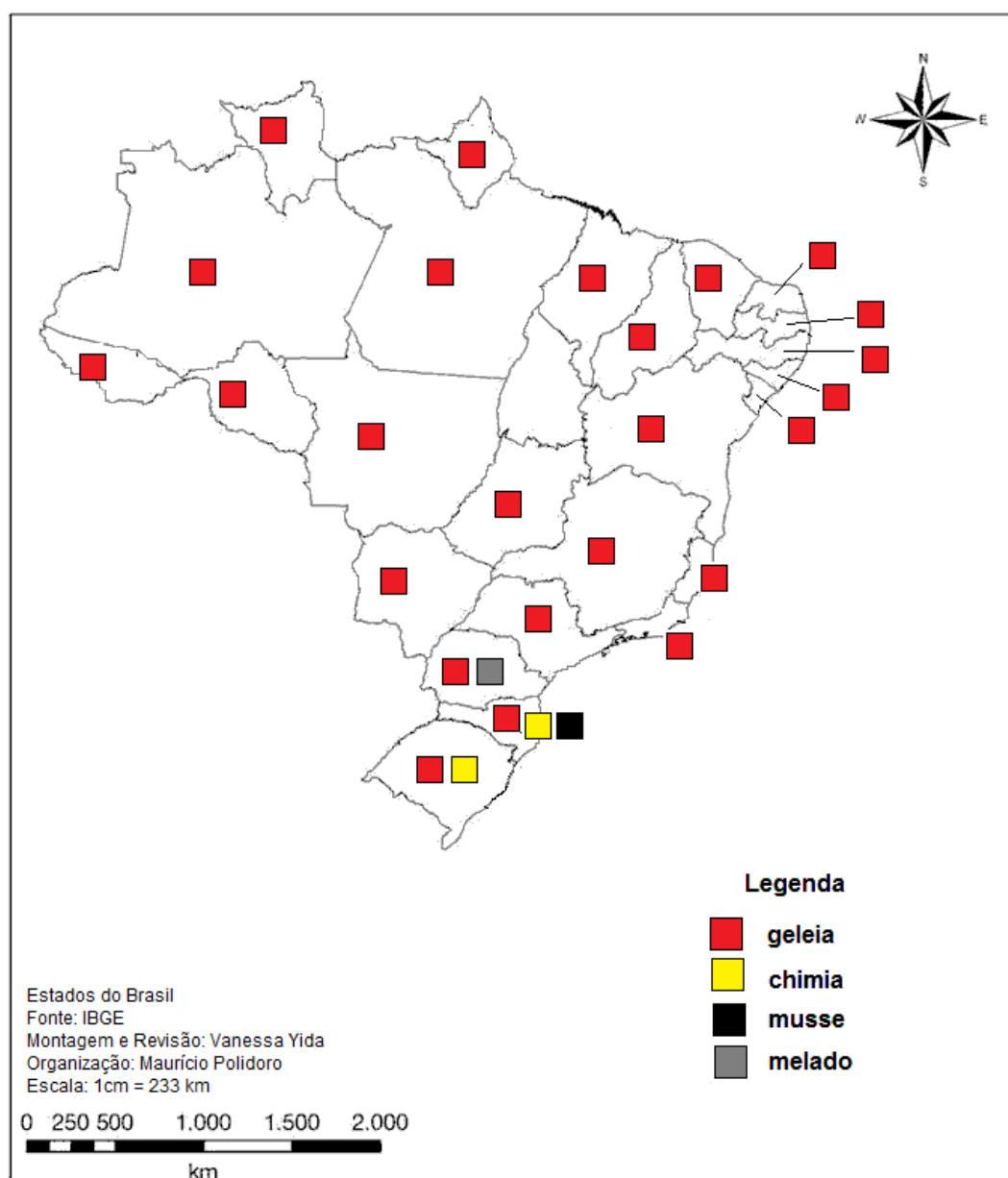
em pães e biscoitos, como propõe a questão, indicando a ausência do referente à mesa, como demonstrou Mota (2006a). O mesmo se poderia afirmar quanto às formas *creme* e *melado* que poderiam não remeter à acepção dada à variante *geleia*. Por outro lado, em Florianópolis – *musse* - e Porto Alegre – *chimia*-, as variantes revelam a força do contato linguístico e cultural com imigrantes europeus. A variante *chimia*, citada por uma informante idosa de nível superior como segunda resposta, surge hegemônica entre os informantes do nível de escolaridade fundamental em Porto Alegre e alterna com *geleia* entre os de nível superior. Trata-se de uma variante diatópica, subordinada à influência da escolarização em seu uso. *Chimia*, variante que se encontra localizada na região Sul, é um termo proveniente do alemão, atestando a influência da cultura alemã na fala desta região do país. *Musse* foi registrado somente em Florianópolis, pela maioria dos informantes.

A ausência de respostas, representada pelo apagamento dos símbolos, revela as culturas diferentes que interagem no território brasileiro. Não faz parte da cultura da maioria dos informantes nortistas e nordestinos a presença da geleia à mesa, diferentemente do que ocorre nas capitais do Centro-Oeste, Sul e Sudeste (com exceção de Vitória e Rio de Janeiro). Essa ausência, porém, em alguns casos, parece estar ligada: (i) ao poder aquisitivo (em alguns casos os próprios informantes revelam tal ligação); (ii) ao fator cultural, ou seja, a ausência de costume de consumir tal produto; (iii) pela diferenciação cultural, de hábitos alimentícios, conforme demonstram as ausências no quadrante relativo aos informantes de nível fundamental, caracterizando-se como uma variante diastrática.

Melado aparece somente em Curitiba e *creme* foi mencionado por informantes do nível fundamental em Macapá, Rio Branco e Maceió.

Na Carta II – *geleia* (fenotípica), exibimos uma carta experimental das variantes registradas.

Figura 8 - Carta II: *geleia*⁴³ (fenotípica)



A variante *geleia* foi registrada na Carta II: *geleia* (fenotípica) como a mais produtiva nas capitais; as demais variantes não formaram zonas de prováveis isoléxicas, por ocorrerem de modo mais disperso ao longo das capitais; exceto *chimia* que se circunscreveu às capitais da região Sul: Porto Alegre e Florianópolis, formando uma possível isoléxica; e *musse* que foi registrada somente em Florianópolis e *melado*, em Curitiba.

Após a análise da distribuição das formas linguísticas encontradas, os vocábulos foram investigados nas obras lexicográficas.

⁴³ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

A lexia *geleia* no *Grande dicionário da língua portuguesa*, de Morais Silva (1945), está definida como “qualquer extracto mucilaginoso da substância de animais ou vegetais que, pelo resfriamento, pode adquirir consistência branda e trêmula”. Tal definição não equivale totalmente ao que se busca com a questão 177, mas contém alguns traços semânticos comuns: extracto mucilaginoso, vegetais, consistência branda e trêmula, resfriamento. Ferreira (2004), com descrição aproximada à de Houaiss (2001), é mais fiel à realidade da culinária brasileira: “alimento preparado com frutas cozidas com açúcar, e que, ao esfriar, toma consistência gelatinosa”. Ambos os lexicógrafos apontam para a mesma etimologia, do francês *gelée*. Trata-se de lexia generalizada pela escolarização, pelos meios de consumo e pela comunicação.

Doce – vocábulo mais genérico pode ter sido associado ao prato devido ao próprio sema “doce” dada a não familiaridade com a denominação *geleia* ou por ser uma variante mais utilizada como referente no discurso, sofrendo uma “especialização de sentido”⁴⁴, conforme explica Isquerdo (2001). Tanto Ferreira (2004), quanto Houaiss (2001) e Morais Silva (1945) confirmam a etimologia do latim *dulce* e com a mesma descrição, produto culinário, com açúcar, mel e outro adoçante. Pode-se interpretar como extensão de significado de um hiperônimo “mais alta das palavras superordenadas”, segundo Welker (2004), a um hipônimo. O arquilexema *doce* ascende o campo semântico de *geleia*, possuindo sentido mais abrangente, portanto hiperonímico. Utilizado como referente pelos falantes para definir o item da questão, caracteriza-se como hipônimo, como um vocábulo mais específico.

Com relação ao uso de determinadas expressões polissêmicas atualizadas em discursos específicos, Bizzocchi (1997) argumenta:

...quando uma lexia, unidade de língua é atualizada em discurso, sofre necessariamente uma redução de seu significado, em função da natureza do universo de discurso, bem como da situação temática dada. Isso significa que a lexia polissêmica (isto é, portadora de vários significados), unidade disponível no sistema para atualização em diversas normas discursivas, torna-se monossêmica (portadora de um único significado) ao ser efetivamente atualizada em um universo de discurso definido (BIZZOCCHI, 1997, p. 56).

Quando uma lexia se encontra vinculada a um universo de discurso, sob aval da dinamicidade do léxico, a atualização no discurso pode acarretar novo efeito de sentido, uma nova combinação sintagmática, acrescentando nova acepção ao termo, surgindo um novo

⁴⁴ Ou o chamado “fato idiomático” por Coseriu (1978).

vocábulo. “O que distingue os diferentes vocábulos de uma lexia e seu conteúdo” (p. 56), continua o autor, ou seja, o vocábulo *doce* usado pelos falantes com o significado de *geleia* apresenta nova acepção, novo conteúdo semântico, específico ao universo de discurso do falante, com referência à alimentação.

Chimia não se encontra dicionarizada, embora tenha procedência do alemão *schmier*. Explica-nos Nunes; Nunes (1996), em seu *Dicionário de regionalismo do Rio Grande do Sul*, na entrada para *chimia*, com uma remissiva para *chimier*, descrita como “doce feito com frutas e melado de cana, de consistência pastosa, para ser comido com pão, à guisa de manteiga. (Do alemão, *schmier*)” (NUNES; NUNES 1996, p. 114). A lexia pode ser classificada como um empréstimo linguístico. O estrangeirismo sofre uma integração à “língua receptora, integração essa que pode manifestar-se através de adaptação gráfica, morfológica ou semântica” (ALVES, 1990, p. 77). Deste modo, verifica-se o enriquecimento lexical transposto à língua portuguesa pelos imigrantes europeus que se encontram principalmente na região Sul. Silva Neto (1970) afirma que havia o incentivo da colonização no Rio Grande do Sul e Santa Catarina de açorianos desde 1550, que fossem casados, o que auxilia na manutenção da cultura original. Segundo Sapir (1971, p. 193) “o tipo mais simples de influência que uma língua pode exercer em outra, é o empréstimo de vocábulos. Sempre que há empréstimo cultural, há probabilidade de empréstimo para os termos correspondentes”.

*Musse*⁴⁵ possui, segundo Ferreira (2004), etimologia francesa ‘*mousse*’, dicionarizada na acepção de “iguaria doce ou salgada, de consistência cremosa e leve, feita com um ingrediente básico (chocolate, frutas, queijo, camarão, etc), a que se adicionam claras batidas e/ou gelatina e é servida fria”, mas não se encontra em Morais Silva (1945). Trata-se de um empréstimo linguístico, assim como *chimia*, que pode estar vinculado à consistência do referente.

Terra (2003) caracteriza a entrada *mousse*:

“... do francês *mousse* (“amontoado de bolhas”; “espuma de mar, de champanha”). Por analogia com a textura e o procedimento, designa um tipo de sobremesa ou iguaria salgada ou doce à base de claras de ovo ou creme batido. Por outro lado, nomeia também uma substância espumosa usada nos cabelos para criar efeitos nos penteados, seja de volume ou de molhado. Alguns dicionários registram a forma aportuguesada *musse*” (TERRA, 2003, p. 167).

⁴⁵ Aguilera, em sessões de orientação desta dissertação, afirmou que o Dr. Felício Margotti, da Universidade Federal de Santa Catarina, relatou em uma das reuniões do Comitê Nacional do ALiB que, em sua infância e adolescência o nome para a *geleia* sempre foi *musse*.

Os neologismos alogenéticos (palavras importadas de outras línguas) não conservam todas as acepções da língua de origem. Com relação a tal fato, Bizzocchi (1997) clarifica:

... uma língua não importa uma lexia, unidade de léxico, polissêmica, mas sim um vocábulo, unidade de norma, de universo de discurso, monossêmica, a qual sofre, ao ser transplantada de uma língua para outra, uma redução de significado, e, ainda, uma adaptação a uma nova rede léxico-conceitual (BIZZOCCHI, 1997, p. 58-59).

As lexias *chimia* e *musse*, ao serem transpostas para o falar do brasileiro da região Sul, tomaram nova carga semântica, tornando-se vocábulos específicos da região.

Creme – não se encontra dicionarizado como sinônimo de *geleia* e também pode estar vinculado à consistência da iguaria, portanto com extensão do significado.

Melado – assim como a lexia *creme*, não está dicionarizada como a descrição da questão e a recorrência desta variante pode estar atrelada à visualização do prato e ao sabor adocicado.

Patê de fruta – caracterizado como *hapax legomena*, a expressão neológica por composição é formada por *patê* – dicionarizado nas três obras segundo etimologia francesa, como “preparado culinário de consistência pastosa”, mas salgado. *De fruta* – a locução adjetiva é formada por um substantivo *fruta* que atua como locução adjetiva. O falante provavelmente criou o neologismo ao relacionar a consistência do *patê* à adição de frutas (pois a iguaria leva fruta no preparo), mas revelou, por meio de sua primeira resposta (*geleia*) não desconhecer o referente em questão; pode trata-se, portanto, de uma criação neológica jocosa ou familiar.

As lexias *creme*, *melado* e *patê de frutas* ganharam amplitude semântica dada pelos informantes, com essa nova significação. O informante, diante de uma questão que não está associada ao seu cotidiano, por não estar familiarizado com esta iguaria, pode utilizar as lexias mais recorrentes no dia a dia, de modo a estabelecer analogias com produtos com os quais possui maior contato.

4.3 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 178: CARNE MOÍDA – COMO CHAMAM AQUI ... A CARNE DEPOIS DE TRITURADA NA MÁQUINA?

Na questão 178, pode-se encontrar a distribuição diatópica da variante mais produtiva *carne moída*, com 182 respostas dentre os informantes das capitais; seguido por

picadinho, com apenas 23 respostas; a expressão *boi ralado*, com 7 ocorrências; *carne passada na máquina* também com 7, *guisado* com 6 respostas, *chapisco* com 2 e *carne ralada* com 2 menções.

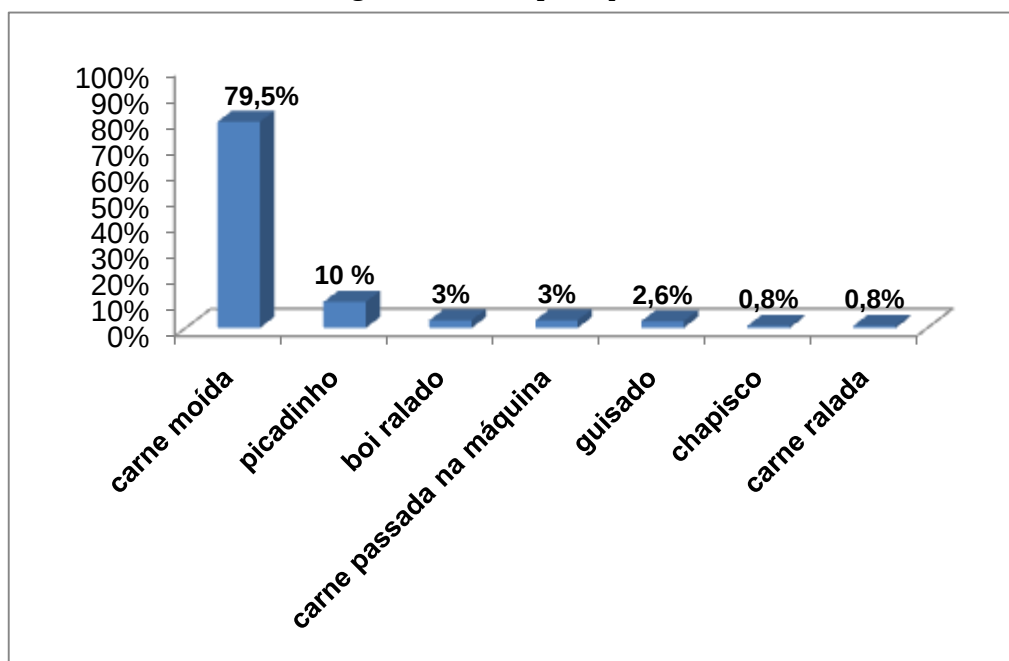
O quadro 4 permite a visualização das variantes para esta questão nas capitais:

Quadro 4 - Variantes para a pergunta 178: Como se chama a carne depois de triturada na máquina?

Regiões	Variantes/ Capitais	Carne moída/ moída	Picadinho	Boi ralado	Passada na máquina	Guisado	Chapis- co	Carne ralada
N	Macapá	6	6					
N	Boa Vista	8	2					
N	Manaus	6	8					1
N	Belém	4	7	1				
N	Rio Branco	8						
N	Porto Velho	8		1			1	
NE	São Luís	8						
NE	Teresina	8						
NE	Fortaleza	8						
NE	Natal	7						
NE	João Pessoa	8						
NE	Recife	8						
NE	Maceió	7			1			
NE	Aracaju	7			1			
NE	Salvador	6			5			
CO	Cuiabá	8						
CO	C. Grande	8						
CO	Goiânia	8		2				1
SE	Belo Horizonte	8						
SE	São Paulo	8		1				
SE	Vitória	8					1	
SE	R.de Janeiro	8						
S	Curitiba	8						
S	Florianópolis	8		2				
S	Porto Alegre	3				6		
	Subtotal	182	23	7	7	6	2	2
Total		229						

Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

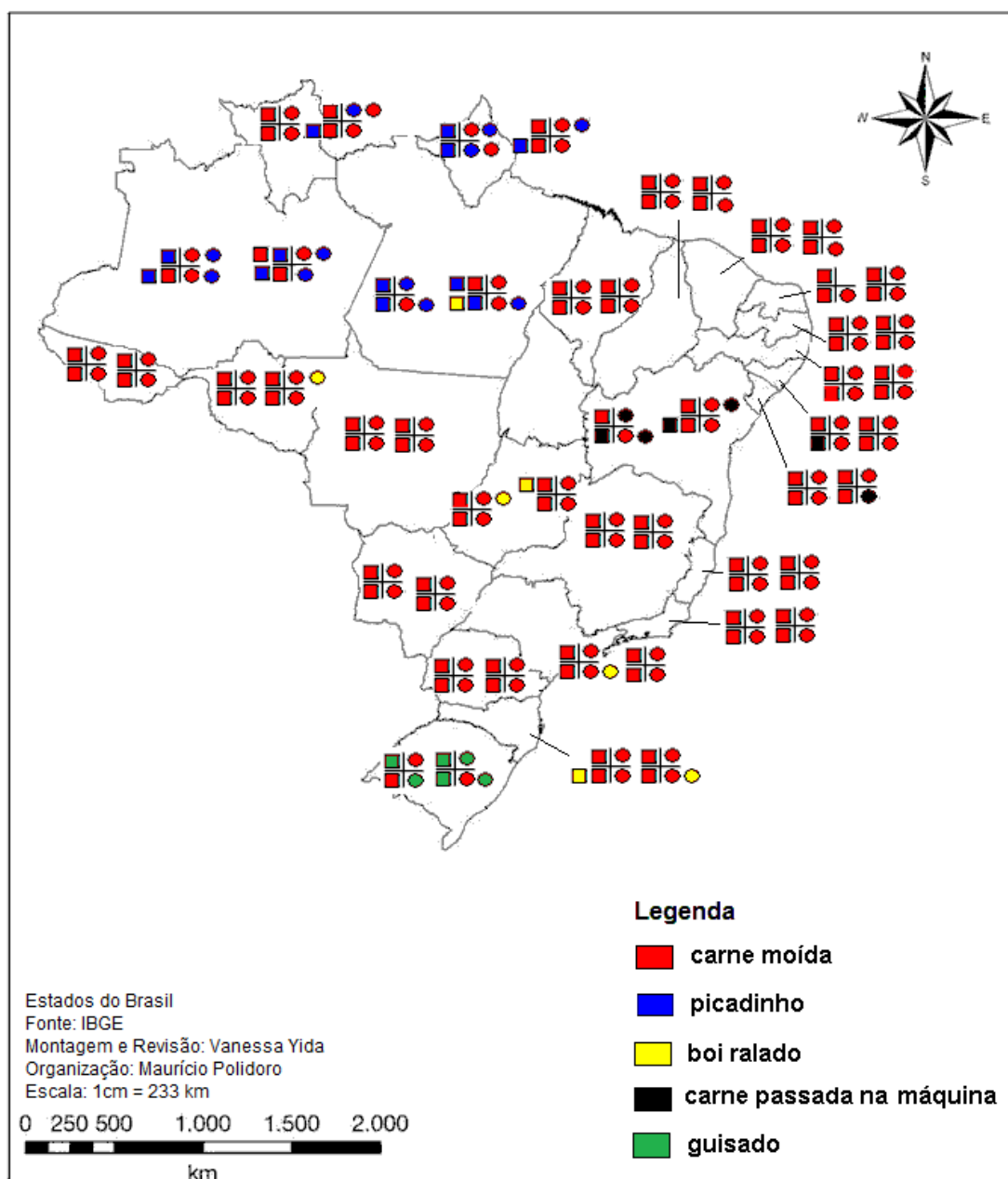
No total foram levantadas 229 ocorrências distribuídas pelas sete variantes registradas para a questão. Com relação à porcentagem das variantes, obtivemos aproximadamente: *carne moída*, variante mais esperada como resposta à pergunta, com 79,5% das ocorrências; *picadinho*, em segundo lugar, aparece com 10% das respostas; as expressões *boi ralado* e *carne passada na máquina* representaram 3% cada; *guisado*, 2,6%; *chapisco* e *carne ralada* surgiram com 0,8% das ocorrências. As porcentagens das respostas foram alocadas no seguinte gráfico:

Gráfico 5 - Porcentagem variantes para questão 178 – *carne moída*

Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

Podemos observar uma grande diferença entre a variante mais produtiva *carne moída* com quase 80% das respostas e as demais que, somadas, contabilizam apenas 20% das ocorrências, apontando para a expansão predominante de uma variante específica que faz parte do cotidiano do brasileiro, conforme indica a baixa abstenção.

A carta lexical 3 permite a visualização das variantes de maior produtividade, coletadas nas 25 capitais:

Figura 9 - Carta 3 - *carne moída*⁴⁶

A análise da carta lexical, como já exposto em números, demonstra a produtividade da variante *carne moída*, predominante nas 25 capitais em estudo. Por outro lado, a forma *picadinho*, segunda mais produtiva, caracteriza-se como uma variante diatópica, restrita às capitais do extremo Norte do País, como Macapá, Boa Vista, Manaus e Belém. Os informantes explicaram ser *picadinho* a forma predominante na região, mas também afirmaram conhecer a expressão *carne moída*. Os informantes manauenses informaram que é mais comum utilizar a expressão *picadinho*. A informante 6 de Boa Vista (003/6) registra que

⁴⁶ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

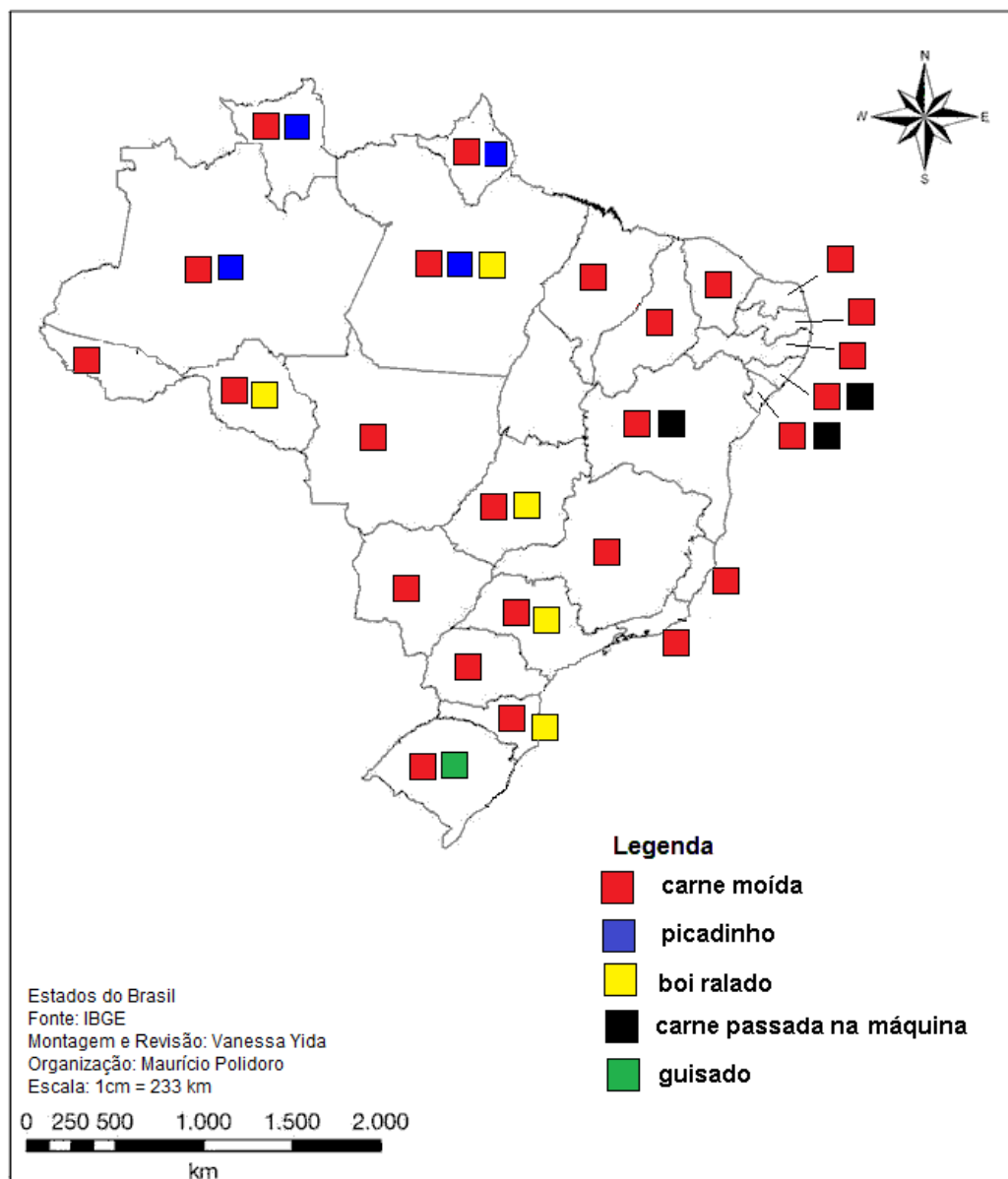
a expressão *carne moída* era usada mais antigamente e que agora é chamado de *picadinho*, fato que caracteriza uma variante diageracional, de acordo com a idade do informante.

Alguns informantes explicaram que a expressão *boi ralado* que foi encontrada em Porto Velho, Belém, Goiânia, São Paulo e Florianópolis, é a mais comum na região. Em Porto Velho, a informante jovem, do sexo feminino, de nível superior, explicou com relação à pergunta, que o “... o povo chama aqui de *boi ralado*. ((risos))”. Também com relação à questão do uso da variante *boi ralado*, a informante idosa, do sexo feminino, e de nível superior explicou que *boi ralado* é um “apelido”, o mais usado é *carne moída*. Por sua vez, o informante goiano, idoso, de nível superior, expôs que: “aqui chama *carne moída*, apesar de ter umas influências de fora que fala *carne ralada* né, mas noventa e oito por cento do caso aqui é *carne moída*.” Com sua afirmação é possível averiguar a noção da variação diatópica pelos falantes.

A expressão *carne passada na máquina* foi registrada principalmente em Salvador e também em Goiânia, Aracaju e Maceió; a variante *guisado*, por sua vez, apareceu somente em Porto Alegre, configurando-se como variante diatópica, restrita à capital riograndense.

A Carta III: *carne moída* (fenotípica) permite visualizar a formação de possíveis formas em zonas de isoléxicas:

Figura 7 - Carta III: *carne moída*⁴⁷ (fenotípica)



A variante de maior produtividade registrada foi *carne moída*, disseminada em todas capitais; *picadinho* foi mencionado nas capitais do extremo Norte (Belém, Manaus, Macapá e Boa Vista), com a formação de uma provável isoléxica, que coincide com a divisão dialetal de Nascentes (1953) do falar amazônico; *boi ralado* surgiu em Florianópolis, São Paulo, Goiânia, Belém e Porto Velho, evidenciando outra possível isoléxica; a expressão *carne passada na máquina* foi registrada nas capitais nordestinas: Salvador, Aracaju e Maceió, coincidindo com a divisão de Nascentes (1953) na região do falar baiano. *Guisado* circunscreveu-se a Porto Alegre, e é classificado por Houaiss (2001) como regionalismo do Sul.

⁴⁷ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

Quanto à lexicalização, a variante de maior produtividade na questão, *carne moída* não está dicionarizada na acepção da questão por Moraes Silva (1945), Ferreira (2004) e Houaiss (2001), embora estejam dicionarizados os semas “carne” e “moída”, em cada entrada diferente.

Picadinho possui entrada em Moraes Silva (1945) como um “guisado de carne picada” e posteriormente em Ferreira (2004) e Houaiss (2001) como prato de carne picada ou triturada na máquina, com ou sem molho e os três dicionaristas classificam a variante como brasileirismo.

Boi ralado e *carne ralada* não se encontram dicionarizados em nenhum dos três dicionários analisados, e parece ser uma forma jocosa ou lúdica de nomear o referente.

A expressão *carne passada na máquina* pode ser classificada como um circunlóquio que os informantes realizam, embora alguns informantes também utilizem a forma *carne moída*.

Guisado consta na nomenclatura dos dicionários Houaiss (2001) e Ferreira (2004) como regionalismo do Sul do Brasil, coincidindo com o registro na carta lexical.

A variante *chapisco* encontra-se dicionarizada em Ferreira (2004) e Houaiss (2001) na acepção de “argamassa de areia e cimento, aplicada em geral, com colher de pedreiro, na superfície lisa para torná-la áspera e garantir melhor aderência no emboço.” A relação que o falante pode ter feito entre a variante *carne moída* e *chapisco* pode ser devido à semelhança entre a aparência do cimento chapiscado, todo despedaçado, e o próprio referente em questão, a carne triturada na máquina. Segundo Ferreira (2004) a palavra que denomina o referente é formada pela onomatopéia *chape + isco*, sendo *chape* – som de qualquer coisa que bate ou cai na água.

4.4 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 179: CURAU/CANJICA - COMO SE CHAMA UMA PAPA CREMOSA FEITA COM COCO E MILHO VERDE RALADO, POLVILHADA COM CANELA?

O campo semântico da Alimentação e Cozinha permite verificar parte da cultura disseminada ao longo do país, com os usos e costumes da população. A questão 179 do QSL que indaga *Como chama aqui uma papa cremosa feita com coco e milho verde ralado,*

polvilhada com canela? busca as variantes para o alimento feito com coco, e revela o uso ou não da iguaria na mesa dos habitantes de cada capital.

Com relação ao uso do milho em pratos brasileiros, Diégues Jr (1980) afirma a sua nacionalidade:

Nos primeiros tempos o colonizador português teve dificuldades com a alimentação; as soluções apresentadas eram de duas espécies: adaptar-se à alimentação do indígena, baseada sobretudo na mandioca, ou importar os gêneros europeus, como, por exemplo, o trigo. Ambas as soluções foram adotadas. A mandioca se tornou alimento comumente aceito, entrando em fácil e rápida circulação [...] O mesmo se verificou com o milho, o *zea máiz*, americano, a cujo sabor logo se adaptou o colonizador; e o milho incorporou-se, revelado numa variedade de quitutes, como produto generalizado e típico; caracteristicamente brasileiro também. (DIÉGUES JR, 1980, p. 158).

O autor explora o consumo de bens nacionais na alimentação colonial, fato este que auxiliou na diversificação de receitas que levam milho no preparo.

Ao voltarmos à análise da questão, temos que a denominação para o referente em questão mais produtiva foi *canjica*, com 111 respostas. Em segundo vem *curau*, com 17 respostas, *mingau de milho*, com 16; *papa de milho* com 6 ocorrências, *angu*, com 2, e *creme* e *cuscuz* com uma resposta cada, configurando-se como *hapax legomena*. O quadro 5 permite a visualização da distribuição das variantes coletadas nas capitais em estudo:

Quadro 5: Variantes para a pergunta 179: Como se chama uma papa cremosa feita com coco e milho verde ralado, polvilhada com canela?

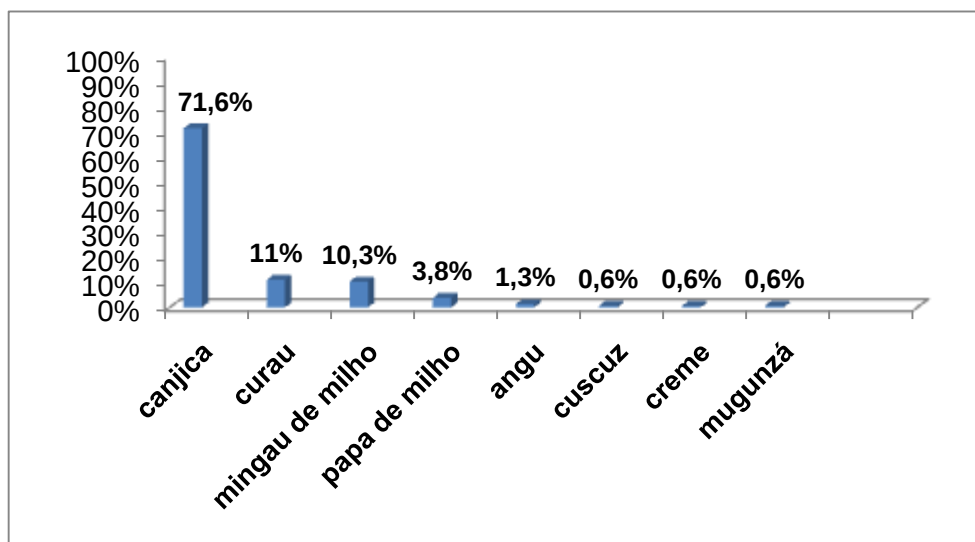
Regiões	Variantes/ Capitais	Canjica	Curau	Mingau de milho/ mingau	Papa de milho/ papa de coco
N	Macapá	5			
N	Boa Vista	7		2	
N	Manaus	6		2	
N	Belém	7			
N	Rio Branco	8			
N	Porto Velho	5			
NE	São Luís	8			
NE	Teresina	6		1	
NE	Fortaleza	8			
NE	Natal	7			
NE	João Pessoa	8			
NE	Recife	7			
NE	Maceió	7			
NE	Aracaju	8			
NE	Salvador	8			
CO	Cuiabá		4		
CO	Campo Grande	1	2	2	
CO	Goiânia		5	3	

SE	Belo Horizonte		1	5	
SE	São Paulo		2		
SE	Vitória				6
SE	Rio de Janeiro	2	3	1	
S	Curitiba	-	-	-	
S	Florianópolis	-	-	-	
S	Porto Alegre	3			
	Subtotal	111	17	16	6
Total					155
Obs: Em Recife foi citada a variante <i>mugunzá</i>					
Em Maceió e Belém foi registrado <i>angu</i>; em Macapá <i>cuscuz</i> e em Porto Velho, a variante <i>creme</i>.					

Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

Na totalidade foram registradas 155 ocorrências de 8 variantes, somando-se *mugunzá*, registrada em Recife, *angu*, com um registro em Maceió e outro em Belém, *cuscuz*, com um registro em Macapá e *creme* em Porto Velho, que não foi inseridos no quadro, para melhor visualização das formas mais frequentes. As abstenções somam 54, para essa questão. O gráfico 6 traz a porcentagem de ocorrência das variantes nas capitais.

Gráfico 6 - Porcentagem variantes para questão 179 – *curau/canjica*



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

A variante *canjica* representa mais da metade das respostas dadas, ou seja, 71,6%. Em números aproximados, *curau* apareceu com 11%; *mingau de milho* com 10,3%; *papa de milho* com 3,8 %; *angu* 1,3% e *cuscuz*, *creme* e *mugunzá* obtiveram 0,6% de porcentagem das ocorrências na fala dos informantes. Por outro lado, surgiram 54 abstenções, perfazendo 25,8% de porcentagem de não-respostas.

Ao verificar a distribuição diatópica das variantes coletadas, registramos a variante *canjica*, mais comum nas capitais da região Norte e Nordeste e *curau* nas capitais da região Centro-Oeste, hegemônica em Cuiabá, alternando com *canjica* e *mingau de milho* em Campo Grande, e *mingau de milho* em Goiânia. Tal variante ainda possui ocorrências também em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Velho. Em Curitiba e Florianópolis, os informantes desconhecem a *papa cremosa feita com coco e milho verde ralado, polvilhada com canela*, por não fazer parte do hábito alimentício ou da cultura local utilizar o coco como ingrediente nesse prato. A abstenção à questão também ocorreu entre informantes do nível superior em Porto Alegre. O informante idoso de nível superior manauara relatou que na região não se usa coco; já a informante idosa também de nível superior explicou que comida de milho com coco é mais usada no Nordeste.

A informante idosa, de nível superior de escolaridade também de Manaus relatou que as pessoas do Paraná chamam *canjica* o branco e o amarelo *curau*; é costume acrescentar coco a esse alimento, com a ressalva de que as pessoas de menor poder aquisitivo não o fazem normalmente. *Papa de milho* foi hegemônica em Vitória, caracterizando uma possível isoléxica. A variante *angu* apresentou uma ocorrência em Maceió e em Belém. Outras variantes foram registradas em Recife, Macapá e Porto Velho.

Quanto à etimologia da variante *canjica*, Morais Silva (1945) e Ferreira (2004) indica tratar-se do quimbundo ‘*kanjika*’. Morais Silva (1945) traz à baila a acepção como um alimento de milho branco, também denominado *mugunzá* enquanto Ferreira (2004) registra a acepção como “... papa de consistência cremosa feita com milho verde ralado, a que se acrescenta açúcar, leite de vaca ou de coco, e polvilha com canela; jimbelê. Lista como sinônimos em São Paulo, Mato Grosso e Goiás, ‘curau’; em Minas Gerais e Rio de Janeiro, ‘coral’ e ‘papa de milho’; e no Rio de Janeiro, ‘canjiquinha’”. O lexicógrafo também cita como sinônimo a variante ‘mugunzá’.” A entrada no dicionário de Ferreira (2004) condiz com a questão levantada ao informante, enquanto o uso da palavra já foi registrado por Morais Silva (1945) como marca dialetal, enquadrando-se com às respostas à questão 181 do QSL, exposta na sequência de nossa análise. Houaiss (2001) explica que possui as variantes: *canjica de milho verde* na Bahia; *curau* em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Goiás; *coral* e *papa de milho* no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Centro-Oeste (embora tenha ocorrido somente em Vitória, segundo o levantamento); *corá* em Minas Gerais; *canjiquinha* no Rio de Janeiro. A descrição é semelhante à de Ferreira (2004). Houaiss (2001) cita ainda *mugunzá* como regionalismo do Sul, Minas Gerais e Centro-Oeste, análogo à Ferreira (2004). Melo (1981), na época, trouxe à baila a contribuição do tupi ao vocabulário português, mas

explicou que, devido ao seu pouco estudo, em fase inicial de contato com o português, muitos etimologistas classificavam termos como provindos do tupi de modo errôneo. Como exemplo oferece a palavra *canjica*:

Canjica também já se apontou como originária do tupi, mas tudo nos leva a crer que se trata de diminutivo ou derivado de *canja*, termo oriental, malaiala, trazido ao Brasil pelos portugueses. A forma primeira foi *canje*, que se encontra nos Colóquios de Garcia da Orta, segundo mostra Rodolfo Dalgado (MELO, 1981, p. 49).

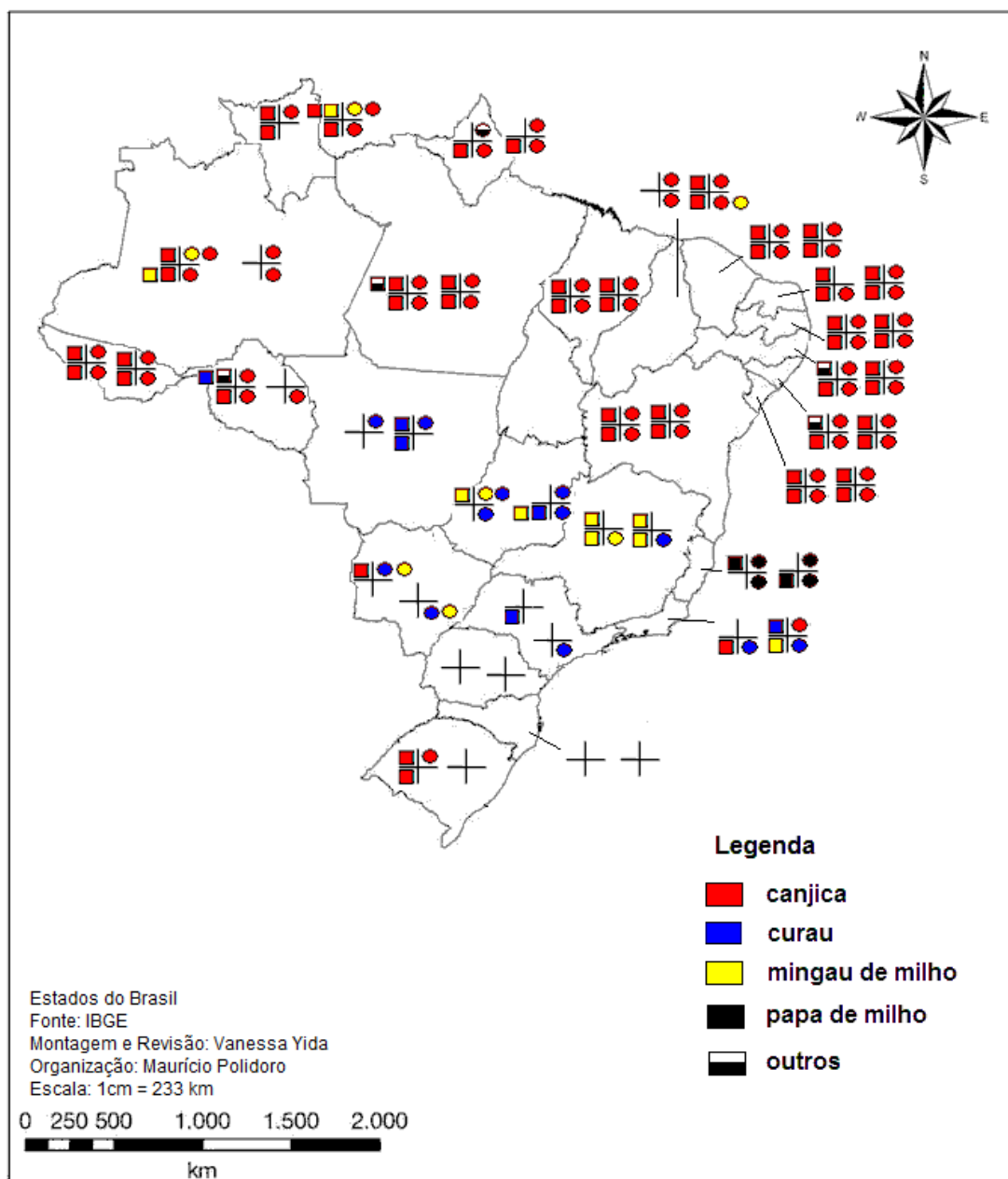
Curau possui entrada no dicionário de Moraes Silva (1945) na acepção de “papa de milho verde com leite de vaca; doce feito de milho ralado”, o que atesta o uso como termo já dicionarizado com relação à resposta para a Questão 180 do QSL, próxima a ser analisada (sem coco). Segundo Ferreira (2004), trata-se de um regionalismo de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. De fato, a variante foi encontrada em tais capitais e nas mais próximas. O termo não consta na nomenclatura de Houaiss (2001).

Mingau de milho e *papa de milho* provavelmente são expressões que remetem à consistência do prato com denominação especificada com o ingrediente principal *milho*, formando a locução adjetiva – *de milho*. *Mingau* procede do tupi, de acordo com a entrada nos dicionários de Houaiss (2001) e Ferreira (2004)

Angu, de acordo com Houaiss (2001) e Ferreira (2004), possui etimologia do africano e é descrita como papa feita com farinha de milho. Ferreira (2004) não demonstra acepção vinculada à iguaria doce e Moraes Silva (1945) não registra a variante.

Cuscuz possui entrada em Houaiss (2001) e Ferreira (2004) como um prato doce feito com tapioca, coco e farinha de milho, com etimologia árabe [*kuskus*]. Moraes Silva (1945) evidencia a origem, por sua vez, do berbere, com a mesma descrição, explicando que tal iguaria era, na sua época, consumida no Brasil e em colônias portuguesas. Tal termo não contempla o referente.

Creme é uma forma mais genérica, já discutido em item anterior, pode referir-se à consistência do prato. *Mugunzá*, segundo Ferreira (2004) registra na acepção o uso do milho branco ou não, como ingrediente.

Figura 11- Carta 4: *canjica*⁴⁸

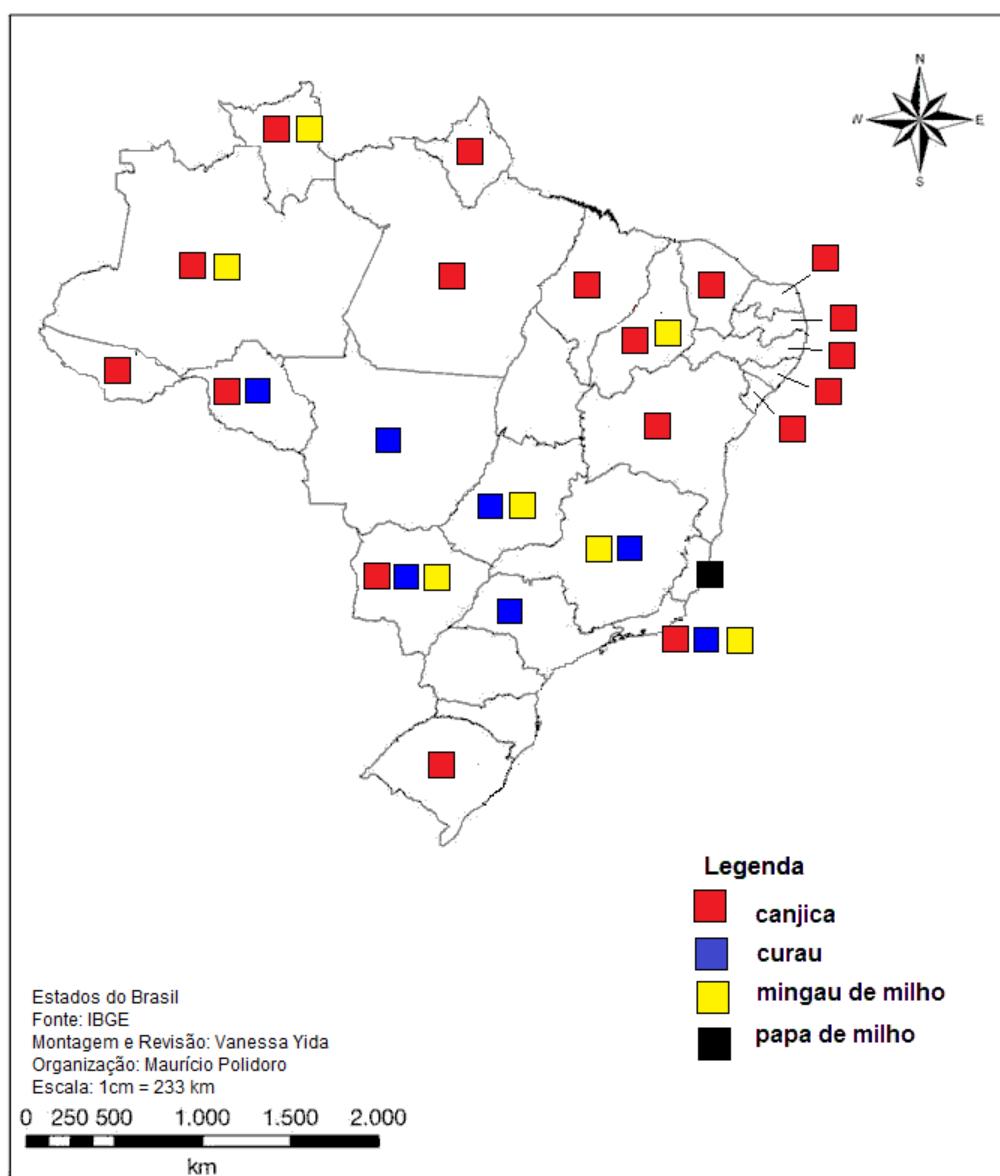
Pode-se averiguar a presença da variante *canjica*, nas capitais do Norte (Macapá, Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho) e em Campo Grande. A forma *curau*, por sua vez, está disseminada desde São Paulo até Porto Velho, passando por Campo Grande, Goiânia e Cuiabá - localidades que sofreram influência dos paulistas. A variante *mingau de milho* distribui-se por Boa Vista, Manaus, Goiânia e Campo Grande. *Papa de milho* é hegemônica em Vitória, caracterizando uma variante regional capixaba. A falta de respostas para essa questão pelos informantes de Curitiba e Florianópolis (e baixa incidência em Porto Alegre)

⁴⁸ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

reflete o não costume de preparar e de consumir esse prato na região Sul, devido à grande influência de alemães, poloneses, russos e ucranianos que desconhecem esta iguaria, bem como o aproveitamento do milho, sobretudo em pratos doces.

A distribuição das variantes mais produtivas pode ser verificada na carta IV:

Figura 12 - Carta IV: *canjica*⁴⁹ (fenotípica)



A variante *canjica* para a questão 179 do QSL apresenta-se mais produtiva nas capitais do Norte (Macapá, Boa Vista, Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Belém) e Nordeste (São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador), formando uma possível isoléxica do falar nortista (Nascentes, 1953), e mais dispersa em capitais como Porto Alegre, Rio de Janeiro, e Campo Grande. *Curau*, por sua vez, forma uma

⁴⁹ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

provável isoléxica na área central do país, sendo registrada nas capitais do Centro-Oeste (Cuiabá, Campo Grande e Goiânia), em Porto Velho, e nas capitais do Sudeste (São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro). A variante *papa de milho* surgiu apenas na capital Vitória, região classificada por Nascentes (1953) como falar fluminense.

A seguir, foram analisados os registros das variantes para a questão 180 do QSL.

4.5 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 180 – CURAU/ CANJICA COMO SE CHAMA ESSA MESMA PAPA, COM MILHO VERDE RALADO, SEM COCO?

Ao analisar respostas à questão 180 do QSL que busca variantes para a questão *E essa mesma papa, com milho verde ralado, sem coco, como é que chama?*, constatamos o costume majoritário de não colocar coco nesse tipo de prato na região Centro-Oeste, fato corroborado pela fala dos informantes, disposta no quadro 6:

Quadro 6 - Variantes para a pergunta 180: Como se chama essa mesma papa, com milho verde ralado, sem coco?

Re-giões	Variantes/ Capitais	Curau	Canjica	Mingau de milho/ mingau	Angu	Papa de milho/ papa de coco
N	Macapá		3			
N	Boa Vista		5	1		
N	Manaus	1	5	1		
N	Belém		1	1		
N	Rio Branco		4	1		
N	Porto Velho	2	3			
NE	São Luís					
NE	Teresina			1	2	
NE	Fortaleza		1	2		
NE	Natal				1	
NE	João Pessoa	1			3	
NE	Recife		1			
NE	Maceió		1		1	
NE	Aracaju			3	1	
NE	Salvador		1			
CO	Cuiabá	4				
CO	Campo Grande	7		3		
CO	Goiânia	8		2		
SE	Belo Horizonte	1		6		
SE	São Paulo	6				
SE	Vitória					6
SE	Rio de	2				

	Janeiro					
S	Curitiba	1		2		1
S	Florianópolis			1		
S	Porto Alegre	1	4			
	Subtotal	34	29	24	8	7

Total	105
--------------	------------

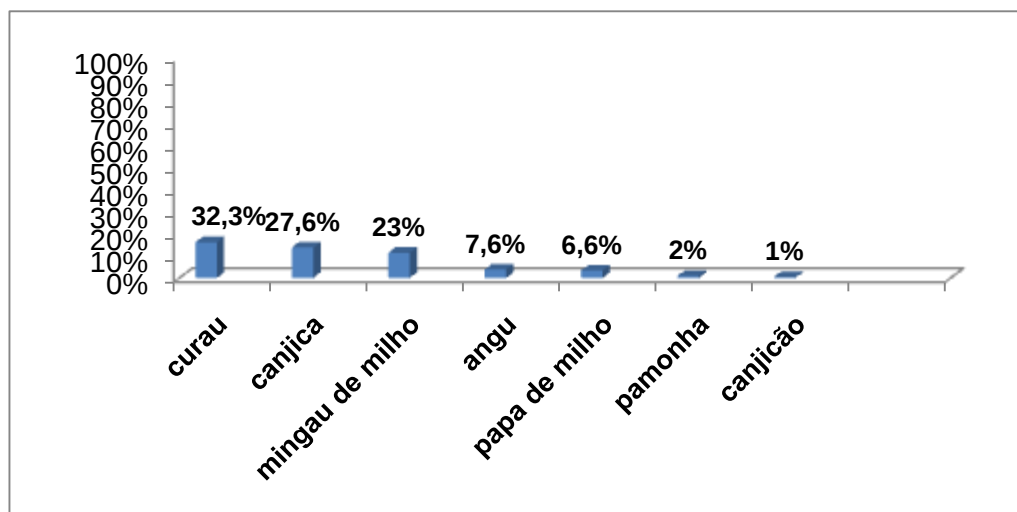
Obs: Em Natal foi registrada a ocorrência de *canjicão* (informante 053/3)⁵⁰

Fonte: Base de dados do projeto ALiB.

Foram registradas sete variantes como respostas para essa questão, totalizando 105 ocorrências. Chama a atenção o elevado número de abstenções (104 não-respostas). A variante mais produtiva foi *curau*, que é a resposta esperada por falantes da região Sudeste, com 34 ocorrências; *canjica* com 29 registros; *mingau de milho*, 24; *angu*, oito; *papa de milho* sete; *pamonha*, dois; e, por fim, *canjicão* apenas uma ocorrência, classificado como *hapax legomenon*.

O gráfico 7 traz em porcentagens a produção das variantes para a questão 180 do QSL:

Gráfico 7: Porcentagem das variantes para a questão 180 – *curau*



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

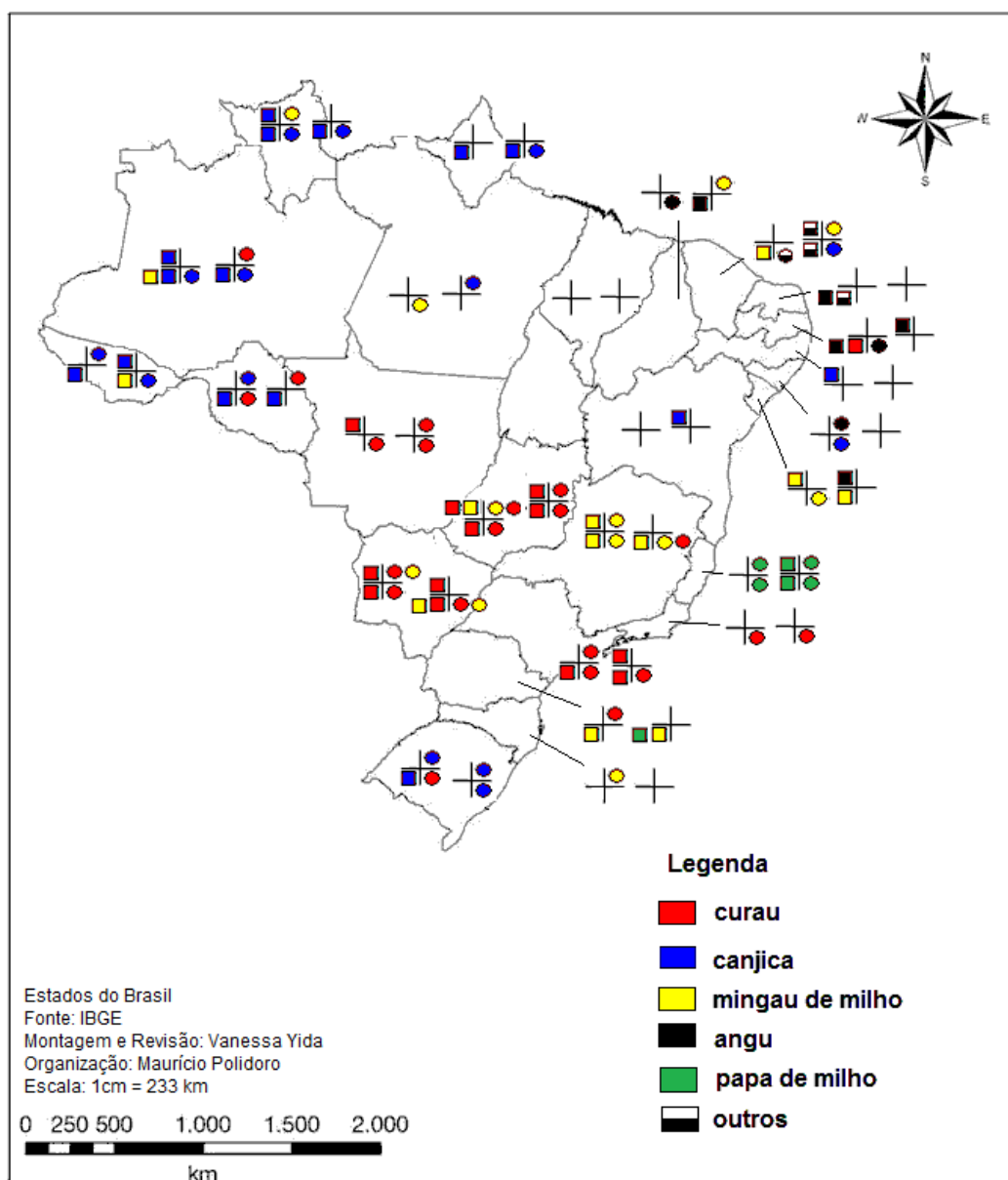
O percentual, aproximado, de ocorrência de variantes, foi: *curau* com 32,3%; *canjica*, 27,6%; *mingau de milho* com 23%; *angu* com 7,6%; *papa de milho*, 6,6%; *pamonha* 2% e *canjicão* com 1% das ocorrências. A porcentagem de abstenções a essa questão foi bastante elevada, de aproximadamente 50%. A maioria dos informantes do Nordeste confirma o costume de utilizar coco no preparo desta iguaria; o que pode estar relacionado com a

⁵⁰ Em Fortaleza foi registrada a variante *pamonha* (informantes 041/4 e 041/5)

economia regional: o grande consumo e produção de coco no Nordeste e em regiões litorâneas. Nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, não se costuma colocar coco na receita.

A carta lexical para a questão 180 do QSL oferece uma visualização da distribuição das variantes.

Figura 13 - Carta 5: *curau*⁵¹



A distribuição das variantes na carta lexical mostra *curau* mais produtiva nas capitais da região Centro-Oeste e de São Paulo; com baixa frequência em Curitiba, Belo Horizonte, Porto Velho, Manaus, Rio de Janeiro, Porto Alegre e João Pessoa e ausente nas demais capitais do Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. A variante *canjica* é registrada nas capitais da

⁵¹ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

região Norte e Florianópolis, ao Sul; Salvador, Maceió, Recife e Fortaleza, no Nordeste. *Mingau de milho* foi registrada no Centro-Oeste e foi mencionado por alguns informantes em Curitiba e Florianópolis; Aracaju, Fortaleza e Teresina; Boa Vista, Manaus, Rio Branco e Belém. A forma *angu* surgiu apenas nas capitais do Nordeste, tais como Teresina, Natal, João Pessoa, Maceió e Aracaju. A expressão *papa de milho* foi hegemônica em Vitória e obteve apenas uma ocorrência em Curitiba. Com relação à confecção do prato sem coco, a informante idosa, de nível fundamental de São Luís expõe: “AUX. – (inint) sem coco? / INF.– Não, não faz não”. Sua fala, bem como os dados apontados nesta questão, revela o uso do ingrediente em tal cozimento. As abstenções ocorreram principalmente na região Nordeste, indicando uma diferenciação da cultura regional com relação ao consumo do prato.

A carta experimental Carta V: *curau* registra as formas fenotípicas.

Salvador, Maceió, Recife e Fortaleza, no Nordeste. A variante *mingau de milho* foi registrada nas capitais do Sul (Florianópolis e Curitiba), em Belo Horizonte, e Campo Grande e Goiânia; e em Rio Branco, Manaus, Boa Vista e Belém, no Norte, formando duas zonas de prováveis isoléxicas; fora da área contínua, ainda foi registrada em Teresina, Fortaleza e Aracaju. A variante *angu* formou uma isoléxica no Nordeste, ocorrendo nas capitais Teresina, Natal, João Pessoa, Maceió, e Aracaju, áreas próximas à da divisão de Nascentes (1953), para o falar nordestino. *Papa de milho* foi novamente registrado como forma única em Vitória (falar fluminense) e em Curitiba.

Quanto à análise léxico-semântica das variantes, temos:

Curau, em Ortêncio (1983) consta como “curau – Mingau de milho verde. A mesma papa do Espírito Santo: “*Curau*: É o mingau paulista de milho verde” (ORTÊNCIO, 1983, p. 137). De fato, os dados do Projeto ALiB, em Vitória *papa de milho* e em São Paulo, com o *curau*, confirmam os usos nas entradas desse dicionário, desde 1983.

Canjica, segundo Ortêncio (1983) e Nunes; Nunes (1996), é tratada no Centro-Oeste e Rio Grande do Sul, respectivamente, como “milho pilado cozido com leite e açúcar”, com a aceção que foi usada pelo informante para a questão 180 do QSL.

Ortêncio (1983) traz *angu* como sinônimo da designação do referente da questão 180 do QSL: “angu-de-milho-verde = V. Citação: “Angu de milho verde (curau).” B. Ortêncio, 198, CG” (ORTÊNCIO, 1983, p. 12), embora a menção pelos informantes não esteja remetida às capitais do Centro-Oeste conforme demonstra a pesquisa.

Papa de milho, de acordo com Moraes Silva (1945), possui conotação infantil e Ferreira (2001), na entrada *papa*, explica que provém do latim *pappa* ou *papa*, ‘comida (na linguagem infantil)’ – sendo composto por farinha cozida em água ou leite, classificado como regionalismo de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sinônimo de *canjica*. Houaiss (2001) não observa tal definição e os dados da carta lexical demonstram a presença da variante em Vitória e Curitiba, resultado talvez da migração alemã e italiana.

Pamonha, de base tupi, segundo Houaiss (2001) e Ferreira (2004), possui um preparo diferente do que é formulado na questão. Não está dicionarizada em Moraes Silva (1945). Provavelmente a informante idosa de ensino fundamental e o jovem, de ensino superior fortalezenses desconhecem esse quitute, pois tal denominação liga-se a outro referente. *Canjica* não está dicionarizada nas obras consultadas.

4.6 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 181: MUNGUNZÁ/CANJICA - COMO SE CHAMA AQUELE ALIMENTO FEITO COM GRÃOS DE MILHO BRANCO, COCO E CANELA?

Para a obtenção da resposta, o inquiridor procura investigar o modo de preparo do prato. O coco e a canela não são ingredientes usados em todas as regiões para preparar a *canjica* ou *mungunzá*. Ao contrário de receitas anteriores que utilizam o milho, essa é conhecida em todas as regiões brasileiras, com ligeiras variações no modo de preparar.

O quadro 7 oferece uma síntese das respostas obtidas nas capitais:

Quadro 7 - Variantes para a pergunta 181: Como se chama aquele alimento feito com grãos de milho branco, coco e canela?

Regiões	Variantes/ Capitais	Mugunzá	Canjica	Mingau de milho	Chá burro	de Canjicão	Mingau maranhense
N	Macapá	2		7			
N	Boa Vista	8		1			
N	Manaus	8	1	1			
N	Belém		1	8			
N	Rio Branco	8					
N	Porto Velho	6	4	2			
NE	São Luís	3	1	7			
NE	Teresina	4		2	2		2
NE	Fortaleza	8			2		
NE	Natal	7			2		
NE	João Pessoa	7			1		
NE	Recife	6	1				
NE	Maceió	6			2		
NE	Aracaju	5	1			1	
NE	Salvador	8					
CO	Cuiabá		7				
CO	Campo Grande		8				
CO	Goiânia		6				
SE	Belo Horizonte		6				
SE	São Paulo		8				
SE	Vitória		6			3	
SE	Rio de Janeiro		4				
S	Curitiba		7				
S	Florianópolis		7				
S	Porto Alegre		1				
	Subtotal	86	69	28	9	4	2
Total		200					
Obs: Em Recife foram citadas as variantes <i>quarenta</i> e <i>chá de boldo</i>							

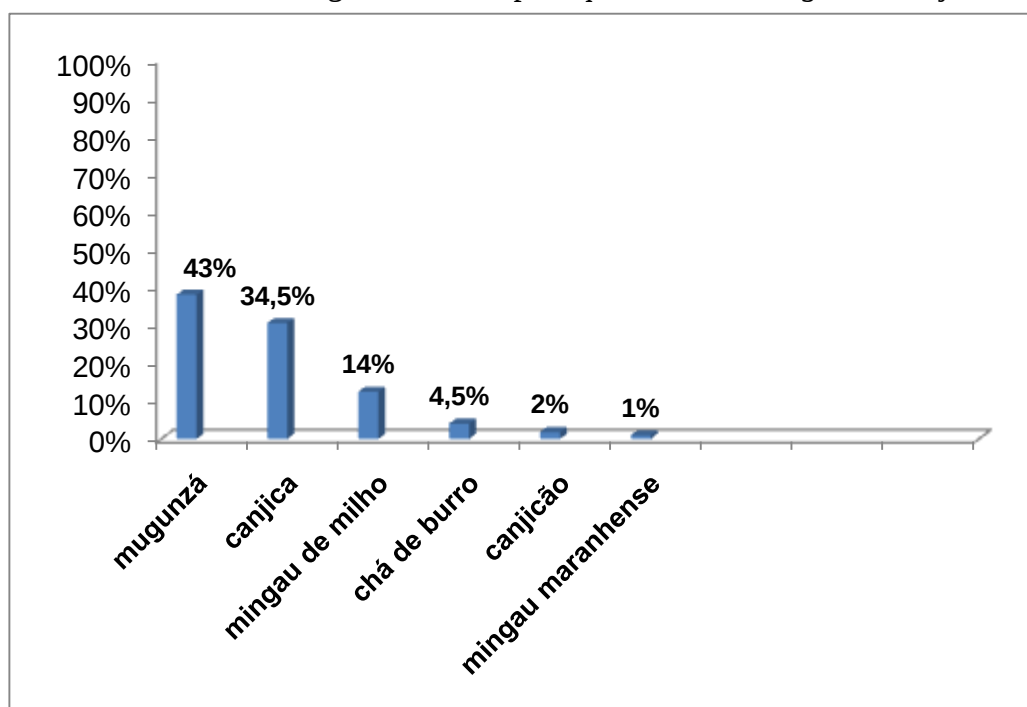
Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

Foram registradas 200 ocorrências de 8 variantes para a questão e 26 não-respostas. *Mugunzá* obteve 86 ocorrências, *canjica*, 69; *mingau de milho*, 28; *chá de burro*, nove registros; *canjicão*, quatro; *mingau maranhense*, duas; *quarenta* e *chá de boldo* como *hapax legomena*.

A informante 8, de São Luís (026/8), explicou que a expressão *canjica* é mais utilizada em outros lugares; *chá de burro* é uma variante classificada como nome popular pela informante de mesmo perfil, de Natal. Em Recife, o informante 070/1 relatou a variante *quarenta* e a informante 070/8 explicou que o pai dela chamava *chá de boldo*. Tais variantes podem tratar-se de idioletos, usos familiares.

A porcentagem das variantes e abstenções à questão 181 encontra-se relacionada no gráfico:

Gráfico 8 - Porcentagem variantes para questão 181 – *mugunzá/ canjica*

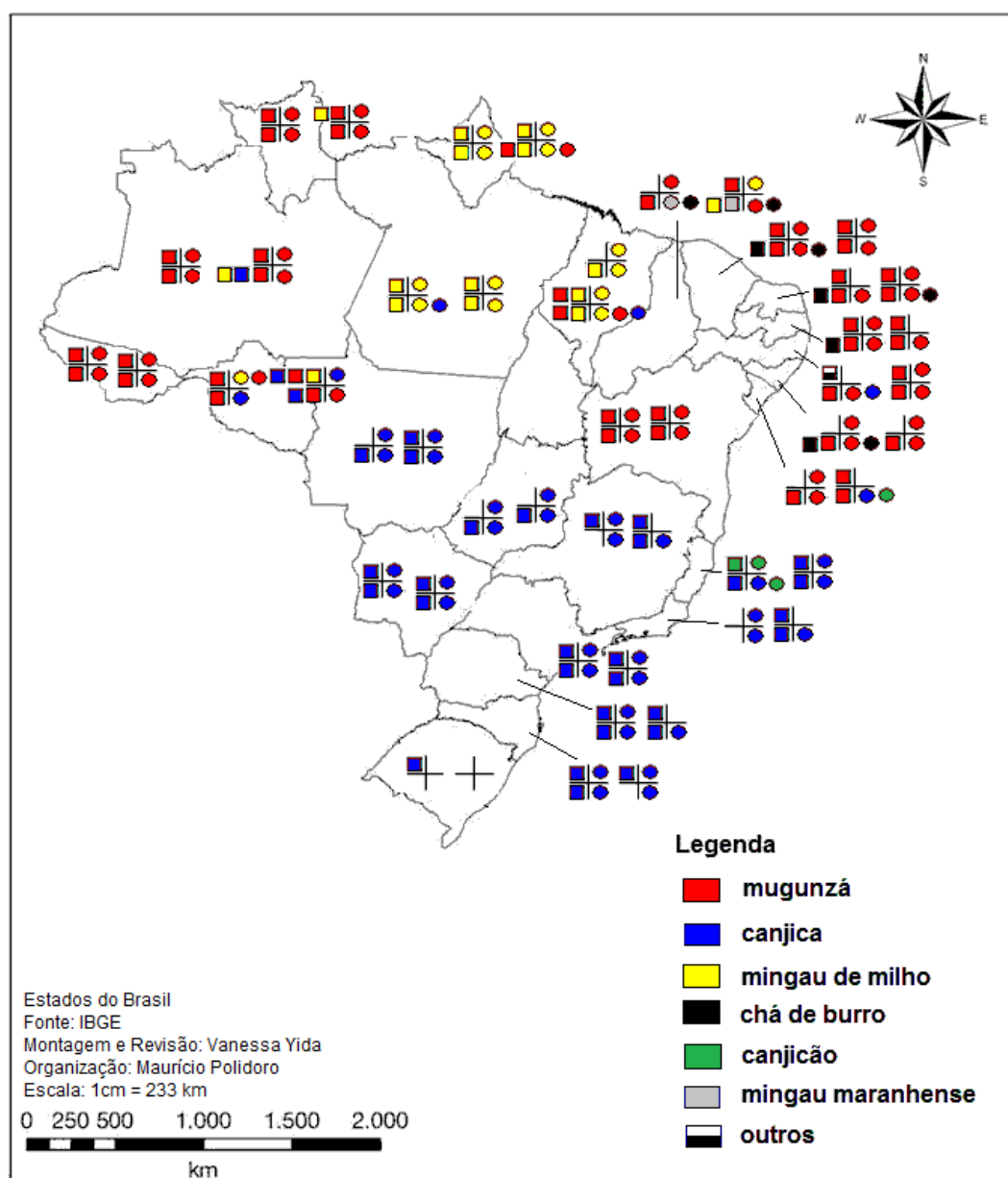


Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.⁵³

A variante *mugunzá* apresentou-se em 43% das falas nesta questão. Com 34,5% das respostas ocorreu a variante *canjica*; *mingau de milho* surgiu com 14%; *chá de burro* e *canjicão* com 4,5% e 2% dos relatos. *Mingau maranhense* apareceu em 1%; e *quarenta* e *chá de boldo* surgiram em menos de 1% das falas. *Mugunzá* e *canjica* dividem a preferência na fala dos informantes das capitais. A porcentagem de não-respostas a essa questão foi de 11,5%. Pode-se visualizar a distribuição das variantes por meio da carta lexical:

⁵³ As variantes *quarenta* e *chá de boldo*, prováveis idioletismos familiares obtiveram 0,43% das respostas.

Figura 15 - Carta 6: *mugunzá/ canjica*⁵⁴



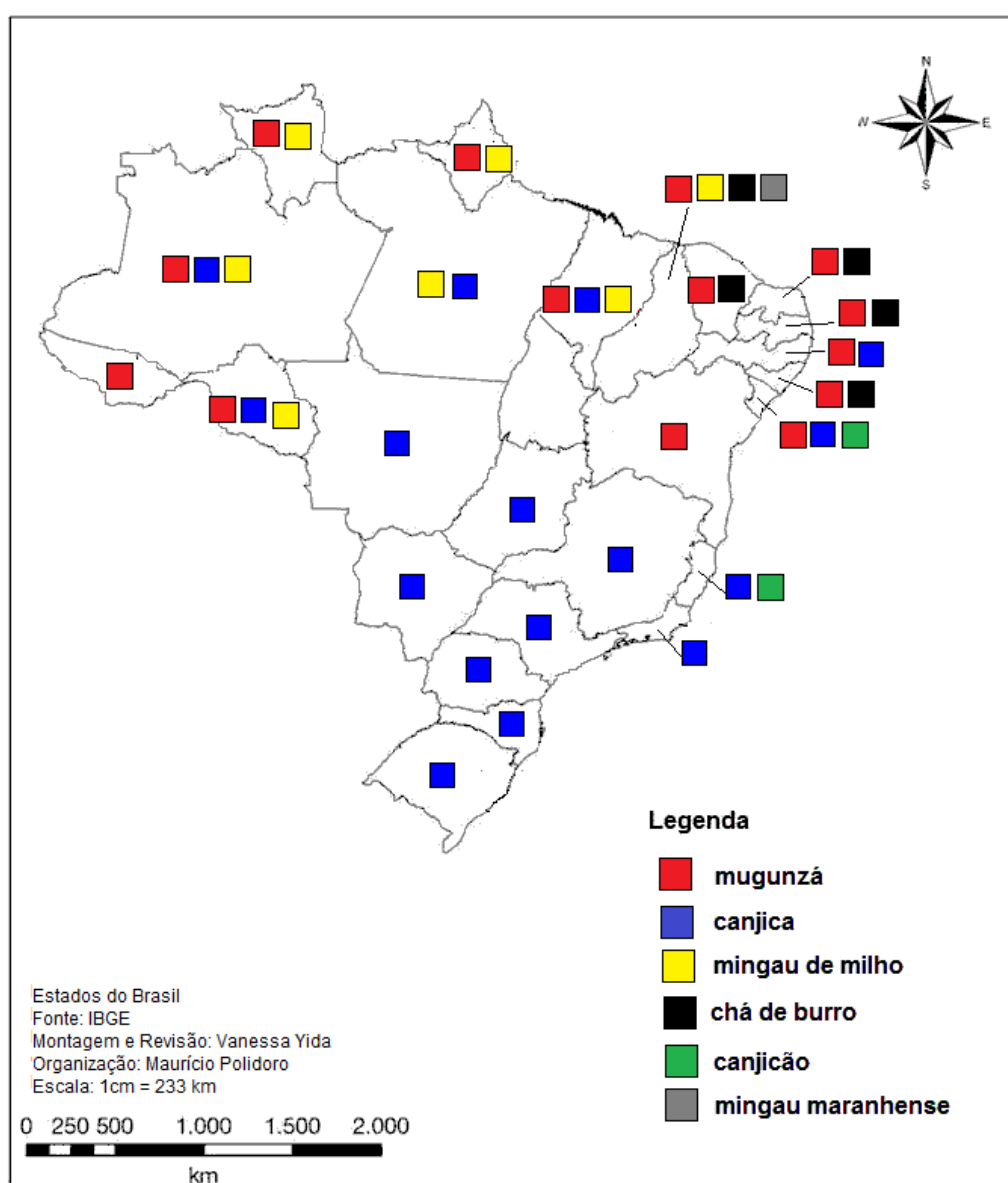
A carta 6 mostra a distribuição contínua da variante *mugunzá*, estendendo-se pelas regiões Norte e Nordeste, enquanto *canjica* registra-se predominantemente no Centro-Oeste, Sudeste e Sul, de modo a formarem duas isoléxicas presumíveis. *Mingau de milho* forma a terceira isoléxica, com predominância em Belém e Macapá, e alternando-se em Manaus e Porto Velho, São Luís e Teresina. Nascentes (1960, p. 131) afirma que “*Canjica* no sul do nosso País é milho branco cozido em água ou leite com açúcar e outros condimentos e no norte é uma papa de milho verde” (NASCENTES, 1960, p. 131).

⁵⁴ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

A variante *chá de burro* foi registrada nas capitais do Nordeste com Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa e Maceió. *Canjicão* foi registrado em Vitória e Aracaju e *mingau maranhense* em Teresina. Em Porto Alegre, apenas um informante de nível fundamental relatou a variante *canjica*, enquanto os demais se abstiveram, indicando que não faz parte da cultura gaúcha o preparo e ingestão desta iguaria.

A carta VI: *mugunzá/canjica* (fenotípica), permite a melhor visualização da distribuição das variantes para a questão 181 do QSL.

Figura 16 - Carta VI: *mugunzá/ canjica*⁵⁵(fenotípica)



⁵⁵ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

A Carta VI: *mugunzá/ canjica* (fenotípica) permite duas leituras: (i) do falar do Norte, configurado pela variante *mugunzá* e *mingau de milho* e do falar do Sul, com *canjica*, comparando-se as áreas dialetais propostas por Nascentes (1953); (ii) do falar nordestino, por meio do registro da variante *chá de burro*, registrada em Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa e Maceió; o falar amazônico, com *mingau de milho* mencionado em Manaus, Porto Velho, Belém, Boa Vista, Macapá e em São Luís e Teresina (Nordeste). Os vestígios do falar fluminense estão evidenciados com o registro de *canjição*, em Vitória e Aracaju e o falar sulista é demonstrado por meio da isoléxica hegemônica da variante *canjica*, nas capitais Cuiabá, Campo Grande, Goiânia (Centro-Oeste), Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo (Sudeste), Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre (Sul). A variante *mingau maranhense* circunscreveu-se a Teresina.

Caso sejam analisadas as falas dos informantes, pode-se averiguar o valor da cultura popular e sua influência na diversificação dos falares nas diversas regiões do país, na formação do léxico regional. Isquierdo (2001, p. 91) assim exprime a relação léxico e cultura:

Partindo-se do princípio de que investigar uma língua é investigar também a cultura, considerando-se que o sistema lingüístico, nomeadamente o nível lexical, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, o estudo de um léxico regional pode fornecer, ao estudioso, dados que deixam transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo de um determinado grupo. Deste modo, no exame de um léxico regional analisa-se e caracteriza-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que nela se deixa transparecer. Essa perspectiva de análise favorece uma melhor compreensão do próprio homem e da sua maneira de ver e de representar o mundo.

A fala dos informantes revela características da diversidade dos falares regionais, como por exemplo: o informante 002/7 (Macapá), relatou que o paulista chama a *canjica* deles de *mugunzá*, enquanto para eles o *mugunzá* é o *mingau de milho*.

A informante 006/8 (Manaus) explicou que ‘*mugunzá*’ é feito na época de festa junina. Acerca do fato da canjica ser degustada no período de festas juninas, Cascudo (2001 p. 105-106) afirma:

Canjica – canjiquinha, creme de milho verde, papa de milho verde, feita com a massa do milho, leite de vaca ou de coco e açúcar. Prato tradicional, indispensável e típico nas festas de São João. Em algumas regiões do Brasil, chamam de canjica o *mugunzá*, milho cozido com leite. No princípio do século XIX era popular em São Paulo. Na obra *Viagem pelo Brasil*, I, Von Martius escreveu: “no mais é a canjica, igualmente preparada com milho, e nunca falta ao jantar essa comida nacional dos paulistas.

A citação de Cascudo (2001) e da informante de Manaus levam à reflexão e ao questionamento: o costume de comer *canjica* na época de festa junina era fundamentalmente paulista e se disseminou pelo território nacional, ou era uma prática indígena que já estava disseminada por todas as regiões? Por outro lado, o informante 108/5, cuiabano, comentou que é costume fazer *canjica* na sexta-feira da Paixão, assim como a informante 6 de Florianópolis, que relatou ser costume dela, da mãe e da avó comerem somente *canjica* na sexta-feira santa. De fato, existe um costume quimbundo denominado “mugunzá de morte”, de comer *canjica* na sexta-feira santa, mas o modo como essa influência africana chegou à Florianópolis e Cuiabá é desconhecido e não será indagado no presente trabalho. Nei Lopes (2004, p. 163), em sua *Enciclopédia da diáspora africana*, explica o costume de consumir *canjica* na sexta-feira santa:

Canjica: Prato da culinária afro-brasileira, espécie de mingau de milho branco, servido especialmente na Sexta-feira Santa, num costume que parece remontar ao da “mucunza de óbito”, mingau servido em funerais angolanos. (Observe-se que o termo munguzá, que designa uma espécie de mingau ou papa de milho, é derivado do quimbundo *mukunza*.) Também, papa de milho verde. Do quimbundo *Kandjika*, “papa”, correspondente ao quicongo *Kanjica*, “papa de milho grosso cozido”.

Nei Lopes explica, também, o *mugunzá de óbito*:

Mungunzá – mingau de milho da tradição afro-brasileira; canjica. Do quimbundo *mukunza*, “milho cozido”; cozido de feijão macunde, milho e jinguba” (Ribas 1985 apud Lopes 2004). Em Angola, é comida ritual, servida em velórios, também conhecida como *mukunza* de óbito (LOPES, 2004, p. 459).

Quanto à etimologia, ambas as lexias *canjica* e *mugunzá*, segundo o Novo Dicionário Aurélio, procedem de falares africanos. O primeiro vem do quimbundo *kanjika*, e *mugunzá* procede de *mucunzá*, do quimbundo *um’ kunza*, ‘milho cozido’. Nos estudos de Amadeu Amaral (1920, p. 64) e de Houaiss (2001) já constava ser o termo ‘*mugunzá*’ de origem africana, do quimbundo. Quanto à *canjica* há uma controvérsia debatida por Amaral: “CANGICA, milho quebrado, para se comer cozido; o mesmo, já preparado. Tem outras acepções, no Brasil. - Dão-lhe alguns procedência indígena; outros o derivam de canja, vocábulo este de origem oriental, com a significação primitiva de “caldo de arroz”.

(AMARAL, 1982, p. 108)”. Houaiss (2001) afirma ser a origem da variante ‘canjica’ controversa, podendo ser do português *canja*, do ameríndio *acanjic*- ou quimbundo *Kandjica*. Apesar da não comprovação da etimologia desse termo canjica, ora salientado como de base tupi, ora africana, ou do português e até mesmo oriental, é inegável a importância do substrato indígena e do superstrato africano na constituição do léxico brasileiro, da sua cultura e tradição, que compõe o todo linguístico da nação brasileira.

Mugunzá segundo Moraes Silva (1945) é um regionalismo do Norte, fato confirmado por Ferreira (2001) que acrescenta ainda a região Nordeste. Registra como sinônimo *chá de burro*, em Alagoas e *canjica* no Sul e Centro-Oeste. Pela carta observamos que a expressão *chá de burro* ocorreu em outras capitais do Nordeste e não apenas em Maceió, enquanto o fato da distribuição diatópica de *mugunzá* no Norte/ Nordeste e *canjica* Sul/Centro-Oeste está comprovado pelos falantes. Houaiss (2001) não determina a distribuição espacial da variante.

Chá de burro foi registrado como regionalismo nordestino segundo os dados do Projeto ALiB, fato corroborado pelas entradas em Houaiss (2001) e Ferreira (2004) (sinônimo a *mugunzá*). Não consta em Moraes Silva (1945). Em Bariani Ortêncio (1983), no Dicionário do Brasil Central, foi registrada a entrada: “*chá-de-burro* V. Citação: “Eu tava bem na birosca (taverna) de um aderente (irmão de criação), tumando um chá-de-burro (canjica feita sem leite)...” A. C. Bernardes, 122, EME” (ORTÊNCIO, 1983, p. 106). A variante seria classificada na região Centro-Oeste do Brasil como uma canjica sem leite.

Quanto a *mingau-de-milho*, embora não dicionarizado como tal em Ferreira (2004), no verbete *mingau*, consta a referência a *mingau de tapioca* e *papa*². Neste último, na subentrada *papa de milho*, o autor indica tratar-se de brasileirismo de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, remetendo a *canjica*. Para Ferreira (2004), *mingau* procede do tupi.

Mingau maranhense não se encontra dicionarizado nas três obras lexicográficas analisadas. Formado por composição de substantivo *mingau* + adjetivo especificador *maranhense*.

Quarenta provém do latim *quadraginta* segundo Houaiss (2001), mas não possui aceção de acordo com o referente da análise em questão.

Chá de boldo – a lexia *chá* provém do dialeto mandarim segundo Houaiss (2001), mas a entrada *chá de boldo*, com referência ao item da questão 181 do QSL não está dicionarizada nas obras pesquisadas.

Além da influência diatópica e diastrática no contexto da variação lexical, pode-se averiguar a importância do substrato e superstrato das línguas africana e tupi na diversidade linguística e cultural. Tem-se desta maneira a influência do tupi, que, como língua geral até o

século XVIII, era a língua mais falada no Brasil (substrato) e do quimbundo, banto e ioruba que, segundo Teyssier (1997), atuaram como superstrato linguístico no País.

4.7 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 182: AGUARDENTE - COMO SE CHAMA A BEBIDA ALCOÓLICA FEITA DE CANA-DE-AÇÚCAR?

Cascudo (1968b), na obra *Prelúdio da cachaça* sobre a história da “água que passarinho não bebe” (1968b, p. 3), salienta que: “a mais antiga menção da Cachaça em Portugal li na carta-II de Sá de Miranda (1481-1558), dedicada ao seu amigo e comensal Antonio Pereira, o Marramaque, senhor de Basto” (CASCUDO, 1968b, p. 9), e explica sobre a bebida:

Certo é que se fabricava e bebia a cachaça pelo Minho, vivendo o Rei D. João III. Na Espanha, de onde poderia ter vindo o nome, era uma espécie de aguardente obtida com as borras, resíduos das pisas de uvas no lagar. Teria teor alcoólico superior, no mínimo a 18 graus. Sabor acentuadamente áspero, rascante, típico, *péla-goela*, como se diria no Brasil nortista (CASCUDO, 1968b, p. 11).

Na Europa, a cachaça era obtida da uva, enquanto, no Brasil, era obtida do melaço da cana de açúcar. Em relatos dos vice-reis sobre a exportação, segundo Cascudo (1968b), são denominadas *aguardente*, assim como em todo Brasil. Em 1873, a designação *cachaça* consagra-se no Brasil com o *Tesouro da Língua Portuguesa*, de Domingos Vieira. Na Espanha tal bebida já era utilizada, no século XVI, os europeus introduziram a confecção e uso da *cachaça* entre índios e negros e na África Negra, e esta se popularizou. Nessa época, a bebida era referida como *vinho* em relatos no Brasil. Dentre as suas denominações temos: *cana*, *caninha*, *cachaça*, *aguardente da terra e do reino*, *jeribita*, *geribita*, *jiribita*, *garapa azeda destilada*, *bagaceira*, *piripita*. No período da escravidão no Brasil, foi utilizada como moeda de troca: "Aguardente da terra, a futura cachaça, era indispensável para a compra do negro africano, e ao lado do tabaco em rolo, uma verdadeira moeda de extensa circulação" (CASCUDO, 1968b, p. 25 -26).

Os primeiros registros do termo *cachaça*, segundo Cascudo (1968b) datam de 1640 – “.. e assim também a *cachaça*, a qual serve de bebida para os burros”, registrada por Macgrave, descrevendo a fabricação.

Nos séculos XVI e XVII, a *cachaça* não possuía base alcoólica; tomavam a *garapa*, preferida pelos negros. A *garapa azeda* era sinônimo de *aguardente* nos Engenhos e *garapa doida*, no Acre, era obtida com a fermentação da garapa, do caldo de cana azedo. A *cachaça* correspondia à *bagaceira* em Portugal, feita com “bagaços” de uvas, inicialmente – “a *cachaça* portuguesa do séc. XVI era a aguardente, repito, a contemporânea *bagaceira*, de uvas [...] No Brasil é que a *cachaça* passou a ser obtida da cana-de-açúcar, do caldo ou do melaço...” (CASCUDO, 1968b, p. 21). “Os nomes de aguardente e *cachaça* confundiram-se numa recíproca sinonímia, e ninguém mais se preocupou destacando a origem da bebida: do caldo da cana, CANA, CANINHA, aguardente, ou de mel, melado, melaço, CACHAÇA” (CASCUDO, 1968b, p. 17).

No século XVII, foi denominada *jeribita*, *jiribita*, *geriba*, *jurubita*, *piripita* ou *gerebita*, em Portugal. O termo era tido como estrangeirismo para os portugueses: “‘*cachaça*’, conhecida em Portugal na segunda metade do século XVI, não conseguia infiltrar-se na constância da linguagem usual da população, denunciando antes um estrangeirismo” (CASCUDO, 1968b, p. 22). É classificado, pois, como *brasileirismo* – “dizendo *cachaça*, valendo bebida-aguardente, creio *brasileirismo*, como registraram Moraes e frei Domingos Vieira” (CASCUDO, 1968b, p. 17). Os termos mais utilizados para designar tal bebida nesta época, em Portugal, eram *aguardente* e *bagaceira* e nas províncias Ultramarinas como Guiné, Angola, Moçambique era *aguardente*. Com a escravidão, a bebida era utilizada como moeda de troca:

O tráfico da escravaria impôs a valorização incessante. Aguardente da terra, a futura *cachaça*, era indispensável para a compra do negro africano e, ao lado do tabaco em rolo, uma verdadeira moeda de extensa circulação. Além de ser jubilosamente recebida pelo vendedor na Costa D’África, figurava necessariamente como alimento complementar na trágica dieta das travessias do Atlântico. O escravo devia, forçosamente, ingerir, todos os dias, doses de aguardente, para esquecer, aturdir-se, resistir (CASCUDO, 1968b, p. 26).

E ainda, como modo de aturdir os escravos na vinda à colônia.

Em 1666, Parati era sinônimo nacional da *aguardente*. No século XVIII, eram enviadas remessas para Portugal e Açores para serem redestiladas a fim de aumentar o teor alcoólico, depois revendidas no Brasil; concorriam com o vinho português, e com a abertura dos portos brasileiros (1820), a *cachaça* passou a ser exportada para a América do Norte.

Após a independência, em 1822, a ingestão e compra da cachaça brasileira tornaram-se símbolo do patriotismo:

A tradição cachaceira não é européia cedida ao reinado dos Vinhos [...] no mundo pobre e fusco dos devotos, a cachaça recebe véu e capela de alvura, candidez, beleza: moça branca, a branca, branquinha[...] É a bebida do povo, áspera, rebelada, insubmissa aos ditames do amável paladar [...] bebida nacional, a BRASILEIRA” (CASCUDO, 1968b, p. 54).

A *cachaça* começou a fazer parte de cerimônias religiosas africanas, estendendo sua influência cultural: em Moçambique, por exemplo, "...a garrafa de cachaça despejada no chão é a suprema oferta aos Muzimos temerosos, antepassados, propiciadores de êxitos." (CASCUDO, 1968b, p.58). Estava presente em todo o mundo.

As variantes para a cachaça no Português Brasileiro são bastante numerosas, conforme documentam os lexicógrafos Houaiss (2001), Ferreira (2004) e Cascudo (1968b, p. 36-37) "... possuía a cachaça uma sinonímia esmagadoramente superior a outra bebida. No Brasil, talvez alcance o meio milhar de denominações humorísticas, líricas, sublimando o recalque, consagrando o vício bebedeira". Do *corpus* constam 31 variantes para esta questão, totalizando 397 ocorrências no total geral, além de quatro abstenções. Como forma mais produtiva, registrou-se a variante *cachaça*, com 171 ocorrências; seguida de *pinga*, com 91 ocorrências. *Aguardente* surgiu com 47 ocorrências; *cana/caninha* com 28; *branquinha*, com 10; *51* com sete ocorrências, conforme demonstrado no quadro 8.

Quadro 8 - Variantes para a pergunta 182: Como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar?

Regiões	Variantes/ Capitais	Cachaça	Pinga	Aguardente	Cana/ Caninha	Branquinha	51
N	Macapá	8	3	3	1	1	
N	Boa Vista	8	2		1	1	1
N	Manaus	7	4	1	1	1	1
N	Rio Branco	8	2	1			
N	Porto Velho	8	1				
N	Belém	7	1	2			2
NE	São Luís	8	1	2	2		
NE	Teresina	8	3	2	1		
NE	Fortaleza	7	6	5		1	
NE	Natal	7	4	3	5		
NE	João Pessoa	6	2	2	7		
NE	Recife	6	2	3	2	1	
NE	Maceió	6	2	3	1		
NE	Aracaju	6	3	2			1
NE	Salvador	7	3	2	2		
CO	Cuiabá	6	7	1		2	

CO	Campo Grande	5	7				
CO	Goiânia	2	7	3		1	
SE	Belo Horizonte	8	8	2			
SE	Vitória	7	3	2	1		
SE	Rio de Janeiro	6		1	2		1
SE	São Paulo	6	6	2	2		1
S	Curitiba	8	8	3		1	
S	Florianópolis	8	4	1		1	
S	Porto Alegre	8	2	1			
	Subtotal	171	91	47	28	10	7

Total	354
--------------	------------

Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

Outras variantes também foram registradas, como: *água que o passarinho não bebe* e *pitu* com cinco ocorrências cada; *birita* e *aperitivo* com três menções; 71, 88, *meiota*, *mé*, *uca*, *pura/purinha* com duas citações cada e *caxiri*, 61, *pingo d'água*, *bagaceira*, *marvada*, *restilo*, *rabo de galo*, 15, 81, 21, *manguaça*, *goró*, *limpa*, *jacaré*, *lorótica* com uma ocorrência cada.

A informante 003/6 (Boa Vista), explicou que *caxiri* é uma bebida indígena e a 115/8 (Campo Grande) expôs que a forma mais popular é *pinga*. O informante 179/1, (São Paulo) esclareceu que 15 é disfarce para não falar 51, referente à *pinga*. Em Belém, a informante 012/2 comentou que não costuma utilizar a variante *aguardente* para o referente da questão, porque podem entender que se trata de “água fervendo” e em Vitória, o informante 190/7 registrou que *pitu* é uma marca de *pinga*.

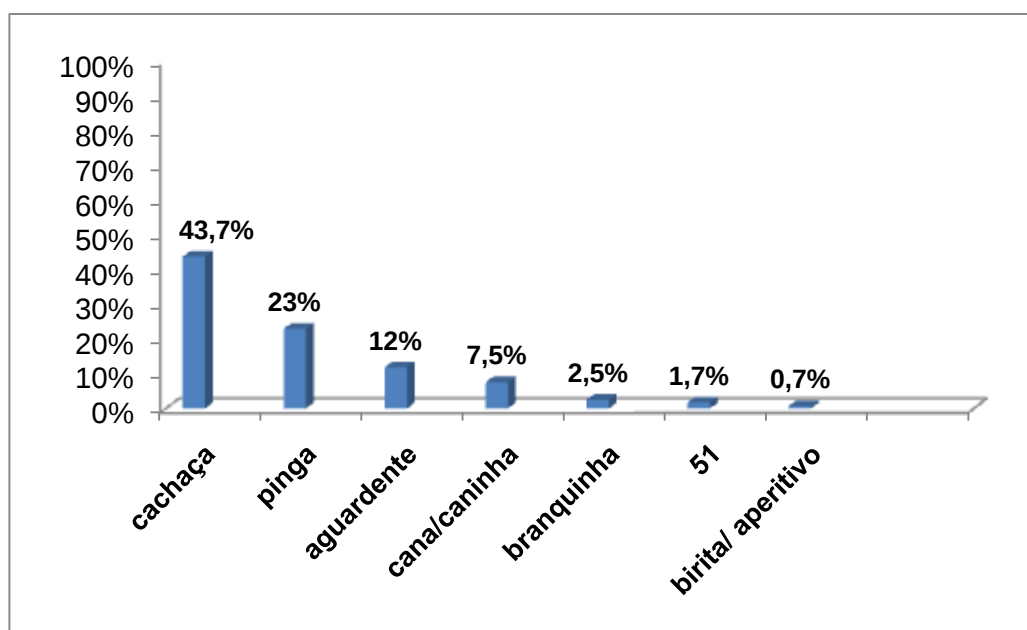
A linguagem, cultura e etnia encontram-se atrelados na Etnolinguística. Os fatos linguísticos são determinados pelos saberes acerca das coisas (cultura), segundo Casado-Velarde (1991) que complementa que a linguagem compõe uma fonte de cultura, refletindo a cultura não linguística – competência linguística e extralinguística (idéias, crenças, saberes) que influenciam na expressão linguística. Ou seja, na fala dos informantes transparece a cultura de cada grupo.

Ao contrastar os dados da pesquisa nas 25 capitais com o *corpus* levantado pela equipe do *Atlas Linguístico da Paraíba* (ARAGÃO; MENEZES, 1984), verificamos, na carta 089 – *aguardente*, algumas coincidências, como a produtividade da variante *cachaça* e uso de *meiota* para denominar a aguardente de cana. Outras denominações registradas no ALPB são: *cachaça* 22 registros, *cana* 20, *pinga* 18 registros, *aguardente* 16, *bicada* 9, *pitu* cinco; e *dose* e *meiota* com três cada uma, *caeba* com duas referências e com uma única referência: *tufão*,

temperada, brejeira, caranguejo, bichona, papuda, lambito, espedichona, branquinha, melado e naca. Isto demonstra que, em qualquer região do Brasil, seja em dados coletados para atlas mais específicos seja para atlas mais abrangentes, a criatividade popular é muito rica e bem humorada.

Com relação às variantes coletadas pelo Projeto ALiB, podemos verificar a produtividade das variantes no gráfico 9:

Gráfico 9 - Porcentagem das variantes para questão 182 – *cachaça*

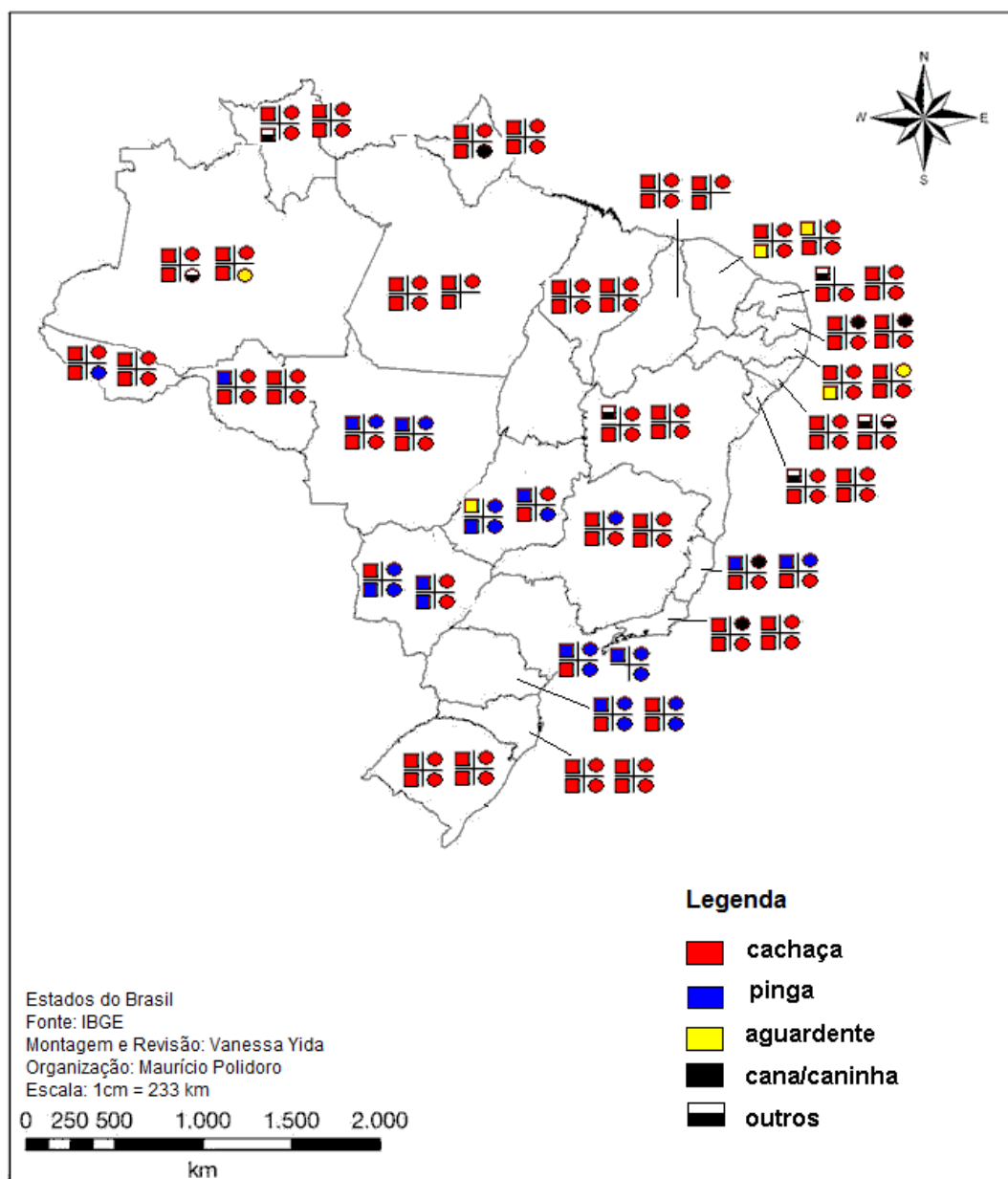


Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.⁵⁶

A variante com maior produtividade é *cachaça* com 43,7% das respostas dadas à questão. Em valores aproximados das outras formas temos: 23% para *pinga*; 12%, *aguardente*; 7,5%, *cana/caninha*; 2,5%, *branquinha*; 1,7%, *51*; 1,2% para *pitu* e *água que o passarinho não bebe*; 0,7% para *birita* e *aperitivo*. Outras variantes com apenas duas ocorrências como *71*, *88*, *meiota*, *mé*, *uca*, *pura/purinha* figuraram com 0,5 e com apenas 1 resposta, perfazendo 0,2% surgiram *caxiri*, *61*, *pingo d'água*, *bagaceira*, *marvada*, *restilo*, *rabo de galo*, *15*, *81*, *21*, *manguaça*, *goró*, *limpa*, *jacaré*, e *lorótica*.

A carta lexical 7, elaborada a partir das respostas a essa questão, contabilizou apenas a primeira reposta dos informantes, devido à grande quantidade de variantes registrada. A cartografia de apenas uma resposta deixa mais clara a possibilidade de traçar isoglossas (isoléxicas).

⁵⁶ As variantes *água que passarinho não bebe* e *pitu* registraram 1,2% das respostas

Figura 17 - Carta 7: *cachaça*⁵⁷

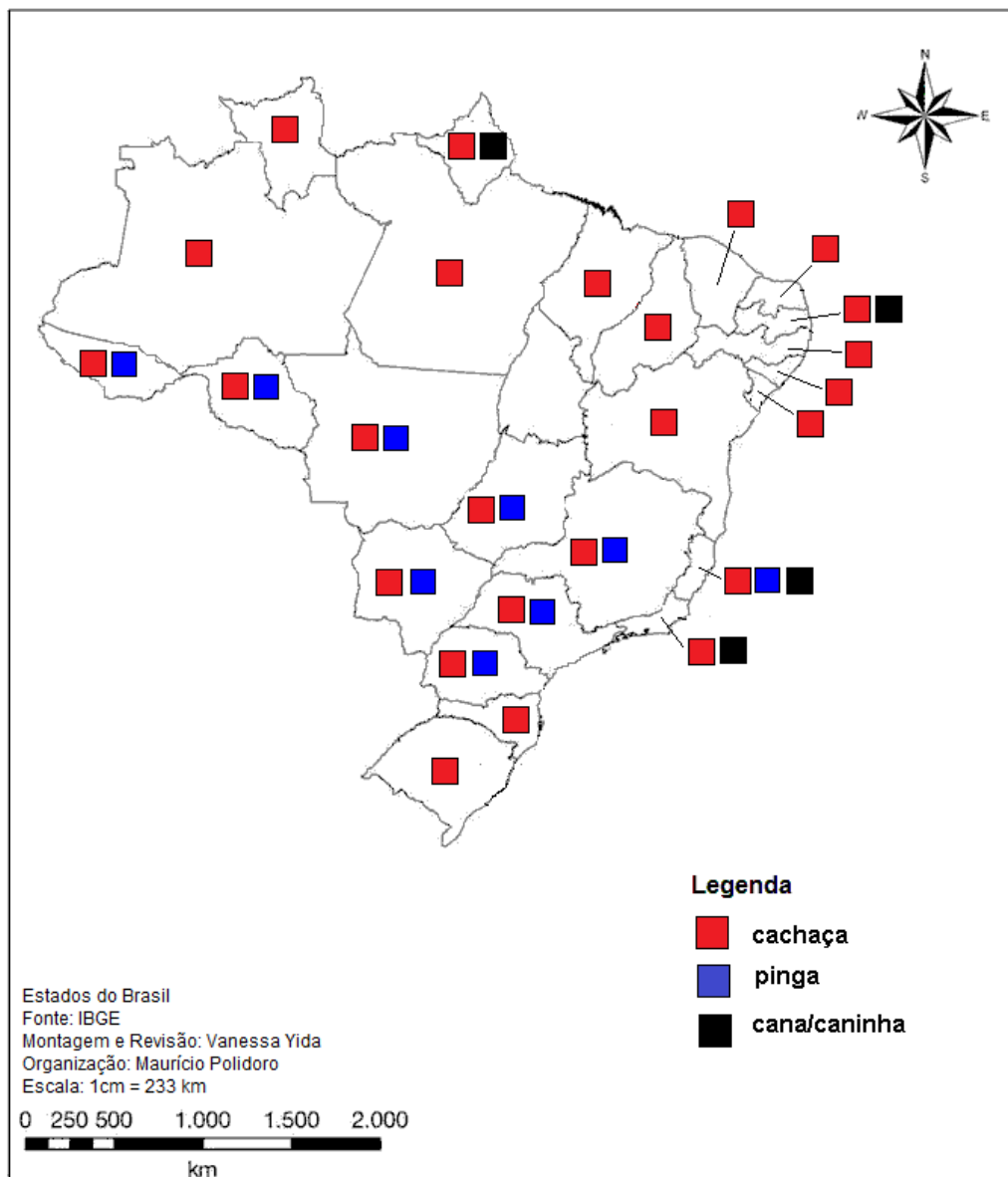
A carta lexical 7 permite verificar a produtividade da variante *cachaça*, que se distribui por todas as capitais, mas se revela a mais frequente nas capitais do Norte do País (Macapá, Boa Vista, Manaus, Belém, Rio Branco e Porto Velho), no Nordeste (São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador), Sudeste (Rio de Janeiro) e no Sul (Florianópolis e Porto Alegre). Nas capitais da região Centro-Oeste (Cuiabá, Campo Grande e Goiânia), por outro lado, é mais produtiva a variante *pinga*, bem como em São Paulo e Curitiba. Tal forma foi citada também em Vitória, Belo Horizonte, Porto Velho e Rio Branco, formando uma provável área de isoléxica. *Aguardente* foi citada como primeira

⁵⁷ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

resposta em Manaus, Goiânia, Fortaleza e Recife. A variante *cana/caninha* foi mencionada em Macapá, João Pessoa, Vitória e Rio de Janeiro.

A carta VII: *cachaça* (fenotípica) permite a visualização mais evidente das possíveis isoléxicas.

Figura 18 - Carta VII: *cachaça*⁵⁸ (fenotípica)



A variante *cachaça* foi registrada em todas as capitais do Brasil, enquanto *pinga* forma uma provável isoléxica com o registro nas capitais mais ao centro e sul tais como: Curitiba (Sul), São Paulo, Vitória, Belo Horizonte (Sudeste), Campo Grande, Goiânia e Cuiabá (Centro-Oeste), Porto Velho e Rio Branco (Norte). *Cana/caninha* foi registrada

⁵⁸ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

principalmente na região do *falar fluminense* (NASCENTES, 1953), especificamente no Rio de Janeiro e Vitória, com registros ainda em João Pessoa e Macapá.

Quanto à análise lexical, Moraes Silva (1945) registra a acepção da variante *cachaça* como *aguardente de cana* e não traz sinônimos. Ferreira (2004) e Houaiss (2001) trazem uma acepção parecida e vários sinônimos como regionalismos, dentre eles: “*água-que-passarinho-não-bebe, aguardente, bagaceira, birita, branquinha, cana, caxiri, malvada, pinga, purinha, restilo*”, variantes que foram encontradas neste estudo. A lexia *cachaça*⁵⁹ seria de origem controversa, segundo os dicionaristas. *Água que passarinho não bebe* trata-se de um brasileirismo segundo Houaiss (2001), bem como *cachaça* enquanto sinônimo de *pinga*, de acordo com Cascudo (1968b).

Cana é trazida por Moraes Silva (1945) com a acepção de bebida alcoólica, na entrada *caninha*, classificada como brasileirismo, diminutivo de *cana*. Ferreira (2004), por sua vez, explica que *cana* provém do latim ‘*canna*’, como um brasileirismo e gíria caboverdiana. Amadeu Amaral (1982, p. 108) traz a seguinte acepção de *caninha*: “CANINHA, s. f. - espécie de cana de açúcar, muito boa para aguardente; a aguardente que dela se faz.” Por derivação de extensão de significado, o ingrediente na confecção da bebida (*cana/caninha*) passa a denominar o próprio referente.

Pinga é classificada como brasileirismo popular pelos três lexicógrafos, com acepção parecida: “bebida alcoólica, especialmente aguardente”. Nascentes (1953, p. 202) inseriu em seu vocabulário da fala do carioca a variante *pinga* como “bebida”. Segundo Houaiss (2001), trata-se de uma derivação por extensão de sentido. Provém do verbo *pingar* – *pedicare* do latim vulgar cujo significado evoluiu para *gotejar*. Quanto ao uso da denominação, Amaral (1982) explica: “Muitas palavras há, entre as portuguesas, que têm sofrido aqui mudanças mais ou menos profundas de sentido. Exemplos tomados entre os casos de mais pronunciada diferenciação: pinga- aguardente de cana” (AMARAL, 1982, p. 67).

Aguardente encontra-se como composição por aglutinação ‘de água (substantivo) + ardente (adjetivo)’, sinônimo de *cachaça* em Ferreira (2004) e Houaiss (2001) e qualquer bebida resultante de destilação em Moraes Silva (1945). Segundo Mattoso Câmara (1985), a tendência da composição de dois termos é a criação de um vocábulo fonológico por aglutinação.

⁵⁹ Sobre a etimologia e história da cachaça, v. Jane Bernadete Lambach. O léxico da cachaça em Morretes: resgate e memória. Dissertação defendida no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Londrina, em 2002.

Maldita e *malvada* não se encontram na acepção do referente em questão, mas ambos os nomes conotam negativamente as consequências do abuso do álcool para o indivíduo e sua família; *branquinha* está dicionarizada pelos três lexicólogos como brasileirismo, sinônimo de *cachaça*, trata-se de uma provável analogia com a cor (ou ausência da) bebida. A expressão *água-que-passarinho-não-bebe* não está dicionarizada em Moraes Silva (1945), mas está em Ferreira (2004) e em Houaiss (2001), como brasileirismo popular, também sinônimo de *cachaça*. Tal denominação pode estar vinculada como modo jocoso e eufêmico de referir-se ao termo *cachaça*.

Limpa está classificada por Ferreira (2004) uma forma substantivada do adjetivo *limpo*, como um regionalismo nordestino para *cachaça*. A variante surgiu em Aracaju, mencionada pela informante idosa de nível superior, como uma *cachaça* pura sem mistura.

Pitu, 51, 61, 88, 81, *pingo d'água*, 15, *mé*, *manguaça*, *jacaré* não se encontram dicionarizadas; *birita* não está dicionarizada em Moraes Silva (1945), mas está em Houaiss (2001) e Ferreira (2004), como do inglês ‘*beer*’, regionalismo popular do Rio de Janeiro, segundo Ferreira (2004). A denominação *birita* pode estar ligada a um diminutivo de *beer*. *Aperitivo* do latim *aperitivu* ‘aperitivo, aperiente, que abre facilmente, que facilita as secreções’ – é definido como aquilo que se ingere para abrir o apetite segundo Houaiss (2001) e Aurélio (2004).

Meiota não possui entrada em Moraes Silva (1945), mas se encontra em Ferreira (2004) e Houaiss (2001) como um brasileirismo, uma gíria “metade de uma garrafa de *cachaça*...”. Por extensão de sentido, o falante toma a gíria como o conteúdo todo do referente *pinga*. *Uca* é classificada por Aurélio (2004) e Houaiss (2001) como um brasileirismo, uma gíria para *cachaça*.

Purinha e *caxiri* não se encontram dicionarizadas em Moraes Silva (1945), mas em Ferreira (2004) são classificadas como brasileirismo popular, sinônimo de *cachaça*. Cascudo (1968b, p. 61) documenta a variante *caxiri* como do falar indígena: “barro e madeira, para o caxiri de mandioca, através do beiju, em região onde a cana de açúcar estava ausente”.

Bagaceira - cova onde se junta o bagaço da uva. Derivação por metonímia para *aguardente de cana* segundo Houaiss (2001) e Ferreira (2004); trata-se de um lusitanismo, em sua denominação original, a *cachaça* feita com bagaço de uvas (por isso, *bagaceira*), a nomeação tornou-se brasileirismo ao referir-se à *cachaça* feita com melaço, segundo Cascudo (1968b). *Marvada* é trazida somente por Houaiss (2001) como sinônima a *cachaça*, classificada como brasileirismo.

Restilo expressão tratada como sinônima de *aguardente de cana*, regionalismo do Maranhão, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, segundo Houaiss (2001) e Ferreira (2004). Segundo o informante 123/7, Goiás: “Que o *restilo*, geralmente ele é aguardente mais forte que tem, quando ela sai alambique, que ela num é uma purificada, ela é a parte que resta memo da cachaça”. Essa entrada não consta em Moraes Silva (1945).

Rabo de galo é trazido em Ferreira (2004) como brasileirismo e feito de aguardente e vermute, não está dicionarizado nas duas outras obras analisadas.

Goró possui entrada em Ferreira (2004) e Houaiss (2001) como sinônimo para o referente da questão 182 do QSL, tratado com regionalismo de Minas Gerais e Rio de Janeiro, de etimologia ioruba, regressivo de *gororoba*. Em Moraes Silva (1945) não consta com tal acepção. Segundo a pesquisa geolinguística, foi registrado pela informante 34/2, uma informante, de Teresina, fato não condizente com a vinculação regional do termo segundo os dicionaristas.

Lorótica – *hapax legomenon* - não encontrada nos três dicionários analisados, pode estar vinculada à *lorota* acepção de *mentira, conversa fiada*, segundo Ferreira (2004), pelo fato de a pessoa que bebe ficar mais falante e contar muitas histórias.

4.8 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 183: EMPANTURRADO - QUANDO UMA PESSOA ACHA QUE COMEU DEMAIS, ELA DIZ: COMI TANTO QUE ESTOU____?

Nessa questão foram registradas 45 variantes, no total de 311 ocorrências mostrando que a maioria dos informantes apresentou mais de uma forma. A variante de maior produtividade foi *cheio/estômago cheio/ barriga cheia*, com 106 respostas. Depois temos: *empachada*, com 37 menções; *empanzinada* com 35; *satisfeita* e *empanturrado* com 17 citações; *estufado* com 11; *passando/sentindo mal* com 10 respostas; *farto* que recebeu oito menções; *ansiada, estourando, agoniado, enfasiada* com 5; *afrontada* e *entupida* com quatro respostas; *lotado* com 3; as variantes *abarrotada, ansioso, barriga estourando/ pra estourar, arfando, supitada, repunando, estômago pesado, inchada* com 2 citações. Como *hapax legomena*, registramos: *enfadado, afrontada, estou pra explodir, bufando, até a tampa, , com*

*agonia, enfiada, empachado, empapado, enfiada, entulido, estou ruim, fatigado, entanguido, empantufado, enjoado, enfiada.*⁶⁰

O quadro 9 permite a visualização da distribuição das seis variantes mais produtivas nas capitais:

Quadro 9 - Variantes para a pergunta 183: “Quando uma pessoa acha que comeu demais, ela diz: Comi tanto que estou ___?”

Re-Giões	Variantes/ Capitais	Cheio/barriga (bucha)cheia(o)	Empachada	Empan- zinada	Empan- turrado	Satisfeita	Estufado/ ’tufado
N	Macapá	6	2	2	1		
N	Boa Vista	6	1	1			1
N	Manaus	5	2			1	
N	Belém	3	3	1	1	3	
N	Rio Branco	4	3				
N	Porto Velho	5	1		1	1	
NE	São Luís	6	4	1	2		
NE	Teresina	5		2	1		
NE	Fortaleza	5	4	1	1		1
NE	Natal	4	4	1	1	1	
NE	João Pessoa	4	4	2			
NE	Recife		5	2			1
NE	Maceió	7		1	1	1	
NE	Aracaju	5		3	2		
NE	Salvador	3		2			
CO	Cuiabá	2	3	2	1		
CO	Campo Grande	4		1	1	1	
CO	Goiânia	5		2			
SE	Belo Horizonte	4		4		1	1
SE	São Paulo	4			1	2	1
SE	Vitória	4		5			
SE	Rio de Janeiro	5		2	1	1	
S	Curitiba	4	1			1	2
S	Florianópolis	3			1	1	2
S	Porto Alegre	3			1	3	2
	Subtotal	106	37	35	17	17	11

Total	223
--------------	------------

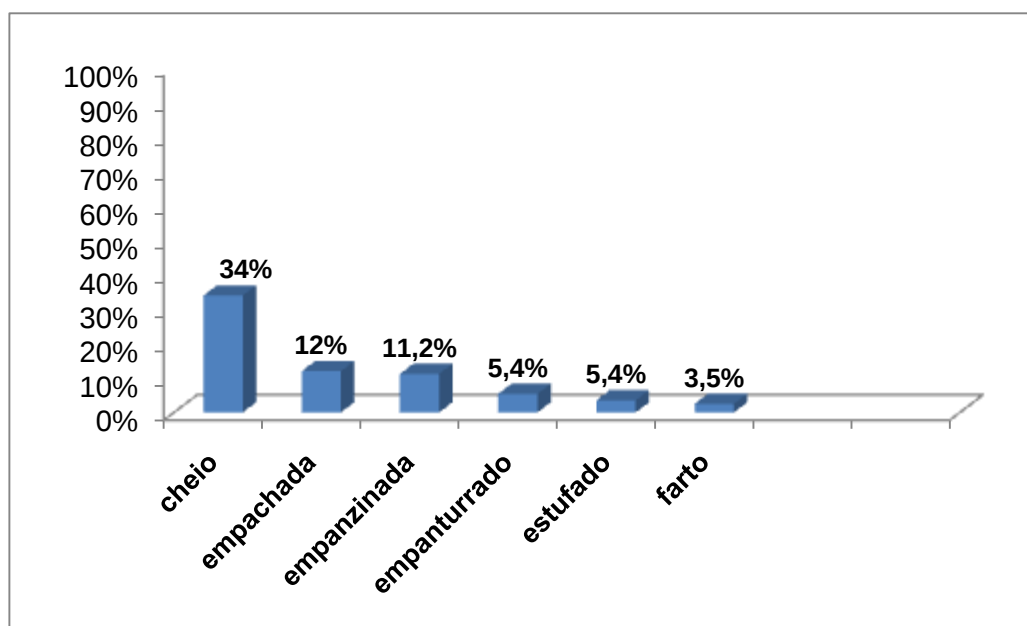
Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

A variante *cheio/barriga cheia* configurou-se a com mais do triplo de produtividade do que a segunda forma mais registrada *empachada*.

⁶⁰ Ainda foram registradas as variantes *indigesto* com dois registros e *passou do limite, comi feito uma freira, congestão, a cobra quando engoliu o boi* com um registro cada um.

O Gráfico 10 traz em percentuais as oito variantes mais produtivas:

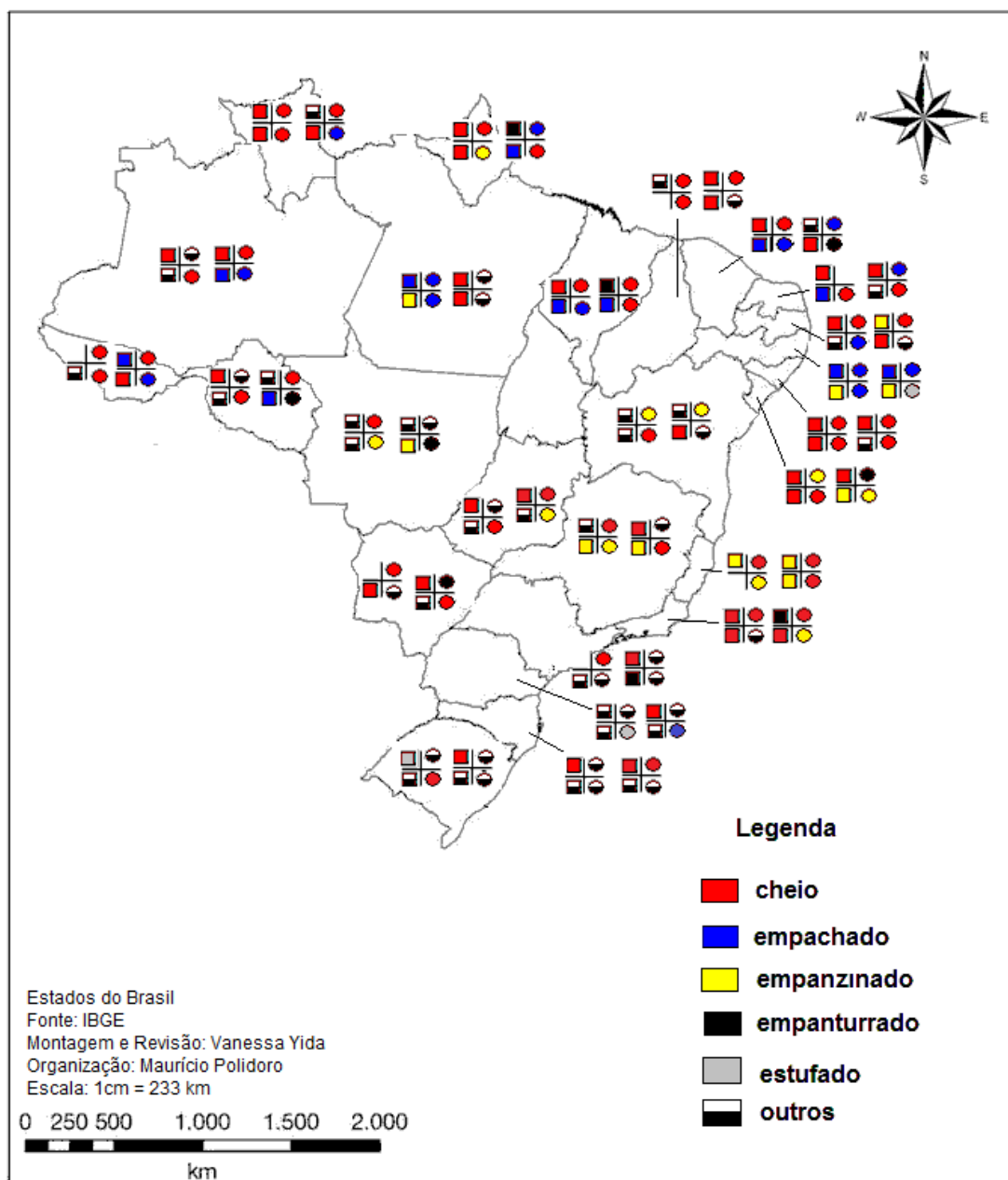
Gráfico 10 - Porcentagem das variantes para a questão 183 – *empanturrado*



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

A expressão mais produtiva *cheio* obteve 34% das ocorrências, seguida de *empachada*, com quase 12%. A variante *empanzinada*, com 11,2% das menções vem seguida de *empanturrado* e *satisfeita*, com 5,4% das respostas. *Estufado* obteve aproximadamente 3,5% da produtividade e a expressão *passando/sentindo mal* surgiu com 3,2%; *farto* apareceu em 2,5% das falas; *ansiada*, *estourando*, *agoniado*, *enfastiada* surgiu com 1,6% das ocorrências; as variantes *afrontada*, *entupida* com 1,3%; *lotado* com 1%; as expressões *abarrota*, *ansioso*, *barriga estourando/ pra estourar*, *arfando*, *supitada*, *repunando*, *indigesto*, *estômago pesado*, *inchada* obtiveram 0,6% e as variantes *passou do limite*, *enfadado*, *afantada*, *estou pra explodir*, *bufando*, *até a tampa*, *a cobra quando engoliu o boi*, *comi feito uma freira*, *empapuçado*, *com agonia*, *enfartada*, *empassado*, *enfarada*, *congestão*, *entulido*, *estou ruim*, *fatigado*, *entanguido*, *empantufada*, *enjoado*, *enfarada* obtiveram 0,3% da porcentagem de respostas.

A carta lexical 8, elaborada com as respostas à questão, mostra a distribuição espacial apenas das primeiras repostas dos informantes, pela grande produtividade de formas registradas. As seis variantes que mais foram lembradas foram cartografadas, e as de baixa frequência serão comentadas em seguida.

Figura 19 - Carta 8: *empanturrado*⁶¹

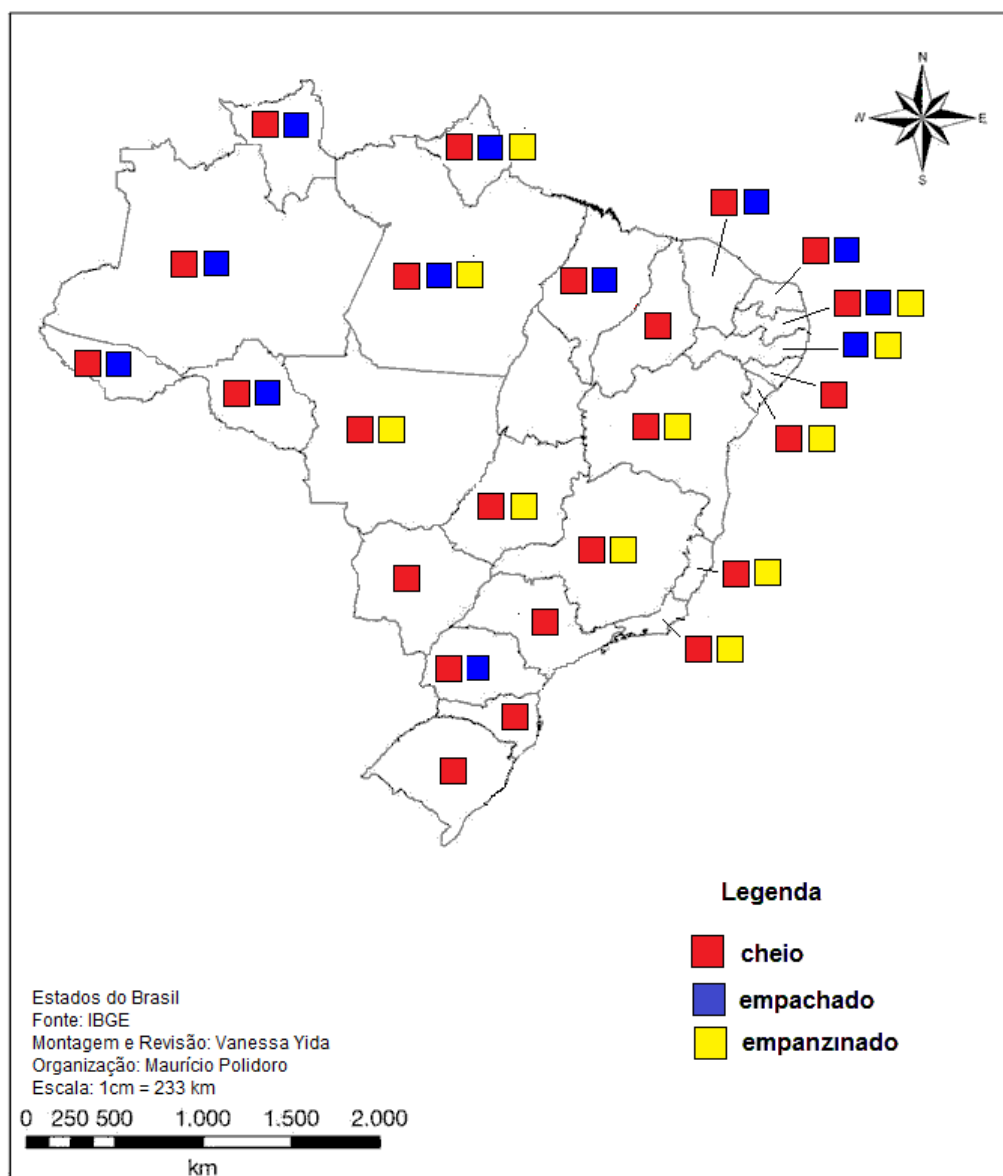
Como variante mais produtiva, temos a forma *cheio*, presente em todas as capitais, exceto em Recife. Como segunda forma mais produtiva, a variante *empachado* foi registrada principalmente nas capitais do extremo Norte e Nordeste como Macapá, Boa Vista, Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife e uma primeira citação em Curitiba. A forma *empanzinado* ocorreu em Macapá, Belém, Cuiabá, Goiás, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Aracaju, Recife e João Pessoa, formando uma presumível isoléxica nas capitais desde o Norte ao Nordeste do País.

⁶¹ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

Empanturrado, por sua vez, apresentou relatos esparsos, em Macapá, Porto Velho, São Luís, Fortaleza, Aracaju, Cuiabá, Campo Grande, Rio de Janeiro e São Paulo. Por fim, a variante *estufado*, foi citada em Recife, Curitiba e Porto Alegre.

A Carta VIII: *cheio* (fenotípica) representa o registro das variantes.

Figura 20 - Carta VIII: *empanturrado*⁶²(fenotípica)



A Carta VIII: *cheio* (fenotípica) permite o traçado de uma possível isoléxica da variante *empachado*, dividindo os falares do Norte e Sul, comparando-se à divisão de Nascentes (1953). Tal variante foi registrada em Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Belém, Boa Vista, Macapá (Norte) e São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife (Nordeste) e com um registro fora da área contínua em Curitiba. A variante *cheio* foi mencionada em todas as

⁶² Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

capitais, e *empanzinado* forma uma provável isoléxica em Macapá, Belém (Norte), Campo Grande, Goiânia (Centro-Oeste), Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória (Sudeste), Salvador, Aracaju, Recife, e João Pessoa (Nordeste).

Cheio encontra-se dicionarizada em Moraes Silva (1945) e Ferreira (2004) como do latim ‘*plenu*’, com acepção aproximada, indicado como “nutrido, gordo”, segundo Moraes Silva (1945). Vem, porém, mais bem definido em Ferreira (2004) “que contém tudo que sua capacidade comporta; pleno, completo”. Houaiss (2001), por sua vez, indica a entrada como “satisfeito, por ter comido o suficiente; farto”, um regionalismo de Portugal.

A forma *empachada* é definida pelos dois lexicógrafos (Ferreira (2004) e Moraes Silva (1945)) de modo aproximado, significando algo cheio, sobrecarregado; Moraes Silva (1945) traz como sinônimos *empanturrado* e *empanzinado*. Houaiss (2001) registra a acepção de “sobrecarregado de comida; *empanturrado*, *empanzinado*, *farto*”. Etimologicamente vem do antigo provençal, do latim tardio *impedicare*.

A forma *empanzinado* é trazida por Moraes Silva (1945) como sinônimo de *empanturrado*, *empachado*, *enfartado*. Já Ferreira (2004) traz apenas a entrada *empanzinador*, como “aquele que empanzina ou empanturra”. Houaiss (2001) classifica como sinônimo de *empanturrado*, com etimologia controversa, podendo provir de “encher-se de pão”, uma analogia popular.

Empanturrado está dicionarizada de modo aproximado pelos três lexicógrafos, como algo cheio em demasia, enquanto Moraes Silva (1945) traz como sinônimos *farto* e *empanzinado*, Ferreira traz *empachado*. Houaiss (2001) classifica como “encher a *panturra*” sendo que *panturra* possui acepção de “barriga grande” regressivo de *panturrilha*, do espanhol *panturrilla* – ou *panturrilha* “barriga da perna”. Daí advém a analogia, barriga da perna, *panturrilha*, somada ao prefixo *em-*, resultando em *empanturrado*.

A variante *satisfeito* está definida de modo semelhante pelos três lexicógrafos, como sinônimo de ‘farto, saciado, repleto’ com etimologia do latim *satisfactus, a, um*. *Estufado* não se encontra dicionarizada na acepção da questão, pode ser uma analogia à *estofar* “encher com algodão”, do francês antigo *estofer*, ‘acolchoar, encher, mobiliar’, segundo Houaiss (2001).

Uma série de variantes traz em comum a ideia do desconforto não só fisiológico, mas também psíquico resultante da ingestão excessiva de alimento. Dentre elas, destacamos: (i) *agoniado* - definida como “que sente agonia ou aflito, ansiado” em Moraes Silva (1945), Ferreira (2004) e Houaiss (2001), relacionada semanticamente à sensação de agonia que se instaura na pessoa depois que come demais. (ii) *ansiado* - dicionarizada de modo aproximado,

como “que padece de ânsias”; a definição de *ânsias* como “aflição, perturbação causada pela contracção do epigastro”, segundo Moraes Silva (1945); (iii) *afrontado* - sensação de mal-estar; indisposição, segundo Houaiss (2001) e Ferreira (2004). Em Moraes Silva (1945) consta na entrada *affrontado* como “agoniado, agastado”. (iv) *enfastiado* – aborrecer-se, enfadar-se Ferreira (2004); entediante, fastidioso, formado pelo prefixo *en-* *fastio* e sufixo *-ado* segundo Houaiss (2001); (v) *fatigado* do latim *fatigare*, “cansar-se, sentir fadiga” segundo Houaiss (2001) e Ferreira (2004) e em Moraes Silva possui acepção diferente. Deste modo, é instaurado um campo léxico dentro do sema psíquico, relacionado à alimentação excessiva.

Há outra série de variantes registradas que traduzem a sensação física de plenitude decorrente do excesso de alimentação, tais como: (i) *Estourando* – “arrebentar de estouro” é acepção dada por Moraes Silva (1945), Ferreira (2004) e Houaiss (2001). (ii) *Abarrotado* – em Houaiss (2001) e Ferreira (2004) consta como sinônimo de *farto*, *empanturrado*, e Moraes Silva (1945) classifica como “atestar, acabar de encher até a boca”. (iii) *Entupido* em Ferreira (2004) e Moraes Silva (1945) não consta a acepção relacionada à questão; em Houaiss (2001) temos com uso informal – “cheio de comida, *embuchado*, *empanzinado*”. O verbete possui origem controversa, do espanhol *tupido*. (iv) *Lotado* possui acepção de “cheio” nas entradas em Ferreira (2004) e Houaiss (2001). (v) *Bufando* (Houaiss (2001), Ferreira (2004)) - significa “inflado”, analogia também a forma que a pessoa fica quando come demais. De acordo com Houaiss (2001) *bufar* possui origem onomatopáica do som de sopro. (vi) *Inchada* do latim *inflare*, segundo Ferreira (2004) e Houaiss (2001) “aumentar o volume” também trata-se de uma analogia com o modo que a pessoa sente-se após alimentar-se em excesso. (vii) *Empapuçado* não possui entrada em Houaiss (2001) e Moraes Silva (1945), mas segundo Ferreira, possui acepção de (2004) “tornar-se opado, inchar-se”. Possui etimologia controversa, do espanhol *empapuzar*. (viii) *Entulido* – *encher-se*, *abarrotar-se*, *entupir-se* segundo Ferreira (2004); não possui entrada em Houaiss (2001) e Moraes Silva (1945). Todas essas variantes traduzem a sensação física do excesso de alimento ingerido, gerando outro campo léxico.

Enfadar – possui etimologia controversa do latim *fatuus*, *a um* – “que sente enfado, tédio”. Ferreira (2004) traz como *enfastiar*, *entediado*; Moraes Silva (1945) define como *desgostar*, *desgostado*, *enfastiar*, *agastado*, *cansado*. A analogia provavelmente ocorre entre o modo como o corpo fica “cansado” após a alimentação exagerada. Como variante fônica, ocorre *enfarado* – em Houaiss (2001) e Ferreira (2004) classificado como “enfadar, entediar-se”. “Cheio do fardo ou sabor de algum comer” segundo Moraes Silva (1945). A expressão

segundo Morais Silva (1945) seria mais aproximada à forma como a pessoa fica ao comer em demasia.

Enfartada em Ferreira consta como “farto, repleto, cheio” e Houaiss como sinônimo de *empanturrado*. Possui etimologia do latim *infarctus, a, um*. *Farto* – entrada oferecida como sinônimo de “encher-se, empanzinar-se, empanturrar-se” por Houaiss (2001) e Ferreira (2004) e como “satisfeito de comer” em Morais Silva (1945).

Congestão – segundo Morais Silva (1945), Houaiss (2001) e Ferreira (2004) “acumulação excessiva ou anormal de sangue em partes do corpo”. É o resultado após ingestão do alimento, provavelmente o informante deve ter feito analogia ao efeito controverso de alimentação exagerada.

Arfando provém do latim vulgar *arefare*, “respirar com dificuldade, ansiar, ofegar” segundo Houaiss (2001) e Ferreira (2004); em Morais Silva (1945) possui entrada com acepção diferente. Analogia ao modo de respirar da pessoa que come em demasia.

Repunando – tal verbete não possui entrada nos dicionários analisados (devido à similaridade fônica) mas sim, *repugnar* no sentido de recusar alimento. Os informantes provavelmente realizaram uma alteração fonética, de forma a simplificar a fala.

Entanguido não possui acepção diretamente voltada à questão nos três dicionários, mas sim como “encolher-se de frio” podendo ser uma analogia à pessoa que come demais e fica torta.

Empantufar – “ensoberber-se, encher-se” segundo Houaiss (2001), Ferreira (2004) e Morais Silva (1945). O falante provavelmente realizou uma analogia de “encher-se com orgulho” a “encher-se de alimento”. *Enjoado* - com enjoo; *agoniado* – causar agonia, aflição, náusea; e *enfarada* segundo Ferreira (2004) e Houaiss (2001) – “enfastiar, entediar” - prováveis analogias ao modo como a pessoa fica após alimentar-se excessivamente.

Mal-estar não está dicionarizado em Morais Silva (1945), mas está em Ferreira (2004) como “indisposição ou perturbação orgânica”.

As expressões *passou do limite, tô pra explodir, até a tampa, a cobra quando engoliu o boi, comi feito uma freira, com agonia, empassado, to ruim, estômago pesado e afantada* (talvez variante fônica de *afrontada*) não constam dos três dicionários pesquisados.

Quanto à variante *supitado*, Aguilera (2005, p. 132) comenta em seu artigo *Léxico regional, léxico rural ou vocabulário de curiosidade?*:

Uma das informantes jovens, com escolaridade menor, comentou, acerca da pergunta:- Supitada, tô muito supitada, acho que eu vou fazer alguma coisa pra mim, pra... dessupitar, tá supitado. Ferreira (1975 e 2004) atribui ao

verbetes *sopitado* três acepções, dentre as quais a primeira, por extensão do significado, ‘caído em sonolência, adormecido’, parece ter migrado para designar o estado de sonolência que se segue à alimentação farta, exagerada.

Morais Silva (1945) traz *sopito* como *adormecido* e Houaiss registra a acepção do verbete assim como Ferreira (2004), na citação de Aguilera (2005).

O informante 115/7 (Campo Grande) relatou ser *empanzinado* um nome popular para *cheio*. A informante 115/8, por sua vez, relatou uma história sobre a variante *satisfeita*, que retrata a variação lexical, que ocorre em nível diageracional: “- Satisfeita. Aí faiz igual a história do ônibus, né? [Ah? Como que é a história do ônibus?] - O ônibus, diz que a mãe falou: “Meu filho, não é cheio, é satisfeito. (...) Aí, ele saiu foi, foi entrar no ônibus, né? E o ônibus estava cheio, ele falou assim: “Mãe, esse ônibus tá satisfeito”.” A criança entende que há uma relação semântica entre *cheio* e *satisfeito*, mas não percebe o contexto de uso mais adequado. Para a mãe, deve-se utilizar a variante *satisfeito*, por ser mais rebuscado; para o filho, a variante é simplesmente *cheio*, com referência à barriga cheia.

O uso da variante *satisfeito*, em um contexto não geral, como marcador diassexual e diastrático revela-se nesta fala da informante jovem, de nível fundamental de escolaridade, paulistana: “- Quem qué sê metido a falá que nem o meu esposo:” Você é metida a rica”? (...) Eu falo: Eu tô satisfeita, ele já fala:” Nossa eu tô cheio”.” Para o homem, a variante *satisfeito*, em nível diastrático marca a fala de pessoas “metidas a rica”, como a própria informante explica.

O informante jovem, de nível superior de escolaridade, curitibano registra que as variantes *cheia*, *estufada*, *satisfeita*, *tripa cheia* dependem da classe social. A forma *satisfeito* para a informante idosa de nível superior pode variar diageracionalmente, pois para ela as crianças falam *cheio*, *empanturrado*, e os adultos, *satisfeito*.

4.9 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 184: GLUTÃO - COMO SE CHAMA UMA PESSOA QUE NORMALMENTE COME DEMAIS?

Para a questão 184 do QSL, que busca as prováveis variantes para *glutão*, foram obtidas ao total 279 ocorrências. Foram registradas 30 variantes, enquanto sete informantes abstiveram-se. O quadro 10 ilustra a distribuição das seis variantes de maior produtividade:

Quadro 10 - Variantes para a pergunta 184: “... uma pessoa que normalmente come demais?”

Re-Giões	Variantes/ Capitais	Guloso	Comilona/ comilão (comedor)	Olho grande/ olhudo	Esfomeado/ esfamiado	Glutão	Esganado
N	Macapá	7	2		1		
N	Boa Vista	5	3				
N	Manaus	5	2				
N	Belém	6	4				
N	Rio Branco	3	5				
N	Porto Velho	6	2				
NE	São Luís	5	4	1			
NE	Teresina	4	3				
NE	Fortaleza	6	2		2		
NE	Natal	3	6	1	1		
NE	João Pessoa	8	4			1	
NE	Recife	7		1		1	
NE	Maceió	5	3	2			
NE	Aracaju	8					
NE	Salvador	7	1	1			
CO	Cuiabá	3	4		2		
CO	Campo Grande	5	3				
CO	Goiânia	7	2				
SE	Belo Horizonte	7	2				
SE	São Paulo	6	2			1	
SE	Vitória	8	2				
SE	Rio de Janeiro	4	1	1	1	2	
S	Curitiba	6	2		2		1
S	Florianópolis	5	1	1		2	5
S	Porto Alegre	6	1	1			
	Subtotal	142	61	9	9	7	6

Total	234
--------------	------------

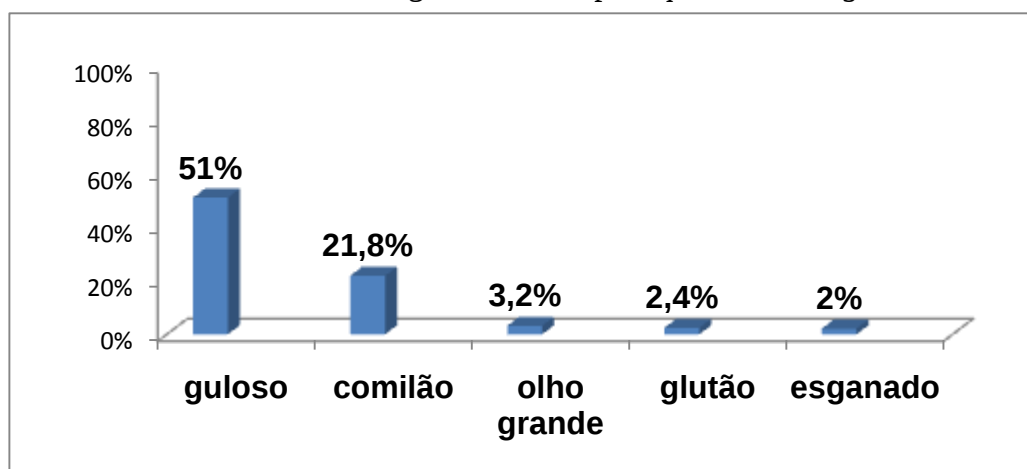
Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

A variante de maior produtividade foi *guloso*, com 142 registros, seguida de *comilão/comilona/comedor*, com 61. *Olho grande/olhudo*, *esfomeado/esfamiado* obteve nove citações; a variante *glutão*, sete; *esganado* e *faminto*, com seis; *exagerado*, *danado* com quatro; a forma *fominha* teve três menções; as expressões *morta de fome*, *olho gordo*, *mal educado*, *esgualpada/esgulepada*, *larida*, *gulo(a)*, *bom de garfo*, *draga/madruga*, receberam duas citações cada; e *olho maior do que a barriga*, *esfaimado*, *acaba chão*, *animal*,

esgalgada, buchão, glutoso, passa fome, guela, tarado, come com os olhos, gulodice são *hapax legomena*. As variantes *danado, mal educado, animal* tratam-se mais de julgamentos dos falantes para o referente em questão; *gulodice* classifica-se como sinônimo para *gula*, segundo Houaiss (2001).

O gráfico 11 nos fornece as porcentagens das sete variantes mais produtivas, somadas as abstenções:

Gráfico 11 - Porcentagem variantes para questão 184 – *glutão*

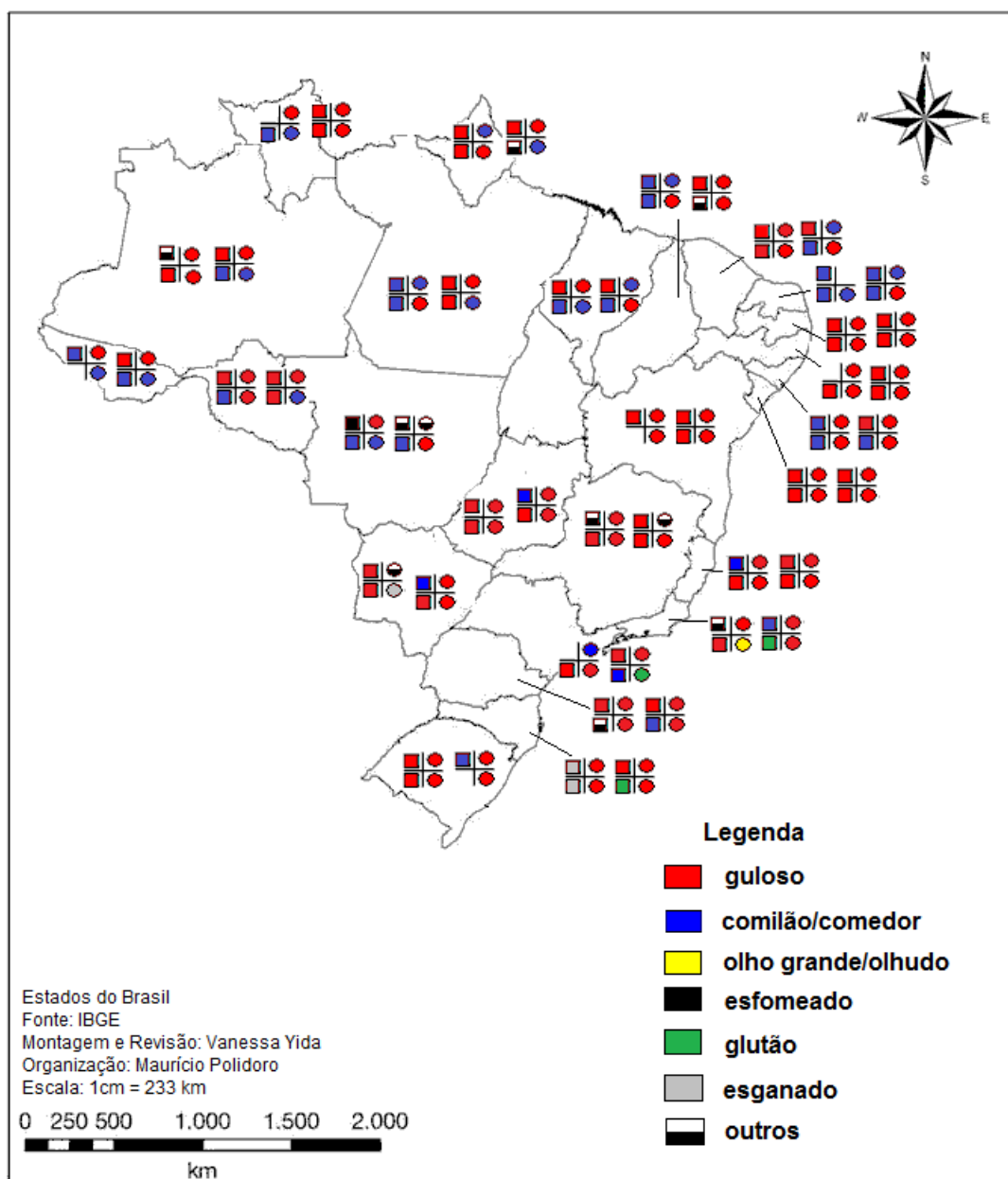


Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.⁶³

A variante mais produtiva, *guloso*, obteve mais da metade, 51% das respostas. A segunda forma mais citada, *comilão/comilona/comedor* obteve aproximadamente 21,8% das respostas; *olho grande* e *esfomeado* surgiu com 3,2%; *glutão*; a variante *esganado* e *faminto* com aproximadamente 2% das respostas. Fora do gráfico ainda constaram: *exagerado, danado* com 1,5%; *fominha* com 1%; as variantes *morta de fome, olho gordo, mal educado, esgualpada/ esgulepada, larida, gulo(a), bom de garfo, draga*, com 0,7% e as expressões *olho maior do que a barriga, esfaimado, acaba chão, animal, esgalgada, buchão, glutoso, passa fome, guela, tarado, come com os olhos, gulodice* com apenas 0,3% da porcentagem de respostas. A porcentagem de abstenções foi baixa (2,5%), se comparada com outras questões analisadas.

A carta 9 mostra a distribuição diatópica das seis variantes dadas como primeira resposta à questão:

⁶³ As variantes *esfomeado* e *faminto* registraram-se em 3,2% e 2% das respostas, respectivamente.

Figura 21 - Carta 9 - *glutão*⁶⁴

A variante *guloso* foi registrada em todas as capitais e em Aracaju, João Pessoa, Recife e Salvador foi hegemônica como primeira resposta. Nas demais capitais, alterna com outras variantes, como *comilão*, menos em Florianópolis. A expressão *olho grande* surgiu como primeira resposta no Rio de Janeiro, *esfomeado* em Cuiabá; *glutão*, citada por informante de escolaridade superior no Rio de Janeiro, em São Paulo e Florianópolis; *esganado* falado em Florianópolis e Campo Grande. Dentre as sete abstenções, seis foram

⁶⁴ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

realizadas por informantes de baixa escolaridade e uma, por um informante de nível superior (Porto Alegre).

Alguns falantes fazem observações acerca do uso das variantes, como os manauaras: a informante jovem, de nível fundamental de escolaridade entende que as expressões *morta de fome* e *passa fome* como ofensivas. O informante jovem, de escolaridade em nível superior, por sua vez, faz uma relação semântica entre a variante citada e a forma dicionarizada, registrando que a expressão *madraga* é em relação à *draga*, que drena o garimpo, uma relação com a pessoa que come muito e come tudo. *Draga* vem do inglês *drag* e não está dicionarizada nas três obras consultadas como sinônimo a essa questão. O informante idoso de nível superior menciona que os mais cultos falam *esfaimado*. Já o informante jovem, de nível superior, cuiabano, revelou que é mais usada a forma *larida* na região em que vive.

A variante *guloso* encontra-se dicionarizada com acepção parecida em Moraes Silva (1945), Ferreira (2004) e Houaiss (2001) como “...que tem gula”, sinônimo de *glutão*; *comilão* também está dicionarizada pelos três lexicógrafos de forma parecida “...que ou aquele que come muito; comedor, glutão”. As duas variantes são trazidas como provindas do latim (*gulosus* e *comedone*) por Ferreira (2004).

Olho grande não está dicionarizada como sinônimo para “pessoa que come demais”. O falante deve fazer uma analogia à forma como o indivíduo que come muito observa o alimento, jocosamente.

Esfomeada está dicionarizada de forma próxima pelos três lexicógrafos: “aquele que tem fome; famélico, faminto”, segundo Moraes Silva (1945) e “...que ou aquele que tem fome; esfaimado, faminto, famélico” de acordo com Ferreira (2004) e Houaiss (2001), tal lexia provém do latim *fame* (fome), formado por (es+fome+ar), com sentido figurado. A forma *glutão* é trazida etimologicamente como do latim *glutone* pelos três lexicógrafos e com acepção aproximada “aquele que come em excesso e com avidez; voraz”.

Esganado encontra-se dicionarizada pelos três como sinônimo de *esfomeado*, provém do espanhol *gana* ‘avidez’.

A variante *faminto* do latim ‘*fames*’ está definida de modo aproximado pelos dois lexicógrafos, como: “que tem muita fome; esfaimado, esfomeado, familento, famélico.” (Moraes Silva, 1945).

Exagerado (etimologia do latim *exaggerátus,a,um*) não vem na acepção exata de “pessoa que come demais”, mas como “pessoa que exagera”, acepção essa que acaba se relacionando com o excesso de comida que a pessoa que come demais ingere, o exagero.

Danado não está dicionarizada na acepção de ‘pessoa que come demais’, mas sim como “pessoa excitada, que se movimenta muito”. A variante *fominha* está dicionarizada de acordo com a questão somente em Houaiss (2001), como sinônimo para *esfomeado*.

Comedor recebe a mesma definição pelos três lexicógrafos: “o que come muito; comilão, glutão, vem do latim *comedere*”; A expressão *passa fome* não está dicionarizada pelos três lexicógrafos; *bom-de-garfo* está dicionarizada por Moraes Silva (1945) na entrada ‘bom-garfo’, com referência à entrada ‘garfo’, como do latim *grappa*, “pessoa que come bem, que come muito”, em Ferreira (2004) está em ‘garfo’ – subentrada – ‘ser um bom garfo’ – “gostar de comer bem e/ou com qualidade”. A relação metonímica provavelmente estabelecida pelo falante dá-se pelo uso do garfo ao comer, e quem come muito, utiliza muito o instrumento. Deste modo, a metonímia, bem como a metáfora atuam na polissemia linguística, conforme explica Ullmann (1987).

A expressão *mal educado* não possui definição de acordo com a questão, mas sim como “descortês, indelicado; grosseiro, mal-ensinado”, na entrada *malcriado* no dicionário de Ferreira (2004). Os falantes associam a pessoa que come demasiadamente com a falta de educação.

Gula, segundo Houaiss (2001), é “vício de comer e beber em excesso”; provém do latim *gula, gulae* – garganta. *Gulodice* mesmo que gula. A expressão *animal*, segundo Ferreira (2004) relaciona-se à pessoa ignorante, relação negativa dada pelos falantes ao indivíduo que come bastante.

Esgalgada pessoa que anda caindo de lazeira; expressão que surgiu por extensão de sentido, de acordo com Houaiss, de *galgo* (cão com ar doente, magro). O informante estabeleceu uma relação com a forma cansada que o corpo fica após alimentar-se demais.

Buchão – possui entrada nos dicionários como *bucho* (estômago). A relação de analogia provavelmente feita com muita comida e estômago grande. *Guela* (goela) provém do latim *gulella* pescoço, também uma analogia com o trato digestivo.

Tarado - muito atraído, gamado do árabe *tarha(t)*, relação com o modo incontrolável da pessoa que come muito.

A variante *larida* não está dicionarizada; *esfaimado* (do português antigo *esfaimar*) encontra-se dicionarizado por Moraes Silva (1945) e Houaiss (2001) como sinônimo de *esfomeado* e em Ferreira (2004) como *faminto*. *Morta de fome, olho gordo, esgualpada/ esgulepada, larida, glutoso, passa fome, olho maior do que a barriga, acaba chão, come com os olhos*, não estão dicionarizadas pelos dois estudiosos na acepção pretendida na questão.

4. 10 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 185 – BALA - COMO SE CHAMA AQUILO EMBRULHADO EM PAPEL COLORIDO QUE SE CHUPA?

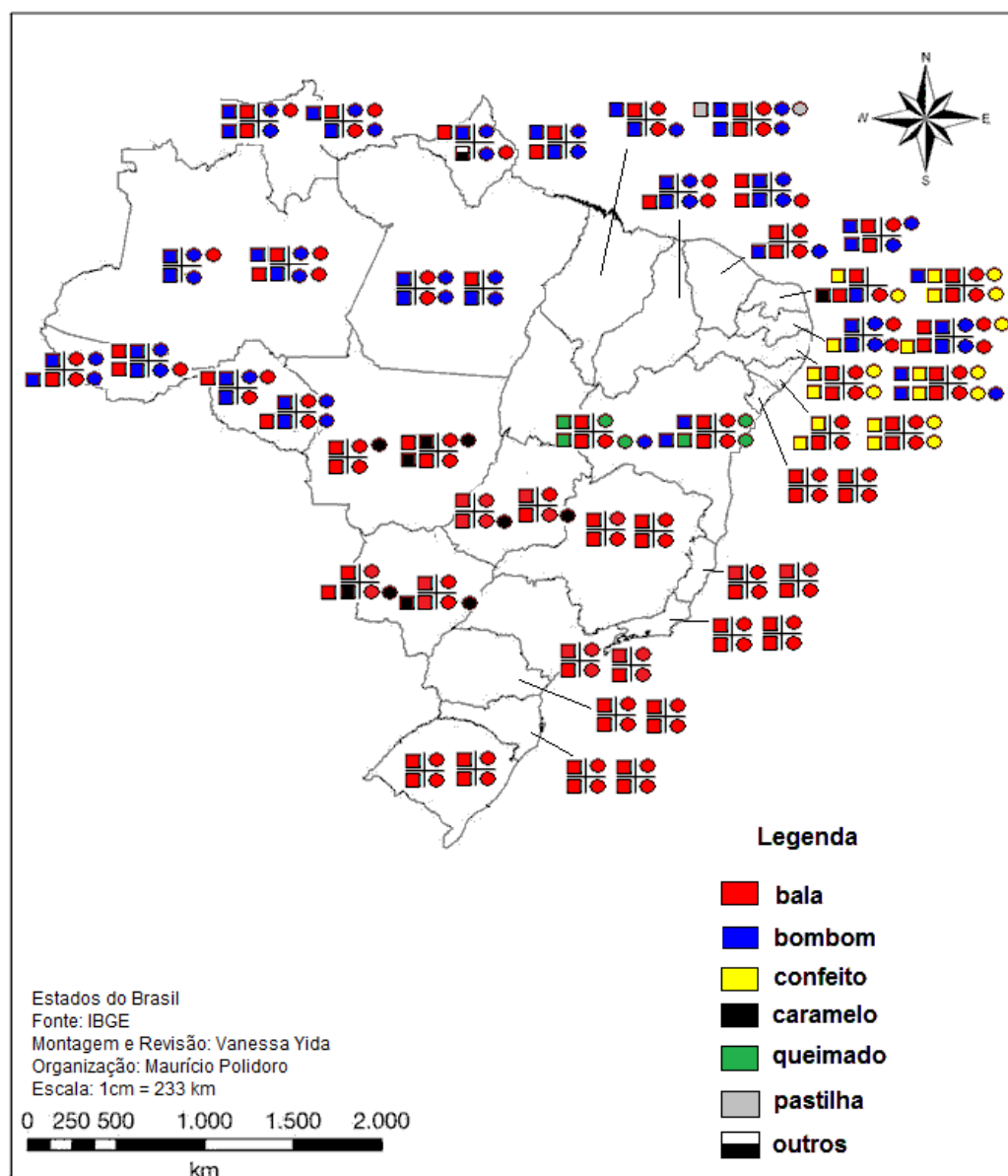
O entrevistador apresenta, da *realia*, o referente em questão para mostrar ao informante no momento da pergunta, o que parece auxiliar na ausência de abstenções e na ocorrência de respostas pertinentes, que somaram no total 300 registros. O Quadro 10 permite a visualização das variantes em cada capital:

Quadro 11- Variantes para a pergunta 185: “Como se chama aquilo embrulhado em papel colorido que se chupa?”

Re- giões	Variantes/ Capitais	Bala	Bombom	Confeito	Caramelo	Queimado	Pastilha
N	Macapá	4	7				
N	Boa Vista	6	8				
N	Manaus	5	8				
N	Rio Branco	6	8				
N	Porto Velho	6	7				
N	Belém	3	7				
NE	São Luís	7	7				2
NE	Teresina	6	8				
NE	Fortaleza	7	6				
NE	Natal	7	2	6	1		
NE	João Pessoa	6	8	3			
NE	Recife	8	3	8			
NE	Maceió	7		8			
NE	Aracaju	8					
NE	Salvador	7	3			7	
CO	Cuiabá	8			4		
CO	Campo Grande	8			4		
CO	Goiânia	8			2		
SE	Belo Horizonte	8					
SE	Vitória	8					
SE	Rio de Janeiro	7					
SE	São Paulo	8					
S	Curitiba	8					
S	Florianópolis	8					
S	Porto Alegre	8					
	Subtotal	172	82	25	11	7	2
Total					300		
Obs: Informante 3 de Macapá relatou <i>bazuca</i>							

Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

A forma mais produtiva – *bala* – apresentou-se hegemônica nas capitais do Sudeste e Sul – Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Tal variante predomina na região Centro-Oeste, onde alterna com *caramelo*, sobretudo em Cuiabá e em Campo Grande. No Norte e Nordeste, a variante regional é *bombom*, mas pouco a pouco *bala* vai se inserindo como forma privilegiada. Ao averiguar a ocorrência das variantes *bala* e *bombom* nessas regiões, percebe-se a influência do contato de migrantes, da escola e da televisão, que retratam a cultura da região Sul e Sudeste sobre a cultura local. Por outro lado, observa-se que Manaus é a capital onde a resistência parece maior. Como testemunho, registra-se a fala da informante 006/7, manauara: - “Esse negócio de *bala*, me dá uma *bala*, isso é gente que foi lá no Rio de Janeiro e ouviu falar e chama aqui, ou então é de lá. Aqui é *bombom*, não tem negócio de *bala*.” Reforçam essa tentativa de preservar a fala regional, os depoimentos de informantes de Boa Vista, 003/1 e 003/3, e de dois informantes manauaras para os quais “*bala* é apenas aquela de revólver”. Igualmente, o informante 020/3 (Rio Branco), e a 021/7 (Porto Velho), mencionaram respectivamente ser “*bala* uma expressão usada pelas crianças” e “*bombom* uma expressão usada antigamente”, entendendo essas formas como variantes diageracionais, suscetíveis às influências da norma do Sul e Sudeste na mudança dos hábitos linguísticos dessa região. A Carta lexical 10 permite observar com mais clareza a distribuição espacial das variantes:

Figura 22 - Carta 10: *bala*⁶⁵

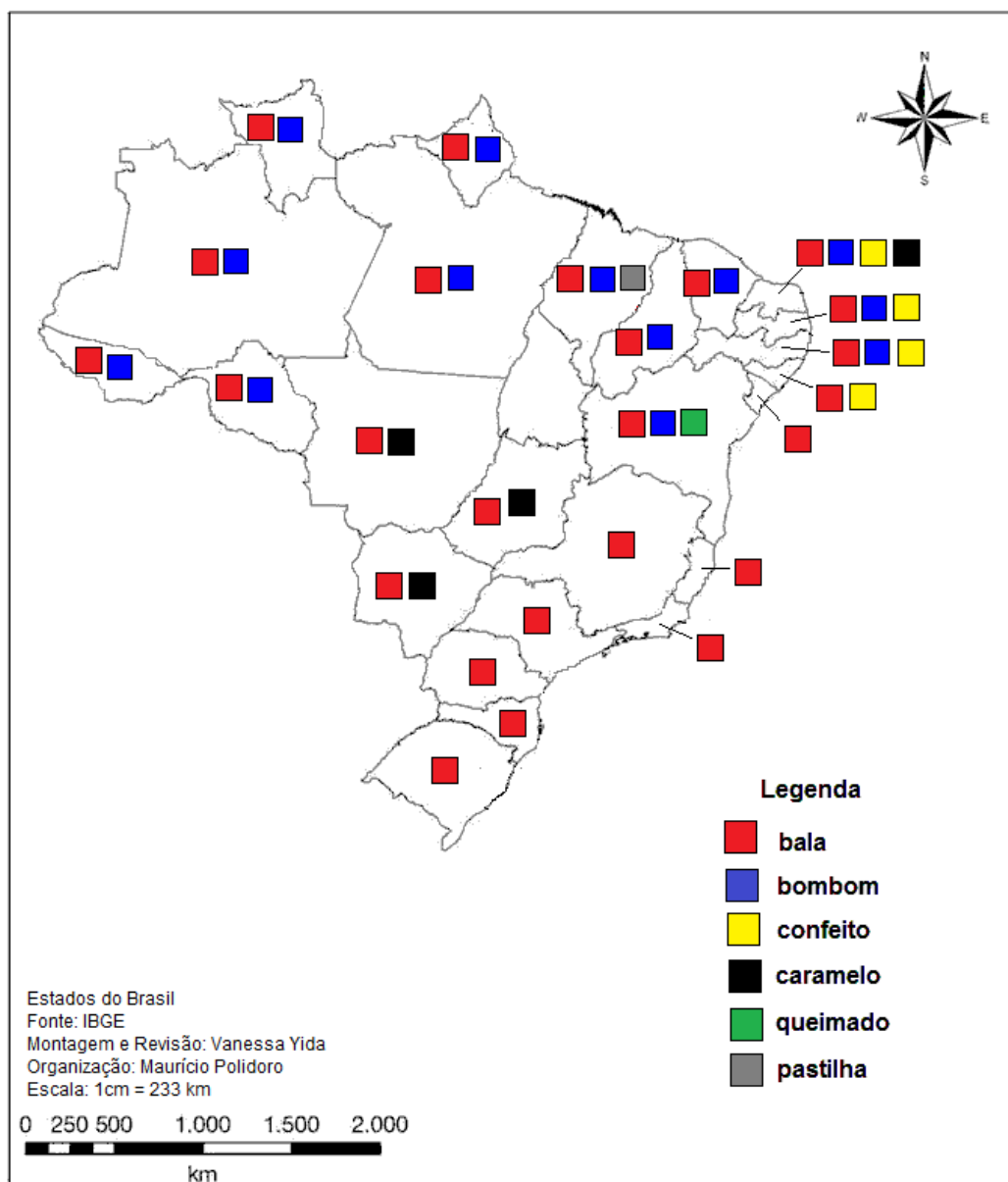
A distribuição diatópica das variantes na carta lexical mostra a produtividade da lexia *bala*, forma mais difundida nas 25 capitais, enquanto a variante *bombom* se caracteriza como uma variante regional, restrita aos falares do Norte e de algumas capitais nordestinas. Verifica-se a formação de áreas de prováveis isoléxicas da variante *bombom*, predominando ou concorrendo com *bala* nas capitais Macapá, Boa Vista, Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Belém, São Luís, Teresina e Fortaleza; em Aracaju, a única forma é *bala*; outra área se forma com *bala* e *caramelo* na região Centro-Oeste, mais precisamente nas capitais Cuiabá, Campo Grande e Goiânia. Nas capitais do Sudeste e do Sul, a variante hegemônica é *bala*. Em Natal,

⁶⁵ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

João Pessoa, Recife, Maceió há a ocorrência de *confeito*, alternando com *bala* e *bombom*; enquanto em Salvador surge *queimado*, alternando com *bala* e *bombom*. *Pastilha* foi registrada pelos informantes 5 e 6 de São Luís (026) e a *hapax legomenon bazuca* citada por 002/3 (Macapá).

A Carta IX: *bala* (fenotípica) registra a distribuição das variantes.

Figura 23 - Carta IX: *bala*⁶⁶(fenotípica)



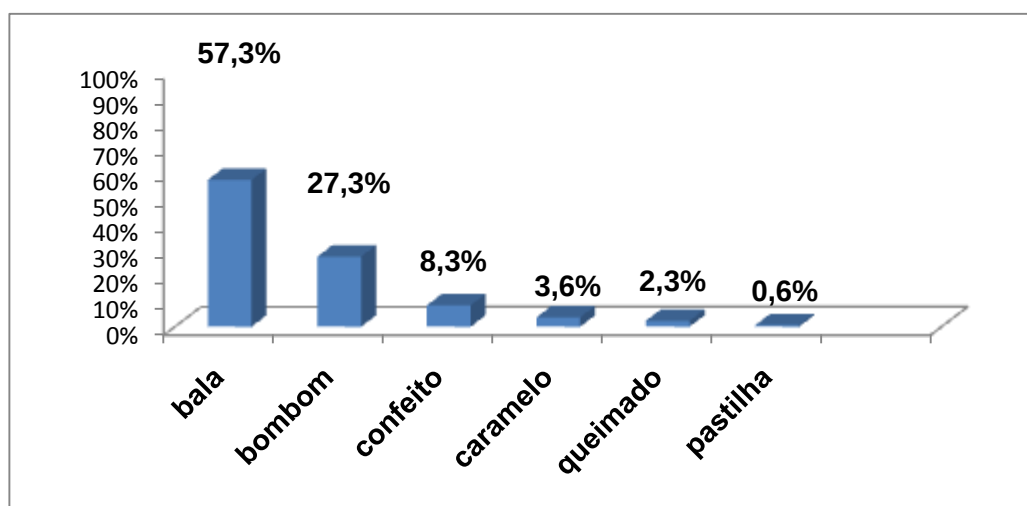
Verificamos o registro de possíveis isoléxicas atuando na divisão de falares do Norte e do Sul, de acordo com os estudos de Nascentes (1953) com a distribuição de *bombom* no falar do Norte – Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Boa Vista, Macapá, Belém (Norte) e São

⁶⁶ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife e Salvador (Nordeste). A variante *bala* foi registrada em todas as capitais; mas ocorre de forma hegemônica, formando uma provável isoléxica nas capitais do Sudeste (Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo) e Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre). O falar baiano está representado com a ocorrência de *queimado* circunscrita a Salvador. Parte da região Centro-Oeste, que foi denominada por Nascentes (1953) como território incaracterístico, apresentou o registro de *bala* alternada com *caramelo*, formando outra isoléxica (com um registro ainda em Natal, fora da continuidade). O falar nordestino está documentado com a forma *confeito* registrada em Natal, João Pessoa, Recife e Maceió (Nordeste). *Pastilha* foi registrada somente em São Luís.

O gráfico 12 oferece um panorama da distribuição da produtividade das variantes:

Gráfico 12 - Porcentagem variantes para questão 185 – *bala*



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.⁶⁷

Com o índice de 57,3% das respostas registramos a variante *bala*, seguida de *bombom* com 27,3 % das citações. *Confeito*, terceira forma mais produtiva, apresentou 8,3% das respostas, seguida de *caramelo*, com 3,6%; *queimado* aparece com pouco mais de 2%; *bazuca* e *pastilha* com menos de 1% das formas mencionadas pelos 200 informantes.

Analisando a questão do ponto de vista semântico lexical, *bala* está dicionarizada por Moraes Silva (1945) como um brasileirismo, enquanto Ferreira (2004) a classifica como do alto-alemão *ball* e Houaiss, como de origem *ball*. Os três dicionaristas apresentam a acepção de acordo com a questão feita ao informante, embora a primeira acepção seja a relacionada ao projétil de arma de fogo, arredondado. O sema que define a lexia em questão, relacionado à

⁶⁷ A variante *bazuca*, provável idioleto familiar registrou-se em 0,3% das respostas.

guloseima, é um brasileirismo segundo os três autores. Com relação à variante *bala*, Amaral (1982) explica: “BALA, s. f. - rebuçado; *queimado*; pequena porção de açúcar resfriado em ponto de espelho e envolvida num quadrado de papel. Em Pernamb. e Estados vizinhos dizem "bola". O t. é velho, já registado no vocabulário de Rub. (1853)” (AMARAL, 1982, p. 95).

Bombom possui a seguinte entrada: “Cf. Houaiss (2001): Cul. Confeito ger. de chocolate, por vezes com cobertura de glace ou caramelado, podendo ou não vir com recheio (fruta, amêndoa, licor, etc)”; com presença evidente no falar nortista e nordestino; etimologicamente provém do francês *bonbon*.

Caramelo, por sua vez, é definido como uma espécie de bala, feita com leite. Segundo os informantes, a denominação ‘*caramelo*’ é dada pelas pessoas mais velhas, tanto para os rebuçados de leite quanto para os de fruta, caracterizando-se dessa forma como uma variante diageracional. A variante provém do latim *caramellu* segundo os dois dicionaristas mais recentes pesquisados, enquanto Moraes Silva (1945) classifica-a etimologicamente como provinda do castelhano *caramelo*. Segundo Houaiss (2001) e Ferreira (2004), trata-se de uma lexia formada por derivação com a extensão de sentido e é considerada como regionalismo brasileiro.

Queimado, particípio do verbo queimar, do latim *cremo*, *cremas* - trata-se de um sinônimo brasileiro, regional da Bahia, segundo Ferreira (2004), corroborado por Houaiss (2001), e pela pesquisa a partir da análise da distribuição da variante na capital baiana. No *Dicionário do Brasil Central*, Bariani (1983) aponta como “espécie de bala de açúcar”.

Confeito, por sua vez, provém do latim *confectum* [pelo it. confetto ‘pequeno doce’] e, segundo Houaiss (2001), classifica-se como derivada por extensão de sentido. Ferreira (2004) registra como sinônimo para *bala*, um regionalismo nordestino, corroborado pelos relatos dos informantes nordestinos.

Pastilha consta como denominação proveniente do espanhol *pastilla*, conforme Houaiss (2001) e Ferreira (2004), e sinônimo de *bala*.

Bazuca, de etimologia inglesa (*bazooka*), dicionarizada como um tipo de arma, enquanto *hapax legomenon* talvez tenha sido registrada como forma jocosa pelo informante macapaense como sinônima da homônima, *bala*, projétil de arma de fogo.

4. 11 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 186: PÃO FRANCÊS - COMO SE CHAMA ISTO? MOSTRAR.

Para a entrevista, os inquiridores levam o próprio pão ou uma figura, para que não haja dúvidas sobre o referente. O pão é tratado como alimento básico na mesa do brasileiro. A variante *pão francês* aparece nas 25 capitais em estudo, nem sempre como a resposta principal.

É interessante observar a multiplicidade de nomes que esse alimento recebe nas várias regiões do Brasil. São usadas as mais diversas metáforas e adjetivos para identificá-lo: *pão francês*, *pão massa grossa*, *pão*, *pão careca*, *pãozinho*, *pão de trigo*, *pão de sal*, *pão pequeno*, *pão comum*, *pão brotinho*, *bisnaga*, *pão cascudo*, *pão bolota*, *brioche*, *carioquinha*, *cacete*, *pão de água*, *pão massa fina*.

Do mesmo modo, na mesma localidade, aparece uma pluralidade de nomes para este tipo de pão. Assim é que em Macapá, por exemplo, foi registrado como forma mais produtiva *pão careca*, tendo ainda as formas *pão massa grossa*, simplesmente *pãozinho*, sem qualquer complemento; ou o mais genérico, *pão comum*, além de *pão bolota* e *pão massa fina*.

Quadro 12 - Variantes para a pergunta 186: Como se chama isto? Mostrar.

Re-Giões	Variantes/ Capitais	Pão francês	Pão/ pãozinho	Cacetinho	Pão casca / massa grossa	Pão de sal	Pão careca
N	Macapá	2	1		1		4
N	Boa Vista	6	3		3		
N	Manaus	5	3		4	1	
N	Belém			1	2		8
N	Rio Branco	7					
N	Porto Velho	8	1				
NE	São Luís	5	3	1	3		
NE	Teresina	4			4	1	
NE	Fortaleza	3					
NE	Natal	7					
NE	João Pessoa	8					
NE	Recife	8					
NE	Maceió	5	5				
NE	Aracaju	6	4			1	
NE	Salvador	2	1	8		2	
CO	Cuiabá	6	1				1
CO	Campo Grande	8					
CO	Goiânia	6	6			2	
SE	Belo Horizonte	2	7			4	
SE	São Paulo	7	3	1		1	
SE	Vitória	4	4			2	
SE	Rio de	7	3				

	Janeiro						
S	Curitiba	8					
S	Florianópolis	4					
S	Porto Alegre		3	8			
	Subtotal	128	48	19	17	14	13
Total		239					

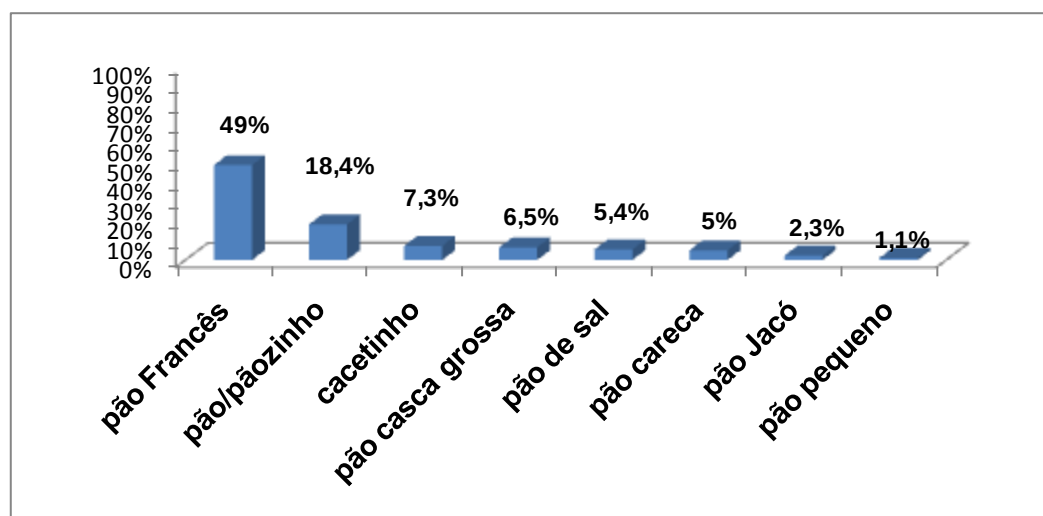
Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

Foram registradas 16 variantes com 260 ocorrências na totalidade. *Pão francês* obteve 128 registros; *pão/pãozinho*, 48; *cacetinho*, 19; *pão casca (massa) grossa*, 17; *pão de sal*, 14; *pão careca*, 13 (que constam da tabela); *pão Jacó*, com 6; *pão pequeno*, 3; para *pão comum*, *pão massa fina*, *bisnaga* e *pão de água* houve 2 ocorrências e *pão bolota*, *pão bola*, *pão brotinho*, *pão cascudo* configuraram-se como *hapax legomena*.

O informante 012/5 (Belém) explicou que em São Paulo o referente é denominado *pão francês* e no sul, *cacetinho*. Por sua vez, na mesma localidade a informante 012/8 explicou que se chama *pão de massa grossa* e em alguns lugares do Maranhão denomina-se *cacetinho*. Com relação também à variante *cacete*, a informante paulistana, 179/4 explicou que no Sul é denominado desta forma. A gaúcha, 243/4, explicou que *cacetinho* é um nome italiano e no Rio de Janeiro não pode falar a variante, pois “todo mundo ri de ti”, a mesma reação de surpresa foi exposta pelo informante 243/7.

As porcentagens das variantes mais produtivas relacionadas à questão 186 encontram-se dispostas no gráfico 13:

Gráfico 13 - Porcentagem variantes para questão 186 – *pão francês*



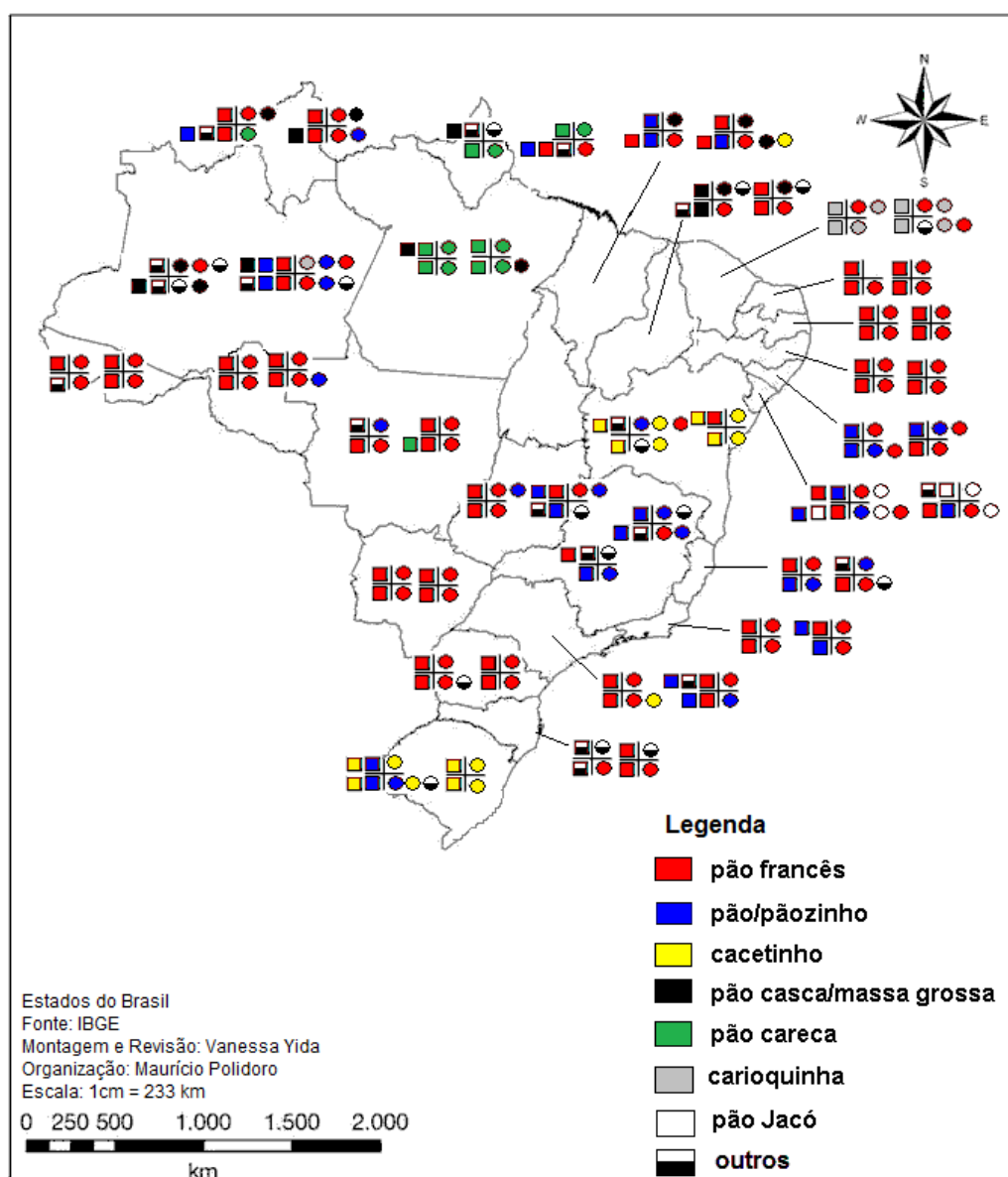
Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

Pão francês apresentou aproximadamente 49% das respostas dadas pelos 200 informantes; em números aproximados, aparecem *pão/pãozinho* com 18,4% das ocorrências;

cacetinho, com 7,3%; *pão casca grossa*, com 6,5%; *pão de sal* 5,4% e *pão careca* com 5%; *pão Jacó*, com 2,3% e *pão pequeno* com pouco mais de 1% das respostas. Outras variantes foram citadas como: *pão comum*, *pão massa fina*, *bisnaga*, *pão de água*, *pão bolota*, *pão bola*, *pão brotinho*, *pão cascudo* cada um com menos de 1% das respostas.

A carta lexical 11 nos oferece uma visão das variantes em espaço geográfico:

Figura 24 - Carta 11: *pão francês*⁶⁸



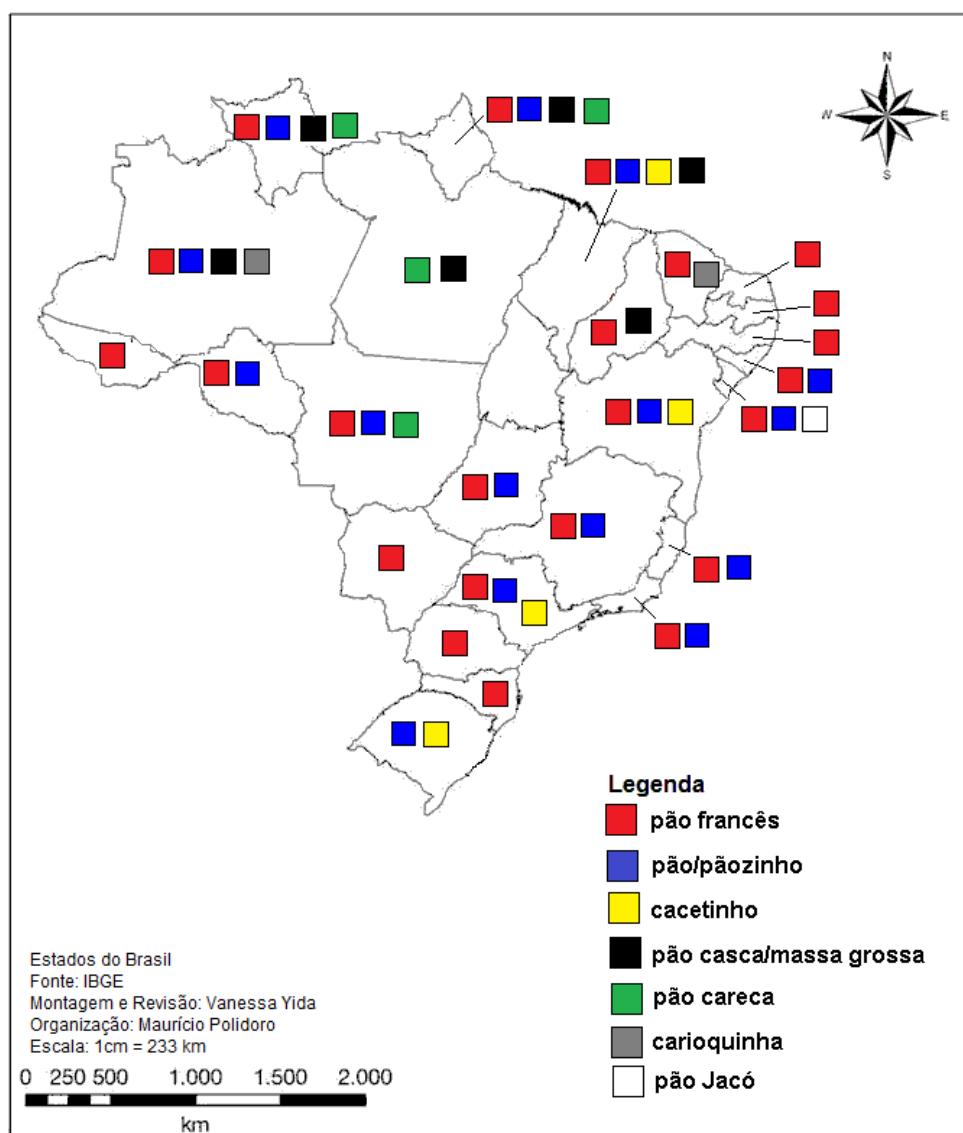
Ao verificar a distribuição diatópica das variantes na carta, *pão francês* predomina em 21 das capitais. Constituem exceção: Macapá e Belém, onde predomina *pão careca*; e Salvador e Porto Alegre onde é mais frequente *cacetinho*. A forma genérica *pão* foi

⁶⁸ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

encontrada em Manaus, Porto Velho, Boa Vista, São Luís, Maceió, Aracaju, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Cuiabá, Goiânia e Porto Alegre. A expressão *pão massa grossa* surgiu nas capitais do extremo Norte (Manaus, Boa Vista, Belém e Macapá) e Nordeste (Maranhão e Piauí). *Carioquinha* foi predominante em Fortaleza e *pão Jacó* configura expressão majoritária, citada por seis dos oito informantes, ao lado de *pão/pãozinho*.

A Carta X: *pão francês* (fenotípica) registra a distribuição de variantes para a questão 186 do QSL.

Figura 25- Carta X: *pão francês*⁶⁹ (fenotípica)



⁶⁹ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

A variante *pão francês* é a mais produtiva, mas sem ocorrência apenas em Porto Alegre e Belém. *Cacetinho*, característico de Porto Alegre e Salvador (por sua alta ocorrência) foi registrado ainda em São Paulo e São Luís. A variante *pão casca grossa* forma uma presumível isoléxica similar ao estudo de Nascentes (1953) do falar do Norte, com registros em Manaus, Belém, Boa Vista, Macapá (Norte) e São Luís e Teresina (Nordeste). *Pão careca* também evidencia uma possível isoléxica, com ocorrências em Macapá, Boa Vista, Belém e Cuiabá. *Carioquinha* foi registrado em Fortaleza e Manaus e *pão Jacó* somente em Aracaju. Chama-nos a atenção, a distribuição lexical em Porto Alegre que se diferencia das demais capitais sulistas, com a alternância *pão francês* e *pão/pãozinho*.

A variante *pão francês* não se encontra dicionarizada por Moraes Silva (1945) e Houaiss (2001), mas está definida por Ferreira (2004) na acepção: “Pão de forma oblonga e de diversos tamanhos, com alguns talhos na parte superior, e é feito com farinha de trigo, fermento e sal.”

Pão/pãozinho do latim *pane*, possui entrada nos três dicionários consultados com a descrição “...alimento feito de massa de farinha de trigo ou outros cereais, com água e fermento, de forma em geral arredondada ou alongada, e que é assado ao forno”. Trata-se de uma denominação mais genérica, uso de um hiperônimo para denominar um referente específico de pão, devido ao fato citado pelos próprios informantes, de o consumo do *pão francês* ser o mais usual. Devido ao seu alto consumo, a simples redução na denominação composta (*pão francês*) para a forma simples (*pão*) enquanto forma de economia linguística, apresenta-se bem difundida.

Cacetinho está classificado por Houaiss (2001) como um regionalismo baiano e gaúcho (os dados do Projeto ALiB estão referendando as marcas dialetais dados por Houaiss), sinônimo a *pão francês* de etimologia provável do francês *casse-tête*. Aurélio (2004) não determina tal acepção e Moraes Silva (1945) não possui tal entrada. Pode tratar-se de uma derivação por analogia com a forma mais conhecida *cacete* ou *cacetete*, pelo formato um pouco alongado e cilíndrico. Tal formato produziu a também outra provável analogia popular, com o uso informal da denominação para o órgão sexual masculino, acepção encontrada em Houaiss (2001) e Aurélio (2004). Alguns informantes gaúchos explicam que falantes de outras regiões fazem gracejos com o uso da expressão *cacete/cacetinho* para denominar um tipo de pão, gerando a idéia de um tabu linguístico social com relação a essa variante. Silva (2009) explora a questão do tabu, que surge por meio de valores e crenças que levam a interdições linguísticas por um grupo social de alguns itens lexicais por serem malsoantes. Pondera assim a pesquisadora: “os elementos considerados tabus estão diretamente associados à percepção

dos valores sócio-histórico-culturais vinculados à linguagem” (SILVA, 2009, p. 348), e por meio destes valores, o falante indiretamente é coagido a não falar algo de forma explícita, gerando certos comportamentos linguísticos atrelados ao meio psíquico e social do falante. As superstições com relação às denominações estendem-se até a nomes próprios, como explica Ullmann (1987), ao enunciar que os Romanos alistavam primeiros soldados com nomes auspiciosos. O autor evidencia que podem ocorrer choques homonímicos entre dois homônimos, daí, um deles é anulado em favor do que possuir com maior facilidade um substituto ou é excluído o que exigir mais a substituição. Com relação ao uso eufemístico de palavras para evitar tabus, explora Ullmann (1987, p. 426):

Na maioria dos casos, embora não em todos, a palavra tabu será abandonada e introduzir-se-á um substituto inofensivo, um eufemismo, para preencher a fenda. Isto acarretará muitas vezes um ajustamento no significado do substituto, e, deste modo, o tabu é uma causa importante de mudanças semânticas.

A possibilidade de mudança semântica impresso pelo tabu linguístico na palavra é evidenciada pelo semanticista em favor do uso de eufemismos.

Os tabus de linguagem, de acordo com Ullmann (1987), variam segundo a motivação psicológica em i) tabu de medo; ii) tabu de delicadeza e iii) tabu de decência. Em sua tese de doutorado, Almeida (2007) discorre acerca do emprego do diminutivo como recurso eufemístico, que oferece um tom mais infantil e inofensivo também classificando o emprego como hipocorístico. Deste modo a forma *cacete* classifica-se, pois, como tabu de decência, ao ser vinculado o pão ao órgão sexual masculino, e seu emprego no diminutivo *cacetinho* – atua como paliativo à interdição linguística com relação ao termo.

A forma *pão massa grossa* não está dicionarizada, assim como *carioquinha*, *pão Jacó*, *pão de sal*, *pão pequeno*, *pão cascudo*, *pão bola* e *pão bolota*.

Bisnaga, segundo Ferreira (2004) e Houaiss (2001), provém do latim *pastinaca*, pelo moçárabe *bistinâqa*, “comprido e cilíndrico, afinado nas pontas”.

Pão careca está dicionarizada em Ferreira (2004) como um pão de massa fina.

A seguir, foram analisadas as variantes para a questão 187 do QSL.

4.12 ANÁLISE DAS VARIANTES PARA A QUESTÃO 187– PÃO BENGALA - COMO SE CHAMA ISTO? MOSTRAR.

Ao analisarmos as respostas dos informantes, pudemos verificar que não é costume ou tradição, em diversas capitais do País, fabricar, comercializar e consumir esse tipo de pão. Os informantes 002/3 e 002/8 (Macapá) revelaram que não são feitos mais ‘pães grandes’ para comprar. Da mesma localidade o informante 002/7 relatou que *baguete* e *bengala* são comumente utilizados em São Paulo e Minas Gerais e que não são mais encontrados naquela capital. A informante 002/8 ainda relatou que *bisnaga* é registrada na região Sul e que antigamente o seu avô trazia o pão debaixo do braço. A informante 108/4 (Cuiabá) afirmou que o tipo de pão *bengala* é mais comum em Porto Velho. O informante 108/5 comentou que *bengala* é falada em outras regiões e a informante 179/6 (São Paulo) informou que *cacetinho* é um termo usado no Rio Grande do Sul. Tais informações configuram variantes diatópicas, que revelam a fala de moradores de cada região do país, expressas pelos próprios informantes entrevistados.

A informante 108/4 (Cuiabá) e o informante 123/3 (Goiânia) comentaram que existem poucos lugares que vendem *pão bengala*. O informante 115/7 (Campo Grande) relatou que *baguete* é pão de supermercado. Da mesma forma, a informante 220/6 (Curitiba) registrou que *bengala* e *baguete* não existem na região, mas são vendidos no Carrefour.

A informante 179/4 e o informante 179/7 (São Paulo), por sua vez, comentaram que, antigamente, era comum usar a expressão *bengala*, mas agora é *baguete*. Essa informação foi complementada por 179/8 que relatou que quase não é mais fabricado esse tipo de pão, por ser muito anti-higiênico, pois as pessoas costumam levá-lo para casa debaixo do braço.

O quadro a seguir demonstra a distribuição das sete variantes mais produtivas por capital:

Quadro 13 - Variantes para a pergunta 187: Como se chama isto? Mostrar.

Re-Giões	Variantes/ Capitais	Bengala	Bisnaga	Baguete/ espaguete	Pão de vara	Pão tabico	Cacete/ cacetinho	Pão manual
N	Macapá	1		1				
N	Boa Vista	2					2	
N	Manaus		1	2				
N	Belém	5	2				3	
N	Rio Branco		1	1				2
N	Porto Velho	4	2					2
NE	São Luís	1	4	1				
NE	Teresina	2	1					
NE	Fortaleza	4	1	4				

NE	Natal	2	5	3				
NE	João Pessoa	1	2	2		1		
NE	Recife	2	2	1		7		
NE	Maceió	3	1					
NE	Aracaju		3		1*			
NE	Salvador		1		8			
CO	Cuiabá	5	1					
CO	Campo Grande	6		2				
CO	Goiânia	3		3				
SE	Belo Horizonte	1	7	2				
SE	São Paulo	6		4				
SE	Vitória		7					
SE	Rio de Janeiro		7	1				
S	Curitiba	6	1	3				
S	Florianópolis	1	4	2			2	
S	Porto Alegre			6				
	Subtotal	55	53	38	9	8	7	4

Total**174**

*O informante 079/3 não sabe como se denomina o referente em Aracaju, mas relatou que em Salvador é chamado “pão de vara”.

Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.

Foram registradas 225 ocorrências no total geral de 27 variantes, e mais 28 abstenções a essa questão. A forma lexical mais produtiva *bengala*, obteve 55 registros. Na sequência, temos *bisnaga* com 53 respostas; *baguete/espaguete*, com 38; *pão de vara*, com 9; *pão tabico*, *pão grande* e *pão comprido* com 8; *pão cacete/cacetinho* e *pão francês*, com 7; *pão manual* com 4 e *massa grossa*, com seis ocorrências; *pão de meio quilo*, com três ocorrências; *filão*, *pão de um quarto*, *pão d’água*, *pão maior*, com duas *pão comum*, *pão de suvaco*, *pão careca*, *pão largo*, *pão massa fina*, *língua de sogra*, *baliza*, *pão de sal*, *pão de ló*, *pão de metro*, *pão magro* com uma ocorrência cada.

As variantes *pão comprido*, *pão grande*, *pão maior* representam formas genéricas e parecem se referir mais ao formato do pão do que propriamente sua denominação, e assim como a forma não esperada *espaguete* (por *baguete*) para tal tipo de pão, revelam a falta de costume da população em produzir/consumir esse produto.

As informantes 002/6 e 002/8 (Macapá) registraram que não existe *pão comprido* na região, mas em São Paulo tem muito. Alguns informantes mencionaram *espaguete* como forma análoga à *baguete*, como o informante 020/1 (Manaus). Tal forma pode estar vinculada com o não costume de produção e consumo desta variedade de pão, que o falante passa a vincular a nomenclatura com um referente mais presente em seu cotidiano, pela proximidade

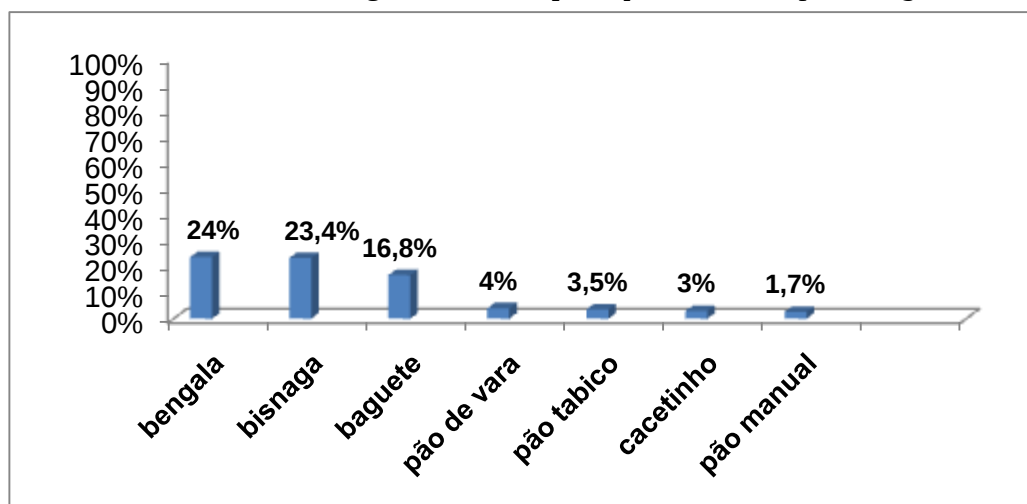
sonora, analogia entre *baguete* – *espaguete*. Acerca da associação da variante *baguete*, empréstimo linguístico, como *espaguete*, podemos filiar a fala de Silva Neto (1970) que expõe o fato de que os empréstimos não possuem consciência profunda linguística na mente dos falantes de outras línguas, e, ao se inserirem na linguagem, associam-se a outras palavras, mais usuais.

A informante manauara idosa, de nível superior ainda relatou com relação a sua variante citada *pão de suvaco*: “a gente não, pão pequeno ô pão grande ou tem um outro bem maior que a gente chama... com’ê que a gente chama... meu avô comprava muito e trazia debaixo do braço, aí eu digo: “Ai, eu num vô come aquele pão... de suvaco (risos), mai era tão gostoso né, que esquecia até que vinha debaixo do braço”. A variante foi trazida de modo jocoso pela informante.

O informante 012/5 (Belém) explicou que na região é chamado *bengala* ou *careca*, mas em São Paulo é pão francês e no Sul é *cacetinho*, fornecendo dados diatópicos das variantes.

Em Aracaju, a informante 079/2 explicou que este tipo de pão não se vende lá e o informante 079/3 esclareceu que em Salvador é chamado de *vara*, mas na região não existe pão desse formato, fato corroborado pela baixa produtividade de variantes para essa questão na capital. Em Goiânia, o informante 123/3 também expôs que nas padarias da capital não existe mais deste pão (mas relatou *bengala* como variante), enquanto 123/2 relatou *banquete* como variante, tomada como referente *baguete*. Provavelmente reproduziu uma forma por analogia ao som da nomenclatura. Os informantes 179/1 e 179/7 (São Paulo) explicaram que antigamente era denominado *filão*. A informante 179/8, de nível superior também brincou com o modo de carregar o pão “(...)INF.- Põe embaixo do braço ... mas usava muito assim aqui também, eu lembro que minha mãe falava “vai comprá pão, mai(?=mais) não põe embaixo do braço” (risos)”, mas não lembrou da variante familiar usada pela mãe ao se referir ludicamente ao referente. As informantes 179/6 e 179/8 explicaram que os nomes *um quarto de pão* ou *pão de um quarto* existia antigamente, ou seja, trata-se de uma variante diageracional.

Com relação à porcentagem da produtividade das variantes temos:

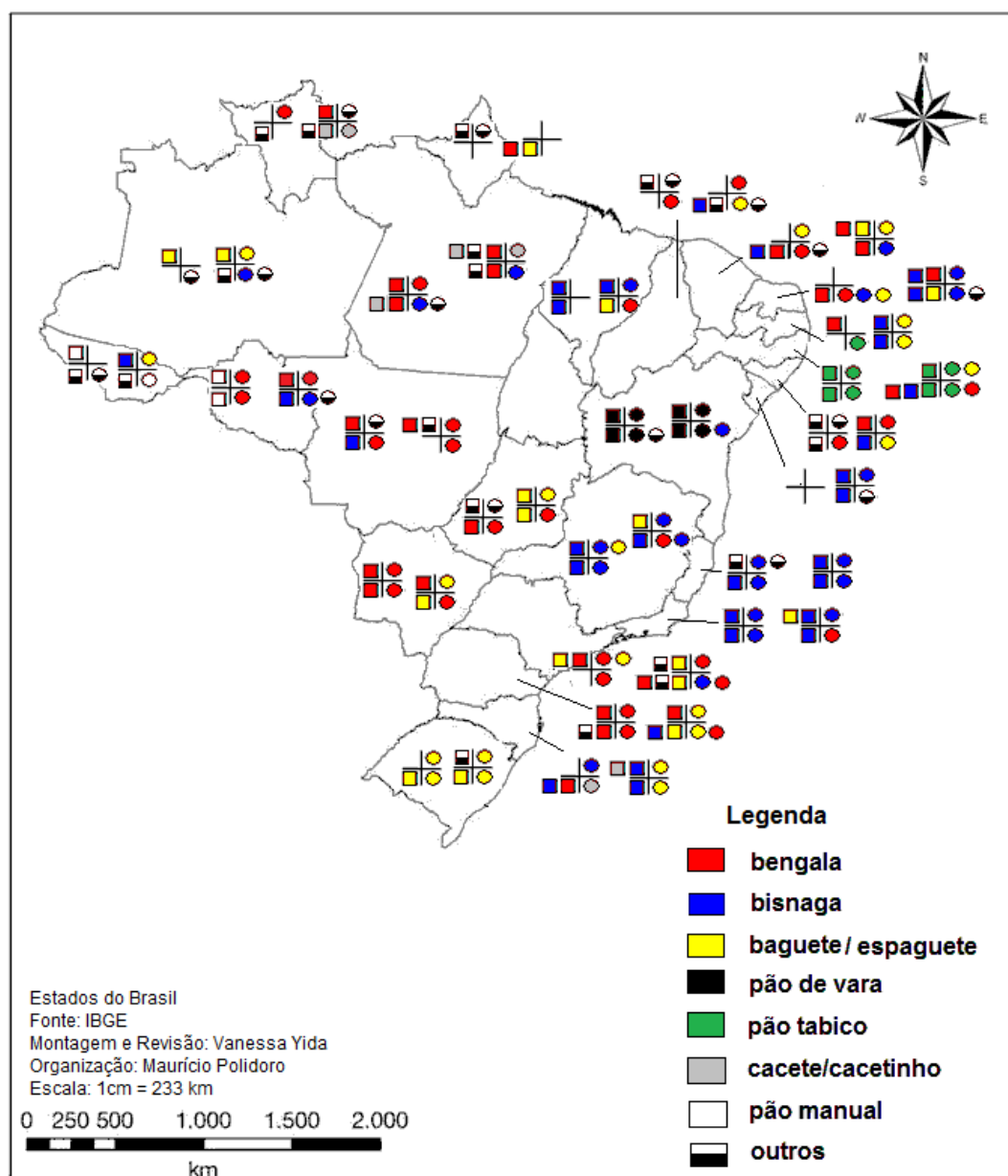
Gráfico 14: Porcentagem variantes para questão 187 – *pão bengala*

Fonte: Base de dados do Projeto ALiB.⁷⁰

Bengala foi a variante de maior produtividade, com aproximadamente 24% das respostas, seguida de *bisnaga* com 23,4%. Em números aproximados tivemos também: *baguete* com 16,8%; *pão de vara* com 4%; *pão tabico*, *pão grande*, *pão comprido* com 3,5%; *cacetinho*, *pão francês* com 3%; *pão manual* 1,7%, *massa grossa* com 2,6%; *pão de meio quilo* com 1,3%; *filão*, *pão de um quarto*, *pão d'água*, *pão maior* 0,8%; e *pão comum*, *pão de suvaco*, *pão careca*, *pão largo*, *pão massa fina*, *língua de sogra*, *baliza*, *pão de sal*, *pão de ló*, *pão de metro*, *pão magro* com 0,4% do total de ocorrências. A abstenção ou não-respostas foi de 10%.

A carta lexical 12 possibilita uma visualização da distribuição espacial das variantes de maior produtividade:

⁷⁰ As variantes *pão grande*, *pão comprido* registraram 3,5% das respostas e *pão francês*, 3%.

Figura 26 - Carta 12: *pão bengala*⁷¹

A variante *bengala* confirma-se como a forma mais produtiva dentre as outras, embora não hegemônica em nenhuma das capitais; *pão de vara*, em Salvador e *tabico*, em Recife, ao contrário, são unanimidade em ambas as localidades; *bisnaga* configura-se como a forma mais produtiva em Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro e Natal, surgindo com menor frequência em outras capitais, como Florianópolis, São Luís e Aracaju e com uma ou duas ocorrências nas demais. *Baguete/espaguete* foi hegemônica em Porto Alegre, ocorrendo também em Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Campo Grande, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Maceió, João Pessoa, Natal, Fortaleza, Teresina, São Luís, Rio Branco, Manaus e

⁷¹ Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

Macapá; *pão manual* concorre com *bengala* em Porto Velho. Os informantes em Rio Branco explicaram com relação à variante *pão manual*: o informante jovem, do sexo masculino, de ensino fundamental – “INF.- É o... *pão manual*/ INQ.- *Pão manual?*/ INF.- Não sei porque botaram esses nomes né, não tem nada a vê né?”; a informante idosa, do sexo feminino, de nível superior de escolaridade explica, por sua vez: “INF.- Aqui nós chamamo manual./INQ.- Manual? Ele é bem comprido assim?/ INF.- Bem cumprido é”. Os informantes jovem do sexo masculino, de nível fundamental, de Porto Velho, menciona: “INF.- Pão manual . O cumprido é, e o pequeno é o francês”, mas o jovem, também do sexo masculino, de nível superior, explica: “INF.- Falo que é manual mas entre aspas, porque é feito na mão mesmo, no rolo lá...”. A fala do ultimo informante revela que alguns falantes podem confundir o pão manual, feito em casa, mais comprido, com o pão bengala, referente à questão 187.

Cacetinho, apesar de pouco frequente, foi registrado em Florianópolis Belém e Boa Vista, confirmando a influência açoriana em ambas as capitais. Quanto ao uso da variante *cacetinho* na denominação do referente, o informante de 003/7 (Boa Vista) esclarece:

“INF. – *Cacete*.

INQ. – Aqui também usa?

INF. – Também usa.

INQ. – São as pessoas que são daqui ou as pessoas que vêm de fora?

INF. – Esse é um hábito de fora”.

A informante 003/8 afirma:

“INF.- *Cacetinho*, chamavam, mais agora eu não sei se ainda usam...

INQ.- Apesar de ele ser grande é *cacetinho*?

INF.- É, é, porque ele é compridinho, acho que comparavam né, com aqueles *cacetinhos*... era uma comparação e foram chamando assim”.

O informante belenense 012/5 completa:

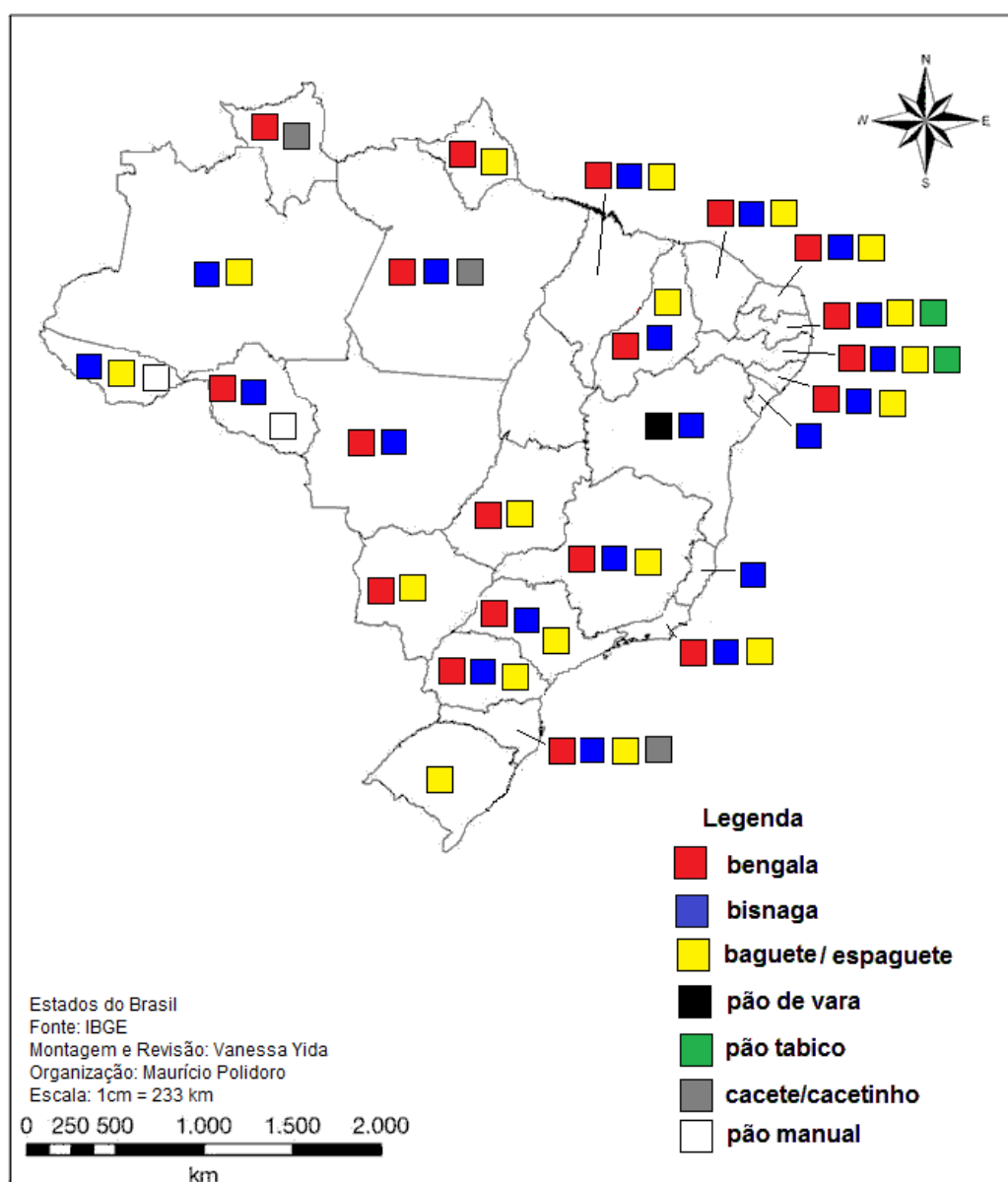
“INF. – *Bengala*(...) *careca* (...) *bengala*. Que em São Paulo, pelo menos, num chama *careca*, se chama *pão francês*, no Sul *cacetinho*, se num tô enganado”.

Os informantes revelaram que utilizam a denominação *cacetinho* para o *pão bengala*, mas que sabem que é um costume que vem de fora, pois se trata de um termo utilizado na região Sul.

A grande heterogeneidade de registros para essa questão demonstra a ausência do hábito do consumo dessa variedade de pão pelos informantes das 25 capitais em estudo, dada a familiaridade com o tradicional *pão francês*, mais comercializado.

A Carta XI: *pão bengala* (fenotípica) registra as variantes para a questão 187 do QSL.

Figura 27 - Carta XI: *pão bengala*⁷²(fenotípica)



Bengala, a variante mais produtiva, registrou-se em todas as capitais, exceto em Manaus, Rio Branco, Cuiabá, Salvador, Aracaju, Vitória e Porto Alegre. *Bisnaga* forma uma possível zona de isoléxica, com registro em Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Belém (Norte)

⁷² Carta experimental elaborada *ad hoc* por Vanessa Yida.

Cuiabá (Centro-Oeste), São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador (Nordeste), Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo (Sudeste), Curitiba e Florianópolis (Sul). A variante *baguete* forma três prováveis zonas de isoléxicas i) Macapá, Manaus, Rio Branco, ii) São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió e iii) Campo Grande, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. A forma *pão de vara* ocorreu somente em Salvador, atestando o dialeto baiano de Nascentes (1953); a variante *pão tabico* forma uma possível isoléxica com o registro nas capitais de Recife e João Pessoa; *cacetinho* foi registrado em Florianópolis, Belém e Boa Vista, com relatos de que se trata de variante surgida na região Sul. *Pão manual* obteve registros em Rio Branco e Porto Velho, configurando outra isoléxica.

A variante *bengala*, embora seja de maior produtividade, não se encontra dicionarizada na acepção de “pão”, mas sim na acepção de “cajado”; pode haver uma analogia do falante com o referente em Ferreira (2004). Houaiss (2001) estabelece como entrada *pão bengala* - tipo de bisnaga ('pão'), comprida e fina, um brasileirismo.

Baguete não está dicionarizado por Moraes Silva (1945), mas está em Ferreira (2004) e Houaiss (2001), na acepção de “pão francês fino e longo”, provindo do francês ‘*baguette*’. Com relação a essa entrada, Terra (2003) expõe:

Do italiano *baccheta*, através do francês *baguette* (“pau”, “bengala”, “espeto”, “bastão pequeno e fino”). Em português, há registro do vocábulo desde o século XIX com as grafias *bagueta* e *baguette*; já no século XX, com a grafia atual: *baguete*. O termo denomina certo tipo de pão francês, caracterizado por ser fino e longo” (TERRA, 2003, p. 23).

‘Bisnaga’ também não está dicionarizada em Moraes Silva (1945), mas em Ferreira (2004) e Houaiss (2001), como do latim ‘*pastinaca*’, “tipo de pão comprido e cilíndrico, afinado nas pontas”.

Pão de vara, *pão tabico*, *pão grande*, *pão comprido*, *pão francês*, *pão manual*, *pão massa grossa*, *pão de meio quilo*, *pão de um quarto*, *pão d’água*, *pão maior*, *pão comum*, *pão de suvaco*, *pão careca*, *pão largo*, *pão massa fina*, *pão de sal*, *pão de metro*, *pão magro* não se encontram dicionarizados. *Baliza*, do moçárabe, não possui entrada com a acepção pretendida na pergunta.

Filão está dicionarizado em Houaiss (2001) como variante para pão comprido, um regionalismo de São Paulo, fato que condiz com a informação trazida pelo estudo geolinguístico.

Língua de sogra está dicionarizado em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004) como um brinquedo comprido que imita uma língua, provavelmente uma analogia ao formato do pão.

Pão de ló está dicionarizado em Houaiss (2001) e Ferreira (2004) como sinônimo de bolo.

Apenas *cacete* está dicionarizado em Moraes Silva (1945) com a acepção de *bengala*, mas como o pedaço de pau que se usa para se apoiar. Pode ter havido uma relação semântica entre bengala (pedaço de pau) – bengala (pão – pelo formato) e cacete. Em Houaiss (2001) possui entrada como regionalismo de Portugal, *cacete* francês, sinônimo de *pão bengala* e *bisnaga*.

O traçado etimológico das variantes, bem como a sua forma de construção e ressignificação repaginada pelos falantes de língua portuguesa no Brasil oferece um amplo leque de estudo e pesquisa da realidade linguística. As influências sociais, étnicas e culturais operam continuamente na fala, transpondo a mudança na língua. O tratamento geolinguístico dado a esta dissertação busca instaurar hipóteses para tal diversificação da língua, e as conclusões encontram-se dispostas a seguir.

CONCLUSÃO

A língua move-se ao longo do tempo numa corrente que ela própria constrói. Tem um curso... Nada é perfeitamente estático. Todas as palavras, todos os elementos gramaticais, todas as locuções, todos os sons e acentos são configurações que mudam lentamente, moldadas pelo curso invisível e impessoal que é a vida da língua (SAPIR, 1971, p. 150-171).

A releitura das palavras de Sapir (1971), acima citadas, permite reconhecer a magnitude da linguagem, que existe em si e por si, modificando-se e se transformando continuamente junto com a comunidade que a utiliza. A língua, bem como toda existência não é, um dado presente, mas 'está sendo' – constrói-se como um eterno gerundismo, engalfinha-se, envolvendo todo o universo com seus tentáculos da mutação constante. Em conformidade com o pensamento de Heráclito, “nada é permanente, exceto a mudança”, reconhecemos a importância do estudo aqui empreendido, que buscou tornar-se um instante fotográfico e estático de uma engenhosidade perpetuamente eterna e etérea da língua.

Retomando a pesquisa efetivada, as palavras que são mais utilizadas são as que mais sofrem mudanças, salienta Silva Neto (1970). Assim como as línguas românicas provém do popular, latim vulgar, falado, a origem das modificações na língua advém da fala, da língua descuidada, que possui uma semanticidade própria. Muitas expressões, tais como empréstimos linguísticos, adquiriram nova configuração fonética e relação de significado, tais como *chimia*, *musse*, tornando-se vocábulos regionais.

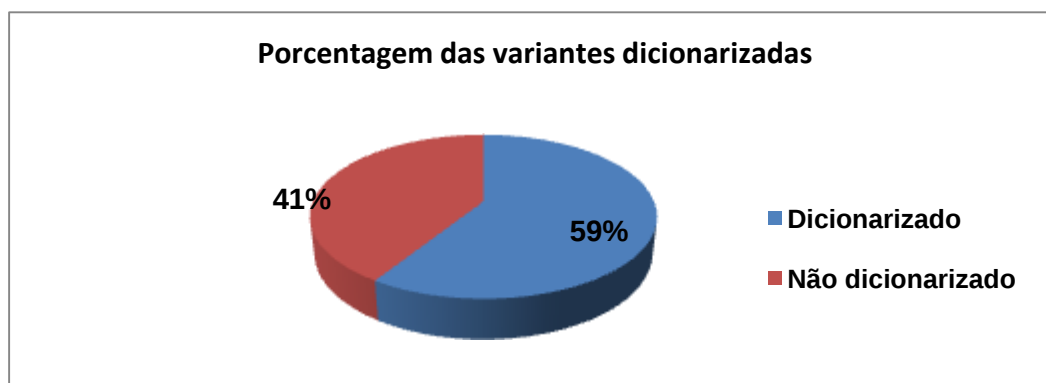
O modo de povoamento das regiões com a diversidade de etnias e culturas, aliada às distâncias geográficas das comunidades linguísticas dispostas ao longo do país contribui na pluralidade de falares. A sociedade modifica a língua de acordo com suas necessidades enquanto o conhecimento linguístico é transmissível enquanto cultura. Segundo a visão do centrifugismo da linguagem no plano lexical, de Câmara Jr, (1985, p. 193) - nem sempre há coincidências regionais no léxico – cada região possui seleção formal e semântica própria.

O vocabulário de uma comunidade linguística pode revelar componentes étnico-culturais de sua formação social, bem como a feição diastrática e diatópica na qual se insere a sociedade. A sistematicidade da língua permite que o falante se utilize de processos de adaptação e promova constante renovação lexical, perseguindo uma inserção no processo comunicativo, moldando as palavras à sua realidade sociolinguística. Deste modo, são criadas novas expressões seguindo mecanismos preexistentes na língua, enquanto outras vão sendo arcaizadas, como o surgimento de expressões como: i) para a questão 176 - *segura peito*,

quebra torto; ii) para a 177 - *doce, patê de frutas, musse*; iii) para a 178 - *boi ralado, chapisco, picadinho*; iv) para as questões 179, 180, 181 - *cuscul, creme, chá de burro, quarenta, chá de boldo, mingau maranhense*; v) para a questão 182 - *caxiri, 61, pingo d'água, bagaceira, marvada, restilo, rabo de galo, 15, 81, 21, mangaça, goró, limpa, jacaré, lorótica, pitu*; vi) para a 183 - *entanguido, passou do limite, tô pra explodir, até a tampa, a cobra quando engoliu o boi, comi feito uma freira, com agonia, empassado, to ruim, estômago pesado e afantado*; vii) para a 184- *morta de fome, olho gordo, esgualpada/ esgulepada, larida, glutoso, passa fome, olho maior do que a barriga, acaba chão, come com os olhos*; viii) para a 185 – *bazuca*; ix) para a questão 186 - *carioquinha, pão Jacó, pão de sal, pão pequeno, pão cascudo, pão bola e pão bolota*; x) para a 187 - *pão de suvaco, baliza, pão de sal, pão de metro, pão magro*.

Somando todas as variantes coletadas temos 200 formas diferentes para as 12 questões do campo semântico de Alimentação e Cozinha. As porcentagens de variantes obtidas, de acordo com as classes de distribuição lexical segundo Chaves de Melo (1981) e Aguilera (1987) foram analisadas com auxílio da consulta das variantes em Houaiss (2001), Ferreira (2004) e Moraes Silva (1945):

Gráfico 15 - Porcentagem das variantes dicionarizadas



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB

- i) 59% das variantes estão registradas nos dicionários pesquisados: questão 176: *café da manhã, tira/quebra jejum, desjejum, merenda, lanche*; questão 177: *doce, melado, geleia, musse, creme, chimia*; questão 178: *picadinho, guisado*; questão 179: *papa de milho, creme, cuscul, canjica, angu, mugunzá, curau, mingau de milho*; questão 180: *papa de milho, pamonha, canjica, angu, curau, mingau de milho*; questão 181: *mugunzá, canjica, chá de burro, mingau de milho*; questão 182: *aguardente, aperitivo, limpa, biritá, cachaça, pinga,*

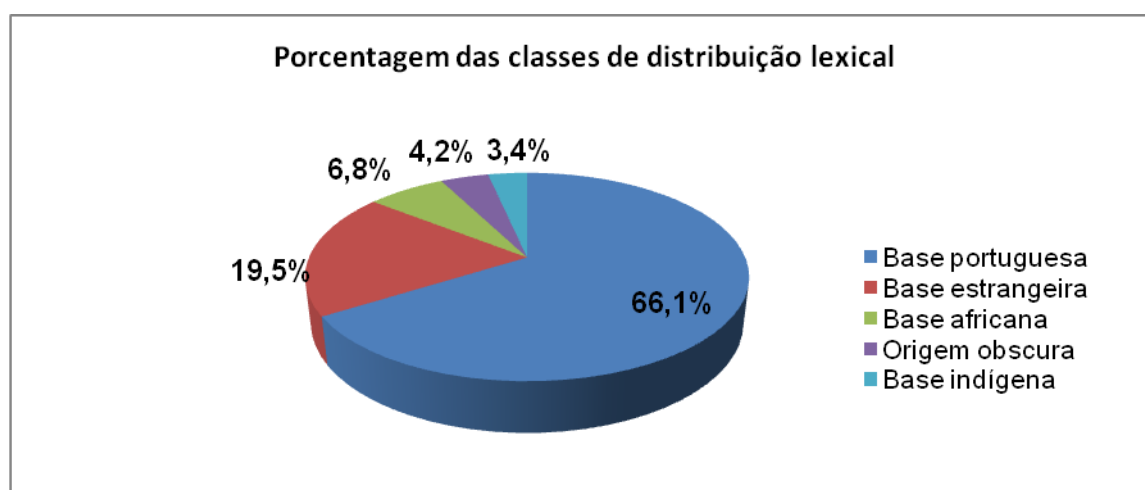
cana/caninha, branquinha, água que o passarinho não bebe, meiotá, uca, pura/purinha, marvada, rabo de galo, goró, restilo, caxiri, bagaceira; questão 183: cheio, empanturrado, satisfeita, passando/sentindo mal, farto, ansiada, enfasiada, afrontada, ansioso, arfando, supitada, repunando, indigesto, inchada, enfadado, enfartada, congestão, fatigado, enjoado, enfarada, empachada, estufado, lotado, bufando, empantufada, abarrotada, empapuçado, entanguido, agoniado/ com agonia, empanzinada, estourando, entupida, enfarada; questão 184: guloso, comilão/comilona/comedor, esfomeado, glutão, faminto, exagerado, danado, fominha, mal educado, gulo(a), bom de garfo, animal, esgalgada, guela, gulodice, tarado, esganado, buchão (controverso), esfaimado; questão 185: bala, bombom, caramelo, pastilha, confeito, queimado; questão 186: pão francês, pão/pãozinho, bisnaga, pão careca, cacetinho; questão 187: bisnaga, baguete, baliza, bengala, filão, cacetinho.

- ii) 41% das variantes não se encontram dicionarizadas, o que revela a necessidade de uma atualização das obras lexicográficas, pois muitas formas lexicais são de uso corrente na fala do brasileiro: questão 176: *segura peito, quebra torto, chá da manhã*; questão 177 *patê de frutas*; questão 178: *carne moída, boi ralado, carne passada na máquina, chapisco* (neologismo semântico – etimologia controversa), *carne ralada*; questão 179: *canjicão*; questão 180: *canjicão*; questão 181: *mingau maranhense, quarenta* (neologismo semântico, proveniente de termo latino - numeral) e *chá de boldo*; questão 182: 51, *pitú, 71, 88, mé, 61, pingó d'água, 15, 81, 21, manguaça*, questão 182: *lorótica, jacaré* (neologismo semântico, termo de etimologia tupi), *empassado, entulido*; questão 183: *barriga estourando/ pra estourar, estômago pesado, passou do limite, estou pra explodir, até a tampa, a cobra quando engoliu o boi, comi feito uma freira, estou ruim, afantada*; questão 184: *olho grande, morta de fome, olho gordo, esgualpada/ esgulepada, larida, olho maior do que a barriga, glutoso, passa fome, come com os olhos, draga* (neologismo semântico, termo de etimologia inglesa), *acaba chão*; questão 185 *bazuca* (neologismo semântico, termo de etimologia inglesa); questão 186 *pão casca grossa, pão de sal, pão Jacó, pão pequeno, pão comum, pão massa fina, pão de água, pão bolota, pão bola, pão brotinho, pão cascudo*; questão 187: *pão de vara, pão tabico, pão grande, pão comprido, pão francês, pão manual,*

massa grossa, pão de meio quilo, pão de um quarto, pão d'água, pão maior, pão comum, pão careca, pão largo, pão massa fina, pão de sal, pão de ló, pão de metro, pão magro, pão de suvaco, língua de sogra.

Dentre as 200 variantes registradas, 118 encontram-se dicionarizadas nos dicionários consultados na pesquisa. Ao classificarmos tais variantes que possuem entradas nas obras lexicográficas podemos estabelecer o seguinte gráfico, distribuindo as variantes em base portuguesa (provenientes do latim, grego, moçárabe ou brasileirismos); as de base africana, indígena, estrangeirismos e origem obscura:

Gráfico 16 - Porcentagem das classes de distribuição lexical



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB

- i) 66,1% das variantes são de base portuguesa - questão 176: *desjejum, merenda, café da manhã, tira/quebra jejum*; questão 177: *doce, melado*; questão 178: *picadinho, guisado*; questão 179: *papa de milho, curau*; questão 180: *papa de milho, pamonha, curau*; questão 181: *chá de burro*; questão 182: *aguardente, aperitivo, limpa, cachaça, pinga, cana/caninha, branquinha, água que o passarinho não bebe, meiotá, uca, pura/purinha, marvada, rabo de galo, restilo, bagaceira*; questão 183: *cheio, empanturrado, satisfeita, passando/sentindo mal, farto, ansiada, enfastiada, afrontada, ansioso, arfando, supitada, repunando, indigesto, inchada, enfadado, enfartada, congestão, fatigado, enjoado, enfarada, agoniado/ com agonia*; questão 184: *guloso, comilão/comilona/comedor, esfomeado, glutão, faminto, exagerado,*

danado, fominha, mal educado, gulo(a), bom de garfo, animal, esgalgada, guela, gulodice, esfaimado; questão 185 bala, : confeito, queimado; questão 186: pão francês, pão/pãozinho, bisnaga, pão careca, cacetinho; questão 187: bisnaga, bengala, filão, cacetinho.

- ii) Os estrangeirismos apresentaram-se com 19,5% das entradas, revelando a influência do contato com outros povos: **inglês** – questão 176 *lanche*; questão 182: *birita*; **francês** - questão 177: *geleia, musse, creme*; questão 179: *creme*; questão 183: *empachada, estufado, lotado, bufando, empantufada*; questão 185: *bombom*; questão 187 *baguete*; **alemão** - questão 177: *chimia*; **árabe** – questão 179: *cuscuz*; questão 184 *tarado*; **espanhol** - questão 183: *abarrota, empapuçado, entanguido*; questão 184: *esganado*; questão 185: *caramelo, pastilha*; **moçárabe**; questão 187 – *baliza*.
- iii) 6,8% de africanismos foram encontrados, atualizando a influência dos povos vindos da África: questão 179 *canjica, angu, mugunzá*; questão 180: *canjica, angu*; questão 181: *mugunzá, canjica*; questão 182: *goró*.
- iv) 4,2% das lexias possuem origem obscura ou controversa o que aponta para a necessidade de pesquisas para indicar sua origem: questão 183: *empanzinada, estourando, entupida, enfarada*; questão 184 *buchão* (controverso).
- v) 3,4% dos registros foram classificadas como tupinismos, demonstrando a influência tupi: questão 179: *mingau de milho*; questão 180: *mingau de milho*; questão 181: *mingau de milho*; questão 182: *caxiri*.

Por meio das cartas lexicais, visualiza-se a diversidade linguística registrada com relação às questões, como, por exemplo, a presença na região Sul de empréstimos linguísticos (*chimia, musse*) realizados por descendentes de imigrantes europeus, transparecendo a etnicidade e cultura de sua formação social.

A ausência de respostas assim como a analogia estabelecida pelos falantes (*creme, melado e patê de frutas*) representa a desfamiliarização com o referente, que não faz parte do cotidiano das famílias, e por desconhecerem o referente solicitado, lançam mão de nomes de outros referentes com os quais guardam alguma semelhança: surgem as metonímias e as metáforas, ampliando o acervo lexical da língua portuguesa falada no Brasil.

Na geração de significado, conforme explica Isquardo (2001), o falante recorre a lexias já conhecidas e de uso comum na língua e atribui traços específicos para expressar o

que deseja comunicar. Temos como exemplo *doce, chapisco, creme, picadinho, pingo d'água, jacaré, bazuca*, entre outros, que sofrem especialização de sentido, sem perder o traço semântico básico. Novos semas são gerados para atender às necessidades de nomeação de elementos inerentes à realidade do grupo, e com isso, ocorre a reciclagem de velhas expressões para nomear novos referentes.

A análise das respostas à questão 176, que busca variantes para *café da manhã* permite concluir que a forma mais produtiva esperada para a questão é de fato a expressão '*café da manhã*'. As formas *quebra-torto* e *segura peito* configuram-se como regionalismos em Mato Grosso e em Porto Velho, mas, na análise social, configuram-se como variantes rurais, pelas abonações dadas pelos informantes. *Desjejum* surge como uma variante mais utilizada pelos falantes de nível superior e é a forma mais encontrada nos dicionários na definição de 'primeira refeição do dia'. *Segura peito*, por sua vez, é uma expressão utilizada por falantes em vários níveis sociais.

As respostas à questão 177 trouxeram como forma mais produtiva a variante *geleia* em quase todas as regiões brasileiras. A variante *chimia*, hegemônica entre informantes de baixa escolaridade em Porto Alegre, alterna com *geleia*, entre informantes de nível superior, e não se encontra dicionarizada embora provenha do alemão *schmier*. *Musse* foi registrada em Florianópolis, *melado* em Curitiba e *creme* foi a resposta dada por informantes de baixa escolaridade em Macapá, Rio Branco e Maceió.

Na questão 178, visualizamos a formação de uma área de uma presumível isoléxica com a variante *picadinho* em capitais da região Norte, que coincide com a divisão de Nascentes (1953), em relação ao falar amazônico, bem como a variante *carne passada na máquina* circunscrevendo-se a capitais do Nordeste como Salvador, Aracaju e Maceió, área correspondente ao falar baiano. A questão 179, por sua vez, apresentou uma área de provável isoléxica formada pelo Norte e Nordeste, com a variante *canjica* – relativa ao falar do Norte, de acordo com Nascentes (1953), enquanto *curau* predomina no Sudeste e Sul. A expressão *papa de milho* é hegemônica em Vitória, região classificada por Nascentes (1953) como falar fluminense. Na pergunta 180 foi revelada a cultura do uso de coco na elaboração do prato sugerido pela questão, pelo alto índice de abstenções, e formação de uma suposta isoléxica (variante *canjica*) condizente com a pesquisa de Nascentes (1953) do falar amazônico, e outra com a variante *angu* instalada na área do falar nordestino e *papa de milho*, do falar fluminense. Conforme elucida Diégues Jr (1980), o milho é ingrediente característico brasileiro, quitute presente nas questões (179, 180, 181).

Em relação à análise de não-respostas, caso seja comparado o estudo de Aguilera e Yida (2008, p. 28-29), tratando das não-respostas ao QFF, concluíram que: i) os informantes de nível fundamental de escolaridade abstêm-se mais do que os de nível superior, indicando a contribuição da escolaridade no conhecimento de mundo do falante; ii) a postura do entrevistador na reformulação da pergunta auxilia na produtividade de respostas; iii) as questões do Questionário Fonético-Fonológico que permitiam parassinônimos, obtiveram respostas válidas, mas não de acordo com o objetivo do questionário; iv) algumas questões não fazem parte do conhecimento de mundo do informante, por ligarem-se ao meio rural (diatópico/diastrático) como *ovelha*, ou como variantes diasssexuais como *defesa* (relacionado ao campo léxico futebolístico); v) O maior índice de não-respostas ocorreu no Nordeste e menor no Sul e Norte; vi) as mulheres foram mais produtivas (menor índice de abstenção), como indicam pesquisas de Silva Corvalán (1989); vii) os idosos apresentaram menor índice de não-respostas, atestando seu maior conhecimento de mundo. A problemática levantada versa sobre a cartografia das lacunas sem variantes. Sobre este fato, Ziamandanis (1999, p. 656-657) enuncia:

en los atlas lingüísticos del mundo hispanohablante, se recogen dos fenómenos que han recibido poca atención: la falta de respuesta y el desconocimiento. (...) a primera vista, los dos fenómenos, la falta de respuesta y el desconocimiento, parecen tener resultados parecidos. Efectivamente, lo que el investigador recoge en ambos casos es el silencio. No obstante, el investigador distingue entre dos tipos de silencio. El primero, la falta de respuesta, ocurre cuando el informante no puede acceder mentalmente al vocablo. Indica que el vocablo forma parte del vocabulario suplementario del informante; no es de acceso fácil y rápido. Por otra parte, en una encuesta de más de 1 400 preguntas, esta falta de respuesta también puede ser el resultado de factores externos: el informante está agotado, aburrido o simplemente flojo⁷³.

A autora discorre acerca da diferença entre a falta de resposta e o desconhecimento. Na falta de resposta, o informante não consegue recorrer mentalmente de prontidão à resposta por não fazer parte de sua fala usual ou pode estar cansado ou aborrecido com a entrevista. No caso das entrevistas do Projeto ALiB, os questionários não são extensos. Em relação ao

⁷³ “Nos Atlas Lingüísticos do mundo hispanofalante, reconhecem-se os fenômenos que têm recebido pouca atenção: a falta de resposta e o desconhecimento. [...] à primeira vista, dos fenômenos, a falta de resposta e o desconhecimento, parecem ter resultados parecidos. Efectivamente, o que o investigador reconhece em ambos os casos é o silêncio. Não obstante, o investigador reconhece dois tipos de silêncio. No primeiro, a falta de resposta ocorre quando o informante não pode ter acesso mentalmente ao vocábulo. Indica que o vocábulo forma uma parte do vocabulário suplementar do informante; não é de acesso fácil e rápido. Por outra parte, em uma pesquisa de mais de 1.400 perguntas, esta falta de resposta pode também ser resultado de fatores externos: o informante está esgotado, aborrecido ou simplesmente solto”. [tradução nossa].

desconhecimento, Ziamandanis esclarece que o informante pode realmente desconhecer o conceito e uso do objeto da questão por não fazer parte de seu universo cognitivo. A linguagem adapta-se às atividades econômicas do meio social que se utiliza dela. Diégues Jr (1980,p. 182) ainda expõe:

É de considerar também que, na regionalização da linguagem portuguesa no Brasil, muito contribuiu a diversidade de motivo econômico na exploração de várias áreas brasileiras; cada tipo de exploração, com a organização que daí resultou, contribuiu para o aparecimento de novas palavras ou expressões, correspondendo geralmente às peculiaridades locais. A preponderância de determinado elemento étnico levando sua língua falada contribuiu ainda para que com maior expressão esta língua participasse do novo processo transculturativo.

Pode-se vincular o uso do coco (questões 179, 180), pela força do motivo econômico, no Nordeste, e que tal cultura disseminou-se ao longo do país, com a utilização do ingrediente na receita, devido a esse fato, ocorreu um grande número de não-respostas nas respostas à questão 180 - “*E essa mesma papa, com milho verde ralado, sem coco, como é que chama?*”.

A questão 182, por sua vez, desvendou que a variante *cachaça* possui hegemonia maior em capitais do Norte, Nordeste e extremo Sul, e *pinga* encontra-se mais em capitais do Centro-Oeste e Sudeste como primeira resposta.

As perguntas 183 e 184 determinaram uma grande quantidade de variantes, revelando a capacidade de criação e alto uso de adjetivação na criação vocabular.

As respostas para a pergunta 186 indicaram a predominância de *pão francês* na maioria das capitais, enquanto formas mais regionais foram registradas, tais como *cacetinho* (principalmente em Porto Alegre e Salvador); *carioquinha* em Fortaleza; *pão Jacó* em Aracaju.

A questão 187 indicou a pouca familiaridade com o pão *bengala* ou *bisnaga*, revelou formas regionais produtivas embora não dicionarizadas com a mesma acepção como *pão de vara*, circunscrita a Salvador, *tabico* em Recife e *baguete* em Porto Alegre.

Os resultados deste estudo estão indicando que a proposta de Nascentes (1953) de divisão dos falares em Norte e Sul apresenta-se coerente comparada com as cartas de distribuição das variantes lexicais, tais como - *mugunzá/mingau de milho* que surgem no Norte, e *canjica* no Sul (questão 181); e *bombom/confeito* que aparecem no Norte e Nordeste e *bala* no sul (questão 185). Com relação à subdivisão em subfalares realizada por Nascentes,

as regiões Sudeste e Sul encontram-se integradas, sem a diferenciação em subfalar fluminense e mineiro. O território incaracterístico de Nascentes (1953) recebe influência Sudeste/Sul e possui características próprias, como o caso da questão 185, com relação à variante *caramelo*, de provável influência espanhola; a região Norte, na questão 185 corresponde ao subfalar amazônico; o subfalar nordestino na delimitação de Nascentes é aproximado, destoa um pouco de Salvador e Aracaju, classificados como subfalar baiano. A diferenciação do falar do Norte e Sul do Brasil deve-se, segundo Câmara Jr (1985), à história colonial, o desenvolvimento econômico e cultural diferenciado nas regiões e história diversa da população. As capitais Vitória (falar fluminense), Salvador (falar baiano) e Porto Alegre (falar sulista) demonstraram na pesquisa sua identidade linguística por meio de uso de termos essencialmente regionais.

A comparação dos estudos Nascentes (1953) e a confecção das cartas lexicais experimentais com dados do Projeto ALiB levam à conclusão da dificuldade em delimitar áreas dialetais, assim como registra Aguilera (2009): uma forma dialetal não possui unidade absoluta em se tratando de distribuição espacial.

Por meio das cartas linguísticas, tentamos demonstrar a distribuição espacial das variantes sincronicamente, e com o auxílio da consulta dos termos levantados nas obras lexicográficas, pudemos constatar a classificação de alguns termos como regionalismos corroborados pela pesquisa geolinguística. Silva Neto (1957, p. 37) assim observa: “...cada carta apresenta um instantâneo dialetal da área explorada: nelas podemos observar, sincronicamente, todas as maneiras de dizer, pronunciar, construir frases, enfim, todos os meios de expressão de que dispõe o grupo humano estudado”.

A diferenciação da linguagem no tempo e no espaço revela que se faz imprescindível a criação de um registro das formas orais, por meio da elaboração de Atlas nacional, como base de estudo e retrato da fala.

A análise das respostas, por meio da aliança entre Etno-sociolinguística, Geolinguística Pluridimensional e os estudos lexicais, oferece um panorama da realidade da diversificação da fala e o dos componentes que a alicerçam.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN*, VI, 2009, João Pessoa: Idéia, 2009. p. 4219 – 4233.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; YIDA, Vanessa. Projeto ALiB: uma análise das respostas e das não-respostas de informantes das capitais. In: *Signum: Estudos da Linguagem*. v. 11, n. 2, p.15-31, dez/2008.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico regional, léxico rural ou vocabulário de curiosidade? Um olhar sobre aspectos lexicais de Cuiabá. In: ALMEIDA, Manuel Mourivaldo S.; COX, Maria Inês Pagliarini. (Orgs.). *Vozes Cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*. 1. ed. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005, p.115-136.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade (org). *A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Eduel, 1998.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Aspectos lingüísticos da fala londrinense: esboço de um atlas lingüístico*. Londrina: CONCITEC / UEL/ Prefeitura Municipal de Londrina, 1987.
- ALMEIDA, Lara de. À guisa de uma tipologia para os tabus lingüísticos – proposta para um glossário. v.1, 2007. (Tese de Doutorado), Programa de pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral, São Paulo, USP. 2007.
- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo*. São Paulo: Ática, 1990.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira, gramática – vocabulário*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; BEZERRA DE MENEZES, Cleuza P. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984. v. 1, 2.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia: aspectos estruturais e semânticos sintáticos. IN: PAIS, Cidmar Teodoro. *Manual de Lingüística*. São Paulo: Global Editora, 1986, p. 81-125.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- BERTI-SANTOS, Sonia Sueli. *Estudo geolingüístico de aspectos semântico-lexicais do campo semântico 'alimentação e cozinha' (questionário do ALiB) no município de Sorocaba*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria Lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. *Filologia e Lingística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, 1998.

BIZZOCCHI, Aldo Luiz. *Léxico e ideologia na Europa Ocidental*. São Paulo: Annablume, 1997.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

BUSSE, Sanimar. Atlas Linguístico-etnográfico da região Oeste do Paraná/ ALERO: uma descrição preliminar do movimento diatópico e diastrático da fala. In: *Signum: Estudos Linguísticos*, Londrina, v. 12. n.1. p. 123-144, jul 2009.

CAMACHO, Roberto. A variação lingüística. In: *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1º e 2º graus*. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1988. p. 29-41.

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, Suzana Alice. *A geolinguística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional?* Universidade Federal da Bahia. Revista do GELNE, v. 4, n. 2, 2002.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Global, 2001.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. v.2. São Paulo: Nacional, 1968a.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Prelúdio da Cachaça: Etnografia, História e Sociologia da aguardente no Brasil*. Rio de Janeiro: IAA, 1968b.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jejê no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Secretaria de Estado da Cultura, 2002.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocábulo afro-brasileiro*. São Paulo: Topbooks Editora, 2001.

CHRISTIANS, Clifford G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: LINCOLN, Yvonna S.; DENZIN, Norman K. *O planejamento da pesquisa qualitativa teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.141-162.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (Brasil). *Atlas Lingüístico do Brasil – Questionários 2001*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

COSERIU, Eugênio. *Sincronia, diacronia e historia – el problema del cambio linguistico*. 3. ed. Madrid: Ed. Gredos, 1988.

COSERIU, Eugênio. A geografia lingüística. In: COSERIU, E. *O homem e sua linguagem*. 2.

ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987. p. 79-116.

COSERIU, Eugênio. *Principios de Semántica Estructural*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1981.

COSERIU, Eugênio. *Fundamentos e tarefas da Sócio e da Etnolinguística*. I CONSEL. João Pessoa. 1978. (Mimeo).

COSERIU, E. *O homem e sua linguagem*. Madrid: Gredos, 1977.

COSERIU, Eugênio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1967.

CRISTÓFARO-SILVA, Thais. Difusão lexical: estudo de casos do português brasileiro. In: *O Novo Milênio: interfaces linguísticas e literárias*. Eliana Amarante de M. Mendes, Paulo Motta Oliveira e Veronika Benn-Ibler (Org). O novo milênio: interfaces lingüísticas e literárias. Faculdade de Letras. Belo Horizonte. ISBN: 85-87470-27-2. p. 209-218, 2001.

DIÉGUES JR. Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana A. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FERREIRA, Carlota; MOTA, Jacyra; FREITAS, Judith; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera, ROSSI, Nelson. *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALSE). Salvador : UFBA – FUNDESC, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2003.

FURLAN, Oswaldo Antônio. *Influência açoriana no Português do Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

GECKELER, Horst. *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1976.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do Léxico*. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p. 91-100.

ISQUERDO, Aparecida Negri. “Marcas” do popular rural no nível lexical: um estudo no campo do entretenimento infantil. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. (org). *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Eduep, 1998. p. 235- 241.

KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *ALERS: Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*. Volume I e II: Introdução. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: UFRGS/Ed. UFSC/Ed. UFPR, 2002.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

LIMA, Evanice Ramos. *O léxico dos trabalhadores na produção artesanal de fogos em Muniz Ferreira*. 2006. Mestrado (Curso de Mestrado em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2006.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana Nei Lopes*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. 3 ed. Curitiba: HD Livros, 1996. [1934]

MARTINS, Nilce Sat'Anna. *O léxico de Guimarães Rosa*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Padrão, 1981.

MONTES-GIRALDO, José Joaquim. *Dialectologia general e hispanoamericana. Orientación teórica, metodológica y bibliográfica*. 2. ed. Bogotá: Instituto Caro Cuervo vos liberabit veritas, 1987.

MORAIS SILVA, Antonio de. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. ed, ver., corrigida, muito aumentada e actualizada. Editora Confluência, 1945. Vol. I a V.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 15-26.

MOTA, Jacyra Andrade. Reflexões sobre a arte de fazer inquéritos linguísticos. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006a. p. 239-259.

MOTA, Jacyra Andrade. Áreas dialetais brasileiras. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006b. p. 319-357.

MÜLLER, Mary Stela. *Normas e padrões para teses, dissertações e monografias*. 6. ed. ver. e atual. Londrina: Eduel, 2007.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

NASCENTES, Antenor. *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Ministério da Educação e da Cultura/Casa de Rui Barbosa, v.I, 1958; vol.II, 1961.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, [1922], 1953.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

OLIVEIRA, Ana Maria P. Pires de. O léxico do homem pantaneiro: considerações no campo da alimentação. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, I CONGRESSO INTERNACIONAL, 1994, Salvador - BA. Anais... Salvador - BA: Atas, vol. II - Comunicações, 1994. CD-ROM.

OLIVEIRA, Dercir Pedro de. O estudo dialetológico no Brasil a volta ou sedimentação de uma metodologia de trabalho? In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org.). *A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Edue, 1998. p. 235- 241.

ORTÊNCIO, Bariani. *Dicionário do Brasil Central: Subsídios à Filologia*. São Paulo: Ática, 1983.

POTTIER, Bernard. *Lingüística geral – teoria e descrição*. Trad. Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença: Universidade Santa Úrsula, 1978.

POTTIER, Bernard. *Estruturas lingüísticas do português*. Trad. Albert Audubert, Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Difusão Européia do livro, (1972).

PUZZINATO, Ana Paula; AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A presença de africanismos na língua portuguesa do Brasil*, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/28022598/Africanismos-Na-Lingua-Portuguesa-No-Brasil>

RODRIGUES, Aryon D. *A originalidade das línguas indígenas brasileiras*. Brasília: Laboratório de línguas indígenas, UnB. 1999. Disponível em: <http://vsites.unb.br/il/lablind/original.htm>.

SAPIR, Edward. *A linguagem – introdução ao estudo da fala*. Trad. Mattoso Câmara Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: SAPIR, Edward, *Lingüística como ciência*. Trad. J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969. p. 43-62.

SILVA, Carolina Batista e. “Aquela palavra ruim, o Ruim”: A tabuização da lexia diabo no português falado no Maranhão. In: *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 12, n. 1, p. 343-366, jul. 2009.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística - teoria y análisis*. Madrid: Editora Alhambra, 1989.

SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

SILVA NETO, Serafim da. *Língua, cultura e civilização*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1960.

SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos Dialectológicos*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

TELLES, João A. *É pesquisa é? Ah não quero não bem! Sobre pesquisa acadêmica e sua relação com a prática do professor de línguas*. Linguagem e ensino, Assis: UNESP, v. 5, n. 2, 2002 (91-116).

TERRA, Ernani. *1001 Estrangeirismos de uso corrente em nosso cotidiano*. São Paulo: Saraiva, 2003.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, Ana Maria Stahl. *Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 63-92.

ULLMANN, Stephen. *Semântica – Uma introdução à ciência do significado*. 5. ed. Tradução de J.A.Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1987.

CASADO-VELARDE, Manuel. *Lenguaje y cultura. La Etnolingüística*. Madrid: Editorial Síntesis, 1991.

VILELA, Mário. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

YIDA, Vanessa. *Um estudo lexical sobre o campo semântico da Alimentação e Cozinha*. 2006. Monografia (Língua portuguesa). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2006.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin L. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

WELKER, Herbert Andrés. *Dicionários – uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

ZIAMANDANIS, Claire. *La falta de respuesta y el desconocimiento em Puerto Rico: silenciar también es contestar*. In: Estudios de lingüística hispânica. Morales, Amparo; Cardona, Julia; López Morales, Humberto; Forastieri, Eduardo (Eds.) San Juan, Puerto Rico: Editorial de La Universidad de Puerto Rico, 1999. p. 656-663.